

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITECTURA

DO COMUM
políticas públicas e práticas privadas na
dimensão colectiva: do global ao local
Margarida Nunes Pinheiro
de Avellar Gaspar

M
2021



Margarida Nunes Pinheiro de Avellar Gaspar:
DO COMUM, Políticas públicas e práticas privadas na dimensão colectiva: do global ao local



M.FAUP 2021

DO COMUM
políticas públicas e práticas privadas na dimensão
colectiva: do global ao local
Margarida Nunes Pinheiro de Avellar Gaspar

FACULDADE DE ARQUITECTURA



DO COMUM

políticas públicas e práticas privadas na dimensão colectiva:
do global ao local

Margarida Nunes Pinheiro de Avellar Gaspar
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
sob a orientação do Arquitecto e Professor Doutor Mário Mesquita
Ano lectivo 2020/2021

Porto, Portugal

Julho de 2021

Eu, Margarida Nunes Pinheiro de Avellar Gaspar declaro que entrego nesta data, dois exemplares da dissertação de MIARQ, um dos quais em formato digital.

O conteúdo da dissertação entregue em formato digital – documento PDF – é original e foi expressamente elaborado para conclusão do Mestrado Integrado em Arquitectura na FAUP, de acordo com o Regulamento Geral dos Ciclos de Estudos Integrados de Mestrado da Universidade do Porto.

Mais declaro que autorizo a publicação de acesso aberto, do texto integral da dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura no Sistema de Informação da Universidade do Porto.

co•mum

(latim *communis*, -e)

Do uso ou domínio de todos os de um lugar ou de uma colectividade. = COMUNITÁRIO, PÚBLICO

[“comum”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/comum> (consultado em 23-02-2021)]

A presente dissertação não foi redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, por opção da autora, tendo sido adaptadas as citações transcritas em língua portuguesa, por razões de coerência.

As citações em língua não-portuguesa, incluindo as referentes a aulas, entrevistas ou conferências em formato vídeo, foram livremente traduzidas pela autora.

O corpo de texto encontra-se escrito com caracteres Georgia, e os títulos e legendas de imagem em Futura.

agradecimentos

À minha família,
sempre.

Agradeço ao meu professor, Mário Mesquita,
por toda a disponibilidade, incentivo e abertura.

À PTRI-Comunidade Inovação Pedagógica UP,
por todos os debates e partilhas.

À Inês Álvaro, ao Nuno Delgado, ao Diogo Rodrigues, à Inês
Cavaco, ao Fernando Patrão e às Professoras Cidália Duarte e
Ana Silva Fernandes, pelas conversas "vadias".

À Ana Catarina Martins, pelas fotografias.

Gracias a los Profesores Luis Goldsack y Constantino
Pazderka, por la enseñanza y cariño, gracias a la Fran,
gracias a los chilenos. Nos vemos pronto.

A todos que, directa ou indirectamente, partilharam os seus
posicionamentos críticos face à temática aqui presente e que,
com isso, me acompanharam na conclusão deste ciclo.

resumo

espaço . produto . social . comum . urbano

Do Comum apresenta como tema central a cidade enquanto produto e produção social do espaço comum a todos, reflecte sobre os seus limites e a sua identidade em permanência e continuidade na sua (in)constante mudança. Assume-se como uma reflexão da (des)construção da expectativa do comum na nossa condição urbana, causa-efeito do modo de re-produção massivo das cidades, metrópoles, e megalópoles contemporâneas, num sistema obsessivo de consumismo e produtividade que negam o valor próprio da vida e das crises globais anunciadas todos os dias, desde a poluição e o aquecimento global, à especulação imobiliária e desigualdades sociais. De carácter teórico, tem como objectivo reflectir sobre o espaço enquanto produto social que surge da necessidade de dar resposta às mudanças de paradigma das práticas sociais de uma sociedade - o que é, hoje, a cidade? O que é, hoje, a sua dimensão pública e colectiva, num tempo em que estes espaços resultam do constante movimento e re-interpretação da metamorfose daquilo que é a vida?

resumen

espacio . producto . social . común . urbano

De lo Común presenta como tema central la ciudad como producto y producción social del espacio común a todos, reflexiona sobre sus límites y su identidad en la permanencia y continuidad en su (in)constante cambio. Se asume como un reflejo de la (in)construcción de la expectativa de lo común en nuestra condición urbana, causa y efecto del modo de re-producción masiva de las ciudades, metrópolis y megalópolis contemporáneas, en un sistema obsesivo de consumismo y productividad que niega el valor mismo de la vida y las crisis globales anunciadas cada día, desde la contaminación y el calentamiento global, hasta la especulación inmobiliaria y las desigualdades sociales. De carácter teórico, pretende reflexionar sobre el espacio como producto social que surge de la necesidad de responder a los cambios en el paradigma de las prácticas sociales de una sociedad -¿qué es la ciudad hoy? ¿Cuál es, hoy, su dimensión pública y colectiva, en una época en la que estos espacios son el resultado del constante movimiento y reinterpretación de la metamorfosis de lo que es la vida?

abstract

space . product . social . common . urban

Of the Common presents as central theme the city as a product and social production of the space common to all, reflects on its limits and its identity in permanence and continuity in its (in)constant change. It is assumed as a reflection of the (un)construction of the expectation of the common in our urban condition, cause and effect of the mode of massive re-production of cities, metropolises, and contemporary megalopolises, in an obsessive system of consumerism and productivity that deny the very value of life and the global crises announced every day, from pollution and global warming, to real estate speculation and social inequalities. Of a theoretical nature, it aims to reflect on space as a social product that arises from the need to respond to changes in the paradigm of social practices of a society - what is the city today? What is, today, its public and collective dimension, in a time when these spaces result from the constant movement and re-interpretation of the metamorphosis of what life is?

sumário

agradecimentos

resumo | resumen | abstract

apresentação	p.15	epílogo (em aberto)	p.129
1ª INQUIETAÇÃO	p.21	1º APÊNDICE	p.135
desígnio. preâmbulo. entretanto. mal-estar. consciência do comum. urbanidade.		Santiago do Chile	
2ª INQUIETAÇÃO	p.39	2º APÊNDICE	p.147
a busca do bem-comum. democracia. antropologia. psicologia. ética. política.		conversas vadias #1 Em comum	
3ª INQUIETAÇÃO	p.61	3º APÊNDICE	p.161
sul global. liberdade. emancipação. comunicação. a dimensão social. a dimensão política.		conversas vadias #3 Psicologia e Espaços	
4ª INQUIETAÇÃO	p.89	4º APÊNDICE	p.177
a cidade incógnita. o artificial. distopia. o poder.		conversas vadias #4 Sobre políticas públicas. Exemplos de intervenção no espaço público: Europa e América Latina	
5ª INQUIETAÇÃO	p.111	lista de imagens	p.188
condição humana. miséria simbólica. utopia. política. resiliência. saudáveis. a possibilidade.		fontes de informação	p.192

A Cidade dos Outros

Uma terrível atroz imensa
Desonestidade
Cobre a cidade

Há um murmúrio de combinações
Uma telegrafia
Sem gestos sem sinais sem fios

O mal procura o mal e ambos se entendem
Compram e vendem

E com um sabor de coisa morta
A cidade dos outros
Bate à nossa porta

Sophia de Mello Breyner Andresen

apresentação

A presente dissertação é uma reflexão crítica sobre as condições vulneráveis em que hoje vivemos.

Não aspira dar resposta às crises globais que atravessamos, tais como o direito à habitação, especulação imobiliária, a gentrificação, turistificação, direito à cidade, desigualdades sociais, precariedade, alterações climáticas, poluição - entre outras -, causa-efeito do modo de re-produção neoliberal massivo das cidades, metrópoles e megalópoles contemporâneas, sob sistema obsessivo de consumismo e produtividade. Antes pretende inscrever-se no debate sobre o carácter hegemónico e homogéneo dos espaços urbanos - no fundo, dos espaços públicos -, na configuração do desenho das urbes na sua relação com as pessoas, como um (meu) pequeno testemunho sobre a metamorfose daquilo que outrora se entendia por cidade, e o adulterado significado que hoje lhe corresponde.

Consequentemente, esta investigação *do comum, políticas públicas e práticas privadas na dimensão colectiva* apresenta como tema central a cidade enquanto produto e produção social do espaço comum a todos, reflectindo sobre os seus limites e a sua identidade em permanência e continuidade na sua (in)constante mudança. Tem como objectivo reflectir sobre o espaço enquanto um produto social que surge da necessidade de dar resposta às mudanças de paradigma das práticas sociais de uma sociedade - o que é, hoje, a cidade? O que é, hoje, a sua dimensão pública e colectiva, num tempo em que estes espaços resultam do constante movimento e re-interpretação da metamorfose daquilo que é a vida?

Antes de começar as minhas inquietações sobre o assunto, gostaria de deixar um registo das minhas motivações e, ainda, escrever um pequeno sumário dos ensaios que se seguirão e que conformam uma pequena amostra das ideias e teses que a profunda crise e extrema especialização das nossas cidades já inspirou.

É importante notar que as questões que aqui se tratam são fruto da minha experiência pessoal e pelo contributo da experiência de outros que contribuíram para esta investigação através de entrevistas, conversas e debates realizadas entre julho de 2020 e fevereiro de 2021.

Este tema surge da necessidade de partilha de duas realidades de exclusão antagónicas vividas no ano lectivo de 2019/2020: a primeira, sob uma contingência político-social, um *Estado de Sítio* em outubro de 2019 no Chile, a partir da experiência no âmbito do programa de mobilidade do Mestrado Integrado em Arquitectura na Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Chile; a segunda sob uma contingência sanitária, um *Estado de Emergência*, devido à pandemia COVID-19. Tomando, em ambas, o isolamento do espaço urbano como pretexto para questionar e reflectir a cidade enquanto produção social e contentor de vida, os seus limites e a sua identidade.

Parte do seu objectivo é consolidar e discorrer ambas experiências e, através de informação recolhida por fontes indirectas e directas, dar notícias das mesmas numa lógica de análise e reflexão. Por fonte indirecta entende-se a análise enquanto observadora não-participante de uma realidade a que sou externa, como foi, e é, o caso da realidade latino-americana, com maior destaque à realidade chilena da qual fiz parte; e por fonte directa entende-se uma metodologia qualitativa baseada na observação e na investigação-acção enquanto observadora-participante das cidade(s) e sociedade(s) portuguesa e europeia.

Para tal, a estrutura desta dissertação divide-se em cinco partes, mais concretamente *cinco inquietações*, sobre as quais se conduzirá um discurso crítico de análise sobre os nossos espaços urbanos contemporâneos.

Começo este pequeno sumário pela Primeira Inquietação. Marcada por um discurso cru e duro, descreve a realidade em que vivemos e apresenta os temas que serão debatidos no decorrer da investigação. Representativa daquilo a que chamamos de introdução, contextualiza os problemas globais das (nossas) cidades, um tema que nos últimos anos tem vindo a ser cada vez mais central nos debates de Arquitectura e Urbanismo quando hoje mais de metade da população mundial vive em condição urbana. Parte, principalmente, de três obras essenciais para a formulação do seu discurso: *Confiança e Medo na Cidade* (2005) e *Modernidad Líquida* (1999), ambas do sociólogo Zygmunt Bauman, e *O Direito à Cidade* (1968), de Henri Lefebvre.

Apoiada em obras como *A Dimensão Oculta* (1986), de Edward T. Hall, *A cidade das crianças* (2019), de Francesco Tonucci, na Segunda Inquietação debate-se o espaço público, sobre o que foi, o que é, e o que deveria ser; sobre as suas dimensões política, económica, social, psicológica e cultural. Caracterizado por ser um espaço de actuação em conjunto, de coexistência e partilha, heterogéneo e de riqueza social e política, como habitamos hoje este espaço no presente transitório e inconstante, movidos pelo medo e insegurança nas cidades? Teremos sido "despejados" do espaço público?

Na terceira e quarta parte, entram no debate as experiências que motivaram esta dissertação. Primeiro - a Terceira Inquietação -, a partir da experiência de mobilidade no Chile no semestre da "primavera sul americana do ano de 2019", serve de pretexto para questionar como se mede um espaço? Debatendo a dimensão política inerente à ocupação, apropriação e reivindicação de um espaço de todos, procura reflectir sobre o sentido que tem, nos dias de hoje, a cidade enquanto organismo e construção da expectativa do comum - quem governa hoje o espaço público? De quem é?

Posteriormente, a Quarta Inquietação, sobre as cidades mortas, suspensas, vazias em espera, reflecte sobre a contingência sanitária actual, que contrasta em tudo com a inquietação anterior, debate-se a cidade sem as habituais camadas que filtram a sua percepção. Questiona o modelo e sistema frágil sob o qual temos vindo a empilhar a nossa civilização que ameaça valores e direitos básicos da sociedade. Construimos cidades para quem? Voltaremos à (a)normal realidade pré-pandemia ou aprenderemos alguma coisa enquanto sociedade?

Obras como *The Death and Life of Great American Cities* (1961), de Jane Jacobs, central e transversal a toda a investigação, e outras como *Elogio da Rebeldia* (2020), de Lamberto Maffei, *A força da não-violência* (2021), de Judith Butler, *Las ciudades evanescentes* (2020), de Ramón Lobo, e todas as entrevistas e conversas no âmbito do desenvolvimento deste tema fazem parte do imaginário do corpo central desta investigação.

Finalmente, a Quinta Inquietação apresenta-se como uma (não) conclusão, aberta e esperançosa sobre os temas lançados ao longo da investigação, sobre a importância de reconhecer a cidade como um enorme e vasto laboratório para praticar a diversidade e com ela desenhar a flexibilidade, a possibilidade de um espaço em comum de representação da dimensão colectiva do Homem - o que significa para a sobrevivência das cidades ser ocupado por pessoas?

"Cidade é belíssima, e grato o seu convívio.
Toda cortada de ruas habilmente estreitas (...)
Tudo diminuindo com astúcia o espaço de forma tal,
Que nestas artérias não cabe a população."

[Mário de Andrade, *Macunaíma* cit. in *Cidadela/ cidadão /
cidadania, Cidadela da Liberdade*]

“Quantos mundos existem no mundo? (...) o mundo dos ho-
mens e, neste, o mundo dos ricos e dos miseráveis, o mundo
dos doentes e dos homens armados. (...)”

[Lamberto Maffei, *Elogio da Rebeldia*, p.14]

“Debrucemo-nos sobre a maneira como
vivemos as nossas vidas.”

[Henry David Thoreau, *A vida sem princípios*, p.19]

1ª INQUIETAÇÃO

Resumo:

desígnio. preâmbulo.
entretanto. mal-estar.
consciência do comum.
urbanidade.

“O inferno não são os outros, pequena Halla, eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti. Ser-se pessoa implica a tua mãe, as nossas pessoas, um desconhecido ou a sua expectativa. Sem ninguém no presente e no futuro, o indivíduo pensa tão sem razão quanto pensam os peixes. Dura pelo engenho que tiver e parece como um atributo indiferenciado no planeta. Parece uma coisa qualquer.”

[Valter Hugo Mãe, *A Desumanização*, pp.28-29]

2020 foi um ano muito singular - aos incêndios na Austrália e às eleições norte-americanas somam-se protestos contra o racismo nos Estados Unidos da América - *#blacklivesmatter* -, numa onda de manifestações desde contra a violência sistémica e policial que rapidamente se alastraram por todo o mundo, passando por uma explosão no porto de Beirute que destruiu parte da cidade. Inconstetavelmente, foi um ano onde se questionaram e puseram à prova valores, direitos, limites e liberdades, cujo aparecimento da pandemia *COVID-19* - como uma cereja no topo do bolo -, apenas veio agravar, sublinhando e denunciando muitos dos problemas e desafios que têm hoje expressão na forma como enfrentamos e construímos as nossas cidades - um mal-estar generalizado fruto da crise global única em que vivemos, e que nos obriga a (re)pensar o modo como vivemos e para onde caminhamos enquanto civilização e sociedade.

O que faz da cidade *uma cidade*?

Podemos definir *cidade* nos dias que correm?

A cidade é um território denso e amplo - de concentração de poderes, culturas, actividades, pessoas, comunidades - permanentemente ocupada por *indivíduos* - por sua vez, *estranhos entre si* -, numa amálgama de vida inseparável daquilo que é a sua forma e função e, também, das ideias e valores de quem a habita. Palco de novos e intensos fluxos de população, de multiplicação de culturas diferentes que trazem novas e variadas dinâmicas sociais, hoje encontramos-nos num período em que a “sociedade foi completamente urbanizada”¹ e a condição humana implica inevitavelmente uma condição urbana (LEFEBVRE, Henri, 1968).

Atento à presente realidade da nossa sociedade, Zygmunt Bauman (2009) alertou-nos para o risco que correm as nossas cidades, cujo tecido social é submetido a intensas pressões que produzem uma verticalização crescente e díspar, onde os ricos se tornam mais ricos, os pobres se afundam na sua própria miséria, e o “(...) efeito deste duplo movimento é

¹ LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000, p.9



visível na vida quotidiana de quem mora na cidade contemporânea: [pois] enquanto bairros centrais são valorizados e se tornam objecto de grandes investimentos urbanísticos, outras áreas são cor-roídas pela degradação e tornam-se marginais”.²

Sucessivamente mais separados social e economicamente do que espacial e fisicamente, a massiva e acelerada (des)urbanização trouxe uma crescente *desumanização*, fruto do modo como (re)produzimos o nosso espaço e proliferamos um estilo de vida totalmente urbano, num desenho cada vez mais discordante e fragmentado, através de práticas privadas que impõem pressões globais em identidades locais, restando apenas à sociedade e cidade actuais ser o sumo do conflito entre estes dois mundos separados e segregados.

Bauman (2003) desenvolve nos seus livros o conceito de *modernidade líquida* para definir a nossa sociedade actual neste período tão transitório. A metáfora da liquidez, com base na teoria científica que caracteriza os sólidos e os líquidos, e que defende que “(...) os líquidos não mantêm uma forma durante muito tempo e estão constantemente dispostos (e propensos) a mudá-la (...)”³, tenta ilustrar a inconsistência das relações humanas em diferentes áreas, por sua vez reflectida nas nossas *cidades*, também, *líquidas*, tornando, portanto, a metáfora numa expressão clara de representação da nossa realidade em constante mudança, cujo tempo irá conduzir à

Vista do teleférico sobre a 'cidade rebelde' de El Alto (HARVEY, David, 2012), La Paz, Bolívia, Janeiro de 2020 ©MG
Apelidada de 'a grande favela', na capital administrativa da Bolívia, La Paz, o centro contrasta altamente com as inúmeras casas inacabadas construídas à sua volta. La Paz situa-se a 3640m acima do mar, por isso, as classes sociais não estão organizadas segundo os eixos norte-sul ou este-oeste, como na maioria das cidades que conhecemos, mas antes em altitude: quanto mais alto, menos oxigénio, mais pobre/ quanto mais baixo, mais oxigénio, mais rico.

² MAURO MAGATTI cit. in BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e Medo na Cidade*, Tradução Eliana Aguiar - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, pp.8-9

³ BAUMAN, Zygmunt, *Modernidad Líquida*, Tradução: Mirta Rosenberg, Jaime Arrambide Squirru, Argentina: Fondo de Cultura Económica Argentina, S. A., 2003, p.14

⁴ BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*, Tradução Miguel Serras Pereira, Relógio d'Água Editores, 2006, p.28

⁵ Henri Lefebvre cit. in CORTÉS, José Miguel G., *Políticas del espacio, Arquitectura, género y control social*, Barcelona: Iaac y Actar, 2006, p.7

⁶ BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*, Tradução Miguel Serras Pereira, Relógio d'Água Editores, 2006, p.29

⁷ “(...) Castel atribui esta situação ao individualismo moderno; sugere que a sociedade de hoje, ao suprimir as comunidades e corporações estreitamente unidas que outrora delimitavam as normas e velavam pelo seu cumprimento, e ao substituí-las pelo dever imposto a cada um de se ocupar de si próprio e dos seus próprios assuntos, passou a assentar no terreno movediço da incerteza: numa sociedade deste tipo, é inevitável que a insegurança e o medo de perigos imprecisos acabem por se tornar males endémicos.” BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*, Tradução Miguel Serras Pereira, Relógio d'Água Editores, 2006, p.12

⁸ BAUMAN, Zygmunt, *Modernidad Líquida*, Tradução: Mirta Rosenberg, Jaime Arrambide Squirru, Argentina: Fondo de Cultura Económica Argentina, S. A., 2003, pp.36-37

⁹ idem, p.41

¹⁰ ibidem, p.41

sua desintegração. Isto é, “(...) as cidades converteram-se no depósito de lixo dos problemas de origem mundial. Os seus habitantes e aqueles que os representam confrontam-se habitualmente com uma tarefa impossível, seja para onde for que viremos os olhos: a de encontrar soluções locais para contradições globais.”⁴ Ou, ainda, como afirma Henri Lefebvre (1968), as cidades transformaram-se em depósitos destes mesmos problemas reduzidas à *projecção da sociedade global no terreno*⁵, terreno este ao qual já ninguém pertence.

Sendo a cidade composta por uma vastidão de estranhos que (con)vivem entre si, a concepção da ideia de insegurança, que diariamente nos "vendem", incentiva-nos a suspeitar constantemente uns dos outros e das suas intenções, a ver um perigo iminente em tudo o que nos é, então, *estranho*. A hegemonia dos mercados, a fragmentação e exclusão social, a uniformização e massificação produzida pela globalização, levou a que as pessoas se fechassem em si mesmas, e “(...) quanto mais se fecham em si próprias, mais "impotentes" ficam "perante o tufão que sopra à escala mundial" (...) [e] mais desarmadas ficam quando se trata de decidir do que é próprio (...).”⁶

E entre esta tendência de sentir medo e uma obsessão maníaca pela segurança, decorre uma *supervalorização do indivíduo* que incentiva a “um dever de cuidar de si próprio e de fazer por si mesmo”⁷, ou seja: resumidamente, o *individualismo moderno* liberaliza um certo egoísmo que, por sua vez, tem consequências na forma como olhamos e nos relacionamos com os outros e com o espaço que habitamos. Por isso, e fazendo minhas as palavras do filósofo polaco, as sociedades foram completamente individualizadas. “(...) A sociedade moderna existe devido à sua incessante acção “individualizadora” (...) [e] falar de individualização e modernidade é falar de uma condição social única e idêntica (...)”⁸ - o próprio conceito de *indivíduo* marca o seu aparecimento substituindo o de *cidade*: enquanto o segundo “(...) procura o seu próprio bem-estar no bem-estar da sua cidade (...)”⁹, o primeiro “(...) tende à passividade, ao cepticismo e a desconfiar da “causa comum”, do “bem-comum”, da “sociedade boa” e, ainda, da “sociedade justa” (...).”¹⁰

Assim, esta ideia de (in)segurança e de que o perigo está ao virar da esquina é a actual base da construção das nossas cidade e sociedade modernas, segundo a qual abdicamos da nossa liberdade em troca de uma segurança individual reforçada que vem comprometer e "sabotar" a relação entre o indivíduo e a humanidade: “(...) a solidariedade social parece

ter-se perdido. A opção da defesa excluiu o interesse pelos outros, ou pelo menos ocultou-o, mascarou-o. A tentação imediata é fechar-nos em lugares seguros, em casa, na escola, nas várias actividades extra-escolares. E aumenta a procura de outros espaços, talvez mais livres, mas sempre protegidos e vigiados (...).”¹¹

A degradação e o consequente medo inerente aos espaços partilhados das nossas cidades faz com que o indivíduo sinta cada vez mais a necessidade de se defender. Para tal, começa a construir uma série de lugares 'seguros', protegidos do ambiente violento e agressivo da urbe, onde possa passar o tempo sem que nada de mal lhe aconteça. Deste modo, seguimos em conformidade com estas lógicas anteriormente faladas, de separação, segregação e especialização, da criação de estruturas independentes altamente especializadas e que dividem a cidade em zonas específicas - como por exemplo, “(...) O centro histórico para os bancos, as lojas de luxo, os divertimentos; os subúrbios para dormir. E há também os lugares das crianças: a creche, o parque infantil, a ludoteca; os lugares dos velhos: o lar de idosos, o centro de dia; os lugares do conhecimento: do jardim-escola à universidade; os lugares especializados para as compras: o supermercado, o centro comercial. E o hospital, lugar da doença.”¹²

Então será a cidade de hoje mais do que fragmentação e especulação do medo?

A pós-modernidade e a extrema individualização do espaço levou à perda da sua identidade e dimensão colectiva *comum* a todos. Construimos cidades a partir de muros, vivemos em condomínios fechados num autêntico *apartheid urbano* (CORTÉS, José Miguel G., 2006); estamos separados não só por grades, como por toda uma série de mecanismos que restringem a relação com o outro por meio de uma arquitectura defensiva, num espaço urbano que promove a segregação e a destruição do tecido social e público entre a multiplicidade de culturas que se cruzam diariamente nas metrópoles contemporâneas. A perda desta dimensão e interesse colectivo remete o indivíduo e a própria sociedade ao seu estrito isolamento - passamos demasiado tempo em casa e ainda vigiamos as praças, passeios, estacionamento, edifícios, dentro e fora - tudo é visível, tudo é *transparente*, dando uma falsa sensação de liberdade sob um controlo massivo, (in)visível e silencioso através de vigilância digital - numa espécie de cenário de *The Truman Show*¹³ ou de *reality show*, somos a “(...) sociedade da transparência, habitada por espectadores e consumidores, [que] funda[m] a democracia de espectadores”¹⁴, cujo indivi-

¹¹ TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandrika Editora Portugal Lda., 2019, pp.122-123

¹² idem, p.45

“O homem na rede da grande aranha não é um homem livre, está ligado para perceber continuamente sugestões, ordens. (...)” [Lamberto Maffei, *Elogio da Rebelião*, p.39]

¹³ A diferença entre ambos cenários é a de que, enquanto nós somos vigiados 24/7 e sabemos, em *The Truman Show* (Peter Weir, 1998), o Truman não sabia efectivamente que estava a ser filmado.

¹⁴ HAN, Byung-Chul, *Psicopolítica*, Tradução Manuel Serras Pereira, Lisboa: Relógio d'Água Editions, 2015, p.20



Frame de Playtime (1967), Jacques Tati
©Atlas of Places

Contada por Jacques Tati, *Playtime* é uma sátira à vida e cidade moderna. Cada dia um grupo de turistas americanos visita uma capital diferente por dia, no entanto, quando chegam a Paris, apercebem-se que o aeroporto é igual do de Roma, as ruas a Hamburgo, etc. *Playtime* é um filme que retrata as grandes metrópoles, a sua monotonia e homogeneidade, os apartamentos uniformes, o trânsito parado e incessante, a impessoalidade e despersonalização das cidades modernas.

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt, *Modernidad Líquida*, Tradução: Mirta Rosenberg, Jaime Arrambide Squirru, Argentina: Fondo de Cultura Económica Argentina, S. A., 2003, p.20

¹⁶ DE FERRARI, Filipe, *Communal villa: production and reproduction in artists' housing*, ARQ98 - Santiago de Chile. Dogma + Realism Working Group. Leipzig: Spector Books, 2015

duo, mais do que submisso, é (in)conscientemente dependente. "Parece uma distopia feita à medida da modernidade líquida... apta a substituir os medos remetidos para os pesadelos de Orwell e Huxley.”¹⁵

O que aconteceu ao discurso sobre a cidade ser um lugar de encontro, lugar de diversidade, de igualdade e de enriquecimento colectivo e individual?

O desenvolvimento das cidades já não acontece heterogeneamente, “(...) a hegemonia neoliberal aumentou a privatização e a comercialização de recursos, bens comuns, e domínios da nossa vida. A actual ordem global baseada na propriedade privada e na dívida eterna - tendo a habitação como caso mais emblemático - privilegia alguns, desmantelando os pontos comuns existentes e instalando a ideia de que não existem alternativas.”¹⁶

O encontro humaniza-nos, diz-nos Valter Hugo Mãe. O espaço está sempre relacionado com algum modo de vida, é uma forma de convivência, de viver em conjunto. Fizemos desaparecer a cidade como uma unidade, como um território singular e plural e adulterámos o seu tecido social e urbano. “(...) As necessidades sociais possuem um fundamento antropológico; opostas e complementares, elas compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a necessidade de organização do trabalho e a necessidade do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de inde-

pendência (leia-se, de solidão) e de comunicação, de imediato e de perspectivização a longo prazo. (...) Ele [o ser humano] tem a necessidade de ver, escutar, tocar, provar e a necessidade de reunir estas percepções num “mundo” (...).”¹⁷

É nos lugares que se forma a experiência humana e é no contacto com os outros e com o que nos rodeia que nos descobrimos e encontramos, que criamos o nosso espaço¹⁸. “ (...) O território é, no sentido mais pleno do termo, um prolongamento do organismo, marcado por signos visuais, vocais e olfactivos (...).”¹⁹ É um produto social, que resulta de uma ou várias actividades na relação com o corpo humano e, assim, adquire o seu verdadeiro significado, contrariando a homogeneização e a alienação cultural, “(...) ou seja, o espaço define o espectro temporal das relações sociais. É por isso que as cidades nasceram da concentração das funções de comando e controlo, de coordenação, de troca de bens e serviços, de vida social diversificada e interactiva (...)”²⁰, permanentemente em transformação, contra uma lógica de homogeneização do poder político e alienação cultural. É necessário, como explica Lefebvre (1968), reivindicar o direito à diferença, à pluralidade e a multiplicidade de desejos²¹.

A cidade é definida não apenas por programas e fluxos, mas também por uma forma política que assume uma característica fundamental na sua construção e na sua apropriação. Encarando a cidade como um projecto de arquitectura, e “(...) se a essência de uma acção política é a tentativa de projectar uma forma de coexistência entre indivíduos, pode dizer-se que a forma arquitectónica - através de padrões, enquadramento e representação do espaço de coexistência - implica inevitavelmente uma visão política. (...)”²² Pier Vittorio Aureli (2013) defende, ainda, que mais do que uma representação estética da forma da arquitectura na cidade, é necessário o seu entendimento político no seu ‘processo dialético de inclusão e exclusão’. A ideia de que o *status quo* da urbanização da cidade é caótica na sua génese, e que o seu não-planeamento ou “a ideia de que as cidades já não são "planeadas" é uma das maiores ilusões que o arquitecto cultivou nos últimos quarenta anos. É verdade que a possibilidade de planear cidades como um "projecto" legível diminuiu com o aumento das políticas neoliberais nos anos 80. No entanto, em vez de desaparecer por completo, o planeamento transformou-se num agente dirigido pelo Estado, cujo objectivo ideológico é demonstrar a inferioridade deste em relação ao mercado.”²³

Actualmente, e perante um dos períodos civilizacionais mais críticos e questionáveis e, neste momento, até o mais in-

¹⁷ LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000, p.107

¹⁸ “Para uma criança existir, precisa de espaço. Para que uma criança crie espaço, precisa ter mãe: para que um corpo se confronte com o seu.” in SANTOS, João, Espaço é escola, escola é mãe, *Ensina-ram-me a Ler o Mundo à Minha Volta*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p.312

¹⁹ HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1986, p.121

²⁰ CASTELLS, Manuel, *The rise of a Network Society*, 2ª Ed. Oxford: WILEY-BLACKWELL, 2010, p. xxxi

²¹ Henri Lefebvre cit. in CORTÉS, José Miguel G., *Políticas del espacio, Arquitectura, género y control social*, Barcelona: Iaac y Actar, 2006, p.8

²² AURELI, Pier Vittorio, *The City as a Project*, Berlin: Ruby Press, 2013, p.10

"Onde quer que uma área da cidade seja funcionalmente homogénea, nos seus usos, isto também se torna um dilema estético para a cidade, e de forma mais intensiva que os subúrbios, porque os edifícios são muito mais dominantes no cenário geral das cidades. (...)” [Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*, p.226]

²³ idem, p.15



Labirinto de auto-estradas em Los Angeles, Junho de 2020 ©LA Times

Muitas auto-estradas destroem bairros, comunidades, parques, etc., e são uma barreira física que marca e separa territórios.

²⁴ Daniel Innerarity, *El Nuevo Espacio Público*, Madrid: Espasa, 2006, p.24 in DOMINGUES, Álvaro, *A Praça da Esquina*, Jornal Público, 16 de Fevereiro de 2020

²⁵ ibidem

²⁶ TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019, p.42

²⁷ idem, pp.43-44

²⁸ STIEGLER, Bernard, *Da Miséria Simbólica*, 1ª ed. Lisboa: Orfeu Negro, 2018, p.118

²⁹ A cidade como lugar propício à deriva e a vaguear, lugar de movimento nómada, cuja “(...) a “futilização” que “domina a sociedade moderna” devido à multiplicação de mercadorias que o consumidor pode escolher e o desaparecimento da liberdade porque as mudanças que ocorrem não são obra de escolhas livres das pessoas, mas sim “do sistema económico, do dinamismo do capitalismo”. in VAR-GAS LLOSA, Mario, *A Civilização do Espectáculo*, Tradução: Cristina Rodrigues e Artur Guerra, 1ª edição: outubro de 2012, Lisboa: Quetzal Editores, p.23

certo, “o problema que hoje enfrentamos é o de como pensar a cidade, quando, em vez de vizinhança, temos redes; quando o espaço homogéneo e estável nada mais é do que um caso limite dentro de um espaço global de multiplicidades conectadas (...)”²⁴ em que “(...) um corte de auto-estrada tem mais impacto do que as marcas e os cânticos das ruas”.²⁵

“Nas últimas décadas, e de forma mais acentuada nos últimos cinquenta anos, a cidade, nascida como lugar de encontro e de permuta, descobriu o valor comercial do espaço e desvirtuou todos os conceitos de equilíbrio, de bem-estar e de convívio, passando a seguir apenas programas geradores de lucro, de interesse. Vendeu-se. (...)”²⁶ A cidade já não tem pessoas para usufruir dos seus espaços. O centro histórico já não tem moradores, serve “para trabalhar, ir às compras, ir tratar de assuntos, e não para viver; os subúrbios são locais onde não se vive, mas apenas dorme.... A cidade perdeu a sua vida.”²⁷

Consequentemente, direitos básicos à habitação, saúde e educação, a gentrificação e acessibilidade, a precariedade, segregação e exclusão, entre muitos outros, que têm vindo a transformar os centros em museus superficiais e a condicionar o actual espaço público ao reduzi-lo ao espaço residual não utilizado pela entidade privada que gere a habitação, são alguns dos constrangimentos que degradam as nossas cidades e desenharam um espectáculo simbólico e nostálgico de vida urbana. Mais consumidores do que cidadãos, somos também simultaneamente produtos e produtores no e do espaço em que nos exploramos a nós mesmos - “(...) o consumidor consumido por aquilo que consome (...)”.²⁸

No entanto, mais do que pensar na aparência da cidade, devíamos preocupar-nos com a forma como esta funciona, e, no fundo, superar a *sociedade do espectáculo*²⁹, dotada de

uma arquitetura capitalista e estruturalmente homogênea. A perda de vivência dos espaços públicos tornaram o seu propósito, até então, social e ético, em meramente estético, como uma mercadoria ou produto a ser adquirido, destinado ao consumo daqueles que dele se vão apropriar³⁰. O espaço público perdeu a sua densidade, perdeu a sua dimensão política devido ao crescimento da sociedade de consumo, deixando a concentração do poder nas mãos de elites que destroem a dimensão pública de emancipação social e política destes mesmos espaços, tornando-os distantes e indiferentes.

“(…) Será necessário mostrar a miséria patética e nada trágica do habitante, dos suburbanos, das pessoas que permanecem nos guetos residenciais, nos centros apodrecidos das cidades antigas e nas proliferações degradadas afastadas para longe dos centros das cidades? (…)”³¹

Em *O Direito à Cidade* (1968), Lefebvre escreveu que “a cidade é uma mediação entre as mediações”³², isto é, é a coexistência de vários níveis do urbano e simultaneidade de padrões constantemente (re)inventados pela sociedade e que não podem ser isolados do que contêm e do que a contém; não podemos pensá-la sem reflectir nos processos globais nela intrínsecos, sejam eles sociais, culturais, políticos, económicos, pois ela é o reflexo da sociedade onde se insere e da forma como a apropriamos e articulamos vários níveis de realidade, como uma “(…) ordem sobre-humana que transcende a relação dicotómica entre o indivíduo e o colectivo (…)”³³ As cidades são plurais, são o culminar do gesto plural da arquitectura, são convivência e coexistência na multiplicidade das pessoas que as habitam, são uma experiência compartilhada e ambivalente e não apenas um contentor físico e artificial onde a vida acontece.

O avanço tecnológico e a globalização vieram encurtar as distâncias ao reduzir o mundo a uma pequena aldeia, uma aldeia global, que pode tornar-nos mais próximos mas também mais vulneráveis e expostos. Esquecidos enquanto cidadãos dotados de direitos e da necessidade em criar novas dinâmicas, vivemos neste mundo em que “ser administrado e ser vigiado é essência última do cidadão livre.”³⁴ Estamos *presos na distopia neoliberal* de um *Admirável Mundo Novo*, “divorciados” do mundo e condenados a viver numa “penitenciária invisível de alienação e consumo, [onde] parece que a única liberdade que nos concedem é a de nos afogarmos em cada vez mais fluxos de dinheiro e informação, de onde é impossível emergir”.³⁵



³⁰ LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000

³¹ idem, p.120

³² idem, p.56

³³ AURELI, Pier Vittorio, *The City as a Project*, Berlin: Ruby Press, 2013. Prelude, p.41

³⁴ HUXLEY, Aldous, *Admirável Mundo Novo*, Tradução Mário-Henrique Leiria, Lisboa, 1ª Edição, Antígona, 2013, p.11

³⁵ BERGER, JOHN, *Entretanto*, Tradução Júlio Henriques, 1ª ed. Antígona 2018

Paraisópolis, 2004, São Paulo, Brasil. Fotografia: Tuca Vieira/Tuca Vieira

A cidade entre muros.
"As duas metades são igualmente desordenadas. Mas as duas desordens não combinam: à esquerda, um aglomerado denso de casas, sem nenhuma planificação; à direita, construções igualmente caprichosas, que não parecem muito preocupadas com uma articulação racional. E muito menos com uma integração com o território. Acumulação de um lado, desperdício de outro. Até as cores não batem: cinza do asfalto e bege amarelado dos tijolos à esquerda; verde da grama, azul das piscinas e ocre das quadras à direita. Realmente, parecem duas fotos diferentes recortadas e coladas. Mas a colagem não está na foto, está no lugar."

Qual é a verdadeira cidade de São Paulo?

O medo onnipresente teve como primeira vítima o espaço público, agora desprovido de espontaneidade e flexibilidade, no fundo, das atracções daquilo que era a essência da vida urbana e humana. “As novas mobilidades, a globalização e as tecnologias podem tornar-nos mais próximos mas também mais vulneráveis, o que significa a necessidade de novas dinâmicas da construção do comum, de modo a colocar em prática os direitos e os deveres dos indivíduos, esquecidos como cidadãos no âmbito das estratégias economistas e funcionais”³⁶, “(...) o transitório rege a dissipação e a velocidade, a cidade persiste em descartar suas identidades (...) [e,] por força humana, (...) [torna-se] um espaço de intolerância, fragmentação, de esquecimento”³⁷.

A maneira como escolhemos *fazer-cidade* determina não só a qualidade dos espaços que vamos habitar, como o modo como resolvemos e nos posicionamos frente aos grandes desafios que enfrentamos hoje enquanto civilização humana - a cidade não é a expressão dos seus edifícios, “(...) é muito mais a vida social, sensorial e emotiva que tem lugar entre eles, ou seja, que se experimenta nos espaços abertos, nas ruas, nas praças e nos encontros significativos que se podem desenrolar nos espaços de permeio”³⁸.

O urbano está em guerra consigo mesmo, e a sua crise é global (LEFEBVRE, Henri, 1968). Ao construirmos espaços na base da iniciativa privada e especulação imobiliária estamos a ceder aos processos de extrema funcionalização e *standardização* consequentes de um urbanismo assumidamente capitalista³⁹. Há um sentimento de desenraizamento dada a nula participação dos habitantes na esfera pública da sociedade. Escreve Lefebvre (1968) que “(...) no seio dos efeitos sociais devidos à pressão das massas, o individual não morre e até se afirma. (...)”⁴⁰ A ideia de que só estamos seguros nas nossas casas afasta exponencialmente os espaços onde vivemos dos espaços que (com)partilhamos - ou deveríamos (com)partilhar -, sendo por isso essencial e urgente a sua (re)construção espacial e social.

A humanidade começa, de facto, no que nos rodeia. A pandemia veio demonstrar a cidade que projectamos, hoje, para nós, para o nosso presente e futuro, uma cidade desinteressada, apática, alienada, há muito suspensa. Uma anormalidade agora normalizada, cujo isolamento transformou o espaço colectivo abruptamente e a “clausura nos tornou assombração de nós mesmos”⁴¹. “Uma cidade suspensa é um lugar perigoso cujos perigos não reconhecemos nem podemos

³⁶ PEREIRA, Paula Cristina, *Urbanidade e consciência do comum. Para uma apresentação*, in PEREIRA, Paula Cristina, *Espaço Público: Variações críticas sobre a urbanidade*, Porto: Edições Afrontamento, p. 10

³⁷ MIRANDA, Danilo Santos de, *Cidade-la/ cidadão / cidadania* cit. in FERRAZ, Marcelo, *Cidadela da Liberdade: Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia*, São Paulo: Edições Sesc, 2013, p.5

³⁸ LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000, pp.13-14

³⁹ “O capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento.” in BAUMAN, Zygmunt, *Modernidad Líquida*, Tradução: Mirta Rosenberg, Jaime Arrambide Squirru, Argentina: Fondo de Cultura Económica Argentina, S. A., 2003

⁴⁰ LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000, p.118

⁴¹ *Era o que faltava*, com Valter Hugo Mãe



Cidade do México, Junho de 2020
©Johnny Miller Photography/“Social Inequality, As Seen From the Sky”

⁴² VIEIRA AMARAL, Bruno, VALLE DE FIGUEIREDO, Miguel, *Cidade suspensa*. Lisboa em estado de emergência, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, Junho 2020, p.9

⁴³ Zygmunt Bauman (2013) afirma até que a democracia atravessa uma profunda crise e que está em decadência, e quiçá, um dia, se invente uma democracia global, que por sua vez, seria uma solução bastante radical. A democracia é uma noção que tem vindo a apresentar diferentes formas ao longo do tempo, aquilo que é para nós hoje democracia, não o é para Aristoteles, por exemplo.

⁴⁴ *Conversas vadias #4* Sobre políticas públicas. Exemplos de intervenção no espaço público: Europa e América Latina, p.177

avaliar. Em tempos normais, as pessoas dobram as esquinas e prosseguem as suas vidas. Em tempos de pandemia, as esquinas ameaçam devorar quem delas se aproxima. (...)”⁴²

Mais do que uma crise global urbana, vivemos hoje uma crise dos direitos básicos humanos, arriscando-me a escrever — uma crise de *dignidade* humana. A dimensão pública urbana é, hoje, posta em causa devido a falhas nas práticas da democracia⁴³, do sentido de comum, de urbanidade e no pouco incentivo ao exercício da cidadania, da solidariedade humana. As cidades têm de considerar as pessoas, pois sem elas, deixam de fazer sentido.

Então pergunto: teremos perdido a nossa capacidade de habitar? Não. Temos vindo apenas a inventar novas formas de o fazer, de nos adaptarmos à realidade. Recentemente temos sentido a necessidade de questionar as políticas perpetuadas nas últimas seis décadas, introduzindo novos meios e sugerindo novos diálogos em conjunto, descentralizando as decisões e o desenho da cidade. Isto é, de envolver os cidadãos, organizações, o poder local, e todos os actores que possam decidir sobre a cidade, sobre o espaço urbano, no sentido de retomar a discussão, e torná-la a um espaço de visibilidade e sensibilização “(...) mais até, para estas questões de como gerir a cidade, de como aumentar, ou como ampliar, esta dimensão, esta capacidade de intervir e de discutir o espaço público, não apenas como espaço mas enquanto esfera pública, portanto, enquanto campo de visibilidade, enquanto campo para conferir e dar voz e, portanto, de decidir conjuntamente. (...)”⁴⁴

A dimensão das políticas públicas tem um papel muito importante enquanto espaço de diálogo e construção colectiva



de soluções mobilizando recursos públicos criando o espaço para outros actores, outras redes, outras parcerias intervirem. Normalmente, pensam-se o uso dos espaços num determinado período de tempo e para um determinado tipo de utilização de público-tipo com um perfil muito específico e homogéneo. Um dos grandes desafios é pensar o espaço na diversidade para que neles possam haver desde idosos a crianças, como mulheres e homens, pessoas com deficiências ou incapacidade físicas, nacionais e estrangeiros, entre outros, pois cada um destes grupos, cada pessoa individualmente, tem visões diferentes sobre o espaço e são elas quem enriquecem o mesmo e/ou reforçam laços de pertença ao mesmo conferindo-lhe a identidade que permite a sua identificação por parte de cada um com o ambiente construído⁴⁵.

Como nos ensina Nuno Portas (1969) em *a cidade como arquitectura*, e fazendo jus ao título desta obra, “é importante propor um estudo interdisciplinar sobre os conteúdos da cidade”⁴⁶, ou seja, é urgente trabalhar na diversidade do espaço, seja ela horária, tirando partido daquilo que são as variações do espaço ao longo do dia, e até do ano, ou de funções e utilizações que permitam a apropriação e que elas podem complementar-se e alterar, dependendo do público que o usufrui. No entanto, “(...) é necessário observar também o sentimento crescente da perda do contacto global com o mundo. Daí

Lisboa, Maio de 2021 ©Rui Gaudêncio/Jornal Público
"A Habitação Hoje!" é um movimento que nasce na cidade do Porto para os que defendem o cumprimento radical do Direito à Habitação, para os que querem lutar para que ninguém fique sem teto e para os que acreditam que é possível resolver este problema!"

⁴⁵ ibidem

⁴⁶ PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 201, p.22

Seattle, Abril de 2020 ©FORBES
"May 1 rent strike" ("1 de Maio greve das rendas"). Com o aumento do desemprego nos EUA, e o sucessivo aumento no preço das rendas, o número de residentes que não consegue pagar a renda aumenta, consecutivamente.

⁴⁷ HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986, p.7

⁴⁸ BUTLER, Judith, *A força da não-violência*, Tradução: Hugo Barro, Lisboa: Edições 70, LDA, 2021, p.44

a maior necessidade de estruturas de referência susceptíveis de facilitar a integração da massa de informações em transformação constante que o ser humano tem que travar. (...)”⁴⁷ Por isso, e contrariamente às soluções que se têm adoptado, muito aquém das vivências de cada um, deveríamos seguir uma estratégia no sentido de trabalhar mais bairro-a-bairro, mais comunitária, que pense mais o local na relação com o global - que pense soluções mais *locais* -, como uma relação simbiótica onde ambas dimensões (co)existem e se alimentam mutuamente.

A nossa realidade não é uma realidade isolada. Fazemos todos parte de uma rede gigante de urbanização - uma urbanização planetária - com influências e dinâmicas sociais, culturais, políticas e económicas que são, também elas, planetárias. Todos fazemos parte de um sistema, no qual estamos em constante relação destas dinâmicas, um sistema global do qual somos, de alguma forma, parte da sua produção e produto do dele. “(...) Todas estas capacidades humanas básicas são apoiadas de uma maneira ou de outra. Ninguém se movimenta, alimenta ou respira sem se apoiar num mundo que providencia um ambiente construído para a travessia, que prepara ou distribui alimento que acabe por chegar à nossa boca, um mundo que sustenta o ambiente e torna possível a qualidade do ar que respiramos.”⁴⁸

Por isso, é necessário que exista um urbanismo global, ou uma entidade, de planeamento e ordenamento do território. E quando afirmamos global, referimo-nos ao mundo na sua globalidade, a uma rede global de interdependência, onde o pensamento da cidade é uma atitude mundial, um posicionamento comum a todo o mundo, e não à realidade de cada país ou continente. Se todas as nossas acções têm consequências, numa lógica de *efeito borboleta* - de inter e co-dependência dos ecossistemas para sobrevirem, segundo a teoria de Edward Lorenz (1963) de que um bater de asas de uma borboleta pode causar um tufão na outra ponta do mundo -, também no urbanismo existem ondas de ressonância e repercussão que influenciam o nosso modo de habitar em todas as partes do mundo. “(...) Afinal, só a partir de uma noção renovada e reavaliada da interdependência entre regiões e hemisférios poderemos começar a pensar na ameaça ao ambiente, no problema global dos bairros de lata, no racismo sistémico, na condição de pessoas apátridas cuja migração é uma responsabilidade global, até na mais completa superação dos modos de poder colonial. E poderemos começar a formular uma outra visão da solidariedade social e da não-violência.”⁴⁹

⁴⁹ BUTLER, Judith, *A força da não-violência*, Tradução: Hugo Barro, Lisboa: Edições 70, LDA, 2021, p.49

2ª INQUIETAÇÃO

Resumo:

a busca do bem-comum.
democracia. antropologia.
psicologia. ética. política.

“(...) a cidade, para além de tudo o que representa, é uma expressão da cultura do povo que a criou, bem como um prolongamento da sociedade destinado a preencher uma rede complexa de funções, das quais, de resto, não nos encontramos muitas vezes por completo conscientes. (...)”

[Edward T. Hall, *A Dimensão Oculta*, p.202]

“(...) o corpo avança, ao acaso, e ao acaso cruza-se com coisas, pessoas, situações (...) e nesse passeio o indivíduo aproxima-se do que lhe agrada e afasta-se do que lhe desagrade. Eis, mais ou menos, o que é estar vivo. Quando se consegue.”

[Gonçalo M. Tavares, *Atlas do Corpo e da Imaginação*, 2019, pp.124-125]

1 TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019, p.131

2 HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986, p.125

Já muito se escreveu e debateu sobre o espaço público das nossas cidades, principalmente sobre a sua importância para o desenvolvimento da vida humana. Idealmente é caracterizado por ser um espaço de actuação em conjunto, de coexistência, partilha, heterogéneo e de riqueza social e política. Pensar a sua (re)produção nas nossas cidades é urgente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

As cidades são para as pessoas, foi para elas que foram concebidas, para que o seu cidadão as habite. Porém, “(...) a cidade que, quase pode dizer-se, cresceu contra as necessidades dos seus habitantes, principalmente dos mais fracos, deve rever todas as suas estruturas e articulações, para se adaptar a todos eles. (...)”¹ Como o óptimo e imenso laboratório que é, deveria ser entendida como tal para aprender, testar e (re) formular novas teorias sobre o seu planeamento, sobre o que funciona e o que não funciona. No entanto, na *cidade líquida*, o espaço urbano apresenta-se caótico e inseguro, como um produto da especulação e interesse privado e imobiliário. O problema que hoje se nos coloca quanto à concepção e reconstrução das nossas cidades é o de conseguirmos compreender as necessidades da grande maioria, quando, "por tradição, os arquitectos preocupam-se essencialmente com a organização visual do que se vê na construção; estão quase totalmente inconscientes do facto de que o indivíduo transporta consigo esquemas internos de espaço de estrutura fixa, adquiridos no início da vida. (...) Edificamos prédios gigantescos para apartamentos ou escritórios sem termos a menos ideia acerca das necessidades dos seus ocupantes.”²

Com efeito, os espaços deveriam ser pensados em função do bem-estar das pessoas e com as pessoas, como espaços de libertação, críticos, de aceitação, coexistência e convivência de vários indivíduos. "Um passeio da cidade por si só não é nada. É uma abstracção. Apenas significa algo em conjunto com os edifícios e com outros usos que a limitam, ou quando fazem fronteira com outros passeios mais próximos dele. (...)



Parque de los Reyes, Santiago de Chile, 2019 ©MG

As ruas e os seus passeios, os principais locais públicos de uma cidade, são os seus órgãos mais vitais. Pense numa cidade e o que lhe vem à cabeça? As suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecem interessantes, a cidade parece interessante; se parecem monótonas, a cidade parece monótona³. Mas a verdade é que actualmente estes *órgãos vitais* estão cada vez mais afastados daquilo que é o seu propósito social e político, de acção colectiva e cidadã quando a sua identidade é ameaçada constantemente por interesses particulares. Hoje, as nossas relações sociais são condição e representação da fragmentação que se acentua cada vez mais no espaço que partilhamos. A "onda" de insegurança que se faz sentir na cidade continua a perpetuar a ideia de que "(...) a rua, símbolo de degradação económica e moral, é o lugar da máxima poluição atmosférica, do barulho, do perigo originado pelo trânsito; é o lugar dos furtos, dos roubos por estação, do tráfico de droga; (...) dos pedintes. Perante esta degradação, a cidade responde, como já foi dito, defendendo-se. A rua é inimiga e é preciso eliminá-la, isolá-la, abandoná-la (...)”⁴, e nem sempre é assim tão literal.

O que aconteceu ao espaço público? O que aconteceu à praça? À rua?

Uma das maiores contradições e paradoxos das nossas cidades contemporâneas, e a que melhor ilustra a teoria da liquidez de Bauman (2003), prende-se com o uso de um espaço

³ JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.29

⁴ TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019, p.131, p.152



Copacabana, Bolívia, 2020 ©MG

A rua é um mercado constante, é uma forma de ocupação e controlo da rua. A relação tradicional entre estabelecimento comercial e a rua é totalmente sobrevertida, o espaço público é uma extensão do privado, e faz parte do seu uso.

⁵ TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019, p.133

⁶ CASTRO, Afonso, *Chambord Inachevé: o Château, a Cidade e a Ilha*, FAUP, Porto, 2019, p.157

de permanência como atravessamento. É o clímax da *cidade líquida*, que deixa de ser sujeita a zonamentos e passa a ser sujeita a fluxos - uma "cidade aeroporto". É esta a cidade que estamos aqui a analisar - a cidade composta por edifícios sem discurso, sem relação com o que a rodeia, descaracterizada que parece repetir a receita de outras cidades onde *shoppings* substituem ruas e praças, zonas residenciais homogêneas são erguidas dentro de muros, protegidas dos perigos do espaço público através de sinais que nos avisam de que certa área é "restricta a moradores" ou "Keep out. No transpassing" -, e o fluxo e a circulação predominam sobre os lugares e o automóvel sobre os peões.

“O facto de o automóvel ser o novo dono da cidade comporta uma série de consequências importantes, mesmo de nível cultural. Quando se anda de carro, as belezas da cidade perdem importância porque não se notam, não se vêem. (...)”⁵ O carro isola o homem do seu contexto, cria a sua própria ideia de cidade, ao mesmo tempo que têm um impacto inevitável na imagem da mesma. Com efeito, a medida do homem deixa de ser a base da escala das nossas cidades, e esta passa a ser o carro. “(...) A cidade não tem um centro, ou melhor, não deveria ter só um quando se expande. A nossa escala pedestre é limitada e esse limite devia condicionar a cidade. O automóvel introduziu uma nova dimensão periférica da cidade. (...)”⁶ A

sua desmultiplicação, somada ao crescimento e aumento da população nas cidades nas últimas décadas, criaram o verdadeiro caos urbanos, onde “(...) os veículos lançam-se ao assalto do centro das cidades (provocando a sua asfixia, como em Londres ou Nova Iorque), ou a cidade dá lugar ao automóvel para desaparecer sob um labirinto de auto-estradas, como Los Angeles (...)”⁷ e tanto a rua como a esquina se extinguem como lugares preferidos para por a conversa em dia.

Assim, muitas vezes entendidos como "os vilões responsáveis pelos males das cidades e pelas desilusões e futilidades do planeamento urbano. Mas os efeitos destrutivos dos automóveis são muito menos uma causa do que um sintoma da nossa incompetência na construção da cidade"⁸. É um facto que o automóvel foi um dos principais factores que permitiu a expansão urbana e permitiu introduzir as periferias e subúrbios nas nossas urbes - como sabemos, o mundo ocidental globalizado deu prioridade a este meio de transporte no planeamento das suas cidades. Por esse motivo, “(...) é [hoje] tão raro encontrar [um] espaço pedonal da cidade longe do perigo de ser atropelado. O problema do automóvel é que ultrapassa os limites da deslocação humana, pois se todos tivermos que nos deslocar a pé haverá necessariamente limites, para controlar estas distâncias. O(s) meio(s) de deslocação na cidade define(m) como a cidade se organiza. As cidades não são cidades pelas dimensões que atingem, mas sim pela unidade que é construída por uma massa edificada, que deverá ser pensada como um organismo vivo.”⁹

Movidos pela mobilidade inconstante e transitória, marcada de insegurança e incerteza, como habitamos as nossas cidades?

Fundamental à nossa (co)existência, o espaço público é "um jogo no espaço potenciado pelo jogo que as pessoas jogam no espaço", (MENDES, Manuel, 2018, Teoria 2, MIARQ/FAUP), onde nesse jogo se reconhecem e respeitam valores, direitos e liberdades, se promove o reconhecimento do outro e não a sua anulação, onde compreendemos o nosso próprio contexto, a voz colectiva ganha corpo e se despertam consciências que nos mantêm vivos e activos. É indiscutível a dependência do homem em relação ao social - como afirma Aldo Van Eyck, *o homem sozinho em casa sente-se perdido*. O corpo é um símbolo pessoal e social da identidade que serve como um código para nos situarmos no mundo e saber quem somos. Assim, o espaço é uma construção física e social na medida em que se qualifica em função do corpo e de acontecimentos políticos, sociais, culturais, onde cada ser humano é reconhecido

"(...) A falta de uma vasta gama de diversidade concentrada pode colocar as pessoas em automóveis para quase todas as suas necessidades. Os espaços necessários para as estradas e para o estacionamento estendem tudo ainda mais longe, e levam a uma utilização ainda maior dos veículos" [Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*, p.230]

⁷ HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986, p.191

⁸ JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.7

⁹ CASTRO, Afonso, *Chambord Inachevé: o Château, a Cidade e a Ilha*, FAUP, Porto, 2019, p.163

"(...) Se o eu é constituído através das suas relações com os outros, então parte do que significa preservar ou negar um eu equivale a preservar ou negar laços sociais mais amplos que definem o eu e o seu mundo. (...)” [Judith Butler, *A força da não-violência*, p.19]



Janela Indiscreta (Rear Window, 1954) de Alfred Hitchcock ©Paramount Pictures
Jeff, um fotógrafo confinado a uma cadeira de rodas no seu apartamento, começa a espiar pela janela os seus vizinhos em suas casas. Até que há uma noite em que ouve gritos e o que observa leva-o a crer de que um crime foi cometido. Esta referência poderia ser uma metáfora à rede de vigilância que temos vindo a falar neste capítulo, e da sua importância na segurança e saúde pública das nossas ruas. São inúmeros os relatos de tentativas de violência que foram impedidas pela presença destes "olhos" nas janelas, varandas, estabelecimentos nas ruas ou até mesmo no passeio. É uma forma de protecção, não precisamos de ver polícia nas ruas para nos sentirmos mais seguros, "Uma vez que uma rua esteja bem equipada para lidar com estranhos, que tenha uma boa e eficaz demarcação entre espaços privados e públicos e tenha um abastecimento básico de actividade e de olhos, quanto mais estranhos melhor." [Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*, p.40]

¹⁰ HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986, p.202

¹¹ JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.30

na sua relação com o outro; é a partir da dimensão pública e colectiva, que se renovam relações, que se enriquece política e culturalmente, que se constroem significados e identidade - *humanidade*. “(...) A cidade, para além de tudo o que representa, é uma expressão da cultura do povo que a criou, bem como um prolongamento da sociedade destinado a preencher uma rede complexa de funções, das quais, de resto, não nos encontramos muitas vezes por completo conscientes. (...)”¹⁰

"Hoje, a violência tomou conta de muitas ruas da cidade, ou as pessoas temem que o tenha acontecido, o que acaba por ser a mesma coisa no final. (...) Não é preciso muitos incidentes de violência numa rua da cidade, ou num bairro da cidade, para que as pessoas tenham medo das ruas. E como as temem, usaram-no menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras."¹¹ Mais do que com iluminação, ou a presença de polícia nas ruas (que nem sempre nos deixa confortáveis ao usufruir do espaço público), é importante entender que em muitos espaços estigmatizados, a segurança pública, grande parte das vezes (e idealmente), é conseguida e mantida, quase inconscientemente, através de redes de vigilância nas comunidades, inerentes às redes de vizinhança e moradores de um território - de uma rua, um quarteirão, um bairro, exemplos dessa tal rede complexa de funções. Então, como uma espécie de controlo daquele território público, mas que as pessoas se sentem no direito de vigiar e, por isso, cuidar, contrasta radicalmente com o anonimato que hoje caracteriza, ou melhor, descaracteriza as nossas cidades.



13 TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019, p.287

A forma como percebemos um espaço como seguro ou inseguro, confortável ou incómodo, depende altamente de variáveis colectivas e, principalmente, individuais - de personalidade, cultura, educação, de hábitos, etc., depende da nossa ligação e do apego que criamos ao espaço. “Nós, seres humanos, somos construtores de significados”¹², somos nós quem dá significado aos espaços, cuja percepção varia ao longo do tempo. Rotinas como levar o lixo para a rua, a senhora que lava a soleira da porta e também o passeio da rua, são todas acções que nos dão tranquilidade, conforto e segurança para usar a rua e sentir que não estamos sozinhos. É neste *ballet*, segundo Jane Jacobs (1961), de azáfama de actividades diária nas ruas, cuja coreografia é repetida todos os dias na presença de diferentes olhos nas cidades, que se constrói identidade pública através de uma rede de respeito mútuo e protecção e, consequentemente, se ganha confiança.

De facto, “a cidade renunciou ao seu histórico papel de ser o lugar do encontro e da permuta e perdeu os seus cidadãos, tendo escolhido, sobretudo nas últimas décadas, as estratégias da separação e da especialização, motivadas quase exclusivamente por interesses económicos. Os cidadãos foram afastados do centro da cidade, criaram-se lugares diferentes para funções e para categorias diferentes: para dormir, para se divertirem, para comprar, para se tratarem, para estudar; e para velhos, para crianças, para pessoas com deficiência, etc. O prejuízo assim causado aos cidadãos foi compensado com os serviços de transportes, de apoio à infância, hipermercados, jardins públicos, etc., para que possam suportar uma vida cada vez mais alucinante. Este acordo foi tacitamente estabelecido

Saint Anthony’s Centennial Feast, North End, Boston, EUA, 2020 ©Matt Conti/NorthEndWaterfront.com
Considerado um 'slum', é dos bairros mais estigmatizados dos EUA, pela maioria dos seus habitantes ser imigrante. O facto de ser muito populado, não só pelos seus cidadãos de origem italiana, ou descendência italiana, mas também por 'estranhos' de todas as raças e ambientes, faz com que as suas ruas não dêem margem a qualquer tipo de vandalismo e violência, que, em conjunto, funciona como uma rede de vigilância de segurança pública.

12 Conversas vadias #3 Psicologia e Espaços, p.161

entre os autarcas e os eleitores fortes, isto é, a cidade foi projectada e realidade assumindo como parâmetro o cidadão médio, que de um modo geral tem como características ser adulto, homem e trabalhador. Deste modo a cidade perdeu os seus cidadãos não adultos, não homens e não trabalhadores.”¹³

As urbes estão de tal forma organizadas e hierarquizadas, que vamos construindo estas cidades dentro de cidades, homogêneas não só na função que albergam como os grupos que a frequentam - desde *chinatowns* a bairros de comunidades das mais variadas raças, etnias, nacionalidades, etc., pequenas cidades vizinhas entre si, mas sem qualquer relação, que como uma boneca russa Matrioska, vivem umas dentro das outras separadas por barreiras e muros que as protegem e as mantêm fechadas em si. E assim, progressivamente, a cidade tende a privatizar-se. O espaço urbano é substituído por infraestruturas altamente especializadas que têm vindo a polarizar as nossas cidades. É emergente devolver as pessoas às ruas para que não só estas se sintam mais seguras nelas, mas para que também se ultrapassem questões como a segregação e a discriminação nos espaços urbanos.

Por todas estas razões, torna-se imperativo cultivar a vivência da rua, incentivar a conhecer a cidade como nossa, de conhecer o lugar onde vivemos para que nos sintamos seguros e não nos fechemos sobre nós próprios. “(...) Quando passeamos, aprendemos a conhecer-nos entre nós, que mais não seja de vista. (...) A sujidade, o ruído, as exalações da gasolina, o amontoamento dos automóveis estacionados e o *smog* contribuem para tornar intolerável a situação do peão nas ruas da cidade. (...)”¹⁴ O sentimento de insegurança que se sente nas ruas somado às alterações nas formas de consumo, com a introdução de centros comerciais, ou com a *internet* e as compras *online* onde tudo está à distância de um *clic*, que ganhou ainda mais força com a pandemia, contribuíram para um espaço comum de sociabilização mais virtual. As pessoas já não saem à rua para beber café, e mais depressa se deslocam a um centro comercial para exercer o seu direito de consumo - um produto do desenvolvimento suburbano -, no fundo, toda esta especialização massiva que esqueceu todo um comércio local e a vivência da rua que tornam as cidades vivas e seguras. Esta lógica dos grandes gestos de intervenção e investimento público com um (re)desenho sedutor enquanto criadores e transformadores da cidade, que levam a uma desvalorização dos pequenos gestos. Estes investimentos desmesurados e superficiais têm grande influência na mudança de paradigma nas nossas cidades e no nosso enraizamento nelas.

14 HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986, p.198



18 Conversas vadias #4 Sobre políticas públicas. Exemplos de intervenção no espaço público: Europa e América Latina, p.177

19 Expressão utilizada na Comunidade de Inovação Pedagógica - PTRI, título da sessão de PTRI/MIARQ 27-01-2021. A cidade, ou a imagem da cidade, chega-nos sempre como apetecível, com boa aparência, no entanto, a mesma cidade pode não ser apelativa para os seus moradores, formando duas realidades que chocam e se confrontam. Como recuperar, então, "a cidade que nunca existiu"?

20 Referência ao filme *A Cidade Onde Envelheço*, de Marília Rocha, 2016

“Cada grande tipo de sociedade ou, noutros termos, cada modo de produção, possui o seu tipo de cidade. (...)”¹⁵ A arquitectura é um nexu crucial e estratégico para o desenvolvimento das cidades. Tem poder de influenciar a realidade e a nossa condição urbana. “A relação indelével que conecta a arquitectura e o comportamento humano reside na apropriação do espaço. A transformação ou adaptação da função a que a arquitectura se submete é consequente do panorama sociológico que modela a acção do utilizador, sendo que a metodologia projectual e construtiva tende, à partida, a aproximar-se ao mesmo panorama. A introdução de uma nova função num determinado espaço, corrompe o original, quer por idealismo projectual ou por desactualização e, em consciência, aproxima-o à narrativa quotidiana. Sem essa consciência, a arquitectura é apenas o suporte físico para a realidade.”¹⁶ Como é que a arquitectura define e ocupa o espaço social? “Suponhamos que continuamos com a construção, e com a reconstrução deliberada, de cidades inseguras. Como é que vivemos com esta insegurança? (...)”¹⁷

Sabemos que a cidade é simultaneamente um reflexo da sociedade, e por consequência, também um reflexo das suas disparidades desigualdades. No entanto, a mesma deveria também ser perceptível como um instrumento e ser usada enquanto mecanismo para melhorar as condições de vida de quem nela reside, democratizando o acesso aos mais variados

Via Santa Catarina, Porto, 2017 ©European Best Destinations

As ruas do centro comercial Via Santa Catarina que, segundo Graça Dias, Manuel (2016), imitam, ironicamente, as ruas da cidade estando completamente desconectados do que acontece no exterior.

15 LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000, p.130

16 NEVES, Tomás, *O Amor em Copilco*, FAUP, Porto, 2019, p.11

17 JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.46

recursos através, justamente, das políticas que se decidem adoptar e perpetuar¹⁸. É urgente devolver às ruas o seu papel social; é urgente habitar a rua, apropriá-la e entendê-la, uma vez mais, como expressão do espaço público - do espaço comum a todos. Sabemos que a cidade chega primeiro por redes imateriais e ocultas - ruas, praça, cultura, gastronomia, entre outros -, chega primeiro e antes sequer de chegarmos a habitar as suas ruas fisicamente - chega-nos como uma “cidade que nunca existiu”¹⁹ - a cidade presente na mente de cada um como uma utopia ou uma concepção pessoal, segundo uma ideia muito própria e subjectiva do que é o seu espaço, em que cada um escolhe como e o que quer ver. Como nos identificamos com a cidade? Como escolhemos a cidade onde queremos envelhecer²⁰?

O nosso sentido de vínculo com um espaço - seja a minha cidade, a minha comunidade, o meu bairro, o meu clube, etc. -, todas estas dinâmicas que coexistem no espaço e sobre as quais estabelecemos relações afectivas (ou não), distinguem e diversificam modos de habitar e de ocupar um espaço segundo variáveis individuais, intrinsecamente ligadas às dimensões pública, política, cívica e, também, a valores estéticos, cultura, educação, que fazem parte do processo de apropriação e ligação a um espaço, como também variáveis temporais - a nossa percepção sobre um mesmo espaço vai variando ao longo do tempo.

Um exemplo curioso e bastante actual para entender como a nossa percepção depende de inúmeras dinâmicas que nos são externas e é influenciada ao longo do tempo é o estádio de futebol. Um estádio de futebol é uma instituição privada de uso colectivo. Também desde cedo, tem servido de cenário não só para jogos de futebol, como também concertos de música, congressos, manifestações, corridas de carro, e mais recentemente, como uma grande sala de aula ao ar livre para realizar provas em pandemia. No entanto, em 1973, a comando do general Augusto Pinochet à presidência de Salvador Allende no Chile, vários estádios de futebol, à semelhança de outras instituições usadas para o mesmo fim nesse período, foram palco de fuzilamento de muitos presos políticos. Houve uma apropriação e ocupação deste espaço privado por parte de um poder político para exercer uma ‘função pública’. Hoje podemos dizer que se passa o mesmo com muitos outros espaços, como é exemplo a pista de patinagem em Madrid, quando estes serviram de morgues temporárias, ou de hospitais-campanha, devido ao horror pandémico que vivemos. Olharemos para este espaço da mesma maneira?



Centro Cultural Valparaíso, Chile, Setembro de 2019 ©MG

Uma antiga prisão num dos 'cerros' de Valparaíso, num meio muito denso, entre muros de contenção e plataformas, transformada num espaço de encontro e sociabilização - um espaço que antes era de exclusão e isolamento, agora é um espaço inclusivo e integrador, com as mais variadas e diversificadas actividades de recreação.

A cidade é um organismo que organiza as relações humanas, um lugar significativo de construção da identidade. Mas, mais conscientes ou menos conscientes das variáveis emocionais e afectivas que nos fazem ter mais ou menos afinidade com um espaço, a definição do espaço público como espaço político varia ao longo da história, e com ela também varia o seu uso, que tem que ver com a época em que se insere e é influenciado e formatado politicamente - o uso do espaço público é regulamentado e depende do poder político vigente.

"(...) Mesmo a mesma pessoa vem por razões diferentes em momentos diferentes; às vezes para se sentar cansada, às vezes para jogar ou para ver um jogo, às vezes para ler ou trabalhar, às vezes para se exhibir, às vezes para se apaixonar, às vezes para manter um compromisso, às vezes para saborear a agitação da cidade de um retiro, às vezes na esperança de encontrar conhecidos, às vezes para se aproximar um pouco da natureza, às vezes para manter uma criança ocupada, às vezes simplesmente para ver o que oferece, e quase sempre para se entreter com a visão de outras pessoas."²¹ As vivências do espaço público e a sua apropriação, percepção, ocupação, são diferentes de país para país, de cultura para cultura, de pessoa para pessoa, pois as realidades são diferentes, tal como o é a nossa forma de existir num espaço, são mundos sensoriais diferentes (HALL, Edward T., 1966): "O modo como as pessoas se orientam e deslocam de um lugar para outro revela a sua cultura de origem e o mundo de percepções que, através dela, adquiriram. (...)"²² Então, o que nos define? O que caracteriza ser-se português, espanhol, mexicano ou chileno? Há especificidades entre o ser-se português directamente relacionado com a forma como usamos o espaço público em Portugal, que difere daquilo que é o uso e ocupação do espaço público na América Latina, como no Chile.

Nas realidades sul americanas, sabemos que há uma cultura da rua muito presente, do seu uso como uma extensão da casa, enquanto em Portugal se privilegia mais o espaço privado, uma realidade completamente diferente da hispânica, nossa vizinha, e, por consequência, latina, onde se vive em comum, partilhando o mesmo espaço público. "Viver numa cidade significa viver em companhia, em companhia com estranhos. Nunca deixaremos de ser estranhos: assim nos manteremos, sem estarmos interessados em interagir, mas, por sermos vizinhos uns dos outros, destinados a enriquecermos reciprocamente."²³ Mas o que é o espaço comum? O que difere o espaço comum em Portugal e o o espaço comum no Chile?

"(...) Ser japonês não é uma escolha, é um acto de pertença que inclui códigos de comportamento social." [Ramón Lobo, *Las ciudades evanescentes*, p.159]

²¹ JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.103

²² HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986, p.13

²³ BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*, Tradução Miguel Serras Pereira, Relógio d'Água Editores, 2006, p.71

Piazza del Popolo, Roma, Itália, Março de 2019 ©MG

Espaço que constitui a identidade ocidental e europeia que conhecemos e que faz parte do imaginário das nossas cidades.



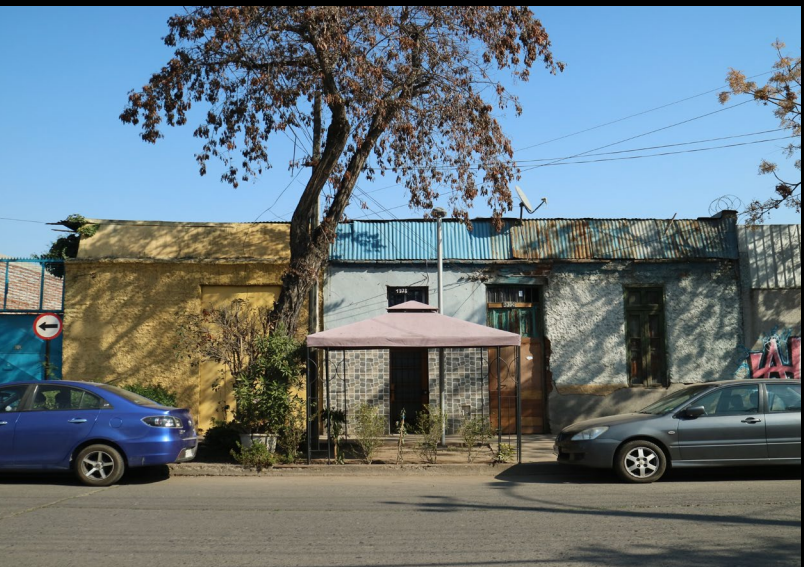
La Boca, Buenos Aires, Argentina, Dezembro de 2019 ©MG

Apropriação da rua por parte das pessoas - a rua como extensão do espaço privado interior.



Barrio Yungay, Santiago de Chile, Setembro de 2019 ©MG

Apropriação da rua por parte das pessoas - a rua como extensão do espaço privado interior - apropriação do passeio para fazer hortas urbanas.





Sesc Pompeia (Lina BoBardi) São Paulo, Brasil, Janeiro de 2018 ©MG
Uso da rua de ligação entre edifícios são usadas para apanhar sol.

Quando falamos de espaço público, muitas vezes damos mais ênfase ao desenho que é planeado, sendo muitas vezes menosprezado o espaço auto-produzido e espontâneo, que tem as suas próprias dinâmicas (SILVA FERNANDES, Ana, 2021, 4º Apêndice: Conversa vadia #4). Muitas vezes são os espaços que não foram desenhados nem planeados que resultam e funcionam de forma mais interessante e que melhor respondem às necessidades existentes e/ou futuras. As áreas auto-produzidas têm, igualmente, uma preponderância muito grande no nosso ambiente construído, isto é inegável. E por tudo isto, o espaço público deveria ser a soma do planeado e do espontâneo, na forma como é vivido, sentido e transformado.

“O limite da cidade é um tema que deve ser debatido para que a cidade possa prosperar. O limite é tão importante como o seu centro, que não tem necessariamente de ser só um. A cidade não é uma construção exclusiva da arquitectura, mais depressa o cemitério o é, do que uma cidade. A cidade é património de todos os que contribuem para o seu desenvolvimento social, desde os que chegam de madrugada para abrir as lojas, aos que deambulam, à noite, alegres e tristes nas ruas

²⁴ CASTRO, Afonso, *Chambord Inachevé: o Château, a Cidade e a Ilha*, FAUP, Porto, 2019, pp.147-149

²⁵ “(...) Habitando os espaços e os tempos periféricos das urbes, estes últimos seres têm formas atípicas de realçar com o trabalho, experimentam trajetórias de vida erráticas e precárias, “resistem” às tipologias e convenções de classificação social, sendo por isso “representáveis” no plano cognitivo e político como problemas. Apesar da sua situação periférica, eles constituem o centro das tensões e das contradições de um sistema que, num contexto de crise dos grandes dispositivos de integração, só lida com eles multiplicando e “localizando” os dispositivos de gestão destas tensões. // Ora, este processo de periferização das contradições do sistema além de ter sido acompanhado pela produção de novos dispositivos cognitivos que configurando a chamada nova questão social conduziram ao abandono das políticas de combate à exclusão social, foi também acompanhado pelo aparecimento de novas problemáticas, entre as quais se destacam a da mediação social e a do desenvolvimento local. (...)” in CORREIA, José Alberto, CAMELO, João, *Da mediação local ao local da mediação: figuras e políticas*, Educação, Sociedade & Cultura, n.º20, 2003, p.173

irregulares do seu traçado. A cidade é o abrigo dos que permanecem e dos que estão de passagem. O valor da arquitectura mede-se pela sua utilidade da(s) sua(s) forma(s) e não pela(s) aparência(s) da sua(s) forma(s).”²⁴ O limite, dá conta da complexidade de relações que o homem estabelece consigo, com o outro, e no espaço e no tempo, no real e no virtual.

Quando, por exemplo, um espaço é ocupado, seja ele um limiar de uma porta ou o espaço para onde se expande uma cidade, é inevitável a criação de limites. Como nos diz Ramón Lobo (2020), em *Las ciudades evanescentes, todas as cidades escondem fronteiras internas*; há espaços que pela sua natureza, pelo modo como foram construídos e/ou organizados, sofrem de uma carência daquilo que é o seu sentido de identidade, quer pela sua relação ao lugar como pela própria desarticulação ou falta de vínculo desse mesmo espaço com a malha da cidade. Exemplos óbvios desta situação são as nossas periferias suburbanas ou os bairros de habitação social nos próprios centros, também eles periféricos, mas psicologicamente²⁵, criando, assim, barreiras entre pessoas.

A tentação em transformar os espaços “tendência” em espaços *friendly*, a sede eufórica em criar e gerar interesse repentino em algumas zonas da cidade através de uma dinamização cultural e artística, que, consequentemente, inflaciona os mercados e que resultam, normalmente, no esvaziamento dessas mesmas zonas, pois as pessoas vêm-se obrigadas a migrar para outros territórios, fazem parte do imaginário desta cidade que temos vindo a construir ao longo das últimas quatro décadas, com base numa constante privatização, sem saber para quem a estamos a construir. O vírus congelou no tempo este espectáculo nas nossas cidades, e fez-nos perceber que, de facto, a cidade em movimento não se move sozinha. Que políticas foram adoptadas e realizadas a nível de estruturação essencial das nossas cidades nos últimos anos? O que ficou?

Com efeito, é emergente redefinir o conceito de espaço público, recuperá-lo como *mundo comum* que é de todos ao ser de ninguém - como o entende Hannah Arendt (1958) -, um espaço de coesão o qual ninguém detém o direito de controlar pois é fruto de um acordo mútuo entre indivíduos. Há um sentimento de anonimato nas cidades. A perda da identidade devido a uma homogeneização generalizada provocada pela globalização, concausa do avanço tecnológico, seja ela consequência da carência da relação do lugar com a comunidade, ou da comunidade com o lugar, seja da desarticulação e falta de vínculo do dito lugar com aquilo que é a cidade, sendo esta última a que mais se assiste na cidade líquida, hoje construída.

Parque España, Rosário, Argentina, Janeiro de 2020 ©MG
Rosário é uma das cidades educadoras do projecto d'A cidade das crianças, do professor italiano Francesco Tonucci.

É urgente erguer uma sociedade democrática e plural, definida pela inclusividade do seu espaço público. A inclusão “(...) entendida como o reconhecimento activo da desigualdade (...)”²⁶, isto é, uma *cidade das crianças*, como nos ensina Francesco Tonucci (2019), onde idosos, crianças, mobilidade reduzida, mulheres, imigrantes, onde todos os cidadãos possam ter visibilidade. “(...) Se se voltar a percorrer as cidades a pé, os nossos urbanistas, os nossos arquitectos e os nossos artistas deverão novamente ter a preocupação de surpreender, de grafitar, de acompanhar os cidadãos pelas ruas. Será importante restituir o espaço para passear, cuidar da pavimentação dos passeios, estreitar as ruas, criar zonas de paragem e de encontro, devolver as praças às pessoas e à brincadeira das crianças. (...)”²⁷ Tem a rua um preço? E a praça? Não deveria o espaço público ser de todos nós? Para que serve a cidade? Como se mede um espaço afinal?

26 CAMPOS M., Luis, GAETE R., Mariela, SILVA R., Rebeca, *El desafío de un espacio público inclusivo*, in *Espacios Públicos: Desafíos para la Gestión Cultural*, Facultad de Artes, Universidad de Chile: Revista de Gestión Cultural #8, 2016, p.10

27 TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019, pp.136-137

3ª INQUIETAÇÃO

Resumo:

sul global. liberdade.
emancipação. comunicação.
a dimensão social.
a dimensão política.

“Atenção. Atenção. Aqui e neste momento, rapazes.”

[Aldous Huxley, *A ilha*]

“(…) Sigam ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor. (...)”

[Salvador Allende, 1973]



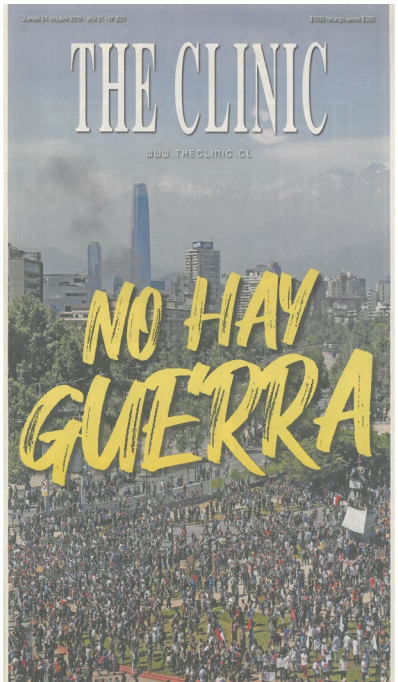
Plaza de la Dignidad, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins
O que se viveu no Chile não foi uma coisa que aconteceu de repente, mas é antes o resultado de um conjunto de processos históricos que se têm vindo a acumular, não só a nível nacional como internacional.
Para ver em directo a Plaza de la Dignidad, podem aceder a [Galeria Cima](#).

‘no hay guerra’

“(…) A linguagem da guerra torna possível exigir os maiores sacrifícios, mesmo a perda da liberdade individual. Este é um mau precedente.”
[Ramón Lobo, Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado, p.187]

1 Recolher obrigatório

2 Por Maurício Weibel Barahona, in THE CLINIC nº 820, p.10



Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©The Clinic nº820

‘Chile despertó’

O descontentamento que estalou espontaneamente no país após a organização de uma invasão massiva ao Metro de Santiago de Chile a partir das redes sociais pelos estudantes do Instituto Nacional, e provocou uma crise social que colocou o país em Estado de Emergência e *toque de queda*¹, é consequência da profunda desigualdade que se sofre no Chile e da demanda transversal por melhores e mais dignas condições de vida.

Sob um sistema neoliberal (re)introduzido na década de 80 pela ditadura de Augusto Pinochet, uma constituição introduzida ainda nesse regime, e à semelhança de outros países do mesmo continente, este país governa-se por um “regime cleptocrático de extrativismo, privatização e desprovido de direitos sociais, à mão de uma elite política e empresarial privilegiada.”² Para dominar as manifestações, o Governo de Sebastian Piñera *declarou guerra* e, através da implementação de um Estado de Excepção antidemocrático, colocou as Forças de Estado na rua para que se restringissem direitos e liberdades que trouxeram à memória a violência, tortura e censura de uma ditadura ainda recente.

Depois da sexta-feira de dezoito de outubro de dois mil e dezanove, os mais de sete milhões de habitantes vêm-se sem o grande transporte público (metro) que mobilizava a maioria nos seus percursos diários casa-trabalho-casa. Consequentemente, as redes de transportes colapsam em cadeia, as ruas enchem-se de gente e a cidade entope. Na rede de inércia numa cidade onde dificilmente as pessoas vivem fora dos seus telemóveis e dos seus núcleos confortáveis, as mesmas são obrigadas a fazer o seu habitual trajecto atravessando as mesmas ruas e praças onde as manifestações ocorrem, e, consequentemente, a participar nelas. Num curto espaço de tempo, toda a gente se vê envolvida, voluntária ou involuntariamente, em protestos e ninguém o podia contrariar.

Entre roubos e vandalismo, barricadas onde se queimam a maior variedade de coisas, as deslocações antes feitas no espaço-tempo de hora demoram agora várias e experimentam em si um sentimento de total insegurança. Durante o dia há uma caça incessante aos mercados e mercearias abertos para comprar os mantimentos necessários a uma sobrevivência em casa, dada a destruição e dificuldades no reabastecimento das grandes superfícies que representam a privação exercida pelas grandes empresas; racionam-se as refeições, cada um contenta-se com o que consegue encontrar; aconselha-se a não sair de casa durante o recolher obrigatório. A cidade ficou mais escura e silenciosa; ouvem-se estrondos e alguém a gritar, mas ninguém sabe de onde vêm nem porquê, tudo parece ganhar uma dimensão maior.

No entanto, é importante notar que a violência que marcou grande parte desta crise não é só fruto de uma aparente desordem pública mas é também muito marcada pelo uso excessivo de força por parte de polícias e militares. A violência criminal que se observa nas ruas não se deve confundir com o uso (i)legítimo das forças repressivas impostas pelo Estado, quando os mesmos incorrem em várias violações aos direitos humanos, ao invés de protecção da população, pois “se a violência se instala como forma de acção política, termina definitivamente com a democracia, o estado de direito e de vida civilizada.”³

Aquando do regime ditatorial do final do século XX, que foi também ele um período de violações sistemáticas aos direitos humanos durante o qual desapareceram inúmeras pessoas e presos políticos da época, a muitos dos quais ainda hoje não se sabe o que aconteceu. Agora, a história parece repetir-se com reaparecimento de histórias e relatos de pessoas desaparecidas, presas, feridas, mortas, no entanto, a diferença é que hoje, dada a onnipresença das tecnologias, muito dificilmente se consegue ser invisível, toda a gente tem um *smartphone* e pode reportar, gravar e ter provas de algo que testemunhou, e assim entram na equação vídeos violentos sobre violações e torturas em salas de serviço das estações de metro subterrâneas, por exemplo.

E num país onde a comunicação social nem sempre é a mais fidedigna, sendo muitas vezes corrupta e censurada na forma como sai-entra ou é noticiada no país, as redes sociais foram - e são - um importante factor para a mobilização de milhares de pessoas. Com elas, não só se torna possível uma difusão praticamente imediata e instantânea dos eventos, manifestações e iniciativas em diversos pontos da(s) cidade(s), como



Santiago de Chile, Outubro de 2019
©Ana Catarina Martins

3 ALVARADO R., Claudio, *Civilización o Barbarie: Cuatro Momentos*, in THE CLINIC Nº 826, p. 21



Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©The Clinic nº820



Santiago de Chile, Outubro de 2019
©Ana Catarina Martins
Interior autocarro queimado.

também tem um papel compensador na falta de confiança nos *mídia* com a presença de contas onde se partilham ao segundo uma informação mais próxima da realidade, ainda que muitas vezes também essas partilhas possam ser duvidosas por falta de contextualização e que, por isso, gerem mais pânico.

Então, que sentido demos à cidade? O discurso poético da cidade como lugar de encontro, sociabilização, igualdade, enriquecimento pessoal e colectivo não está presente nas nossas cidades contemporâneas - têm vindo a perder a sua condição pública. É indiscutível que no Chile, tal como por toda a América Latina, há um histórico largo e antigo de incentivo à mobilização cidadã e à priorização de políticas públicas que incentivam essa mesma ocupação, seja através de fundos colectivos ou organizações de juntas de vizinhos e projectos da(s) comunidade(s).

Todas as acções que ocorreram na noite do dia dezoito de outubro contribuíram para a criação de um espaço de diálogo e encontro onde se trocam histórias de um presente e de um passado (re)vivido, outrora impossível dada a azáfama do dia-a-dia citadino, assim, da cidade feita de redes de indiferença, num profundo desconhecimento de quem vive na porta ao lado, os vizinhos conhecem-se por fim, e contra todas as probabilidades unem-se como *comunidade* em iniciativas de apoio aos manifestantes no combate à violência das forças ar-

madras. É neste caos que surgem iniciativas de entreaajuda e esperança que tentam cumprir a função daqueles que os deviam proteger e pôr fim à tortura e injustiça que se vive no país.

Como produto deste *estallido social*, muitas coisas se equacionaram, algumas já referidas acima, mas, e talvez a mais importante, foi a (re)apropriação do espaço público (PI-ZARRO, Fran, 2020, 1ª Apêndice: Santiago do Chile). Da perspectiva de quem vive e participa na cidade, é possível observar justamente esse sentimento de unidade no acto de reivindicação do espaço público por parte dos cidadãos, do espaço público que se tem transformado progressivamente desde a euforia do automóvel que os reduziu a espaços de circulação e fluxo, cada vez com mais força e presença na cidade. Em grandes cidades, onde se depende muito do tráfego, dado às distâncias não caminháveis, há pouco espaço para encontro pelo desconhecimento que geram e pela desconfiança que trazem consigo. Deste modo, desaparece do espaço público a sua percepção como o tal espaço de sociabilização, do cidadão, de dar sentido à vida pública e colectiva, dessa sobreposição e riqueza de actividades que nele se dão, transformando-o antes numa somatória de vias específicas para o carro, para a bicicleta, para o peão, a última, por sua vez, cada vez mais estreita e alienante em relação às outras.

A Alameda e a Praça Dignidad são um ponto muito relevante para a reivindicação do espaço público que antes não era reclamado nem questionado por parte do comum. Ter a Plaza Dignidad como ponto de encontro mas também como símbolo de afirmação e catalisador na tomada de outros espaços como a Alameda, entre outras veias importantes na grelha santiaguina como Vicuña Mackenna, isto é, espaços que originalmente não eram públicos, que por serem concausa e produto de todas as transformações históricas e necessidades da cidade ao longo dos tempos se foram transformando, perdendo e/ou ganhando, reduziu o papel do cidadão a uma condição totalmente secundária na urbe, e portanto, o *estallido* permitiu reafirmar espaços que noutras alturas podiam ser entendidos como violentos ou, em certa medida, até inseguros, devido à massiva presença de transportes e pelo intenso fluxo de tráfego, nos quais agora se podia caminhar com tranquilidade, como um espaço - que sempre foi - *para e das* pessoas.

A contingência politico-social tornou possível o que a actual pandemia em que vivemos contraria: efectivamente, os espaços são *para as* pessoas, e, quando sem elas, sentimo-los abandonados e sem vida e, subitamente, aparece esta explosão de múltiplas dimensões, que de um ponto de vista do compro-



Barricadas, Alameda, Santiago de Chile, Outubro de 2019. ©Ana Catarina Martins



Barricadas, Alameda, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins





Barricada, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

Os objectos urbanos que estiverem à mão dos manifestantes servem como "armas" para se defenderem da força desmesurada exercida pelas autoridades - bancos de jardim, candeeiros, sinais de trânsito, lixo, guardas urbanas, etc..

misso entre o cidadão e o público, se manifestou com muita força, ainda que acompanhado com a violência que se viveu simultaneamente, se sentiu uma forte alegria ao tomar-se novamente as grandes avenidas com uma esperança de construir uma sociedade melhor (ALLENDE, Salvador, 1973)

Além das dimensões política e psicológica da reapropriação da cidade comum, podemos referir ainda uma outra dimensão - a *simbólica*: questionaram-se intensamente todos os símbolos da cidade até então assumidos como verdade absoluta; questionaram-se todas estas verdades estabelecidas que tinham que ver com um processo histórico, e também com o(s) movimento(s) feminista(s), entre outros, que põem em causa todo um imaginário de cidade construída através do bélico - processo histórico - e com base na figura masculina activa e produtiva. Começam-se a questionar, globalmente, as cidades, o espaço público e o seu uso, e todos os símbolos que marcam e têm presença na sua identidade e sentido, como uma rebelião conjunta contra o estabelecido.

Historicamente, o Chile sempre foi uma sociedade desigual, palco de muita injustiça social, numa lógica de estratificação por classes, o qual foi transmitido para a planificação, ou não-planificação⁴, que nas últimas décadas têm promovido a separação socio-económica-espacial, que agregada a ela traz uma abstracção sobre os diferentes chiles que existem dentro de uma mesma cidade. No passado, Santiago era uma cidade cheia de bairros, de cultura de bairro, onde cada um tinha a sua identidade e uma grande capacidade de encontro, e não era esta cidade segregada que vivemos agora na nossa condição urbana. Santiago tem sensivelmente sete milhões de habitantes, quase 86% da população de todo o Chile. Com certeza, o seu crescimento desmesurado, à semelhança de outras metrópoles e megacidades, contrasta brutalmente com este passado com escala humana, para um presente que cresce de forma brutal e selvagem (GOLDSACK, Luis, 2020).

As cidades de Lisboa e Porto, e as cidades europeias, sabemos que também nelas existem áreas distintas, embora não sejam tão marcadas como nas cidades latino-americanas. Nesse campo, Santiago tem uma leitura deveras interessante e peculiar a partir da sua histórica, pois o seu desenho urbano é marcado por distintos modelos - desde o modelo de colonização espanhola, já muito pouco visível na malha urbana, que marca o crescimento de Santiago fundacional, passando por um modelo de 'afrancesamento' que representa uma vontade de se diferenciar de Espanha, e que marca fortemente a cidade; uma cidade moderna, com todos os bairros e unidades



Plaza Dignidad, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

Violência das Forças Estatais, que constantemente desrespeitavam direitos humanos.

⁴ Na ditadura de Augusto Pinochet em 1973 que o Estado terminou com o planeamento urbano como política pública e como disciplina no ensino público. Deixou-se de desenhar a cidade, não só de Santiago, mas de todo Chile.

de vizinhança que marcam um momento arquitectónico histórico, mas também politico-social diferente, e posteriormente, a marca da cidade norte-americana, de liberalização do solo, com o automóvel, a vivenda unifamiliar, zonificação, mas também de marginalidade e da vivenda social uniforme e repetitiva. Santiago não é uma cidade, é um conjunto de diferentes cidades todavia muito presentes no seu desenho urbano.

Essa (não)planificação passou para a mão de empresas de investimento privado e empresários com o poder do capital e proprietários do solo. Santiago hoje, tem várias leituras, e ao percorrê-lo podemos encontrar um bairro que podia ser de outra parte do mundo, e a muito pouca distância dele, um outro mais humilde. Então, a planificação como acção privada tem gerado espaços muito amplos e desaforados em zonas ditas dignas da cidade, e outros muito densos e pouco gratificantes noutras, de forma desproporcional. Daí que o estallido, esta indignação social era algo que vinha a crescer e ganhar dimensão ao longo do tempo e que era impossível não acontecer. O que esperamos quando os mecanismos de controlo, planificação estão nas mãos dos empresários que fazem crescer as cidades para onde lhes for mais conveniente?

Apropriar-se da Alameda e ocupá-la é um acto simbólico de rebeldia a tudo isto. Foi um acto de apropriação de vários sectores, uma acção política e de cidadania, de encontro no meio da brutal segregação que se faz sentir. Quem vivia agora a cidade vivi-a com um sentimento de união, de comunidade,



Santiago de Chile, Outubro de 2019
©Ana Catarina Martins
 A rua que grita, os seus muros contam a história da cidade.



encontro e inter-ajuda, onde as pessoas antes alienadas, conversavam.

Numa questão de meses, a cidade virou um museu a céu aberto que perdura no tempo como resultado da criação histórica e participativa de um novo Chile. Com o país em estado de emergência, os museus, teatros, salas de espectáculos têm a rua como cenário para a produção de um manifesto criativo movido pela contingência social actual. Dançam-se histórias, fazem-se performances com monumentos nacionais, dão-se concertos, recita-se poesia nas ruas, há efectivamente gente que pára e lê o que os muros gritam, homenageiam-se os que sofreram injustamente nas mãos daquelas que os deveriam proteger.

A necessidade de expressão deste discurso, através da arte, poesia e criatividade, também se manifestou através da intervenção, não só nos muros, como também no património e bens públicos das cidades. Desde a noite de dezoito de outubro observam-se barricadas a cada esquina, ouvem-se os *cacerolazos*⁵ e a marcha de milhares são envolvidos pelo fumo de incêndios de vários edifícios e transportes públicos agravados pelo gás lacrimogénico lançado pelas forças estatais. As acções de destruição e violência em monumentos⁶ que permaneciam inertes e indiferentes aos seus usuários, não só no centro de Santiago como por todo o país, constroem hoje uma memória social de uma (re)união que é produto da crise social, política e institucional chilena. “Em revolta social, voltamos a vê-los a ser subvertidos e a demonstrar uma vontade de rebeldia a respeito da memória que impõem, dando-lhe um parecer e mostra, o seu lugar no espaço público de que nos apropriamos”⁷. O Governo mantém as suas tentativas para silenciar as ruas que

Santiago de Chile, Outubro de 2019
©Ana Catarina Martins
 A cidade - museu a céu aberto.

8 Inscrição num dos muros do Centro Gabriela Mistral (GAM), sem autor.

contam a nova história que se começou a escrever, mas "não há pintura que apague a injustiça"⁸. Há marcas que não se conseguirão, nunca, apagar das cidades, estas terão sempre marcas das consequências da memória deixadas pelo tempo à medida da evolução consecutiva das sociedades.

Tudo o que o *estallido* provocou voltou a nossa atenção para esta cidade alienante e a urgência em reverter a situação ao apropriar-se dos espaços, seja isso através de acções de confronto, algumas vezes violentas, mas cujo denominador comum é o de recuperar o seu significado, dar-lhe novos significados e uma nova leitura a partir daquilo que é o espaço público. Com a pandemia, e com o confinamento por ela imposto, estes espaços perderam-se, reduziram-se à elementariedade das actividades e acções de primeira necessidade e grande parte dos edifícios que têm um carácter público ficaram em pausa. No entanto, mesmo com as medidas sanitárias que 'expulsam' as pessoas da esfera pública, as ruas fazem ressoar os gritos e cânticos das manifestações e o *cacerolazo* fez-se ouvir através das janelas e varandas por toda a cidade.

Segundo Vargas Llosa (2012), a liberdade é um bem precioso, que não está garantido em nenhum país. É importante continuar a lutar pela nossa liberdade e defendê-la, sempre, passo a expressão, com unhas e dentes. Judith Butler (2003) defende uma ideia fundamental à compreensão das dimensões do espaço público, a ideia de que o espaço público não é garantido ou pré-existente mas é antes uma conquista de construção comum, directamente relacionada com a forma como os corpos ocupam as ruas e os espaços públicos para se manifestarem, que é produzido aquando das acções de ocupação e tem um papel crucial na nossa relação e actuação em conjunto.

⁵ Forma de protesto que consiste em fazer barulho com tachos, panelas, ou outro utensílio. Este tipo de manifestação começou no Chile em 1971, contra a escassez de alimentos no mandato de Salvador Allende.

⁶ *Inventario Iconoclasta de la Insurrección Chilena. Imagem como representação de espaço social do ser humano*

⁷ *Colectivo Cartografías de la Memoria*



Isto é, não há espaço público sem corpos, mas é com os corpos nas ruas que damos origem ao espaço público. Mais do que arquitectura, o espaço público é uma produção emergente, o resultado da nossa acção na relação com a acção dos outros, é o espaço produzido socialmente na relação com o que nos rodeia.

Vivemos numa *crise profunda de democracia*, que põe em causa a nossa *dignidade humana*, em que a distopia é real para muita gente, e está presente e visível na cidade, nas ruas, na arte urbana. A polarização de classes, cada vez mais distantes e fechadas sobre si próprias de tão separadas que estão, tal e qual como no imaginário dos filmes *Parasitas*, de Bong Joon-ho, ou em *A Plataforma*, de Galder Urrutia, são óptimas parábolas da realidade que retratam de uma forma muito directa e crua a nossa condição humana e que mostram como o egoísmo e a ganância desmedida segundo a lógica de *quanto mais se tem, mais se quer*, leva à desigualdade. “A democracia é um combate diário. Nunca é um dado adquirido.”⁹

Qualquer acto, seja ele falar, dançar, movimentos, gritar, marchar, ou até mesmo o silêncio e o lamentar (protesto fúnebre, como é exemplo as *Abuelas de Plaza de Mayo*, na Argentina), são um protesto, uma performance e ocupação espontânea. A filosofia evidencia ainda que as infra-estruturas estatais, ao reivindicarem estes espaços fragilizam esta apropriação espontânea. O espaço público está em constante disputa socialmente, arquitectonicamente, no seu uso e na sua apropriação.

Santiago de Chile, Outubro de 2019
©Ana Catarina Martins

9 Documentário *Cartoonistas - Soldados de Infancia de Democracia* (2014), Realizador: Stéphanie Valloatto



Abuelas de Plaza de Mayo, junho de 1987 ©Abuelas

“(…) Nesta perspectiva, as acções empreendidas [no Chile, semelhantes às ocorridas] na Primavera Árabe não “ocuparam” o espaço público, mas sim o produziram. Produziram-no numa acção a meio caminho entre a acção concertada e a espontaneidade. Foi produzido por corpos que nem sempre estão na rua, e muito menos de uma forma concertada. Foi produzido pelos corpos de jovens, pelos corpos de habitantes da cidade, pelos corpos de agentes da polícia. Corpos entrelaçados por gritos e cânticos, por fitas cor-de-rosa, por mensagens de texto e redes sociais. Corpos ligados em co-presença e à distância. O que queremos argumentar aqui é que esta produção de espaço foi invulgar e, dada a variedade de pessoas, grupos, actividades e objectos concertados, foi especialmente heterogénea. Por outras palavras, o que nos interessa sublinhar é que o espaço público que emerge da Primavera Árabe é um espaço público diferente e mais inclusivo que o anterior, porque é diverso, invulgar e procura aumentar essa diversidade clamando pelo reconhecimento das necessidades, desejos e participação daqueles que são mais frequentemente ignorados. (...)”¹⁰

No entanto, quem produz o espaço público actual? Quem regula o espaço público?

Manifestações pela democracia quando a assumimos como adquirida, pelo direito à habitação, pelo futuro do nosso planeta, pela igualdade, diferença e inclusão, o espaço urbano é o palco predilecto das lutas colectivas e sociais. Se fizermos uma viagem pelas duas primeiras décadas deste século, podemos ver que tem havido ocupações nas ruas e praças das

10 CAMPOS M., Luis, GAETE R., Mariela, SILVA R., Rebeca, El desafío de un espacio público inclusivo in *Espacios Públicos: Desafíos para la Gestión Cultural*, Facultad de Artes, Universidad de Chile: Revista de Gestión Cultural #8, 2016, p.9

nossas cidades, inclusive, os últimos três anos têm sido surpreendentemente vibrantes. Acontecimentos como o *Occupy Wall Street* em 2011, quando milhares inundaram as ruas do distrito financeiro de Manhattan para se mobilizarem contra a corrupção, o egoísmo, a ganância, contra a desigualdade econômica e social promovida por aqueles que beneficiaram da crise financeira mundial de 2008, que por sua vez também foi o gatilho para inúmeros protestos posteriores em Portugal, com um movimento social chamado *Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!* em 2012, até aos protestos de março de 2019 em Hong Kong, dos pró-democracia para a retirada da lei de extradição proposta pelo Governo, são alguns exemplos de grandes invasões às ruas da cidade, de revolução comum.

As possibilidades que as tecnologias de informação e comunicação têm facilitado e conseguido como de construção e compromisso cívico activo tem tido um grande impacto na mobilização cidadã e na construção desta consciência social e política da sociedade. Elas revelam-se como meios para evocar as comunidades de forma instantânea, através do Twitter, do Instagram, entre outras redes sociais fazendo com que em apenas algumas horas se convoquem as mais variadíssimas manifestações e/ou formas de protestos. O Chile foi um dessas casos, quando tudo começou com uma mobilização estudantil através das redes sociais, como também foram exemplo as manifestações contra a *troika* que surgiram na internet e que acabou por levar um milhão de pessoas à rua. A instantaneidade envolve a sociedade em todo um discurso imediato e mediático, por vezes sensacionalista. “O novo mundo vai acelerar tendências que estavam entre nós, tais como o declínio dos Estados Unidos como império dominante, o rendimento básico, a presença de robôs e o teletrabalho que vão provocar mudanças nas relações laborais e familiares. Irá também precipitar a desinformação, o universo das notícias falsas e a utilização massiva de redes sociais para criar estados de opinião alheios aos factos comprovados. Chama-se *infodemia*, e está aqui para ficar.”¹¹

Na última década estas lutas parecem cada vez mais frequentes, e parecem ter atingido o seu auge nesta crise sanitária, que desmascarou todo este sistema que temos vindo a construir que parece que quando cai, não deixa nada. A pandemia impôs-se ao estallido social do Chile, como a muitos outros protestos que tinham lugar noutras partes do mundo. As milhares de pessoas que inundavam as ruas a pedir justiça e dignidade agora estão fechadas em casa à espera para voltar a reclamar o seu espaço na democracia.¹²



Manifestação Occupy Wall Street, 2011, NY, EUA ©Occupy.com



(acima) ©Paulo Pimenta/Jornal Público; (abaixo) ©Nuno Ferreira Santos/Jornal Público
Movimento Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!, em Portugal e na Europa.

11 LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, p.184

12 PlayGroundMag, *Chile: del estallido social en las calles al confinamiento*

Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©MG
As pessoas a ocuparem a Alameda, um cenário atípico numa avenida bastante movimentada.



Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©MG
Manifestação permanente 'No+AFP', frente ao Tribunal de Justiça



Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©MG
Manifestação e intervenção no solo pelo Direito à Habitação.



Como ocupar um espaço público quando, por acréscimo a uma crise político-social, se vive uma crise sanitária? Foram inúmeros os protestos em diferentes países motivados pelas contestação que ressoava no mundo pelas medidas de restrição à pandemia, em que muitos deles terminaram em confrontos entre os manifestantes e as forças policiais. Estes finais, por sua vez, geram mais manifestações contra a violência policial, a favor dos direitos humanos, pró-igualdade na diferença, valores, dignidade, como foi o caso da onda de protestos *#blacklivesmatter*, após a morte de George Floyd, nos Estados Unidos, e que teve repercussões nos cinco continentes.

No entanto, nem sempre o final é devastador ou violento. O primeiro de maio saiu às ruas portuguesas em 2020, um pouco como por todo o mundo, onde mais de 500 pessoas, através de marcas no chão, procuraram reservar o espaço necessário a permitir manter uma distância segura entre indivíduos, como uma espécie de contra-tese às medidas impostas pelo Governo que restringiam o uso do espaço público e a sua consequente ocupação, altamente contrastante com as fotografias assustadores das ruas e cidades vazias que se fizeram circular um pouco por todo o mundo, reforçando esta ideia de que um espaço se mede com pessoas. Como medimos um espaço quando este está a transbordar de pessoas? Automaticamente, estes espaços deixam de ser medidos em m² ou até m³ porque essas medidas passam a ser perigosas e, em muitos casos podem ser bastante reductoras destas situações. Se a cidade é para as pessoas, no dia em que deixar de haver pessoas, as cidades deixam de ter sentido. Por isso, vale a pena pensar quanto mede um espaço em pessoas, isto é, na unidade pessoas - “(...) a luta através da não-violência é travada por movimentos de transformação social que reconhecem que a interdependência da vida está na base de qualquer igualdade política ou social.”¹³

“A crise étnica, a crise urbana e a crise do sistema educativo encontram-se ligadas umas às outras. Numa perspectiva global, podemos considerá-las como as diferentes facetas de uma crise mais vasta, resultante do facto do homem ter criado, para seu próprio uso, uma dimensão nova - a dimensão cultural - cuja maior parte permanece invisível. (...)”¹⁴

¹³ BUTLER, Judith, *A força da não-violência*, Tradução: Hugo Barro, Lisboa: Edições 70, LDA, 2021

¹⁴ HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986, p.213



1º de Maio de 2020, Alameda, Lisboa
©Nuno Ferreira Santos/Jornal Público



1º de Maio de 2020, Aliados, Porto
©Paulo Pimenta/Jornal Público

4ª INQUIETAÇÃO

Resumo:

distopia. solidão. cidades
suspensas. cidades silenciadas. a
cidade incógnita. cidades
evanescentes.

“Uma maneira cómoda de travar conhecimento com uma
cidade é descobrir como lá se trabalha, como se ama e como
se morre. (...)”

[Albert Camus, *A Peste*, p.11]

‘estamos em guerra’

“(…) Tudo foi suspenso, cidades, seres humanos e marionetas, como se alguém tivesse premido o botão de paragem universal. (...)” [Ramón Lobo, *Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, p.170]

‘*Fique em casa*’.

Declarado o estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde que colocou a maioria dos países em estado de emergência, um vírus coloca o mundo inteiro em casa enquanto as cidades permanecem no tempo à espera de normalidade.

Com origem em Wuhan, na China, a COVID-19 tornou os cenários distópicos apenas lidos e vistos no cinema na surrealidade actual. Num período de incertezas e de medo colectivo, vive-se o caos nos países europeus que pouco ou nada estavam preparados para o impacto imediato que se fez sentir pela pandemia, quando esta, ao fim de três meses do seu aparecimento, atinge em força a Europa.

Entre salvar vidas ou evitar o colapso económico os governos decretaram o Estado de Emergência: fecharam-se fronteiras, desapareceram os turistas, limitou-se a circulação de pessoas a nível nacional e internacional, e de tempos a tempos estamos confinados ao concelho de residência de cada um; as economias caem, o comércio e restauração encerram. Desaparecem sustentos. Assisti-se ao desespero inicial nas prateleiras dos supermercados. Cumprimenta-se com os pés e cotovelos, cumpre-se um distanciamento ‘social’ - não teria sido melhor apelidá-lo como ‘físico’? - e reduzem-se os contactos ao estritamente necessário. Lavam-se as mãos a cada minuto, o álcool gel tal como as máscaras, uma realidade já intrínseca nos países asiáticos, fazem agora parte do quotidiano de todos e indispensáveis ao sair-se de casa. E foi assim que “um silêncio invulgar tomou conta da cidade confinada. Desapareceram os carros, o *runrún* e o cheiro a petróleo, e muita da poluição que nos envenenou face à inacção criminosa das autoridades. Desapareceram os arbustos, o barulho, a bagunça dos trabalhadores nocturnos. Parecia um pesadelo literário, metade Camus, metade José Saramago e o seu *Ensaio sobre a Cegueira*. (...) Os semáforos mantiveram a sua cadência automática, in-



Frame do episódio "O Supermercado" da série "O Colapso", do coletivo "Les Parasites", 2019 ©Cinema Planet

"O Colapso" é uma série que parte da nossa condição actual, imaginando o cenário do que aconteceria se ultrapássemos um ponto sem possibilidade de retorno, como um aviso do que acontecerá num futuro próximo se continuarmos a viver como vivemos. Entretanto, com a chegada da pandemia, o cenário parece cada vez mais próximo, em poucos dias os supermercados estão a aborrotar e, em menos de nada, as prateleiras estão vazias.



capazes de modificar a sua rotina: verde, amarelo, vermelho. Os ciclos da vida: nascer, crescer, morrer. Criamos máquinas que nos sobreviverão até ficarem sem energia. Quando tudo estiver desligado, será o fim do mundo. Não haverá retorno.”¹

Sentimo-nos todos prisioneiros dos dias que são todos iguais quando a imaginação já não acompanha o passar do tempo, prisioneiros dum mundo de incertezas, com mais perguntas que respostas. Como sabemos, os vírus não reconhecem fronteiras nem classes sociais, e ao contrário das outras guerras que já vivemos, nesta o inimigo não destrói os edifícios nem as cidades.

Além da ameaça iminente à humanidade, que pode ser fatal, o novo coronavírus está “(...) a matar uma outra criação humana: a economia globalizada em que vivemos.”² Vivíamos numa bolha totalmente desconectados do que nos rodeia, fechados em nós próprios, e nada parecia permanecer - tudo era líquido. Consequentemente, o aparecimento deste vírus apenas veio "tirar a máscara" à grande fragilidade da base das sociedades que temos vindo a construir, numa lógica de domínio de capital financeiro estruturante da nossa existência, que semi-paralisou e agora sofre um processo de des-globalização colectiva à medida que atrasa e interrompe cadeias de produção e abastecimento a nível mundial.

Rua 31 de Janeiro, Porto, 2020 ©Mário Mesquita
Da série: (EX)clusão: Vazios Urbanos

¹ LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, pp.14-15

² FERNANDES, José Pedro Teixeira, *O vírus está a matar a globalização*, março 2020, in Jornal Público

³ BERGER, JOHN, *Entretanto*, Tradução Júlio Henriques, 1ª ed. Antígona 2018

⁴ LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, pp.47-48

⁵ PINTO, Mariana Correia, *Pedimos desculpa pela interrupção: as (novas) cidades voltam dentro de momentos*, abril 2020, in Jornal Público

O modelo frágil sob o qual temos vindo a empilhar a nossa civilização ameaça valores como os de comunidade, direitos básicos de habitação, saúde, educação, privacidade, liberdade de expressão. A falta de diversidade nos sectores económicos que sustentam as economias de cada país coloca em perigo a “distopia neoliberal contemporânea”³ em que já vivíamos.

Vítimas de todo este processo de globalização, dos processos de expulsão de zonas centrais das cidades, aos quais temos visto a assistir, na sua maioria, por razões de especulação daquelas áreas, as pessoas têm vindo a ser convidadas a sair dos corações das cidades para as periferias e subúrbios da mesma. “*Airbnb* e os mercados aplaudiram a multidão que varreu as cidades, despojando-as da sua essência histórica, reduzindo-as a uma *Disney* capitalista de produção em massa: as mesmas lojas, as mesmas marcas, os mesmos cheiros, as mesmas palavras. A identidade colectiva foi preservada nos edifícios e nas instalações laminadas, e nas pessoas silenciadas que contavam histórias. As suas vidas e actos desapareceram, quer fossem letras grandes ou pequenas. O que restava era a tagarelice, o barulho.”⁴ O processo é simples, adquirir um edifício e depois de despejar os seus inquilinos, melhorá-lo, reabilitá-lo e pô-lo no mercado a preços irrealistas, ou seja, uma especulação baseada na lei do mais forte, de quem tem poder, e assim, aos poucos e poucos, vai-se reduzindo a cidade antes cheia de vida, a um museu para o turista ver.

O cenário que se vê num dia normal nestes locais torna-se ainda mais assustador numa cidade desamparada sem vida, como uma estrutura perdida no tempo. Porém, neste tema todos nós, pré-pandemia, pagámos a nossa quota-parte de culpa. A excessiva turistificação e gentrificação que transformaram (e transformam) os centros históricos em zonas monofuncionais e dependentes de um único sector que, sendo uma das primeiras vítimas deste vírus, pôs também ele em risco estes centros urbanos desertos aos quais tanto nos dedicamos a construir⁵. Enquanto por toda a cidade se batiam palmas às 22h da noite, nos centros históricos não havia vitalidade para aplausos, eram milhares de janelas fechadas sem gente. O que está aqui em causa é a democracia, e o privilegiar de um bem-estar comum. Afinal, construímos cidades *para quem*?

A crise económica-social que vivemos tem, logicamente, um impacto directo na economia e no emprego, que além de aumentar o pânico social instalado na população, “nunca irá corrigir as muitas assimetrias e injustiças da globalização. Muito pelo contrário, provavelmente irá acentuá-las, afectan-



do, ainda mais, as partes da população já mais frágeis e desfavorecidas.”⁶ E por isso, há a necessidade extrema e urgente da (re)abertura dos serviços mínimos, e posteriormente, a abertura gradual dos demais serviços, na impossibilidade destes manterem os seus rendimentos sob uma circunstância que obriga a todos a ficar em casa.

"(...) Os novos edifícios não são propícios ao aconchego. As pessoas vivem apinhadas, pisando-se umas às outras, escutando-se umas às outras através de paredes de papel em casas cada vez mais pequenas, de menor qualidade e mais caras. Se as cidades da globalização se fotocopiam umas às outras mesmo em nome das lojas, os apartamentos são uma cópia vertical. Parecemos uma tribo ordenada por estratos de solidão. (...)”⁷ A massificação da vida urbana já tinha trazido antes novas condições à cidade, não só esta tinha de ser partilhada por milhares de pessoas, como as suas actividades tinham de ser comprimidas no espaço. Nas últimas décadas tem-se feito notar uma obsessão com o consumo e produtividade, levando o trabalho para casa e a vida para o emprego, e por isso, “a distinção entre o doméstico e o trabalho parecem colapsar num único espaço comum”⁸. Neste sentido, se já antes se misturava o espaço doméstico com o de trabalho agora movidos pela contingência sanitária em que nos encontramos, o trabalho passa a ser feito a partir de casa.

Avenida da Liberdade, Lisboa, 2020.
©João Porfírio/*Observador*

(à direita) **Porto, 2020** ©Mário Mesquita
Da série: (EX)clusão: Vazios Urbanos

⁶ FERNANDES, José Pedro Teixeira, *O vírus está a matar a globalização*, março 2020, in *Jornal Público*

⁷ LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, p.32

⁸ BELANCIANO, Vítor, *Agora o trabalho é a nossa casa*, abril 2020, in *Jornal Público*





Rua Áurea, Lisboa, 2020.
 ©João Porfírio/*Observador*

9 ibidem

A casa passou a ser núcleo produtivo, “(...) é o emprego, sem a sociabilização (...). Como passou também a ser creche e escola para quem tem filhos. O doméstico e o laboral, o familiar e o profissional, confundem-se. O pessoal deixou de ser político, para ser apenas económico. (...)”⁹ Quem sabe se não estaríamos já a apontar para um futuro que seria assim, mas no entretanto reaprendemos e reconstruímos o quotidiano adaptado a um mundo viral e, por consequência, em rede.

Com um imaginário confinado a quatro paredes, hábitos e rotinas adaptam-se à nova contingência sanitária: traz-se um pouco de cidade para dentro das nossas casas, sente-se a necessidade de reapropriar o espaço ao qual se está cingido, na tentativa de manter o dia-a-dia o mais semelhante possível à normalidade, até por uma questão psicológica, e redescobre-se a dimensão colectiva na casa: ela é escritório, sala de aula, ginásio, parque, creche, entre outros. Deste modo, o confinamento forçado levou a sociedade a repensar as suas prioridades face às necessidades do ambiente doméstico. “A cidade é um dos cumes da criação social [é nela] (...) que existe cultura, igualdade, democracia, discussão e tolerância [ou pelo menos, deveria]. Sabemos que também pode haver crime, roubo, doença, acidente, mas tudo isso é nada comparado com a liberdade e a criação que a cidade nos dá. Nem com a alegria que nos proporciona. Até porque a cidade também é protecção e segurança.”¹⁰

Porém, não é apenas o imaginário da esfera privada que muda e se adapta - o cenário da esfera pública parece pós-

¹⁰ BARRETO, António, *As cidades mortas*, abril 2020, in *Jornal Público*

Porto, 2020 ©Miguel Nogueira/*Diário de Notícias*
 Hospital de Campanha no Pavilhão SuperBock/Rosa Mota.



-apocalíptico: muitos dos bens públicos são transformados em hospitais campanha de modo a conseguir e garantir um maior apoio aos doentes da COVID-19; espaços hoteleiros, tal como alojamento local e hotéis, servem de lugar quer para acolhimento de profissionais de saúde quer de isolamento de casos suspeitos que têm de cumprir isolamento profilático; outros ainda servem de morgues comunitárias temporárias, como foi o caso da pista de patinagem em Madrid, já mencionada na 2ª Inquietação. Como será o mundo pós-pandemia?

A perda dos espaços de convivência nas urbes, mesmo que fosse apenas o simples facto de poder caminhar perdidos nas ruas entre multidões, e a desconexão humana provocaram uma solidão e um profundo vazio existencial em cada um de nós, concausa do isolamento a que temos de estar sujeitos para salvar outras vidas. Face à falta de convivência física e de uma vida fora de casa, se já antes o fazíamos, hoje, mais do que nunca, vivemos dentro dos nossos telemóveis. Numa altura em que concertos e espectáculos são cancelados ou adiados, não há festivais de verão, museus ora fechados ora com horário reduzido, fazendo já parte das nossas vidas, a normalidade e banalidade na utilização das redes sociais para partilhas desde pequenos momentos do quotidiano a posições e discussões políticas ou de notícias do que se passa por cá e pelo mundo, a verdade é que estas têm assumido um papel cada vez maior nas sociedades - sem se reparar, já se vivia nelas há algum tempo e hoje assumem papel ainda mais preponderante na cultura e entretenimento 24/7, principalmente agora que vivemos



Gaia, 2020 ©Mário Mesquita
Da série: (EX)clusão: Vazios Urbanos

em *casas-prisão* (LOBO, Ramón, 2020) e a falta de apoio a um dos sectores mais importantes e desvalorizado do país - a cultura-, levou a que os mais variados artistas se reinventassem neste espaço virtual através de iniciativas de apoio mútuo, numa área em que a dependência de um público é imperativa à sua sobrevivência. Assim no meio do caos, estas iniciativas de grupos de entajuda e solidariedade no *WhatsApp*, e outras redes sociais, começam a surgir, não só para ajudar a cultura, como o próximo, criando e cultivando um sentido de comunidade há muito tempo desaparecido das nossas vidas quotidianas.

Com as deslocações reduzidas ao mínimo, ficam na ribalta as reuniões familiares e festas de aniversário no zoom, video-chamadas que substituem as idas ao café e compras online substituem idas aos *shoppings* e entre rostos silenciados pelas máscaras e o medo de ser contagiado ou contagiar, cada vez mais acostumados e confortáveis em casa, sente-se uma maior desconfiança e insegurança quando se sai à rua. E embora se veja cada vez mais pessoas fora de casa, aparentando ter perdido o medo de o fazer, e com a restauração e comércio a abrir, essa estranheza e receio estará sempre presente na sociedade até se encontrar uma vacina que torne a vivência mais pacífica com o vírus.

Ao contrário do que se propaga pelos *midia*, a pandemia não é - nem pode ser - um *novo normal*. O vírus é passageiro, mas com certeza, e não só conhecendo história, como também nos avisa Bill Gates (2020), esta não será a última pandemia que iremos viver. Este momento em que vivemos abre espaço de reflexão não só sobre as consequências imediatas do que estamos a viver, como também da forma como

temos vindo a viver nas nossas sociedades e nas nossas cidades e o perigo iminente que somos para o nosso planeta sob uma séria e constante ameaça climática provocada pela nossa (a) normalidade.

A história é um instrumento, ou deveria ser utilizado como uma ferramenta, viva e activa para ajudar a compreender melhor o presente, e a ter um posicionamento crítico face ao mesmo. Uma mudança de era implica sempre uma mudança no paradigma sociocultural que coloca em cheque as bases herdadas até à data pela sociedade anterior. É fundamental para a nossa compreensão do mundo. “A sociedade sob ataque tinha esquecido as lições das suas duas guerras mundiais e da praga mais mortífera, a chamada gripe espanhola, que matou mais de cinquenta milhões de pessoas entre 1918 e 1920. Acreditávamos que os infortúnios, as doenças perigosas e a fome aconteciam longe, do outro lado das paredes e das concertinas. A sociedade afortunada acreditava-se intocável e eterna até chegar a morte disfarçada de um vírus letal.”¹¹

Terá a solução para o nosso problema actual sido encontrada antes?

Esta pandemia não é um evento novo. Na nossa história, os seus relatos datam além do século XIX e XX. A cada epidemia, ou pandemia, há uma mudança na forma como as coisas estão a ser geridas. Muitas são também as mudanças físicas, pós-pandemia, naquilo que são as nossas construções, sejam elas de espaço ou de equipamento públicos. Desde melhorias do espaço urbanos, da construção de esgotos, de uma rede de saneamento e fornecimento de água, a construção de parques mais abertos, melhorias nos transportes, mesmo as próprias periferias, o subúrbio, que aparece aquando da Revolução Industrial do séc. XIX. O surto de tuberculose também do início desse século, quando foram construídas escolas ao ar livre, na crença de que a ventilação eram fundamentais ao combate da epidemia, junto com a invenção das *baby cages*, para que também os bebés que vivem em apartamentos em cidades sobrelotadas pudessem apanhar ar e sol em segurança, que mais parecia uma prisão, entre muitas outras tentativas de melhorar e promover a higiene e a circulação que acompanharam as reformas urbanas do século XIX e XX devido a poluição gerada pelos processos de industrialização.

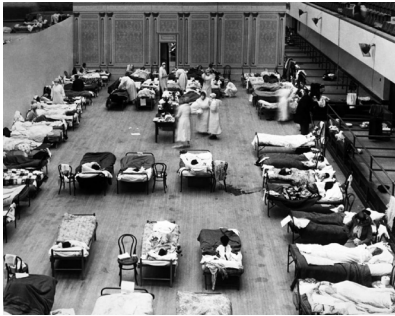
Normalmente, as epidemias, principalmente depois das inúmeras que vivemos no século XIX, são associadas a lixo, concentração de pessoas, águas paradas e maus-cheiros, ou até associadas a alguns animais que também coabitam connosco nas nossas urbes. Hoje, tudo isto é agravado por todo o

¹¹ LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, p.17

novo paradigma em que vivemos marcado por um grande fluxo de pessoas, mais do que há um século atrás, onde automóveis e aviões ainda estavam em vias de ser uma utopia realizada. Porém, “(...) no início, a Europa e os Estados Unidos sentiam-se a salvo do coronavírus, apesar de a experiência da chamada gripe espanhola em 1918 lhes ter ensinado muitas lições. Deu origem à saúde pública e a uma cultura de distância que os anglo-saxões aplicam mais do que os mediterrâneos. Faltava-nos uma memória pandémica, de como isolar as populações para impedir a propagação do contágio, a famosa quarentena estabelecida pelos venezianos nos anos da Peste Negra em 1348.”¹²

Há muito tempo que não víamos a cidade do Porto assim, sobretudo depois do *boom* turístico que a cidade sofreu, da ‘invasão’ de turistas que vinham gozar o espectáculo da cidade do Porto¹³, principalmente a partir de 2015 (GUNTHER, Anni, 2020). De repente, saíram os filtros e foi-nos permitido ver a cidade tal como ela é, o desenho das ruas e os edifícios originais. No entanto, o que se passou com os edifícios também se repercutiu nas pessoas - muitas situações tornaram-se muito mais evidentes agora. Tirando o filtro da gentrificação, as situações de miséria de pessoas em condição de sem-abrigo começaram a ser mais explícitas em zonas centrais da cidade (entende-se por que se situam nestes lugares, os turistas são uma fonte de dinheiro para os pedintes. O que fazer quando nos obrigam a ficar em casa, sempre que abrimos as redes sociais lemos o slogan #staythefuckhome, e para muitas pessoas, mais do que gostaríamos, a casa é a rua?

Também em muitas zonas da cidade se verificou uma espécie de resistência, uma resistência urbana, às novas regras a que a COVID-19 obrigou. Enquanto os centros estão completamente vazios e não se vê vivalma (será esta uma imagem nova das nossas cidades? Como disse o actor Nuno Lopes (2020), num dos *lives* do Instagram, *a baixa lisboeta sempre teve COVID depois das 22h*, ou Santa Catarina, quinze anos atrás, não se podia circular depois das 20h), há uma cidade que continua a funcionar, como por exemplo, na zona oriental ou outras zonas conotadas de pobreza, onde a gente prossegue com a sua vida com normalidade. As dinâmicas de espaço são um óptimo barómetro para medir a ocupação ou não ocupação de um espaço. A insegurança que se sente nos espaços urbanos é sempre uma ideia relativa, depende sempre da forma como a escolhemos observar, e de como a escolhemos percorrer. Agora, com a pandemia e este cair da máscara, voltou a ser tudo um deserto, voltámos à cidade de 2004, vazias de gente e sempre a olhar por cima do ombro.



Pneumónica, 1918 ©Getty Images
Auditério Municipal de Oakland transformado num hospital-campanha



"Baby Cages" ©Getty Images/The Sun
Gaiolas de bebés para que os bebés apanhassem ar, década de 1930

¹² ibidem, p.116

¹³ Embora as consequências da turistificação tenham tido, e continuem a ter, um impacto bastante negativo nas comunidades que existiam nas zonas onde havia grande pressão e especulação, a verdade é que a presença dos turistas também foi entendida, para alguns dos habitantes do Porto, como um grande alívio na cidade, pois com a sua presença vinha também uma sensação de segurança de quem habita a rua que antes, numa cidade que era muito vazia, não tinham. É a ausência de pessoas que traz insegurança. O problema não é as cidades serem invadidas de turistas, mas antes os investimentos e o aparato que se monta para tal é que pode ser duvidoso.



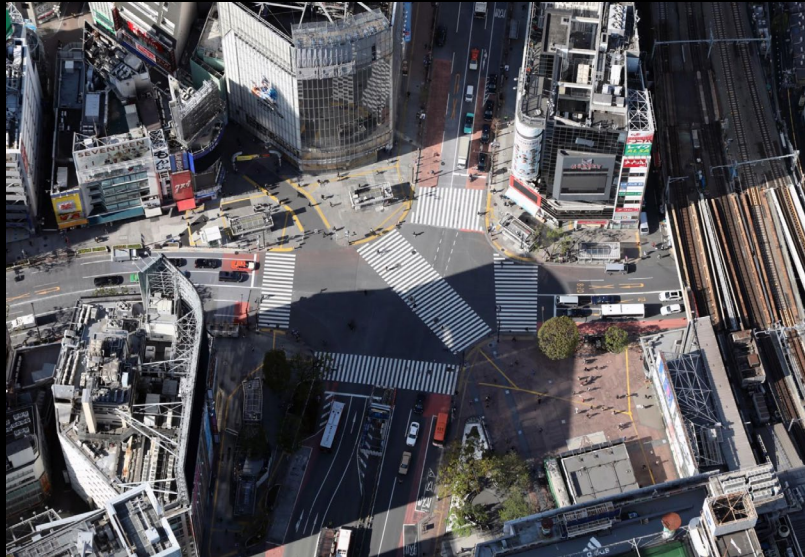
Lisboa, Ponte 25 de Abril, 2020.
©Nuno Ferreira Santos/Jornal Público

¹⁴ LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, p.23

De facto, a contingência horária ao espaço urbano público justificada como medida sanitária de combate à pandemia, radicaliza e ilustra bem a habitual concepção homogeneizada da cidade, dos usos, dos públicos que são tido em conta nos planeamentos das nossas cidades. As pessoas que vivem no limiar da pobreza, visíveis no espaço público - para quem as quiser ver - são as mais invisíveis do ponto de vista das políticas públicas.

A verdade é que o confinamento não foi igual para todos, a pandemia não é igualitária. E de facto, “pertencemos a gerações sem experiência do extremo sofrimento colectivo. Nascemos, fomos educados e criados em tempos de paz e abundância. Passámos pela crise mais grave desde a Segunda Guerra Mundial com água limpa, duchas quentes, electricidade, Internet de banda larga, Netflix e HBO, e telemóveis que permitiram a videoconferência. Não temos o crédito dos nossos pais, avós e bisavós. Continuamos a ser privilegiados no infortúnio. Nada a ver com os Sírios e o Iémen, e com os refugiados encerrados em campos de concentração do outro lado da nossa consciência.”¹⁴

A natureza parecia invadir o nosso território. O confinamento reduziu para metade a contaminação e poluição das grandes cidades ao expulsar-nos das nossas ruas e, por consequência, aos carros também, recuperando assim cheiros e sons perdidos no tempo - podemos ouvir de novo os pássaros, algo que não ouvimos já alguns anos, e não foram nem uma nem



Japão, 2020.
©Jiji Press/EPA/Jornal Público



Emirados Árabes Unidos, 2020.
©REUTERS/Satish Kumar/Jornal Público



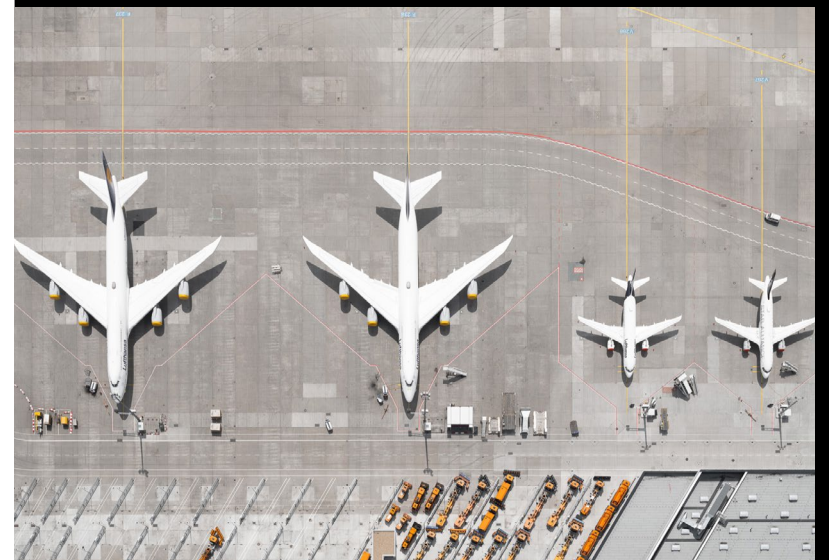
**Centro Comercial Woodbridge, Nova Jér-
sia, 2020.**
©REUTERS/Lucas Jackson/Jornal Público



Paris, 2020.
©REUTERS/Pascal/Jornal Público



Nova Iorque, 2020.
©REUTERS/Jeenah Moon/Jornal Público



**'The Lockdown Series': "Os símbolos da
globalização passaram a símbolos do
confinamento" ©Tom Hegen/Jornal Pú-
blico**



Nova Iorque, 2020 ©Jeenah Moon/REUTERS/Jornal Público



Kalaw, Myanmar, 2020 ©Chan Myae Aung/PPS.ORG

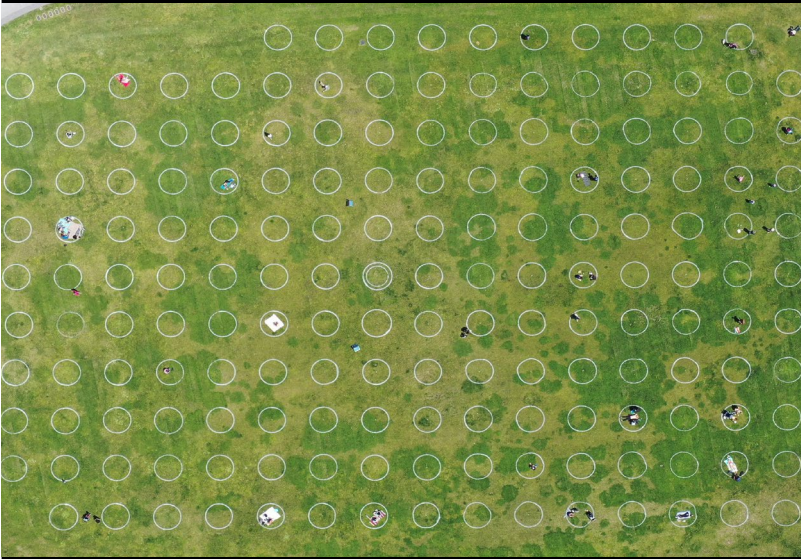


Santuário de Fátima, Fátima, 2020
©Fátima

Amsterdão, Holanda, 2020 ©Lmnts Outdoor Studio/ARCHDAILY



São Francisco, 2020 ©REUTERS/Drone Base



Arábia Saudita, 2020 ©Chan Myae Aung/Sic Notícias



duas as notícias que lemos de animais que decidiram explorar as nossas cidades. Mas não são estes os únicos novos donos do espaço público, daquele espaço que numa altura pré-pandémica já era assumido como agressivo, perigoso em algumas horas do dia, como por exemplo à noite.

Quem já era excluído da sociedade, continua a sê-lo. E assim, quem não morre de COVID, morre de miséria, ou até de solidão. Tudo isto passou a ser parte do imaginário do novo normal, a ser uma paisagem à qual já parecemos indiferentes e não nos causa revolta - uma normalidade anormal. A pandemia está a ser um óptimo pretexto para analisar efectivamente aquilo que é a ocupação do espaço público, reflectir sobre esta organização estratificada social, económica e politicamente, sem filtros, e perceber, afinal quem habita, de facto, o espaço público, as ruas, as praças? É importante sair desta bolha neoliberal, que é uma solução que tem vindo a ser aplicada às nossas cidades, e pensar o espaço público não como palco de manifestação cultural, manifestação no sentido de performance, que são todas acções que atraem atenção ao espaço, e estão também na base da sua especulação, e antes pensar o espaço público como também ele um espaço arquitectónico, no sentido de ser abrigo a muitos seres, inclusive humanos, e que para muitos deles é um último recurso. O espaço da rua não é apenas espaço de manifestação política, daquilo que é o empoderamento do espaço público, mas também ser considerado como espaço social que é casa para muita gente.

A cidade é feita para as pessoas, e deve ser feita com as pessoas, "é feita de espaços urbanos, semi-urbanos, espaços periféricos, espaços mais centrais, mas não existe sem as pessoas" (MESQUITA, Mário, 2020). O que pode ser um futuro para um novo pensar do planeamento urbano que incluía as pessoas, as comunidades?

Se "ser urbano é viver num espaço confortável que facilite a civilidade, o encontro com estranhos e a troca de informações. Se os ambientes influenciam a saúde física e mental e a qualidade de vida das pessoas, porque é que a maioria das políticas se concentraram na melhoria do fluxo do tráfego, apesar de se ter demonstrado que estas medidas aumentam o tráfego e multiplicam a poluição, os decibéis e a desconexão humana?"¹⁵ Justificado como medida securitária, espaço público foi limitado - fomos "despejados do espaço público", não podemos estar na rua, nem permanecer em jardins públicos. Os bancos de jardim estão vedados, os parques fechados, e até as horas nas quais se pode praticar exercício físico estão definidas pelas autoridades sanitárias.



Abrigada, 2020 ©MG
Uma das primeiras medidas visíveis com o decreto de Estado de Emergência foi a proibição do uso de objectos urbanos nos espaços públicos.



Lisboa, 2020 ©Miguel Valle de Figueiredo/Cidade suspensa. Lisboa em estado de emergência
"O meu marido está à venda"

¹⁵ LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, p.91

¹⁶ DELGADO, Manuel, MALET, Daniel, *El Espacio Público como Ideología*, Universitat de Barcelona, Institut Català d'Antropologia, Jornadas Marx siglo XXI, Universidad de la Rioja, Logroño, 2007, pp.10-11

¹⁷ Raskin cit. in JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.229

Como será o mundo depois deste pesadelo? Voltaremos a encher a cidade de poluição? Continuaremos em teletrabalho? Construiremos mais espaços verdes e ruas pedonais? Sobreviverá a democracia? Aprenderemos algo enquanto sociedade? "(...) Pobreza, marginalidade, descontentamento, e não raramente raiva continuam a fazer parte da esfera pública, mas agora entendida como aquilo que existe, à vista de todos, recusando-se a obedecer aos *slogans* que os impeliram para a clandestinidade. O idealismo do espaço público - que é o do interesse capitalista universal - não se recusa a ser contrariado por uma realidade de contradições e misérias que se recusa a recuar perante o vadeio retrógrado pelos valores morais de uma classe média virtuosa que vê o seu sonho dourado de uma domesticação geral das relações sociais frustrado vezes sem conta."¹⁶

A falta de diversidade, convivência, conveniência, interesse e vitalidade é o grande problema das cidades cujas fragilidades do nosso mundo globalizado ocidental se tornaram mais aparentes com o aparecimento da pandemia - se já não o eram antes -, as cidades estão agora mais do que nunca mais vazias e inabitadas, mortas, sem ninguém, sem ruído, sem poluição, sem escolas e sem trabalho, sem conversas, *suspensas*. E por isso é necessário repensar a forma como usamos e construímos as cidades, pensá-las mais sustentáveis, diversificadas, seguras e saudáveis - "(...) o entrelaçamento de padrões humanos. Estão cheios de pessoas que fazem coisas diferentes, com diferentes razões e diferentes fins em vista, e a arquitectura reflecte e expressa esta diferença - que é de conteúdo e não apenas de forma. Sendo humanos, os seres humanos são o que mais nos interessa. Na arquitectura como na literatura e no drama, é a riqueza da variação humana que dá vitalidade e cor ao cenário humano (...)."¹⁷



Índia, Abril de 2021 ©Danish Siddiqui/REUTERS
Cremação em massa das vítimas que morreram de COVID-19, num crematório em Nova Delhi. A Índia, segundo país com mais habitantes no mundo, tem registado 300.000 novas infeções por dia. Esta realidade não é exclusiva da Índia, quando já em Nova Iorque e Brasil se noticiaram enterros das vítimas por pandemia em valas comuns.

5ª INQUIETAÇÃO

Resumo:

condição humana. miséria
simbólica. utopia.
política. resiliência. saudáveis. a
possibilidade.

“(…) São palavras certas, já éramos cegos no momento em que
cegámos, o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos,
(…)”

[José Saramago, *Ensaio sobre a Cegueira*, p.143]

“O mistério, o encanto e a alegria da cidade foram analisados e cantados pelos melhores. Por Lewis Mumford que, apesar da sua visão crítica das cidades contemporâneas, realçou como poucos a ideia de que a cidade, mais do que matéria e engenharia, é obra de espírito. Por Italo Calvino que, melhor do que ninguém, mostrou que as cidades são como os sonhos, feitos de medos e de desejos. Por Santo Agostinho, que gravou as expressões Cidade de Deus e Cidade da Terra, com as quais quase resumiu a condição humana. Por Augusto Abelaira que, na Cidade das Flores, nos levou, há mais de cinquenta anos, a uma Lisboa disfarçada de Florença, onde sugeriu que a palavra e a arte acompanhavam os desejos de juventude e que política e amor podiam andar juntos. Por Jacques Le Goff que nos garantiu que, desde a Idade Média, foram as cidades que permitiram e criaram as ciências e as letras. E até por Alphonse Allais que escarnecia dos que vociferavam contra os problemas urbanos, recomendando-lhes que simplesmente deveriam construir as cidades nos campos! Para Marco Polo e o Kublai Khan, segundo Calvino, havia pelo menos 55 tipos de cidades. É possível. Todas elas com ideia e espírito. Todas com história e vocação. Todas com um lugar no património da humanidade. E parece que não há duas cidades iguais. Nem sequer parecidas. Há Veneza, única. Atenas e Esparta. Cusco e Machu Picchu. Tróia, Cartago e Alexandria. Babilónia e Roma. Palmira, Constantinopla e Alepo. Foi nas cidades que se fizeram as universidades e as bibliotecas. Mas também as orquestras e os museus. Cada cidade é um resumo de vida e de história. Há nomes de cidades que nem precisam de ser ilustrados. A Cidade Proibida, da autoridade. A Cidade Aberta, da liberdade. A Cidade República e a Cidade Império. A Cidade de Arte. A Cidade Antiga. A Cidade Medieval. A Cidade Ideal, do Renascimento. A Cidade Industrial. A Cidade Luz. A Cidade do Vinho. Ou a Cidade ao lado das Serras. E as duas cidades das cenas no tempo da revolução francesa! Há cidades mágicas, invisíveis, felizes, operárias, financeiras e burguesas. O que não

há são cidades mortas, cidades desertas, cidades cemitérios, cidades ruínas... Ou antes, não deveria haver. São contradições nos termos.”¹

É a propósito da pandemia que apanhou o mundo inteiro de surpresa que António Barreto escreve sobre as *cidades mortas*, em abril de 2020, para o Jornal Público. Contudo, não estariam já as cidades vazias e contaminadas antes da chegada do vírus?

“Sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse, Pode ser que a humanidade venha a conseguir viver sem olhos mas então deixará de ser humanidade.”²

A cidade é "(...) um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, tanto na sua construção como no seu aspecto. Este é o laboratório em que o planeamento urbano deveria ter aprendido, formado e testado as suas teorias(...)"³, e deveria servir como um instrumento, não para perpetuar as diferenças no acesso a diferentes qualidades e recursos do urbano incutidas por outras vias que não as das próprias cidades mas, pelo contrário, para tentar atenuar e democratizar o acesso a esses mesmos recursos. O crescimento desmesurado e "sem" planeamento que assemelham os espaços urbanos a *não-lugares* (AUGÉ, Marc, 1992) - anónimos, disformes e despersonalizados, "(...) movido[s] pelo simples mecanismo das necessidades materiais, como se uma disposição significativa das actividades em espaços humanizados seja um valor que deva existir num edifício público (...) sirva de base ao projecto de um super-bairro, ou mesmo de uma nova capital, mas já não aceite que possa formar e re-fundar uma cidade histórica que cresceu como nódoa de azeite, lançou tentáculos para todos os lados, provocou o aparecimento de sub-cidades dela dependentes pelo fio de linha férrea, de uma ponte, de uma auto-estrada e dos sistemas de telecomando"⁴ - não ver a cidade como um organismo é uma perda social e estética.

Para Manuel Castells (1942), urbanização, por si só, não é cidade, ou seja, a urbanização é um processo socio-económico complexo de transformação com base num planeamento espacial e urbano de infra-estruturas que desenvolvem e fazem crescer uma cidade. Embora conotada com um impacto positivo para a redução da pobreza, a verdade é que a sua concretização é desigual e não significa cidade para todos, "(...) conduzindo a uma “guetização” pela base da pirâmide social, isto é, a segregação socio-territorial dos mais pobres que culmina no surgimento do que Mike Davis chamou de “planeta-favela” (*planet of slums*).”⁵

¹ BARRETO, António, *As cidades mortas*, abril de 2020, in *Jornal Público*

² SARAMAGO, José, *Ensaio sobre a Cegueira*, Lisboa, 1ª Edição Porto Editora, 2014, p.270

³ JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.6



Urban Explosion | Time

⁴ PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p.89

“Imagens urbanas fundadas em composições formais conduzem a formas estáticas; formas estáticas violentarão a vida ou serão por esta violentadas.” [Nuno Portas, *a cidade como arquitectura*, p.35]

⁵ LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000, p.10

Vusimuzi, Tembisa, África do Sul, Junho de 2020 ©Johnny Miller Photography/ "Social Inequality. As Seen From the Sky"



Mumbai, Índia. Junho de 2020 ©Johnny Miller Photography/ "Social Inequality. As Seen From the Sky"



Kya Sands, Joanesburgo, África do Sul. Junho de 2020 ©Johnny Miller Photography/ "Social Inequality. As Seen From the Sky"



Slumsapes - India, Mexico, Kenya, South Africa

Ora, no desenho das cidades é importante determo-nos para analisar o seu processo de crescimento e (re)pensá-lo. A cidade deixa de ser uma representação de um momento histórico, ou de uma realidade/época, deixa de ter a capacidade de contar a sua histórica para passar a ser expressão dos interesses de sectores dominantes, privados e de relações de poder. Como sabemos, em décadas anteriores, com a predominância de um direccionamento mais neoliberal, as lógicas perpetuadas de planeamento na intervenção pública e na construção e desenho do espaço público têm vindo a sofrer um questionamento face às suas fragilidades e limitações de recursos públicos. A arquitectura, como disciplina e prática e dotada de uma função humana e social, é a “expressão de ser da sociedade, tal como a fisionomia humana é a expressão de ser dos indivíduos” como nos afirma Georges Bataille (1970), “(...) e é forçoso reconhecer que a actual estrutura universitária e métodos individualistas, passivamente aquisitivos do saber, não fazem senão opor mais atrito ao progresso inter-disciplinar. (...)”⁶

Fazer-cidade é multidisciplinar e multidimensional (PINTO, José António, 2020) . O próprio acto de habitar torna-nos agentes políticos e conhecedores do que nos rodeia (RIBEIRO POÇAS, Ana, 2021); a arquitectura gere a expectativa do comum, da coexistência humana, e como um compromisso político do arquitecto-cidadão, dá resposta às necessidades de uma sociedade. Os territórios podem ter influência na forma como nos vemos, como agimos, na nossa forma de estar e pensar a vida, e condicionam atitudes; interfere na condição das pessoas - “diz-me onde vives, dir-te-ei quem és.”⁷

Porém, estaremos hoje, enquanto arquitectos, a cumprir a nossa função social?

O "indomável e mutável polvo gigante" que é a cidade (PORTAS, Nuno, 1969) já não reflecte exatamente a sociedade ou um momento histórico como outrora, e está mais preocupada com a sua aparência do que com o seu funcionamento, esta assume “(...) o aspecto e a função de um dispositivo panóptico de manutenção da ordem da sociedade”⁸, expressando os interesses e relações de poder dos sectores dominantes, onde técnicas de invasão, ocupação espacial e vigilância permanente são instrumentos de domínio e controlo social e individual.

O século XX ficou marcado pela escrita de diversas distopias totalitárias que apresentaram autênticos pesadelos de cenários onde sociedades toleravam a tirania de governos autoritários. Tanto em 1984 (1949), de George Orwell, como em Nós (1924), de Ievguêni Zamiátin ou Fahrenheit 451 (1953), de Ray Bradbury, existe uma estrutura baseada num Estado úni-

⁶ PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p.72

⁷ MESQUITA, Mário, *A cultura e os territórios da pobreza no Porto*, 25 de novembro 2020

⁸ TEYSSOT, Georges, *Lo social contra lo doméstico: la cultura de la casa en los últimos dos siglos*, A&V 1988

⁹ CORTÉS, José Miguel G., *Políticas del espacio, Arquitectura, género y control social*, Barcelona: Iaac y Actar, 2006, p.31
¹⁰ “(...) É claro que era impossível saber se num determinado momento determinado cidadão estava a ser vigiado ou não. Impossível saber com que frequência ou com que periodicidade a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era mesmo concebível que vigiasse toda a gente ao mesmo tempo. (...) Tinha de se viver - e vivia-se por hábito que se tornava instinto - na suposição de que cada som era ouvido e, salvo quando feito no escuro, cada movimento observado.” ORWELL, George, 1984, Tradução Ana Luísa Faria, Lisboa: Antígona, 2007, pp.18-19

¹¹ Manuel Portela cit. in prefácio de HUXLEY, Aldous, *Admirável Mundo Novo*, Tradução Mário-Henrique Leiria, Lisboa, 1ª Edição, Antígona, 2013, p.7

¹² Michel Foucault cit. In CORTÉS, José Miguel G., *Políticas del espacio: Arquitectura, Género y control social*, Barcelona: Iaac y Actar, 2006, p.3

co, onde a arquitectura se junta à tecnologia para obter o máximo de eficácia no controlo social e visibilidade de todos os seus habitantes, no fundo, todas estas distopias descrevem como uma elite pode controlar e manipular uma sociedade pobre, oprimida, condicionada. Perspectivando sobre um futuro próximo num universo catastrófico onde existe um conformismo e massas, que controladas e disciplinadas através de um exército de vigilância - a *Polícia do Pensamento*, o *Departamento dos Guardas*, e as *Brigadas de Bombeiros*, respectivamente -, toleram a tirania de um ditador, por sua vez individual ou colectivo. Os personagens seriam constantemente vigiados nas *cidades de cristal*, para que melhor se visse o que nela se passa, como “(...) um princípio panóptico convertido em um paradigma da rede disciplinaria da sociedade moderna. (...)”⁹ - “*Big Brother is watching you*”.¹⁰

E embora as “utopias e as distopias (...) [possam ser] exercícios falhados de imaginação do futuro que testam o poder humano de agir no mundo”¹¹, parece que caminhamos para ceder-mos àquilo que mais atormentava todos estes autores sobre as principais ameaças à humanidade e os limites para a desumanização. Cada vez mais próximos de concretizar a distopia de *Admirável Mundo Novo* (HUXLEY, Aldous, 1932), numa sociedade controlada pelo consumo e à mercê dos mecanismos da tecnologia, actualmente o exercício do poder funciona através de técnicas de controlo e repressão invisíveis onde “não há necessidade de armas, violência física ou restrições materiais. Apenas um olhar de inspecção, um olhar em que cada indivíduo sob a sua autoridade acabará por se interiorizar ao ponto de ser o seu próprio observador, cada indivíduo que exerce vigilância sobre e contra si próprio. Uma grande fórmula: poder exercido continuamente e apresentado a um custo mínimo”¹² dado que somos nós as próprias engrenagens desse sistema.

Após o atentado de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, ou o 11 de março de 2004, em Madrid, a vigilância tem sido um componente fundamental na organização das nossas cidades que conformam toda um ideal de sociedade de transparência, semelhante às das obras acima referidas, assumindo um imaginário muito semelhante ao que vemos em *Minority Report* (2002), de como métodos de controlo e vigilância exaustiva, levada ao extremo, pode prever e deter criminosos mesmo antes do crime ser cometido. Somos a distopia das cidades perfeitamente governadas, hoje mais do que nunca, um “(...) dos riscos pós-pandémicos, talvez o mais real, é que estamos a caminhar para democracias autoritárias, nas quais o cidadão renuncia à sua privacidade em troca de segu-

rança sanitária. Será acrescentada a vigilância hipodérmica. As autoridades poderão conhecer a nossa temperatura corporal e, se formos um perigo de doença, confinar-nos às nossas casas e saber se estamos a cumprir as ordens. (...)”¹³

Concausa dos sucessivos confinamentos devido à COVID-19, deixámos de frequentar os espaços comuns e rapidamente fomos transferidos para o ciberespaço. As tecnologias têm moldado e mudado as nossas sociedades e cidades, como um novo modo de organização do mundo. Ela deveria promover solidariedade, dignidade e justiça social se quisermos ter uma sociedade mais justa, mais humana, mais digna, no entanto, será ela um meio de democratização social?

Qual é a dimensão do espaço público nas redes sociais? “(...) O avanço da tecnologia das comunicações volatilizou as fronteiras e instalou a aldeia global [(MCLUHAN, Herbert Marshall, 1962-64)], onde todos somos, finalmente, contemporâneos da actualidade, seres intercomunicados. Devemos felicitar-nos por isso, claro. As possibilidades da informação, de saber o que se passa, de o viver em imagens, de estar no meio das notícias, graças à revolução audiovisual foram mais longe do que puderam suspeitar os grandes antecipados do futuro, um Júlio Verne ou um H. G. Wells. E, no entanto, ainda que muito informados, estamos mais desligados e distanciados que antes do que acontece do mundo. (...) A fantástica acuidade e versatilidade com que a informação nos transfere hoje para os palcos da acção nos cinco continentes conseguiu converter o telespectador num mero espectador e o mundo num vasto teatro, ou melhor, um filme, num *reality show* que entretém imenso, onde às vezes nos invadem os marcianos, se revelam as intimidade picantes das pessoas e às vezes se descobrem as campas colectivas dos bósnios sacrificados de Srebrenica, os mutilados da guerra do Afeganistão, caem mísseis sobre Bagdade ou os meninos do Ruanda mostram os seus esqueletos e os seus olhos agónicos. (...)”¹⁴

Há uma questão cultural e política na divisão do espaço virtual (dito) público, que por conseguinte, é controlado virtualmente por empresas privadas - quem regula, efectivamente, estes espaços? Será uma tecnologia democrática quando estas empresas têm o poder de banir e bloquear usuários ou quando as fake news e os dados pessoais são usados para influenciar eleições entre outras matérias? As inquietações mantêm-se: em que cidade queremos viver? Como pensar o território quando as redes sociais funcionam melhor que a propaganda mais tradicional e comunidades ganham uma nova expressão e, inclusive, dimensão, nessas mesmas redes? Até que ponto



European detail map of Flickr and Twitter locations ©Eric Fischer/Flickr

O território em rede.
"Os pontos vermelhos são locais de imagens do Flickr. Os pontos azuis são localizações de tweets do Twitter. Os pontos brancos são localizações que foram postadas em ambos."

'The 20 Largest Cities in the World: 2021 Edition'

"Em 2007, a população mundial ultrapassou a população rural ao ultrapassar o limiar dos 50 por cento. Em 2050 atingirá 66 por cento e, no final deste século, 80 por cento. Iremos passar das megacidades actuais - Tóquio, 38 milhões; Deli, 25,7; Xangai, 23,7, nas suas respectivas áreas metropolitanas - para gigacities de cerca de 100 milhões. Estamos preparados para esta ultra-urbanização planetária? (...) Isto é uma revolução, porque em 1900 apenas 13% da população vivia em cidades." [Ramón Lobo, *Las ciudades evanescentes*, pp.122-123]

essas redes sociais não passam a ser a nova dimensão social do espaço e a mais privilegiada para intervenções políticas, culturais, educativas? O que acontece no dia em que vivermos *O Silêncio* (DeLillo, Don, 2020), onde é tal a dependência do espaço virtual que desaprendemos como agir o espaço da rua e da praça? Que cidade queremos para o nosso futuro? Como se constrói identidade numa sociedade de informação em rede?

Sucessivamente temos vindo a introduzir outros meios no diálogo para desconcentrar, principalmente, o poder da tomada de decisão no desenho da cidade, para assim este poder de decisão ser antes uma co-responsabilidade entre cidadãos, poder local, técnicos, e outros mais variados intervenientes, onde se decide conjuntamente o espaço; temos vindo a retomar o diálogo sobre a cidade, sobre *falar-cidade* e *fazer-cidade* (PORTAS, Nuno, 1969), a torná-lo mais visível e activo no espaço de discussão e sensibilização, sobre como gerir, como intervir e como discutir o espaço público, não apenas como espaço pré-definido da esfera pública, mas enquanto campo, ou arena, que dá voz aos cidadãos e onde se discute *em comum*. De que modo pode uma intervenção no espaço público tornar o espaço mais apelativo? Um espaço *com vida* e que *com-vida* a estar nesse espaço? (MESQUITA, Mário, 2021)

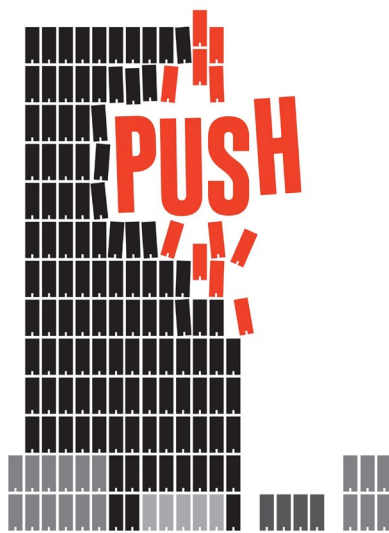
Assim, boas práticas de incentivo à mobilização cidadã, políticas públicas que retomem e reforcem laços de pertença e identificação entre comunidades e espaços, que promovam habitar a rua como um espaço de expressão, no sentido de como

se apropria um espaço sinónimo e representativo do espaço público e que, eventualmente numa escala maior, poderá ser entendido como um espaço colectivo. A questão da identificação com o espaço e/ou com uma rede de espaços é, de facto, importante para a leitura e compreensão daquilo que é a cidade - há uma leitura de fluxos, de redes, pontos, nós, de dinâmicas urbanas, sobre as quais, por sua vez, há uma leitura psicológica das pessoas que habitam sobre esses mesmos espaços, com o qual se podem identificar (ou não), achar familiar (ou não), estar confortáveis (ou não). As dimensões pública, política, cívica, de cidadania, etc., estão na raiz da tal apropriação do espaço de todos, quer em termos de cultura urbana de ocupação do espaço ou da sua vivência e usufruto, que tem uma expressão como posição política face ao urbano.

O que significa para a sobrevivência do espaço das cidades ser ocupado por pessoas? Se as cidades se querem com planeamento e organização têm de considerar as pessoas. Esta investigação pretende ser um reforço da importância da sua apropriação, a sua importância na esfera urbana em termos de expansão do espaço privado e, simultaneamente, em termos políticos de posicionamentos e de visibilidade, ou sociabilidade, e oportunidade de relação com os outros. Em muitas urbanizações, esta apropriação e reivindicação do espaço de todos chega quase a ser como um ganho civilizacional de conquista do espaço público pelo cidadão, de empoderamento.

A cidade mostra-nos o que somos, não através da sua forma, mas através de como nos apropriamos dela, como a vivemos. Hoje, a nossa condição humana não é só ameaçada pela condição urbana, como também, e principalmente, por nós próprios. Se a prática social é integradora, na sua essência, por que praticamos a segregação e a exclusão? “(...) A cidade (...) tornou-se ainda mais rica, mais articulada e, se quisermos, mais sedutora.”¹⁵ E este modo perverso, mas tentador, de fazer cidade com base em lógicas neoliberais e de capital fez surgir uma vontade de reverter esta lógica altamente especulativa e entender a mais valia dos processos colaborativos e participativos com a promoção de outras políticas de transformação da cidade.

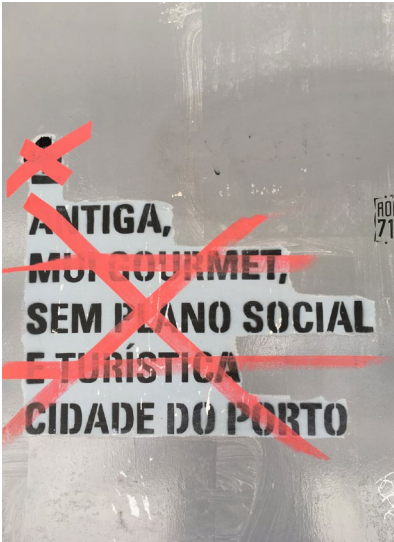
A crise urbana que hoje vivemos não é um problema recente, nem um problema que afeta só uma parte do mundo. Não, ela é uma crise global, como já afirmava Henri Lefebvre (1968), e é um debate de todos. A *desurbanização* e *desumanização* excluem os lugares de encontro e de sociabilização; a massificação do urbano dissolve o comum num processo de desapego colectivo e social do espaço cuja forma já era deter-



Push (2019) de Fredrik Geritten

As cidades estão vazias, a maior parte das casas estão devolutas, sem ninguém. Este é um fenómeno global, de mercantilização da habitação e da falta de acessibilidade económica devido ao aumento da disparidade entre classes concausa do aumento de desemprego, segundo lógicas de especulação do dos mercados construtores e privados, que têm vindo a destruir as redes de vizinhança base das nossas cidades.

15 TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos, Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019, p.99



±, Porto, 2015 ©MG

"Antiga, mui gourmet, sem plano social e turística, cidade do Porto"

16 PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p.93

17 AURELI, Pier Vittorio, *The City as a Project*, Berlin: Ruby Press, 2013, Prelude, p.41

18 PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p.94

minada pelo nosso nomadismo no mesmo. Sendo a essência das cidades a relação entre as pessoas, parece que estas últimas são as primeiras a ser ignoradas quando, efectivamente, se *faz-cidade*. O abandono dos centros das cidades para suas as periferias e subúrbios, a precariedade do desenho do espaço público, a priorização do automóvel sobre o pedonal, entre outros constrangimentos da sede de globalização do espaço urbano, tornaram a expectativa de uma vida melhor e cheia de oportunidades uma utopia, agora, impossível de acontecer. “Com efeito, se com a separação (...) entre elementos primários polifuncionais (...) e áreas ou “mantas” residenciais não forem projectados espaços arquitectónicos de interpenetração (...) teremos, ao nível funcional, a permanência do bairro dormitório e do centro que morre ao fechar os estabelecimentos, e, ao nível formal, a mega estrutura imponente, mas medonha quando morre!, que tira o seu império do sub-desenvolvimento arquitectónico da habitação que o envolve.”¹⁶

“A cidade começa como um reflexo humano de uma ordem sobre-humana que transcende a relação dicotómica entre o indivíduo e o colectivo. Se, na tradição ocidental, a vontade política se manifesta na ideia de conflito, a um nível mais global, a qualidade política da cidade reside na sua dimensão colectiva irreduzível.”¹⁷ Compreender a forma da cidade como um ensaio da organização da vida - um organismo -, segundo uma estrutura e hierarquização espacial e social, é entender a *cidade-como-um-projecto*, como um *projecto-de-arquitectura*. O espaço é o reflexo da sociedade onde se insere - é social político, cultural, económico - *plural*. E se a arquitectura pretende ter uma visão global e universal, analisando desde o todo às suas partes, e vice-versa, esta mesma visão deve também ser aplicada ao modo como olhamos e crescemos as nossas cidades - “Assim, a nossa preocupação principal é a de que qualquer elemento da composição urbana tenha um poderoso acento sintáctico que o conjugue funcional e formalmente com a sua área ou áreas de referência imediata - assim um tipo residencial em ordem à morfologia urbana - e ao mesmo tempo descubra uma relação legível e significativa com a estrutura mais vasta de toda a cidade (...).”¹⁸

Assumi-la como representação da dimensão colectiva do Homem, uma construção da expectativa comum, “(...) trata-se da afirmação de uma condição de experimentação radical no mundo e das suas formas-de-vida, capaz de promover alternativas ao movimento expropriado da metrópole (neoliberal), através de um *projecto-de-arquitectura* e um *projecto-de-cidade* que não seja apenas a reprodução sem fim da catástrofe



em vista, mas a reivindicação de *um espaço para um comum por vir*.¹⁹ Pressupõe-se que a sua dimensão social, o espaço público, por excelência de uso comum, com diferentes ocupações, apropriações, dimensões, que não existem isoladas mas, antes, que dependem umas das outras, seja lugar de sociabilização, encontro, manifestações, e fonte de representação pessoal, cultural, social e colectiva da comunidade onde se insere - as cidades *são* as pessoas, e o espaço público o seu cartão de visita.

Pensar esta esfera comum, hoje, é pensá-la de um modo mais inclusivo, de construção comum de urbanidade, dotado de sensibilidade para desenhar, assim, o bem-comum, livre, como alternativa ao modelo de consumo que vigora, é converter e transformar a cidade num ponto de encontro multifacetado, conformando um novo ser social. “O espaço será público sempre que os homens e as mulheres a ele tenham acesso (...) quando não sejam exigidas autorizações, nem haja registo de quem entra e quem sai. Por conseguinte, a presença no espaço público deverá ser anónima, o que torna inevitável que as pessoas que nele se encontram não se conheçam entre si (...). Os espaços públicos que a vida urbana, e tudo o que a diferencia de outros tipos de existência colectiva, alcança a sua expressão máxima (...). (...) são o cenário concreto nos quais se decide (...) o futuro da vida urbana (e também da convivência mundial, dado que a maioria dos habitantes do planeta reside em cidades).”²⁰ Por isso, é importante enriquecê-lo e reforçar os laços de pertença e identificação com o ambiente construído vivido, que significa considerar a cidade como um laboratório, onde se possa trabalhar na diversidade e introduzir mudan-

Porto, 2021 ©MG

A presença constante de elementos da construção civil na paisagem da cidade é efeito da globalização na construção da cidade líquida em constante metamorfose. Para quem construímos as cidades?



Pequena horta urbana, Bairro da Sé, Porto, 2021 ©MG

¹⁹ BISMARCK, Pedro Levi, *ex-curso, textos à margem: desvios, derivas, experimentos, série b <1>*, stones against diamonds, 2020, p.33

²⁰ BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*, Tradução Miguel Serras Pereira, Relógio d'Água Editores, 2006, pp.67-69

"Isto é algo que todos já sabem: uma rua da cidade bem utilizada é apta a ser uma rua segura. Uma rua deserta da cidade está apta a ser insegura. Mas como é que isto funciona realmente? E o que faz com que uma rua da cidade seja bem utilizada ou evitada? (...)" [Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*, p.34]

ças radicais que restituam a cidade às crianças, às pessoas com deficiência e outros problemas de mobilidade, aos idosos, às mulheres, etc., devolver as praças e as ruas às pessoas. Sabendo que o espaço público não é o mesmo para todos e é percebido e apropriado de maneiras diferentes por cada um de nós, é imperativo trabalhar no equilíbrio entre ambas as intervenções, a grande e pequena escala, mais atentos às pequenas acções locais como fazendo parte de um todo global, mais sensível, e não cair no erros dos investimentos e recursos avultados e pouco estruturais no tecido urbano. Se o espaço público sempre é um jogo, temos de tentar manter o jogo equilibrado.

A perda do sentido de comum que Hannah Arendt (1958) diz estar na origem dos regimes totalitários, e segundo Daniel Innerarity (2006), a dinâmica de privatização desse mesmo mundo comum e o empobrecimento do espaço público leva ao desaparecimento da dimensão política no espaço público. Assim, é emergente rever o conceito de democracia e todos os outros a ele associados, e perceber que futuro desejamos para as nossas cidades e sociedades. É emergente uma visão da cidade onde a intervenção não seja feita de cima para baixo, mas ao contrário, ao nível das comunidades. Pensar a cidade junto das comunidades, *com* e *a partir* delas e nunca *para* elas, numa lógica de urbanismo bairro-a-bairro, haver a percepção de como as cidades são organizadas em bairros e micro-comunidades, e a partir disso, criar grupos de trabalho e elaborar um planeamento mais integrado - trabalhar a partir do comum e em comum. Isto é, que os técnicos, diferentes e variados, em grupo, tenham a sensibilidade para abordar temas com as comunidades e com elas apontar as questões que para elas têm sentido, e assim poder dar uma resposta que deixe estrutura, que não seja uma resposta elitista nem a curto prazo, mas que pense e tenha em conta as pessoas sem as por em causa.

As “(...) cidades não são apenas ruas, edifícios, construções; na realidade, as cidades são uma amálgama de vida e construção, uma não pode ser compreendida sem a outra. A forma construída da cidade é inseparável da sua função, das ideias e valores das pessoas que nela viveram e vivem. (...)”²¹ O facto de haver menos pessoas na rua não é devido à falta de espaços para as reunir, mas antes por estes mesmos espaços estarem abandonados, sem ninguém, mesmo com inúmeros esforços para que isso aconteça. António Barreto, no início desta inquietação, diz-nos que não existem *cidades mortas*, *cidades cemitério*, mas também não existem *cidades cegas*, uma cidade cega é uma cidade insegura - a confiança ganha-se atra-

²¹ OLIVERAS, Jordi, in SOLÁ-MORALES, Ignasi, *Introducción a la arquitectura, conceptos fundamentales*, Catalunya: Ediciones UPC, 2000, p.141

vés do contacto, da convivência, conformando uma identidade pública (JACOBS, Jane, 1961). Portanto, podemos seguir dois caminhos - propiciar espaços convencionais de cumplicidade entre a convivência de diferentes realidades, transformando a cidade num ponto de encontro multifacetado, ou continuar a desenhar espaços desprovidos de identidade, exclusivos e isolados. O espaço público pode tanto ser de descobrimento, como simultaneamente ser um cenário perigoso e viril, o mesmo espaço não é percebido do mesmo modo por cada um dos seus habitantes.

Consequência da urbanização massiva e acelerada a que hoje assistimos, estima-se que em dez anos haverá 43 megacidades²², “o futuro da população mundo será urbana.”²³ Pensa-se, também, que a COVID-19 terá um grande impacto naquilo que é a gestão urbana, inclusive, vemos em tempo real como esta pandemia já alterou significativamente a nossa vida urbana. Efectivamente, lidamos com áreas da cidade altamente especializadas e essa mesma especialização dificulta e limita a sua versatilidade, flexibilidade e até imaginação. Então reforço: "(...) Será ou não imperioso que por entre a arte de conciliar múltiplos sub-sistemas (interacções sociais, trocas económicas, fluxos de informação, etc.), ganhe corpo uma estrutura dos sítios e das coisas, tomando depois uma forma legível que seja ela própria mensagem para a complexa comunidade que a habita, expressão de formas de viver em grupo e perante a natureza, que abram outras perspectivas criadoras, para lá do binómio produção-consumo do homem uni-dimensional?"²⁴ “(...) Privilegiaremos os factores de uniformização e de homogeneização da sociedade actual ou, trataremos ao contrário, de explorar toda a diversificação autêntica, riqueza subjacente atrofiada pela persuasão exercida sobre o consumidor, marca de criação poética e participação apropriada por sobre os padrões a que se reduzem? (...)”²⁵

Priorizar um debate interdisciplinar e multidisciplinar que possibilite reflectir sobre as mutações das dimensões ética, psicológica, política, antropológica, social e educativa do espaço público. É emergente pensar um "(...) processo em que o sistema de funções se define na sua crescente complexidade em passos estratégicos (...) para, de passagem em passagem do testemunho, irromper poeticamente cada vez que uma nova relação de elementos físicos define espaços novos, da grande à pequena escala"²⁶, isto é, pensar em respostas *glocais* que dão visibilidade às pessoas e possibilitam a criação de *nós comunitários* e *protocolos resilientes* chave para manter vivos os nos-

²² ONU, *World Urbanization Prospects 2018*, Department of Economic and Social Affairs Population Division, New York, 2019, p.1

²³ *ibidem*, p.3

²⁴ PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p.89

²⁵ *ibidem*, p.107

²⁶ *ibidem*, p.34

"Em áreas urbanas densas e diversificadas, as pessoas ainda caminham, e actividade que é impraticável. Nos subúrbios e na maioria das áreas cinzentas. Quanto mais intensa for a diversidade numa zona, mais caminhantes são as pessoas que caminham. (...)” [Jane Jacobs, *The Death and Life of the Great American Cities*, p.230]

soz espaços comuns, e perceber que ao cuidar do que é nosso se cuida do que é seu. Um novo olhar sobre o urbanismo das nossas cidades, mais inclusivo e dotado de uma visão igualitária na utilização do espaço, com planos para uma cidade mais sustentável, verde, segura, e onde todos possamos sentir que é nossa.

Seguramente viveremos um futuro de bastante incerteza, mas que também trará mudanças. O vírus colocou em causa o modo de produção das nossas cidades, despertando um questionamento sobre a sua capacidade de resiliência que demanda acções urgentes relacionadas com o acesso a necessidades básicas. O contexto pandémico veio denunciar a falta de escala humana nas nossas urbes, a falta de espaços de sociabilização, deslocamentos pedonais, e a destribuição desequilibrada de ruas e mobilidade, principalmente em realidades como as latino-americanas onde a destribuição desigual impossibilita o acesso a direitos básicos e cujas distâncias não incaminháveis para a maior parte da população.

As circunstâncias actuais não só demonstram as falhas e falta de escala e diversidade das nossas cidades, como exigem acções nas cidades relacionadas com os acessos a necessidades básicas de modo a torná-las mais acessíveis a todos. Neste âmbito, e pressionados pela contingência sanitária que veio por em cheque todas as fragilidades das nossas cidades e que com a ajuda de programas como o da UN-Habitat - the United Nations Human Settlements Programme - City resilient Profiling Tool, uma ferramenta base para ajudar na elaboração de diferentes planos de investimento em infraestruturas que ajudem as pessoas a sentirem-se mais seguras ao utilizar a cidade em qualquer circunstância, isto é, no fundo a tornar as cidades mais resilientes, várias cidades já começaram a aplicar e agir rapidamente com respostas a todas as questões que têm vindo a ser debatidas e evidenciadas ao longo desta investigação. Dado que a pandemia mudou drasticamente a forma e as viagens que fazemos, o objectivo é a transformação das ruas em espaços mais seguros, para que as pessoas se desloquem activamente, e devolver a cidade, o espaço comum a todos e ao ar livre, às pessoas. Planos como Paris: cidade a 15 minutos (que como o nome indica, tem como objectivo permitir o acesso a todas as necessidades das pessoas a 15min do lugar de residência) e o de Buenos Aires, são um bom exemplo deste conceito de cidades compactas. Em ambos se tentam criar novos paradigmas na mobilidade e interconectividade das suas áreas metropolitanas através de mudanças na formas de uso

das ruas e no reforço dos bairros e comunidades. Outros exemplos promissores para desenhar cidades mais resilientes, ainda que com planos para aplicação mais imediata por força das circunstâncias, são Streetspace for London National Cycling and Walking Commissioner, Nova Zelândia: Innovating Streets COVID-19 guidance e 'Ruas Calmas de Oakland (Oakland Slow Streets)'. Estes planos têm todos em comum, e como base do seu desenho urbanístico, a abertura de ruas, ampliação de passeios, redução de trânsito nas ruas, ciclovias temporárias ou criação ampliação dessas redes.

“A transformação urbana não requer revoluções ou grandes debates entre a direita e a esquerda, entre liberais e estatísticos. A audácia consiste em devolver a cidade ao povo, aos seus verdadeiros protagonistas. (...)”²⁷ A chave está na conjugação de saberes, não incorrer num extremo de autonomia disciplinar cega, mas na riqueza de trabalhar na multidisciplinariedade e na diversidade de actores e escalas de acção, na riqueza do processo como obra aberta na iminente possibilidade de transformação. Não é preciso redesenhar a cidade na sua globalidade, ser radical e demolir para começar do zero, é saber construir no construído e incluir as pessoas na equação, pensando em 'cidades compactas', encurtando as distâncias resultantes das cidades pensadas para à escala do automóvel e que estão na base da segregação, e torná-las, não só caminháveis e acessíveis a todas as pessoas, como também garantir os espaços de coexistência e cocriação.

Como nota Jane Jacobs (1961), as cidades só têm sucesso se tirarem o máximo partido dos seus bens e recursos, afirma também que "os distritos têm de ajudar a levar os recursos de uma cidade até onde são necessários (...), e têm de ajudar a traduzir as experiências da vida real (...) para políticas e propósitos da sua cidade como um todo. E têm de ajudar a manter uma área que seja utilizável, de uma forma civilizada, não só para os seus próprios residentes mas também para outros utilizadores - trabalhadores, clientes, visitantes - da cidade como um todo.”²⁸ Assim, compreendendo os princípios pelos quais se regem as cidades e as suas políticas, podemos construir de forma mais sólida e eficaz - "(...) Sem um coração central forte e inclusivo, uma cidade tende a tornar-se um conjunto de interesses isolados uns dos outros. Ela vacila em produzir algo maior, social, cultural e economicamente, do que a soma das suas partes separadas.”²⁹

"(...) As cidades têm a capacidade de fornecer algo para todos, apenas porque, e apenas quando, são criadas por todos.”³⁰ É esta a pertinência no *processo de projectar*-cidade,

²⁷ LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020, p.58

²⁸ JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961, p.122

²⁹ ibidem p.165

³⁰ ibidem p.238

³¹ PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011

³² Carlos Furtuna in LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa *Le Droit à la Ville*, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000, p.14

"um processo de dar sentido e forma ao que é eminentemente complexo na organização, expandido e descontínuo no espaço, indefinível ou mutável no tempo: a cidade-território"³¹, "(...) neste (...) vigoroso apelo a que mudemos de vida e de cultura urbana e apostemos na construção da cidade justa, bela e democrática. Num momento em que assistimos, incrédulos, ao renovado *retorno da guerra* ao espaço da cidade, este é um apelo [em *O Direito à Cidade*, um apelo intemporal, de Lefebvre] a que mobilizemos os nossos corpos, as nossas mentes, e saberes, em torno da concretização desta cidade representada. É um apelo à capacitação e à emancipação política e social que só a cidade pode assegurar. Ousadia e utopia precisam-se. (...)”³²

epílogo (em aberto)

As *polis* foram durante muito tempo um território de acumulação de capital como principal motor para o seu desenvolvimento urbano (HARVEY, David, 2012), como também um grande laboratório para o pensamento utópico.

A urbanização massiva é um problema que tem sido discutido a nível global, principalmente quando se estima que dois terços da população do planeta terá uma condição urbana em 2030, graças à tecnologia e globalização que têm vindo a (re)inventar novas formas de nos relacionarmos por meio de redes globais, que podem tornar-nos mais próximos uns dos outros, mas também mais sozinhos e vulneráveis enquanto indivíduos, mais fechados sobre si mesmos.

Para Henri Lefebvre (1970) *o direito à cidade* - no fundo, o direito à cidadania - começa nas ruas, os movimentos revolucionários assumem uma dimensão urbana, onde a cidade é o campo de batalha para muitas das lutas políticas da sociedade - “(...) É a marcha das pessoas que se dão as mãos, que dialogam, que formam um grande cérebro colectivo que prega que tu és igual a mim em direitos e deveres; a marcha de homens que querem partilhar e que desejam coisas e bens, desde que os outros também os tenham. (...)”¹

A qualidade política de uma cidade está intrinsecamente ligada à sua dimensão colectiva (AURELI, Pier Vittorio, 2013), como escreve Lars Lerup (1997), o espaço político também é um espaço social, e o espaço social existe entre o social e o pessoal, afirmando ainda, seguindo a lógica do sociólogo francês, que "o espaço político surge na acção. A comunidade emerge na acção. As suas existências são precárias. Se a negociação morre, a esperança de uma habitação esplêndida morre, e muito provavelmente alguém que não os moradores assumirá o controlo, construirá cercas, e instalará equipamento e portões de vigilância em vez de interações."²

Sem identidade, sem base para a transformação ou formação dessa mesma identidade, a comunidade não se sente ligada àquele lugar e, portanto, não o ocupa. É de extrema

¹ MAFFEI, Lamberto, *Elogio da Rebeldia*, Tradução: José Serra, Lisboa: Edições 70, LDA, 2020, p.141

² LERUP, Lars, *Building the Unfinished*, Londres, SAGE Publications, 1977, p.30

importância trabalhar com as invisibilidades, trabalhar no *território psicológico* das cidades - com a comunidade como prática - trabalhar com o tempo, com a voz das pessoas, com a participação delas na construção do seu espaço, em conjunto, colaborando, em escuta activa para perceber as diferentes formas de vivência das ruas, das casas, dos espaços limiares, e quais os poderes dominantes. O seu fim deveria ser pensado em função das pessoas, dos seus habitantes. A questão que se prende é para que habitantes? Construimos cidades para quem? Estaremos a ser "despejados" do espaço urbano?

“A grande aranha das comunicações estende a sua teia da globalização e do pensamento homologado a uma velocidade surpreendente, e acolhe na sua rede macia e atraente os humanos que dela se aproximam entusiasmados, e os produtos destes tornasse semelhantes e os seus desenhos também. (...) A grande teia de aranha tornou-se o ambiente comum (...)”³ - a grande "aldeia global" totalmente interconectada.

David Harvey (2012) pergunta "Como se organiza, então uma cidade?" e responde prontamente que honestamente não sabemos. Quando Harvey fala da reivindicação de um *direito à cidade* é sempre num sentido abstracto de reivindicação de um tipo de poder reformulador dos processos e planos de urbanização, onde a solução, por vezes, tem de ser fundamentalmente radical, e é isso que se questiona aqui. Os conflitos e lutas políticas, movimento de ocupação das ruas, de certa forma, põem em causa quem controla e acede ao espaço público urbano das urbes.

Diz Lamberto Maffei (2020), “(...) quanto mais se cai na armadilha do consumo, mais uma pessoa se afasta dos dos valores tradicionais da nossa civilização. (...)”⁴ Reclamar a cidade é uma luta constante, inclusive, como até já referido na Terceira Inquietação, essa conquista do espaço público pelo cidadão em alguns tipos de urbanização acaba por ser um ganho civilizacional, visto que “(...) na sua história passada e recente [, a sociedade humana], se ter sempre organizado de uma forma que designo plutocracia: um pequeno número de privilegiados explora os outros cidadãos em benefício próprio - económico e de poder - sem qualquer sentimento de culpa, quase como se fosse a lei natural da selva à qual nos devemos submeter.”⁵

Quem habita, realmente, estes espaços? Pensar o espaço da rua não é apenas pensá-lo como espaço onde ocorrem actividades culturais, performances, manifestações, mas também é importante pensá-lo como um espaço arquitetónico quando

³ MAFFEI, Lamberto, *Elogio da Rebel-
dia*, Tradução: José Serra, Lisboa: Edi-
ções 70, LDA, 2020, p.37

⁴ ibidem, p.34

⁵ "A plutocracia (...) [que] é definida como o presente domínio na vida pública de indivíduos ou grupos financeiros que, graças à disponibilidade de enormes capitais, são capazes de influenciar de maneira determinante as orientações políticas dos respectivos governos.", p.113 in ibidem, p.108

este é abrigo para quem não o tem - as pessoas no limiar da pobreza, que vemos a habitar as ruas, são invíveis do ponto de vista do planeamento urbanístico e social das cidades. Portanto a rua não é só um espaço de empoderamento do espaço público, mas também deve ser considerado como espaço social, de uma grande comunidade sem etnia.

É um facto que um *fazer-cidade multidisciplinar* pode ser utópico: como dar voz às pessoas, como as fazer participativas, como gerir as suas expectativas e o tempo de modo a garantir uma certa continuidade no processo? As cidades são uma imensa rede global de interdependência que sofrem do efeito borboleta, (tentar) planeá-las para todos, pensar um urbanismo global mais inclusivo e, possivelmente, feminista, no sentido de ser mais resiliente, participativo e diversificado, enriquece o desenho da cidade e fortalece laços de pertença e identificação com o que nos rodeia. Os processos participativos de construção de cidade são um desafio à transformação sucessiva de um futuro que não é imediato, nem instantâneo, mas que se constrói no tempo, com sensibilidade e continuidade (SILVA FERNANDES, Ana, 2021). "Também aqui (...) está em causa de facto qual é que é o papel dos técnicos e como é que se projecta, ou se se está a projectar para alguém ou com alguém, seja um grupo, seja uma comunidade, seja um indivíduo. (...) [Aqui] talvez a chave esteja na conjugação de saberes, (...) reconhecer que os técnicos têm um tipo de conhecimento que é específico, como os residentes terão a sua própria vivência e o seu conhecimento sobre o local, sobre recursos, sobre funções e sobre aspirações de futuro, que são deles, que estão enraizados em si e, portanto, será no diálogo e na conjugação destas ferramentas (...) que se poderá construir, (...) [ou seja] nem incorrer num extremo numa autonomia disciplinar que é cega a qualquer outro contributo que não o seu campo, mas também não se apagar, ou não se invisibilizar, (...) o conhecimento que cada um poderá trazer (...)”⁶ ao processo urbano.

“Uma mudança do homem, para o bem ou para o mal, precisaria de mutações como as que geram as doenças hereditárias, mutações que criem não apenas inovação, mas também progresso civil, por outras palavras, civilização.”⁷ Elaborar um desenho que permita a possibilidade é um desafio para todos nós, este que é o de desenhar a obra aberta que se constrói no tempo. “(...) A razão não quer revoluções, mas direitos - com os quais, muitos, hipocritamente, concordam, mas apenas da boca para fora - ou seja, educação igual para todos, saúde e justiça iguais para todos: esta seria a grande revolução.”⁸

⁶ 4º Apêndice. Conversas vadias #4: Sobre políticas públicas. Exemplos de intervenção no espaço público: Europa e América Latina, p.187

⁷ MAFFEI, Lamberto, *Elogio da Rebeldia*, Tradução: José Serra, Lisboa: Edições 70, LDA, 2020, p.33

⁸ ibidem, p.144

"NÃO EXISTE
REVOLUÇÃO FINAL.
AS REVOLUÇÕES
SÃO INFINITAS."

1º APÊNDICE

Resumo: Santiago de Chile

com Arq. Mário Mesquita, Arq. Luis Goldsack,
Arq. Constantino Pazderka, Francisca Pizarro, Fernando
Patrão

duração: 01:39:36
2020-07-29



Margarida Gaspar (MG): Muchas gracias por aceptaren mi invitación. Estoy muy contenta por reunirlos acá. El objetivo de la tesis en si es de hablar un poco de la ciudad como un espacio social producto de la sociedade, o sea, es reflejar el espacio social que surge de la necesidad de responder a los cambios de paradigma de las prácticas sociales de la sociedad: como intentar hablar y responder a cuestiones como ¿lo qué es hoy la ciudad? y ¿cuál es su dimensión pública y colectiva, cuando estos espacios resultan del movimiento y de la re-interpretación constantes de la metamorfosis que es la vida? Sugería empezar por hablar de la ciudad de Santiago, cómo es su organización, que espacios públicos existen - su variedad, utilización, ocupación, su percepción -, en general; hablar de la sociedad, que es muy característica del continente en sí, y muy destinta de la europea. Igual el espacio es muy característico de Chile.

Mário Mesquita (MM): Me gustaría decir algo antes de vosotros empezareis hablando. Es que Margarida ha venido justo en el inicio del COVID, y en el final del estallido ahí. Y Fernando se ha quedado mientras tanto. O sea, son dos perspectivas muy diferentes del mismo problema, o sea, del espacio de ocupación de la ciudad por los ciudadanos en dos sitios diferentes, pienso yo, ¿en Santiago y Valparaíso, no? **MG:** Solamente Santiago.

MM: Solamente Santiago. Y algo que me gustaría saber, cómo profesor que esta siguiendo Margarida en su tesis, es lo que ha ocurrido mientras, lo que ha pasado en las calles, y sobretudo en la Universidad, la facultad, mientras hemos vivido este periodo mas duro del COVID. Y que Margarida no ha visto, porque se ha vuelto justo en el marzo de este año y no ha seguido nada de lo que ha pasado ahí. Y a mí, como profesor, me gustaría saber lo que ha pasado en Santiago en este período, porque es muy diferente de lo que ha pasado aquí en Portugal, porque vosotros estabais en el médio de una contestación general y que afectaba, incluso, los servicios en la universidad, por lo que Margarida me ha dicho. Y ella, que ha vivido una situación, bueno, casi de confinamiento antes del confinamiento del COVID, porque no ha podido salir a la calle, porque salía con un montón de cuidados y ha visto lo que ha pasado en la facultad, por lo tanto que en complemento a lo que Margarida ha dicho, o vos ha preguntado, me gustaría saber mucho, a mí, lo que ha pasado en la sociedad ahí, mientras los últimos cuatro meses - bueno, de participación o no participación, en la facultad y en la sociedad, bueno, como decía Margarida, lo que ha ocurrido en las calles mientras esta crisis que no es una crisis política es una crisis sanitaria, pero que sucede mientras había una convulsión social ahí en Chile.

Constantino Pazderka (CP): Si. Partimos primeiro con Francisca, que quizás tú... Perdón que te de la palabra, quizás con la posición un poquito más de perjudiciada, porque Francisca viene de las regiones y tiene una, quizás, una visión más clara de lo que significa Santiago. No sé si te pongo aprieto...

Francisca Ignacia Pizarro (FIP): No, no! Bueno... yo creo que, producto del estallido social, muchas cosas se equacionaron, y yo creo que una de ellas fue el espacio público. El hecho de tener la Plaza Italia como el punto de encuentro, también significó tomarnos otros espacios, como la Alameda, espacios que originalmente eran, para el peatón, eran públicos pero, producto de todas las transformaciones históricas y necesidades de la ciudad, se fueron transformando y se fueron perdiendo, y se fue un poco rellegando el rol del peatón a una vereda. Entonces, encuentro que el estallido social permitió replantear este espacio y, bueno, se pode percibir un poco de inseguridad también en estes espacios, porque también era un contexto bastante violento en alguna medida, o sea, no digo hubiera siendo violento en toda sus momentos, también se podrían disfrutar espacios que en ciertos horarios del día funcionaban bien, y la verdad es que era bastante gratificante poder caminar por el medio de la Alameda con tranquilidad. Justo en este periodo me tocó vivir a tres cuadras de la facultad, muy cerca de la Moneda, y poder vivir el espacio público, o la Alameda como espacio público, fue super interesante. Producto de la pandemia, claramente, estos espacios se perdieron por el tema del confinamiento, pero también una entra cuestionarse estos lugares, porque hablando ya específicamente de donde surgió el estallido social en espacios que más se ocuparon y más se replantaron como espacio público, en la actualidad esos espacios morieron, porque muchas actividades se dejaron de hacer al restringirnos a tener actividades elementales como salir solamente para poder hacer compras, bueno, cosas muy particulares se perdieron. A partida también hay que pensar que grande parte de esos edificios tienen un caracter público, entonces, producto del confinamiento, es claro como la agonía, como en pausa. Entonces, yo creo que la Alameda es un punto muy relevante enquanto al espacio público pero no se le había tomado, o sea, puede haber unos estudios que si, que le habían tomado el valor, y, si, hay estudios respecto a eso, pero yo creo que no había habido un cuestionamiento como por parte del peatón, como del común, como de estos espacios para la ciudad. Entonces yo creo que el estallido permitió hacer eso, y la pandemia de cierta forma lo demuestra cómo al estar tan abandonado, como al final son espacios para las personas y sin ellas hay agonía. Quizás, es mi visión general de esas cosas.

CP: Se me permiten, he oído de Francisca y dije algo que es clave que es el tema del espacio público. Primero, esto no fue un fenómeno que, tampoco, estalló así de repente, si no son procesos históricos que se vienen acumulando se, al nivel nacional, pero también se ve a nivel internacional. Y yo no soy sociólogo, ni antropólogo, puedo hablar desde la ciudad, y ahí se ve también, justo aquilo que tu dices, Francisca, este anillo, estas ganas de, o esta reivindicación que los ciudadanos pretenden frente al espacio público, o sea, el espacio público se ha sido transformando progressivamente, desde la erupción del automóvil ya con fuerza en espacios de circulación, de flujos, y cada vez con mayor fuerza, entonces el espacio público ya no se percibe como espacio del encuentro, del ciudadano, de dar le sentido a la vida pública, la vida colectiva, desta sobreposición de actividades que se da en el espacio público, si no que se transformó en una somatória de bandas, bandas especializadas, bandas para el trafego rodado, bandas clásica como la vereda, que cada vez son más estrechas, cada vez más alienantes, y de repente aparece esta explosión que tiene múltiples dimensiones pero, desde el punto de vista del anillo del ciudadano con lo público, se manifestó con mucha fuerza, o sea, junto con la violencia que se vivió en el estallido posteriormente, también hube el sentimiento de alegría muy fuerte, de tomarse novamente la Alameda, que es un lugar... y Vicuña Mackenna, y todas esas grandes vías que son muy agresivas frente al peatón, y de repente uno podia apropiarse de esos espacios que eran ajenos a uno. Y también, junto con eso, hay otra dimensión, que es la dimensión simbólica, que también como que se puso en cuestión, se puso en tensión todo ese simbolismo que están asumidos como una verdad absoluta. Y esa es la otra dimensión que a mi me llama mucho a la atención, como se cuestionaron todas las verdades establecidas... que tiene que ver también con este proceso histórico, por ejemplo el movimiento feminista, y, por ejemplo, que llama a la atención, no sé si ustedes se han dado cuenta pero, no existen monumentos, estatuas, de mujeres prácticamente, no hay eso, son todos generales sobre caballos con sables, dando cuenta de un imaginario de la nación construida a través de lo bélico. Y eso es interesante como se esta poniendo en cuestión, y eso lo vienen ustedes en Europa, o en los Estados Unidos, como se están cuestionando todos estos símbolos que van marcando las ciudades y tienen presencia y le dan identidad y sentido a la ciudad... y, de repente, se cuestiona todo - se cuestiona eso espacio público simplemente para la circulación, se cuestionan los símbolos, se raya toda la ciudad en el caso del estallido social, y hay una rebelión... una rebelión frente a lo establecido. Y es interesante desde lo

punto de vista, para los urbanistas, el cuestionarse, ¿qué pasa con este sentido que nosotros demos a la ciudad? ¿qué pasa con todo esto discurso que la ciudad es lugar del encuentro, es lugar de la diversidad, es lugar de la equidad, es lugar del enriquecimiento individual y enriquecimiento colectivo? y que no esta presente en la ciudad contemporánea, por lo menos en las ciudades latino americanas, en termos generales, que han ido perdiendo esa condición pública. Así que, yo diria, en resumen, es interesante como ha ido mutando desde... o como, con el estallido social y con todo lo que ha sucedido después, de alguna manera se puso a la atención esta ciudad alienante y se quizo revertir esa condición apropiando se, ahora, paradójicamente, a través de actos confrontacionales, con violencia, con mucha confrontación, pero esta presente ese anelo de darle un nuevo significado, una nueva lectura a la ciudad a partir del espacio público. **Luis Goldsack (LG):** En verdad para mí, es complejo porque yo soy arquitecto, mea área de especialización es Diseño Constructivo, fundamentalmente. Pero, la verdad es que he vivido en Santiago siempre, y mi familia ha estado en Santiago desde, no sé, serán 200 años. Y tengo una vivencia historia en Santiago desde siempre. Y me pasa algo un tanto diferente... Yo he nacido en la ciudad de Santiago y la he disfrutado toda mi vida. Y he buscado los puntos de encuentro y espacio público sin grande dificultad, fíjate. Toda mi vida he vivido en un barrio que es un barrio fundacional en Santiago, que esta a cuatro cuadras de la Plaza de Armas y disfrutaba la Plaza de Armas desde niño, iba desde muy chico hacia allá, jugaba todos los días de la semana en la Plaza Brasil, que era un espacio también fantástico porque era de barrio, o sea, vivi una infancia en una ciudad llena de barrios, y cada barrio tenia una enorme capacidate de encuentro, no era esta cosa tan segregada como la que Constantino muestra en la condición actual. Piensen ustedes que, no sé po, que Santiago es una cosa bastante grande, vivimos seis millones, más de seis millones, seis millones ochocientos mil habitantes en Santiago, o sea, casi 86% de la población de Chile, en una condición muy diversa, y po, si claro, si yo comparo la ciudad en que yo vivi con la que viven mis nietos, me encuentro que hay una diferencia brutal. Santiago ha crecido de una forma salvaje. Por allá, por los anos '73 no me voy a lembrar el momento decidieron terminar con la planificación urbana, él borró la planificación... Y no solamente la borró como política pública, la borró incluso en la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Chile, la facultad más importante, o la Universidad más importante, si queremos así. Se dejó de diseñar la planificación urbana en Santiago y en Chile, lo que es una locura, pero si es

un hecho histórico, real, no es un hecho en la causa, no es discutible, y se empezó a diseñar diseño urbano que cosa extraña ¿qué pasó? y quedó la planificación urbana en manos de otras personas, fundamentalmente de empresas y de propietarios del suelo, y el asunto creció de forma extraña. Entonces, hoy día en Santiago tenemos una diferencia notable, o sea, en Santiago uno le pode encontrar los espacios equivalentes a lo que poderia ser, no sé, no que me equivoque pero, poderia ser un barrio extraordinario en Francia, o en cualquier lado, y otro que es llegar a un pais pero pobrísimo, y están separados uno del otro en muy poca distancia, así que... una chica que trabaja conmigo en mi casa, ayudando nos hace 35 anos, yo la voy a dejar ahora hace hoy cuatro meses que no la veo hoy que la echo mucho de menos porque es como una hija mía, y ella esta cerrada en su área, por allá por la Avenida Grecia, y, claro, los espacios de participación se ganaron los espacios públicos, en esa área no existen. Yo en cambio tengo mucho espacio muy grato, yo puedo salir caminando y llegar al Parque Araucano, si no me gusta el Parque Araucano porque le encuentro, no sé, lleno, me voy al Parque Vitacura, y tengo espacios extraordinariamente gratos que, quizás, no tan democrático, en el sentido que participa gente de una determinada condición social. Entonces, Santiago que yo recuerdo en que al lado de mi casa había, vivía gente con bastantes condiciones de pobreza, al lado, a media cuadra, y con la cual lo compartíamos, y jugábamos, porque esa era la verdad, éramos un barrio. Desaparecieron. Hoy día la ciudad esta brutalmente segregada, la ciudad de Santiago es salvaje. Y las diferencias se producen porque esta especie de planificación hecha, no hay una política pública sino que una acción privada, por esos sectores en que hay dinero, entonces se generan espacios gratos en algunas áreas, y espacios muy densos de poca gratificación en otros... Y separados a muy poca distancia. Entonces, el estallido social era algo que venia sucediendo... Venia sucediendo porque era imposible que no sucediera. Entonces, el tomarse la Alameda, y en una acción casi simbólica, este es un espacio de todos piensen ustedes que el Presidente Allende, antes de tomarse una decisión drástica el en algún minuto dijo “se abrirán las nuevas alamedas para que el pueblo libre camine por ellas”. Bueno, es un hecho. Había que hacerlo. El había que estarse en la Plaza Italia, el había que hacerlo. Y es un acto de apropiación no en un sector único sino que de todos, de muchos. Es un hecho político, de mi punto de vista, y fue un acto ciudadano de decirle “encontrémonos”, porque esta brutal segregación es compleja, es muy compleja, ahora y en especial. Yo tengo un grande cariño por Chiloé, he disfrutado Chiloé muchos anos, y en un período, con parte

que fue por ahí noviembre, si, noviembre, murió un sacerdote chilote que era, al cual yo tenia mucho aprecio, que era Mariano Puga, y su entierro se hizo en un Legua, que es un sector complejo dentro de Santiago, incluso para llegar. Y yo partí en mi auto hacía allá, y este temor con el que uno puede ir a un lugar al que no ha ido hace muchos años, y en alguna forma me tenía complicado más aún en momento, como bien decía Constantino, que había una condición de alta violencia, o supostamente de alta violencia. La verdad es que llegando a la Legua me encuentre con una cantidad de personas que van al mismos lugares que yo iba y se subieron a mi auto y llegué tranquilamente, pude hacer todo lo que quise y devolver a mi casa con cierta tranquilidad. Entonces, esta condición de violencia es también una condición como media, como diria yo, no sé si es premeditada, no es premeditada, sino que es justamente lo contrario, es una acción que se bota, que en algún minuto hay que sacarla fuera, y que producen muchos danos, y han producido considerablemente, como consecuencia de aquellos, una brutal mayor división aún en Chile, por distintas razones, pero en razones quiero decir esto ha sido un devenir, y es un devenir complejo porque por lo cual nos tenemos una enorme culpabilidad y más aún, aquellos que tienen como profesión es el planear la ciudad. Pero yo diría que eso va cambiando... El ano '76 la planificación se erradicó de Chile. Tanto como política pública, como enseñanza al mismo. Nuestros arquitectos después de esa época no tuvieron curso de planificación... Por lo tanto, ¿qué esperamos? Los mecanismos de control, de planificación, de ver la ciudad, mira, se quedaron en las manos de los empresarios, de los dueños del suelo, en Santiago cresce para donde aquellos quieren que crezca, fíjate. Y eso no es discutible, es un hecho real. Entonces, lo que pasa es que aquello es un poco el resultado, de la casualidad, creo. Es una opinión meo dura, pero... es la que tengo. **CP:** Yo puedo complementar ahí algo que siempre en Chile, historicamente, ha sido una sociedad muy desigual, y con mucha injusticia social y mucho clasismo, pero eso ha transferido a la planificación, o a la no-planificación, tiene un componente distinto en las ultimas décadas que es la separación socio-espacial, o sea, hoy en día están muy separadas las distintas clases sociales, las distintas clases económicas, incluso hablar de clases ya es muy controversial porque es mucho mas complejo hoy en día, pero antes, uno podia ver una mayor cercanía entre los pobres y los ricos, lo que era por si injusto, pero, por lo menos, permitia un conocimiento, se conocían, los pobres y los ricos se conocían, hoy en día hay un desconocimiento y de hecho en termos políticos también se dice hoy en día que justamente la elite gobernante no conoce,

no conoce la realidad, por el hecho justamente que están tan alejados... Entonces hay veces hay una abstracción, o un conocimiento teórico, pero no hay una cercanía real de los destintos Chiles que hay dentro de la ciudad, especialmente en Santiago, pero también se ve dentro de otras ciudades intermedias, que me podrá confirmar o no Francisca, pero efectivamente uno lo ve crecientemente en las ciudades chilenas que se produce esa segregación. Incluso hay ciudades, binomios de ciudades, o sea, como ciudades uno al lado de otras, que unen la ciudad de los pobres y la otra la ciudad de los acomodados, de los ricos, como Temuco - Padre las Casas, como Iquique - Alto Hospicio, como Puerto Montt - Alerce, en certa realidad también Rancagua con Machalí, o sea, se serán, se dá esa separación y que se acerbán, en caso de Santiago, por el hecho de las grandes distancias, que es una ciudad muy extensa, que depende mucho del trafego rodado, entonces hay poco espacio de encuentro, y, claro, por el desconocimiento se generan también las desconfianzas y todo lo que trae consigo aquellos. No sé, hay, claro, hay un tema de la conformación urbana que, sin duda, incide en el desencuentro a la alineación que tenemos entre nosotros. **MG:** Sí, eso es verdad. Yo vivía en barrio Lastarria y por ejemplo en el Taller que yo hice ahí, teníamos un proyecto en el barrio Yungay, en la ex-estación de Yungay, bueno, en Balmaceda. Y es muy destinta la ciudad de Santiago, en esa parte que es muy cerca del Parque de Los Reyes y de La Familia, y que ambos son ya muy destintos, igual, y después todo el barrio es muy destinto de Santiago, de Barrio Brasil, o mismo de los barrios más a norte de Santiago, ya muy cerca del Templo Bahá'í, por ejemplo. Son todos espacios muy destintos y igual muy cerca uno de los otros. Y, sipo, las distancias igual como, no son de todo caminables, y el transporte... claro, tiene muy pocos transportes como un bus de hora/hora y es como una hora y media para salir de Santiago centro hacia arriba o abajo, las distancias son muy dificiles, como el trafego es mucho y el transporte público sirve más el centro, siempre, que la periferia. Lo que queria decir más con eso y que tenia que ver con el estallido, y igual para introducir Fernando en la conversación, es que cuando estuve ahí, o mejor, habíamos recién llegado de Chiloé y tuvimos el estallido como dos semanas después, y para mi, la grande diferencia que yo vi en la ciudad es que entre las personas ya no había la indiferencia, o sea, estaban siempre con su celular, muy extrañas todas unas a otras, no se hablaban, ni hablaban porque igual cuando haces un viaje de bus no vas a hablar con todas las personas que se sientan a tu lado po, porque es imposible hacerlo todos los días. Pero después del estallido, las personas tenían la necesidad de hablar. Yo conocí mis vecinos, y

aún hablamos de esos temas en las reuniones en la clase de Chiloé después y durante el estallido, y había como un sentimiento de comunidad, de encuentro, de ayuda; las personas estaban muy receptivas, o diciendo “no vás para allá que están allá los militares” o “no vás para allá porque tiene lacrimógena” siempre. Y eso es un cambio muy importante que yo senti en Santiago, porque es una ciudad muy grande, con mucha gente, y onde es muy fácil uno sentirse solo y entonces con eso yo senti que la ciudad estaba muy más unida como sociedad, comunidad. Y entonces, ahora, pasaba la palabra a Fernando, que estuve ahí durante la pandemia, que llegó cuando empezaron de nuevo las manifestaciones en marzo, y poco después se quedó en su casa por el confinamiento y contención de la pandemia. **Fernando Patrão (FP):** Me gustaria decir que mi experiencia en la ciudad fue un episodio raro y con restricciones debido a la pandemia. O sea, la opinión que tengo de Santiago es una impresión, porque solamente he caminado en la ciudad una vez en condiciones normales. He llegado, después me transporté hasta casa, y esa ha sido la primera vez que caminé en Santiago, en el día siguiente la segunda vez, y después se instaló la cuarentena obligatoria, por eso, la impresión que puedo tener es solamente sensorial, de primera impresión. Y en esa vez que he caminado en la ciudad, he sentido una fuerza muy grande de la calle, la calle tenía mucha presencia, se sentia eso como una persona que esta allá por la primera vez en la ciudad. Yo he estado en Berlin una vez, en diciembre, y la sensación era muy semejante a de la ciudad de Berlin, una vez que en las calles se nota que son transparentes a la opinión de las personas que las habitan, como se ve grafitis, se ve destrucción... Son siempre imágenes muy pesadas y fuertes, y eso fue lo que he sentido en esa vez que he caminado en Santiago. Además, las calles tienen mucha vida, se hacen negocios en las calles, se compra comida, se compran otras cosas, en verdad yo he sentido eso en la primera vez. Cuando empezó la cuarentena obligatoria yo sentí que hube un grande cambio en todo eso, porque siempre que iba a caminar, normalmente para ir al supermercado, hacer cosas básicas, porque no podría, o sea, tenía que sacar salva-conductas para todo, y en ese tiempo, en estos cinco meses de cuarentena que he estado allí estaba viviendo con dos personas de Santiago, chilenas, y muy raramente hablábamos de la situación del país, pero si del COVID... Senti que la preocupación de las personas cambió también, es una situación muy delicada y que la conjunción de las dos situaciones, políticas y sanitarias, no se podrían tratar los dos, tenía que ser primariamente los problemas del COVID, y se notaba que la preocupación de las perso-

nas era esa, ¿como vamos hacer mañana?, ¿como vamos al supermercado?, ¿como hacer con la salva-conducta?... Pero igual, en algunos días, siempre se escuchaba el ruido de las personas batiendo con objetos de cocina...

MG: Cacerolazo!

FP: Exato. Cacerolazo! Exatamente. Y se sentía que la lucha de las personas estaba presente con eso, que de mes en mes se escuchaba ese ruido y las personas estaban conectadas por eso y eso ha sido una experiencia marcante para mi porque vivía el problema de COVID pero siempre con preocupaciones con el futuro, de como resolver esa lucha.

MG: Para ti la experiencia en la facultad con las clases, fue todo online...

FP: Sí, para mí fue muy difícil. Yo he hecho mi intercambio sabiendo del problema social que atravesaba Chile, y me interesaba eso, vivir eso, vivir un pueblo luchando contra un sistema. Pero cuando se instaló el problema de la cuarentena obligatoria, ha sido muy difícil para mí concentrarme para las clases y todo eso por que, no sé, estaba preocupado con mi integridad y mi salud, y noté que ha acontecido muchos problemas en las clases online. Tuve dos meses sin clases online, o con varios paros en la facultad. Para mí ha sido muy difícil concentrarme en las clases por eso.

MG: Ese contraste entre las dos situaciones, como una en que las calles están llenas de personas haciendo manifestaciones por todo, y muy unidas para un escenario con toda la gente cerrada en sus casas, solo con la posibilidad de hacer ruido a través del cacerolazo como una forma de manifestarse, creo que es como una percepción del espacio público que se tiene, y qué yo hablaba con mi orientador Mário, en otras reuniones - ¿cómo se puede medir un espacio? Cómo se puede medir una plaza? Cómo la Fran decía, que es muy visible eso cuando hablaba de la Alameda vacía, sin personas, y se denota de pronto que era un espacio para personas. Son las personas que tienen de estar allá, cómo es visible en toda la ciudad. Estar en febrero en la ciudad es muy distinto de estar en Santiago en agosto, o septiembre, además con las Fiestas Patrias. En febrero sin los estudiantes, cómo es verano, no hay trafego, no hay personas, no hay nada. Y este febrero fue muy interesante ver la ciudad sin personas, sin manifestaciones, pero todavía estaba llena porque tenía las marcas de las personas en los muros, en la calle todavía, en el parque, en la Plaza de la Dignidad... Pero la ciudad todavía estaba llena con esa memoria muy reciente de lo qué pasó. Y estaba como que en espera, la ciudad, me entienden, había un sentimiento que iba a empezar otra vez, y que venía con toda la fuerza, y no se sentía tan vacía, pero sin embargo estaba. Es una percepción muy interesante de la ciudad, una sola ciudad que en un corto espacio-

-tiempo de un año, tuvo muchas apropiaciones, ocupaciones, percepciones... Y entonces, volvemos, ¿cómo se puede medir un espacio? Incluso la Plaza de la Dignidad fue ocupada muchas veces solamente con pósters en el suelo, o muchas veces tenía solamente palabras como *historia*, *asesinos* o *dignidad* pintado en el suelo, o las plantas de vivienda dibujadas, cuándo se habló del problema de la vivienda en Chile y se hizo los pisos a la escala 1/1, medida real, en el suelo. Son todos formas muy distintas de uno apropiarse y manifestarse en un espacio.

CP: En realidad hay varias cosas, no sé muy bien aquello qué más, digamos, te interesa, pero yo creo que hay una cosa que dije Lucho que es también importante considerar en Santiago - la diferencia de las ciudades, de la mayoría de las ciudades europeas, conociendo Lisboa y Oporto que también tienen sus áreas muy distintas, pero no tan marcado como lo caso de Santiago y lo que encuentro que es fascinante, es que tiene una lectura, Santiago, a partir o a través de la historia, tiene distintos modelos muy marcados, que son una característica muy fuerte de Santiago - primero la Colonia, con la influencia española que ya prácticamente queda poco, pero, sí, el rastro en la trama urbana, el damero y lo esencial, que marca el crecimiento de Santiago fundacional. Pero después existió toda esta voluntad de diferenciarse de España, y viene todo el afrancesamiento que empieza a marcar muy fuerte en la ciudad, y que todavía esta presente. Después vemos, también el erupción del Modernismo, no sé, si tu tuviste ocasión, Margarida, de visitar las unidades vecinales, la remodelación; una de ellas es en San Borja, al lado de la Facultad, pero hay otras como la unidad vecinal en Portales, cómo o la Villa Olímpica, Villa Frei, que también marcan un momento arquitectónico histórico, pero también político y social, que es muy distinto, y es muy interesante de revisar en la ciudad hoy en día. Después con la liberalización del mercado de suelo, en donde empieza a predominar la ciudad, por un lado, la ciudad norte-americana - el automóvil, el condominio cerrado, de la vivienda unifamiliar, la zonificación - y, por otro lado, la marginalidad, y la vivienda social uniforme, repetitiva, por otros... Entonces, hay muchas ciudades que están todavía ahí presentes, y que es fascinante verlo desde el punto de vista histórico, político y social. Y, claro, en el centro hay un poquito una mezcla de todos los momentos, pero, quizás, eso habría que tener en cuenta, que cuando uno hace un diagnostico de Santiago, que quiere tener una lectura de Santiago, no hay una sola, sino que hay múltiples lecturas que se pueden hacer.

MM: Hay algo que me gustaría introducir aquí en la conversación, que vos voy a dar un ejemplo que ha ocurrido aquí en el 1º de Mayo, no sé si vosotros han tenido

conocimiento, que han habido protestas en la calle aquí. Estábamos en pleno confinamiento, por la COVID, y los sindicatos que han protestado en las calles, pero lo han hecho, como decía Margarida, de una forma que posibilita la medida del espacio público, o sea, que la gente estaba en la calle, o sea, en dos plaza, ahí en Lisboa y en Oporto, con la distancia social, o sea, que habían puntos en el espacio y la gente estaba ahí marcada, que han dado fotografías bellísimas de cómo ocupar el espacio público. Ha sido muy interesante porque ha permitido, ha posibilitado que la gente podía ver el espacio, sentir el espacio con la gente, y pienso que lo que Margarida quiere decir es qué no hay posibilidad de comprender el espacio sin gente. Y las fotografías que han circulado por todo el mundo, de los espacios públicos pós-COVID, o durante la COVID, cómo las calles de París, las calles de Berlín, de , o de Lisboa, y por ahí, que estaban completamente vacías, o sea, ahí podemos ver el espacio sin gente, y lo que me gustaría saber es ¿cómo es que en un país, con tantos problemas sociales, cómo han enfrentado esa imposibilidad de ocupar las calles para expresar su posicionamiento político? y otra cosa, algo que me gustaría saber es, para preguntar a Fernando, ¿cuál habría sido la diferencia entre frecuentar las clases en Portugal online o estar ahí, en Chile? Porque me parece que ha sido igual, porque estar online aquí en Portugal, frecuentando una clase de arquitectura en Chile, sería igual a estar ahí, porque tu no has salido a la calle, no has visto nada de lo que ha pasado, o sea, podrías hacerte el curso directamente de Oporto para Santiago y estaría todo igual, o sea, pienso que lo que Margarida quiere saber de tu parte, es cual ha sido tu sensación de estar ahí y si ha sido importante, para ti estares ahí en el medio del conflicto, porque de otro modo sería absolutamente lo mismo estar aquí en Oporto y atender a una clase, que sería dada ahí en Santiago, además por lo que tu dices, que han habido paros en la facultad, o sea, que tu no has tenido un curso completo cómo poderías tener... Y me gustaría saber ¿cómo ha sido tu experiencia como alumno?, y ¿qué impresión te llevas del curso de arquitectura, ahí, con las condicionantes todas que has tenido en frecuentarlo?

FP: Sí, ha sido muy difícil para mí porque, haciendo intercambio quería explorar algo para juntar a mi curso, para completar algo que no ha tenido en Portugal. Y sí, es verdad, he sentido que con las clases online era igual estar en Chile o en Portugal, y por eso la riqueza de hacer intercambio para mí ha sido cero, porque no tuve contacto con las personas, no tuve contacto con las calles, no tuve contacto con las personas directamente, extra facultad, y eso para mí era el encanto de hacer intercambio, y no he tenido nada de eso... Para mí,

ha sido muy difícil hacerlo, la motivación ha sido muy poca para hacerlo por eso, porque estaba muy triste con la situación, y con la mala suerte de la COVID.

MG: Y todavía estas teniendo clases, por que sé que el final de semestre cambió, y todavía tienes clases, o sea, estas acá en Portugal a tener clases en Chile?

FP: Sí, sí, es eso. Porque he tenido un paro, aproximadamente, de dos meses y ahora pienso que la facultad esta tentando encontrar una solución para terminar el semestre y concluir de alguna manera. Y esa manera nunca será la experiencia completa del estudio acá, porque es como una solución provisoria, por todos los problemas sociales y por el virus. Tenemos de terminar el semestre de alguna forma, y por eso he sentido que los alumnos tienen mucha fuerza en este sentido también porque tienen participación en esa discusión; esa discusión no es solamente de los profesores y directores no, es de todos, y los alumnos se escuchan mucho, hacen votaciones, las votaciones tienen mucha importancia en la tomadas de decisiones. También por eso que el proceso esta tomando tanto tiempo porque se preocupan en escuchar los alumnos.

MG: ¡Sipo! Me acuerdo de cuando empezó el estallido, igual tuvimos como un mes sin clases, sin hacer nada, porque todavía no se sabía lo que iba pasar, cómo era, cuando iba durar, y después cuando empezamos con clases online, o mejor, con trabajos para finalizar el semestre, principalmente para nosotros de intercambio, porque con los chilenos, o sea, dependía igual de los cursos pero muchos solamente terminaron ya muy cerca de la Navidad. Pero para nosotros de intercambio, fue cómo tener una solución muy rápida para terminar todos los cursos y, claro, que no era el final que yo quería, pero igual creo que fue una experiencia muy rica que tuve, porque yo tuve la suerte de tener los dos Santiagos y tu tuviste un tercero Santiago, que yo ni conocí.

FP: Una caminata y una cuarentena.

MM: ¿Que impresiones tenéis, vosotros, Constantino y Lucho, de los estudiantes que han estado ahí de intercambio, si pensais que ha sido provechoso para ellos el contacto con la realidad de Chile en ese momento específico? Es que, no sé quien decía hacía un rato, que no era antropólogo... Sí, los alumnos de intercambio que han hecho un poco un trabajo de antropología, porque han estado ahí, absueltos por la comunidad, y han experimentado lo que es estar ahí, por eso decía a Fernando que es muy diferente estar aquí en Portugal y tener clases online o estar ahí y participar en el proceso, así es diferente, o sea, que opinión tenéis vosotros de los estudiantes que han estado ahí, cómo Margarida, cómo Fernando, y que piensan que podrían aportar de la realidad chilena para sus países, cómo hace Margarida, que esta escribiendo sobre el asunto.

CP: ¡Yo, lo dije! Por mi cuenta, yo creo que es invaluable la experiencia para los estudiantes. La experiencia de vivir otra realidad, de la manera intensa con la cual la viven los estudiantes de intercambio y vivirlo en un momento histórico es algo que no se les va olvidar nunca, y que es tremendamente enriquecedor para nosotros. Yo creo que compartimos con Lucho que eso nos enriquece muchísimo, la posibilidad de tener estudiantes de intercambio de distintas partes con miradas, con lecturas, de nuestra realidad también muy distintas y eso siempre es muy bueno, muy refrescante. Nos hace también a veces repensar las cosas, que uno las toma por supuesto a partir de esa mirada distinta y fresca y uno también lo experimenta cuando uno tiene la posibilidad de ir a otro lado incluso en viajes cortos, más aún cuando se hace un viaje más largo y después uno regresa a su país, a su ciudad, a su hogar, también uno lo ve con otros ojos y como que uno recapitula y tiene esa posibilidad de ver algo desprejuiciadamente. Así que concretamente para nosotros fue sin duda, y sigue siendo, una experiencia importante tener estudiantes de distintos lugares. **LG:** En el caso mío ha sido notable. Fíjate, creo que es una de las buenas experiencias que me ha tocado. En general, ha sido el tener alumnos de intercambio que vienen a Chile y tener alumnos chilenos que van de intercambio a otros lugares. Primero porque quizás, a ver, yo hago un bruto de cursos, hago taller, hago construcción, Chiloé, y en construcción dos ramos, además de seminario y práctica. Entonces, me toca ver distintas alternativas. Claro, en Chiloé es un curso especial porque nos permite viajar a un territorio relativamente extremo en Chile y conocer una realidad que incluso muchos de nuestros estudiantes chilenos no conocen, y poner un poco la disciplina o nuestra acción disciplinar al servicio de una comunidad pequeña. Eso ya nos permite vivir durante al menos una semana o algo así intensamente juntos y eso es muy bueno porque te conoces, se relacionan, los chiquillos, establecen vínculos de amistad y nosotros también. Yo ayer estuve hablando con dos estudiantes españolas que han estado con chicos chilenos que están en España en este momento, entonces pudimos ver qué estaba pasando con ellos en estos momentos, con la misma preocupación. Y ha sido fantástica la dualidad, muy buena, y creo que para los chilenos en Europa también lo ha sido, entonces claro en la situación actual es complejo porque lo que está pasando Fernando, yo lo encuentro terrible en verdad, llegar con toda la expectativa a la edad que tienes, llegar a vivir en una condición y un escenario especial y encontrarte justamente con un vacío brutal y una soledad grande, en un momento bastante complejo de organizar... Nuestra facultad ha buscado como res-

ponder a estas circunstancias: hacer docencia en pandemia, y con distintas experiencias. Nos han tocado buenas experiencias y no tan buenas experiencias, los propios estudiantes han decidido un paro largo que uno podría cuestionar, pero la realidad es que cuando te permiten, en la realidad es que hay unos chiquillos que están, “¡es para hacer tres paros! no uno”. Y la realidad, claro toda la experiencia quizás no buena para Fernando, no invalida las otras, sin duda alguna que no las invalida. Pero nos pone en una condición complicada, la pandemia... Yo estoy del 17 de marzo encerrado en mi casa, porque decidieron que era población de riesgo, entonces ha sido muy malo porque soy muy social a cierta verdad, me gusta mucho disfrutar la vida y me tienen aquí encerrado, menos mal que mi mujer es una buena compañía así que no ha sido complicado, pero no es lo común. Y claro, pienso en Fernando y digo pucha que rabia, porque veo a mis dos alumnos, una chica francesa y, perdón, una chica, sí, digo bien una chica española y un chico francés, que han estado en el curso con nosotros y lo hemos disfrutado, ellos allá y más acompañados de su familia, tratando nosotros de compartir la realidad, lo que estamos viviendo, teniendo conversaciones como esta entonces ha sido enriquecedor. En el caso de Fernando me imagino que ha sido muy diferente, y esto es así. Y ahora a lo que preguntabas tú, Mário del tema ¿qué está pasando en Chile?, yo creo que Chile no está tan silencioso, Santiago no está tan silencioso ni está tan quieto. Eso es falso, eso es una falsa imagen a mi gusto. Yo creo que ocupar la Alameda, insisto, es un acto cómo de rebelión, pero de “a ver qué sucede”, desde mi punto de vista, quizás voy decir algo que quizás es muy político, pero bueno si los arquitectos no tenemos una opinión política estamos jodidos. **MM:** ¡Exactamente!

LG: Bueno, en Chile lo que ha sucedido en buena cuenta, es una rebelión brutal contra la autoridad, contra la autoridad que no es representativa no porque no haya sido elegida, porque al final el estado de Chile se ha transformado en poco representativo, no parece esa condición real, las decisiones que puede tomar un estado democrático en representación de todos aquellos, no está siendo así po. Tú ves que las decisiones se están tomando por otro lado, que al final las cosas se hacen no porque son una decisión ciudadana, ¡no! es una decisión medio oculta, extraña, y eso se siente, eso se ve, este cambio por el sistema no es solamente terminar con un sistema, es bastante más fuerte que aquello. Yo creo que viene un cambio muy importante, Chile ha sido un espacio de todas y muchas cosas, quizás porque hemos estado atrasados, adelantados, en distintas partes de nuestra historia. Eso nos trae que hoy día en Chile, nosotros decimos, “claro

no hay revuelta en la Plaza Italia, estamos tranquilos” pero no es verdad, es decir la Alicia, esta chiquilla que me llama, bueno, hablamos casi todos los días, me dice: “no pude dormir bien anoche porque tuvimos una manifestación en toda Avenida Grecia”, que se ocupó la Avenida Grecia desde la rotonda Grecia hasta la municipalidad de Grecia entera eso ha sucedido en los últimos meses permanentemente, entonces estos escenarios de discusión, de apropiarse, de “oye hay toque de queda” y no le hacemos caso al toque de queda, está pasando, es un hecho real, no se difunde mucho, no hay una prensa que informe de eso, ni canales que lo digan pero es un hecho cierto. O sea, claro, desgraciadamente eso se ha circunscrito a ciertas áreas, no desgraciadamente, no lo digo porque ojalá pasara en todas. Son nuevamente segmentos, la gracia de lo que sucedió en octubre, fue que no fue segmentado, fue un espacio de unidad. Aquí no, se están preparando pequeños segmentos y esto hace que sea complejo socialmente en estos otros lugares. Por ejemplo, donde yo vivo, que es Las Condes, claro, está la ciudad silente absolutamente silenciosa. El centro de Santiago también, incluso lo que decía Margarida, a estos espacios que la ciudad recoge en sus muros, lo que la gente quiere decir han sido lentamente borrados pero van a ocuparse de nuevo de otra forma no detenible. Y eso va ser así, entonces claro, muchos de nosotros quizás porque yo he vivido una vida complicada, piensa tú, me tocó del 70 y adelante entrando en la universidad, entonces no ha sido fácil estas condiciones de distintas crisis. Uno siempre piensa que después de una crisis las cosas van a cambiar muchísimo, no siempre es así, ah. Yo creo que depende de cada uno de nosotros para hacerlo. Entonces esta conversación que Margarida nos ha invitado es fantástica, porque nos permite un poco vernos en otro espejo digamos, uno está permanentemente mirándose a sí mismo, entonces saber que otros nos están mirando es fantástico y yo lo agradezco enormemente esa es la verdad.

MG: Para finalizarnos nuestra conversación, podemos reflejar un poco sobre el futuro ahora pos-pandemia, igual no sé si los profes o la Fran asistirán a un conjunto de conferencias que hube en Chile, de la Cámara de Construcción de Chile, la 9ª Conferencia de la Ciudad, ahora en el inicio de julio, pero yo asistí a los 3 días en que ocurrieron las conferencias, donde se habló de las ciudades con la pandemia y de Chile específicamente de lo que pasó ahora e del espacio público, y en verdad, un poco de todo eso que estuvimos a hablar hasta ahora, la falta de espacio público en la ciudad, las calles que son hechas casi solamente para autos, de las diferencias de espacios y clases sociales que están muy cerca unas de las

otras en Santiago, de los diferentes modelos y marcas de Santiago, etcetera, y igual se reflejó sobre el futuro de las ciudades, entonces, ahora podríamos hablar nosotros un poco de eso, del futuro para lo cual estamos caminando, o sea, eso que pasa ahora con la pandemia será el futuro para lo cual estamos caminando, o sea, si con todo esto del teletrabajo, con la vivienda y el trabajo cada vez mas mezclados uno en el otro, intrínseco uno en otro, si esto no será como el futuro un tanto o cuanto (dis)utópico para lo cual ya caminábamos hacia mucho y como podemos construir, con esto, ciudades más para todos, pues que la pandemia levantó todos los problemas de desigualdades sociales y otros que ya teníamos antes pero ahora son aún mas visibles de las clases sociales, y les dio aún más fuerza. ¿Qué futuro tienen las ciudades que tenemos hoy día? **FIP:** Yo creo que va a ser un desafío el tema del confinamiento sobretodo porque como mencionaban los profes el movimiento aún no es muerto esta listo para todos que apenas se termine la medidas obligatorias de estar en casa van aparecer novamente manifestaciones. Entonces yo creo que se ve complejo como hay que tomar medidas de distanciamiento de por lo menos un metro, hay que llevarse las manos no sé al menos se han tomado medidas por parte de las universidades, que es mantener el semestre online que es un poco mantenernos en nuestra casa y muchas personas han dejado Santiago - yo no estoy en Santiago, entonces no sé yo al menos no ha tocado vivir la experiencia de vivir la cuarentena obligatoria y, afortunadamente, vivo en un lugar muy rural, entonces yo tenía acceso a espacio público, a espacio de mi casa, y pude hacer cosas con normalidad, pero el caso de Santiago se ve complejo, o sea, estamos viendo todo los días en la televisión de gente que no respeta la cuarentena, gente que apenas no tienen 12h de la noche a la una de la mañana están haciendo un asado en la casa porque es una situación que en verdad tiene a todos cansados, estamos todos con la necesidad de poder salir además que Santiago específicamente la zona centro es una zona muy densa que no de partida los edificios no están pensados con la lógica de tener espacios comunes, entonces estar completamente en tu apartamento es no tienes ni sequer la posibilidad de tener un espacio para compartir con tu vecino, entonces yo de verdad creo apenas se termine todas estas restricciones, el espacio público se va a volver con mucha fuerza, o sea estos espacios se van a volver a tomar con fuerza sobretodo los espacios más centrales, que son espacios que de cierta forma se ganaron y que se van a recuperar. Y esa es como mi visión de lo que podrá pasar en un par de meses porque ya estamos con un plan de desconfinamiento entonces. **MG:** Es muy interesante eso que dijiste de la noche por-

que yo igual me acuerdo que se vivía el estallido por el día y después por la noche era muy raro oír ruidos de los militares y uno no saber si era como un tiro, o otra cosa, o sea, no saber de onde venía, para onde iba, y todo estar sin iluminación, igual porque se destruyó muchas luces de calle, y ya ahora que mencionaste eso, me gustaría preguntar, y igual para las personas que están hoy en Santiago, porque tu, Fran, estás como yo acá en Portugal, yo vivo en un lugar muy rural igual, y eso es muy bueno en una situación como esta, pero me gustaría preguntar ¿cómo se sienten durante el día con la pandemia, cuando hay un mínimo de normalidad, o la normalidad necesaria para sobrevivir durante la cuarentena, y por la noche cómo se queda la ciudad? ¿Cuál es la impresión que uno tiene desde su ventana? ¿O de la calle, si es que van a la calle? **LG:** Perdona que me refiera, pero, en el caso mío es muy tranquilo. Yo vivo en un barrio que está absolutamente, toda la gente, nos conocemos, cerca hay una plaza, silencioso. Mi casa es pequeñita, pero tiene un patio que puedo caminar, salir. Y en la noche, salir a caminar por la cuadra, sin pedirle permiso a nadie, se te digo la verdad es muy raro que alguien pase a controlarte, eso sería... sería casi una especie de cosa mágica digamos que pasara alguien, así que sería hasta entretenido que pasase alguien a controlarte, así puedo hablar con alguien. En mi caso ha sido muy grato porque insisto que estoy viviendo en un Santiago que es un Santiago que esta... oye, es que la partición de Santiago es gigantesca, no puedo entender que todo esté a 15 minutos en Nuevo York de India digamos, eso es lo loco que suceda en Santiago. Entonces, en mi caso, me complica no ver a la gente que quiero, no más. Poder abrazarla, tocarla, y eso es extraordinariamente tonto, desde mi punto de vista, es una situación absurda y costosa, costosa en todos los puntos de vista. Pero, en otros lugares, esto, como tú bien dijiste, en la noche se activa. En el día, la gente sale poco, conversa en la esquina, sobre todo en pequeños grupitos. La feria, la feria donde se venden fruta, verdura, y se comercializan objetos menores, claro, es un espacio de intercambio natural de esas áreas urbanas, y es muy grato para ellos, la Alicia, esta chica que te digo yo, claro, se ha reinventado, porque, venden cosas, lo pasan estupendo, pero es un espacio de convivencia donde se vuelve el espacio de intercambio, digamos, pero en la noche sucede esto otro, sucede una cosa más violenta, mas reactiva, más de confrontacional, más de decir "estamos aquí a pesar de que nos dejen estar aquí" ¿me entienden?, eso pasa, y eso es un hecho real. En los barrios, al menos donde yo vivo, no sé Constantino, pero está silente, de día y noche, ausente. **CP:** Yo vivo en Providencia, ¡y todavía estoy en cuarentena, Lucho! ¡Te envidio! Providencia está todavía en

cuarentena, sí. Bueno, yo vivo acá en un departamento, esto se ha ido transformando de casas a un barrio de edificios de seis/siete pisos, y en una calle muy tranquila, muy chica y tranquila, pero sí, en los días donde hubo cacerolazo se escuchó muy fuerte, está presente. Y hay una cosa también que, quizás, es interesante compartir que están pasando muy a menudo ahora los Organilleros, que es una cosa muy bonita, que no sé Lucho si te acuerdas de ellos, no sé si pasan por allá. **LG:** ¡Por aquí pasan a cada rato! **CP:** Sí, los Organilleros, no sé si ustedes saben lo que son, son esas cajas musicales, que hay personas que llevan estas cajas y le dan vueltas así y sale una música. Tiene unos engranajes, que, ¿no lo conocen? creo que hay un tipo parecido en España. Acá pasan, normalmente, pasaban para las festividades, dos o tres veces al año, pero ahora se ve bastante a menudo, y también otra cosa interesante los delivery, no sé si a ustedes también les pasa, pero hay un tráfico bastante intenso y constante de bicicletas, de motos, autos, furgones, trayendo comida, este notebook que me lo compre de esa manera, que el otro ya me estaba fallando, entonces, claro, si sigue activa, de este punto de vista, la calle, prácticamente todo el día, o sea, puro delivery. Pero con respecto a tu pregunta, del futuro, yo creo que el gran cambio es que nosotros vivimos algunas décadas con una cierta certidumbre, una cierta tranquilidad, y ahora lo que prima es la incertidumbre. Por lo menos, en mi caso, no tengo idea de lo que va pasar. Y de aquí a una semana, un mes, un año... no me puedo proyectar de aquí a un año, no tengo idea lo que va pasar de aquí a un año. Con todo, el tema político, social, con la pandemia que seguramente van a haber rebrotes. Así que yo creo que de cierta manera todos están en esa disyuntiva, y también como va a cambiar el mundo a partir de esta experiencia de confinamiento, de COVID, porque, por un lado, acá, digamos, de golpe tuvimos que acomodarnos al teletrabajo, a la relación virtual, que ha sido muy fuerte, muy rápido, y eso sin duda va a tener un cierto impacto pero creo que personalmente creo que no va a ser tanto como unos esperan al final de cuenta hay una cierta porcentaje de la población que puede acceder al teletrabajo, que puede estudiar a través de clases virtuales, pero creo que va primar por sobre todo este anhelo de otra vez salir hacia lo público, encontrarse, que está en este momento reprimido. Y se suma, se suma a esa represión de la pandemia que uno no puede salir por miedo, por las restricciones, se suma también a estas restricciones que tiene que ver también con el tema político, social, que se va, y se está agudizando, y ya es un problema bastante serio ahora en Chile, y que se va a ir agudizando cada vez más y vamos a ver que va a pasar.

Hay un plebiscito, fijado para el día 25 de octubre, para una nueva constitución, y se suman unas siete elecciones de aquí hasta el próximo año y que van a ser, por un lado, muy compleja, pero, por otro lado, quizás, puede un poquito distensionar el ambiente porque son momentos, hitos que pueden desactivar un poquito toda esta rabia contenida. Entonces no sé, yo creo que la incertidumbre es la palabra que lo puede caracterizar de mejor manera. **LG:** Mira, a mí me pasa una cosa muy interesante, y que solo puedo decirte de lo que es mi experiencia, no más, yo tengo tres hijos, entonces, uno es diseñador, músico y lo pasa regio en realidad, él vive en un departamento, en un décimo piso y ha sido el que más se ha cuidado, que en realidad ni nos llama por teléfono, para no infectarse. Y es el único que se infectó. Tuvo coronavirus él y su mujer, mira no saben cómo porque dice como "mira, hemos tomado todas las precauciones del caso, y estamos con esta". Gracias a Dios, ya están saliendo. Mi otra hija, es médico, sale para todos lados, está en hospital trabajando fuertemente todo el día. Y ha estado perfectamente sana, nos visita y está bien. La otra es arquitecto, casada con un arquitecto, y es quizás la que estamos más complicado en el sentido que la arquitectura ha bajado fuertemente todo, todos los proyectos han caído, la acción constructiva está detenida, absolutamente. Por lo menos en Santiago, que como te digo, es el 35% de Chile en habitantes, el 80% de todo el resto. Entonces, la Carola, está bastante sin pega, y su marido también, que es arquitecto, ha terminado la oficina, se acabó la oficina, se cerró. Entonces, viene la reinención. ¡Se reinventan, los cabros! Y ha sido fantástico eso. Yo creo que es cierto que hay una incertidumbre enorme, pero yo creo que es incertidumbre, pero no desesperanza, yo desde mi punto de vista, que estoy viejo, tengo mucha esperanza, yo creo que veo el hacer de ellos y veo que mi hijo está trabajando con dos empresas norte americanas que le envían hacer cosas y es divertido porque como tienen distintos horarios él en el día trabaja en lo que le han encargado mientras allá en los Estados Unidos duermen. Entonces, en la mañana entrega el trabajo, se lo pagan regiamente, y me dice "Mira, nunca he tenido más pegas", es fantástico. La Maca está muy feliz con su hacer médico. Se ha sentido mucho más médico que antes, más médicos en cuanto a servir. Y la Carola sin pega se ha reinventado entonces, hace tortas, pasteles cuanta cosa hay, que yo creo que se las come ella más que venderlas todavía. Pero la encuentro alegre, está bien. Entonces, yo miro que va a haber una cosa compleja, sí, pero yo creo que necesaria. Va a ser una cosa complicada, que va durar un tiempo que no es corto, que no va durar un par de meses, va a durar unos dos/tres años. Pero creo que los cabros, la

gente joven en Chile, los pilla en un buen momento, en un momento que se han enriquecido... los chiquillos de ahora... quizás en mi época, éramos más temerosos, hoy día quizás todos tienen facilidades, salen, viajan, conocen, están conectados... entonces yo tengo la seguridad que va a salir bien esto, va salir de alguna manera bien. Va a ser medio doloroso, muy duro, va a ser duro, van a haber enfrentamientos, y cosas que nos van a dividir, probablemente, pero creo que sí, comparto con Constantino, mi incertidumbre es mayor que la de ellos, yo me jubilé, estoy terminando de hacer mi clase mañana, es la última clase que hago, y termino. Entonces, más incertidumbre, yo me imaginaba a hacer cosas diferentes, pero estoy encerrado, ya aparecerá una cosa entretenida. Pero, si, creo que hay una posibilidad que esto resulte muy bien, en la medida que se asuma bien, digamos, que se asuma con confianza, ojalá, que con nueva gente... En Chile se repiten las cosas, no salimos de las mismas personas, hay un cambio de ministros y los rotan, hacen unos enroques, uno que estaba aquí lo pasan para allá, o sea, es como bien extraño eso. Pero, creo que eso va a cambiar. Va a cambiar rápido, rápido para mí quizás no es tanto tiempo, tampoco. Va a ser. Así que sí, comparto la incertidumbre. Comparto que va haber revuelta, y va haber enfrentamiento, y va haber posiciones encontradas, probablemente va a pasar un periodo no muy largo, de ciertos caudillismos, de ciertas posiciones muy extremas, por los dos lados, pero se va a llegar rápidamente. Ojalá porque tuvimos una experiencia histórica muy cercana, o sea, claro, quizás no tan cercana, veo Fernando, veo Margarida y la Francisca, y claro, 30 años es harto tiempo. Pero, creo que Chile no se va a equivocar de nuevo. ¡Sería muy loco equivocarnos en tan poco tiempo de nuevo, sería loco! Así que espero que no, espero que prime la generosidad y la cordura. Lo que no tenemos en Chile, y que, si tiene la generación nueva, digo que no tenemos porque hablo un poco por mí, nos falta cultura en sentido de incorporar otras cosas dentro nuestro, los cabros jóvenes, si la tienen... Están mirando. Y estamos volviendo a tener una especie de cosas no tan, no tan... como diría yo, no una visión tan única, por ejemplo, el esposo de mi hija que es arquitecto salía con mi nieto en los hombros a pintar los murales de octubre, en los bordes del río Mapocho. Con el terror de todos nosotros, tú entenderás, nosotros decíamos lo van a pescar los pacos, le van a sacar la mugre, que se yo. Pero por otro lado veía la experiencia de este cabro chico en los hombros de su padre pintando esto... ¡Fantástico! Claro, uno está con los temores, está con las dudas, está con todas esas cosas, pero... yo creo que va a pasar. Así que yo lo veo con mucha esperanza. De que va a ser fantástico.

2º APÊNDICE



Resumo:

conversas vadias #1

Em comum

com Arq. Mário Mesquita, Nuno Delgado, Inês Álvaro e Marta Regadas

duração: 01:25:48

2021-01-21

Margarida Gaspar (MG): Eu tinha pensado para esta conversa, cujo intuito é contrapor aquilo que foi a conversa que eu tive já em julho do ano passado com os meus professores do Chile, de Chiloé, com o prof. Golsack e o prof. Constantino, inclusive com o Fernando Patrão e uma amiga minha chilena a Fran, onde se falou da situação pré-pandemia, portanto que eles tiveram o estillido social que implicou toda uma presença das pessoas nas ruas de forma massiva, e depois com a pandemia também tendo em conta a situação social que eles estavam a viver, a pandemia também veio transtornar aquilo que estava a passar, aquilo que eles estão a reivindicar, daquilo que estavam a defender, e o processo das mesmas, onde eles queriam chegar. A ideia era de que esta conversa, a parte de outras que integraram a mesma pasta, fosse um contraponto desta realidade chilena com uma realidade portuguesa/ europeia. E portanto, falámos um bocado da cidade e sociedade, baixo este sistema neoliberal de consumo, de sociedade de consumo, que vai crescendo e a produção e reprodução massiva das cidades, e o que é o espaço social de agora, não é, e debatemos também o espaço público no geral, de como se mede um espaço, sem as pessoas, o que é um espaço sem pessoas se não é com pessoas que faz sentido, como então podemos construir uma cidade para o futuro, para todos. Queria, também, falar convosco, e especialmente com o Nuno, para que também explicasse um bocadinho aquilo que é o trabalho que está a desenvolver em projecto 5, em comum, pronto, que pudéssemos reflectir um bocadinho aquilo que é o espaço social no Porto, por exemplo. **Nuno Lopes Delgado (NLD):** Olha, posso fazer-te uma pergunta, já para começar? Por acaso já viste a tese do Tomás Neves?

MG: Não conheço.

NLD: É de 2019, e é sobre o México. É sobre o espaço público do México. O estudo dele é super interessante porque ele, primeiro quer compreender o que é que é ser-se mexicano, e qual é que é a identidade, depois perceber como é que as pessoas ocupam o espaço público, e a tese dele é toda a volta de uma leitura fenomenológica do espaço público da Cidade do México. E acho que ia ser super, se é o teu tema de tese, se é o teu projecto, acho que ia ser super interessante dares uma vista de olhos, porque eu também ando a dar uma vista de olhos de vez em quando e vejo sempre alguma coisa de interessante. **MG:** Por isto de ver como a malta se apropria dos espaços tem muito que ver com a cultura de cada um.

Inês Álvaro (IA): É mesmo super importante, acho que é mesmo importante o que é ser português, o que é que é estar em comunidade em Portugal.

MG: Essa questão da comunidade, eu tenho vindo a re-

flectir sobre o assunto, e até desde a conversa que nós tivemos com o psicólogo em Belas Artes, vocês não puderam estar presentes, mas nós acabamos por ter uma conversa à mesma, com o Pedro Ferreira. E é muito interessante como uma comunidade, às vezes, até pode ser mesmo quase como uma aldeia fechada dentro de uma cidade, dentro da cidade. Inclusive eu tenho aqui, e nunca tinha pensado nisto, eu aqui à beira de casa tenho uma comunidade religiosa, que, no fundo, não deixa de ser uma comunidade fechada e privada dentro da localidade que é Abrigada. E nunca tinha pensado nisso, pronto, tenho um exemplo aqui a porta e nunca me tinha apercebido. E portanto, esta questão da comunidade, tem vários níveis, várias escalas e pode ter várias formas. **IA:** E vários objectivos. Por exemplo, eu estava a pensar, que eu sempre idealizei e sempre admirei, pessoas que vivem em comunidade auto-sustentáveis ou a tentava de isso, que têm um objectivo comum, em comunidade, e pensar como é que, lá está, o espaço pode ser pensado, numa comunidade nova, que não é uma comunidade tradicional que é a mãe-pai-filho e com várias pessoas diferentes, de várias categorias, de várias classes sociais normalmente não, mas diferentes pessoas que não nasceram no mesmo berço, que não nasceram nas mesmas condições, que se inter-relacionam e em que é que isso pode resultar no espaço. **MG:** Vocês têm alguma teoria sobre o que aquilo que é que é ser português? Como poderíamos caracterizar a nossa identidade e como nos apropriamos do espaço público.

IA: No espaço público não sei, mas no espaço privado acho que sim.

NLD: Eu queria dizer algumas coisas. Sobre ser-se português eu não sei muito bem, mas por acaso sobre a questão que tu falaste da ilha, ou de comunidades mais isoladas, eu acho que é uma questão muito interessante e que acaba, quando olhamos bem para esse contexto ou para uma situação destas, acabamos por perceber que as comunidades nunca estão isoladas. Lembro-me duma vez na aula de PTRI (Porto, Territórios e Redes da Invisibilidade) que andamos, começamos nas águas do Porto e depois ainda andamos mais um bocadinho, e falamos da questão dos espaços que são percorridos, muito percorridos, e espaços que não são e o que acontece a esses territórios onde as pessoas não circulam. Acho que nunca existe uma comunidade isolada. Eu tentei aproveitar este ensaio que tive de escrever para Teoria, tentei aproveitá-lo para a dissertação e, por acaso, são temas muito interessantes, que rejeitam completamente a questão da comunidade isolada. Não existem comunidades isoladas, não existem comunidades urbanas iso-

ladas, existe uma rede de urbanização que é planetária, existem influencias e dinâmicas sociais, políticas, e económicas, que são planetárias, e mesmo quando observamos uma realidade muito concreta ou que achamos que está mais isolada de um todo, nunca está. Nunca está. Quer dizer, é uma questão, e também acho que nunca se consegue ser ermita. Também acho que isso é uma coisa que não existe. Estamos sempre em relação com esta dinâmica e com este sistema global, e somos sempre, de alguma forma, também, produto dele. Portanto também é interessante ver as coisas também dessa forma. Agora, em relação a ser-se português. Não sei. Imagina, eu falei sobre essa questão da Cidade do México, e de ser-se mexicano porque realmente era um estudante da FAUP português que, de uma forma antropológica e etnográfica vai para a Cidade do México de Erasmus e vê como uma pessoa que vem do exterior, uma pessoa que não faz parte. E então faz sentido perceber essa questão do ser-se mexicano. Em relação a estudarmos espaço público de Portugal, eu já não sei como é que se consegue definir o que é que é ser-se português. **Mário Mesquita (MM):** Mas há uma provocação que já agora eu faço, que é, por exemplo, neste estado de pandemia verificarmos quais são as primeiras coisas a fechar. E verificamos aí que a realidade hispânica é completamente diferente da realidade portuguesa. Os hispânicos, que sejam eles de Espanha ou da América Latina, estão habituados muito a uma cultura de bares, esplanadas, de viver na rua e isso tudo. Os portugueses não. Isso é tudo um bocadinho mais diferente, há um privilégio de espaço privado, ou semi-privado. E curiosamente como medidas de combate a esta pandemia, por exemplo, em Espanha, a primeira coisa que fechou foi exatamente os bares, os bares e as esplanadas porque existem muito essas dinâmicas de convivência de rua e nestes espaços de esplanadas, as pessoas saem do trabalho e estão duas ou três horas ali sentados nas esplanadas, uma realidade que em Portugal não é assim tão aparente. Portanto, aí há uma especificidade entre o tal ser português e o uso do espaço público em Portugal, e aquilo que é o uso do espaço público no Chile, ou na Argentina, ou no México, como o Nuno estava a dizer, quer dizer, os mexicanos vivem na rua, não é. A rua é uma extensão da casa. Ou como por exemplo, se tu fores ao Alentejo, tu vês que a rua também é uma extensão da casa. Mas se calhar no norte não é tanto assim. No norte, que é uma cultura de minifúndio, de pequena propriedade, de lote pequeno, de ruas estreitas, o viver na rua, depende muito, é muito mais a cultura de viver na varanda ou viver no terraço, viver no interior dos quarteirões, virado para dentro desses mesmos interiores, a pequena horta urbana, e por aí, do

que propriamente o sair para o espaço público e sobretudo essa ideia do viver em comum, que não se conhecem de rigorosamente de sítio nenhum, mas que partilham o mesmo espaço público. Daí a questão que o Nuno nos fala do cruzamento, daquilo que vocês apresentaram em projecto 5, que é o cruzamento daqueles três círculos, que é as comunidades, os territórios e as sociabilidades que depois cria ali uma intersecção e dessa intersecção sai a equação do que é essa vivência em comunidade. Portanto, daí o espaço em comum, o que é que é o espaço em comum, em Portugal, que eu acho que é aquilo que interessa à Margarida, e o espaço em comum noutro tipo de culturas, nomeadamente essa que tu disseste. E, por exemplo, o que é que é o espaço comum de dia e o que é que é o espaço comum à noite, não é, e aí entramos no tema da tese do Nuno. E o que é que é o espaço comum, por exemplo como a Inês desenvolve no trabalho de projecto que é o que é que o espaço comum numa perspectiva ambiental, numa perspectiva mais ecológica de redes, e o que ela desenvolve naquilo que eu presumo que possa ser um trabalho de dissertação que é esse espaço comum segundo uma perspectiva de urbanismo feminista e da vivência das mulheres nesse espaço público, que é um bocado aquilo que toca com o trabalho de uma outra pessoa que não está aqui, com a Chloé, não é, que é qual é o espaço das mulheres, e da Natália, qual é o espaço das mulheres no espaço público. Portanto, ou seja, aqui estamos perante um conjunto de realidades diversas, e sobretudo também o que é que é a perspectiva política desse espaço público, porque a realidade que a Margarida observou no Chile foi uma realidade muito específica, muito característica, pré COVID, não é, e que ficou ali latente e que agora teve alguns fugazes de expressão que as pessoas voltaram as ruas e voltaram a ocupar e tomaram posições, e isso tudo. Em Portugal somos um bocadinho mais tranquilos, para usar uma expressão simpática... Mais não sei. Não sei. Esta questão do trabalho com as comunidades é muito interessante sobretudo se for vista de uma perspectiva inclusiva, quer dizer, mesmo quando falamos dos bairros, falamos das ilhas, falamos dos pátios, falamos das diferentes comunidades étnicas, por exemplo, não é, e que habitam sobretudo as zonas periféricas de Lisboa e Porto, entendemos essa periferia muitas vezes como zonas centrais, são zonas periféricas porque são zonas psicologicamente periféricas, são espaços psicologicamente periféricos e não propriamente territorialmente periféricos. É muito fácil estar no centro da cidade e estar remetido para uma periferia psicológica e é muito fácil, também, estar no centro de uma cidade e ser inactivo politicamente, e não ocupar as ruas. Não sei. Um conjunto de ideias que de repente surgiram daquilo

que vocês estavam a dizer. Não sei, Margarida, se queres fazer algum tipo de visão cruzada, não sei, porque quer o Nuno quer a Inês têm duas perspectivas que me parecem que são muito particulares, não é, são duas visões muito particulares que se calhar ajudavam se pudessem ficar aqui - o que é que cada um de vocês acha que é essa tal vivência do em comum, de viver em comunidade, e de utilizar as comunidades como base operativa para, inclusivamente, pensar as cidades, pensar os nossos territórios e incluir as populações na equação que é uma coisa “ai, Jesus, credo, será que isto é arquitectura?” como, infelizmente, algumas correntes de pensamento pensam. Mas não, isto é arquitectura, porque não existe arquitectura sem pessoas, portanto, se não existe sem pessoas, as pessoas formam comunidades portanto, logicamente, não estamos aqui a falar em comunidades ideológicas, não é, estamos a falar em comunidades de facto, que é como é que se mede um espaço público? Enchendo esse espaço de pessoas. É a melhor forma de medir um espaço público, e aí, a Margarida tem claramente essa dimensão quando observou as manifestações no Chile porque, de repente, aquilo que eram espaços ocupados por automóveis, que eram ocupados por pessoas que, circunstancialmente atravessavam aqueles circuitos, de repente passou a ser um mar de gente, e essa gente fazia barulho, e ocupava o espaço e dava essa dimensão ao espaço. Isto é muito complexo no âmbito da arquitectura, porque como o Nuno já viu, e a Inês também observou, gera polémica, porque há tendências que consideram que isto não é arquitectura, e eu não estou nessas tendências, estou completamente fora dessas tendências, porque acho que isto é arquitectura. É a mesma coisa das escolas, não existem escolas se não existirem estudantes. Não faz sentido. Portanto, não existe espaço urbano sem pessoas, se não não há urbanidade, se não há urbanidade, não há pessoas. Não há pessoas, não há urbanidade. **NLD:** Posso começar por dizer que é, realmente, uma questão bastante complicada. Esta questão de não só da aproximação às comunidades, mas estar por dentro das comunidades e juntos desenvolver um pensamento ou um plano para o território, seja ele qual for. E acho que esta questão varia muito em relação à escala que se está a tratar. Porque quando falamos a uma pequena escala, pequenas intervenções, como o caso do Chalani, eu gostei muito de uma aula, também há a gravação na internet, sobre quão complexa é que toda a operação mesmo quando se está a intervir de uma forma muito pontual e expedita, de acordo com o orçamento que se tem, e já isso cria toda uma fricção, todo um atrito em relação a uma série de coisas. Quando estamos a falar numa escala urbana, ou seja, queremos envolver a po-

pulação nesses órgãos de decisão, ou nesses órgãos de planeamento, ou quando estamos a falar a essa escala, por exemplo, nacional, acho que são duas coisas muito diferentes que envolvem questões e problemas muito diferentes. Não sei. Isto é o primeiro ponto que eu quero marcar é que, já percebi, pelo menos, sempre que temos essa aproximação a pessoas que realmente usam a camisola e tentam por em prática estes valores, pessoas com quem já falamos em PTRI, pessoas que eu conheço que estiveram no Colectivo RE no Chile, pessoas na Casa Bô, lá está, operações mais pequenas, há sempre, parece que é uma questão super complicada, é uma questão muito delicada, e eu sinto que na maior parte das vezes é em montar-se na estrutura, quando é que se dá voz a quem, a quem é que se dá voz, por que é que se faz isto primeiro que aquilo, qual é que é a prioridade... eu acho que nem toda a gente gosta de tudo, as pessoas têm muitas opiniões, as pessoas discordam com muita coisa e concordam com muita coisa e o primeiro passo é perceber-se que a riqueza está no processo, eu acho. Está no processo. Talvez não tanto no produto final. Não sei se, Inês, te revêes em alguma coisa que eu disse. **IA:** Sim, eu acho que a riqueza está, sem dúvida, no processo, mas eu acho que o processo sem o produto final, nas comunidades que precisam, não vale nada. Realmente o que disste de ser, por exemplo, o caso do Chalani, de ser uma incisão muito circunscrita aquela, todo o que movimentou à volta disso, como é que isso se consegue aplicar, realmente, numa grande escala, numa comunidade, e, a rapidez, lá está, não há tempo, nós não temos tempo, e cada vez mais sentimos que não há tempo e vemos que estamos completamente presos e não conseguimos fazer nada. É isso que eu sinto bastante. **NLD:** Mas por exemplo, e puxando para a questão dos estímulos e da cidade contemporânea e do trabalho, a ir para o mega-discurso da condição contemporânea, sim, percebo, porque é verdade. **IA:** É inevitável, não é? Mesmo que, por exemplo, tu estejas mal um dia, o mundo não vai parar. O mundo não vai parar para tu ficares bem, e lá está, ok, já estou a divagar, mas sim a contemporaneidade, a velocidade com que nós existimos, como é que podemos fazer toda a gente parar para se conseguir resolver as pequenas coisas e tudo demora bastante tempo, porque acho que temos de, primeiro, começar logo pela formação, pela educação, não pode ser sem isso, é impossível. Mas, lá está, tudo isto demora tempo até que todo este processo se desenvolva e começa a engrenar e as pessoas comecem a perceber que isso é uma das principais formas de resolver o problema, vai demorar muito... vai demorar muito e não há tempo. **NLD:** Acho que também estás a puxar para uma coisa

super... se o tema central aqui é a questão da ocupação ou da vivência do espaço público, a questão que apontaste aí, nota-se muito a diferença entre Portugal e o Chile, não é? **IA:** Eles não têm medo de sair à rua. **MG:** Exato, mesmo num dia normal o que se nota é constantemente as pessoas na rua, seja isso nos cafés, esplanadas, segundo a tradição espanhola que veio da colonização ou que seja, até de influências mais tardias, no sentido em que, então onde eu morava no centro de Santiago era constantemente feirinhas no chão, malta a vender tudo e mais um par de botas, ou simplesmente só ali a beber café com os amigos e a comer e a lanchar, o que fosse, ou a fazer performances, portanto, eles viviam muito da rua e até as ruas, era raro os bairros em que mesmo os bairros mais degradados, por exemplo, a nós por exemplo isso nota-se logo nas ruas, não sei se estou bem a dizer a verdade, estou a dizer isto agora que estou a pensar, mas no fundo, por exemplo, Portugal, nós olhamos um bocado para as nossas ruas e muitas delas não têm passeio, principalmente quando vamos para uma urbanização mais interior, eu falo por mim, em Abrigada, meu Deus, o que é a urbanização, mas nesse sentido em que mesmo nas coisas em que são mais pobres, ou mais esquecidas ou excluídas, pelo urbanismo no geral, uma coisa que eu reparava é que mesmo nos bairros mais degradados do Chile, ou mais excluídos, as ruas têm uma dimensão mais generosa do que as que temos aqui. Mas isso também vem da nossa tradição, tivemos uma tradição medieval, se calhar, quer dizer, tem essa influencia nas cidades, nos centros das cidades, das ruas serem estreitas, mas não sei se terá essa influência nas aldeias que são construídas um bocado por acréscimo as cidades... **IA:** Eu acho que, realmente, a dimensão da rua, a dimensão do passeio, até o tipo de pavimentação com a Maria Eduarda e com a professora de dança, acho que estávamos a falar do tipo de pavimentos que podem ser implementados e que isso geral logo um diferente pavimento, uma diferente casa, um diferente projecto, alguma coisa, já é completamente completamente diferente. **NLD:** Isso foi uma ótima analogia, Inês. **IA:** Mas, por exemplo, essa coisa de os chilenos, ou argentinos, etc., vivem muito mais a rua e não têm medo. Nós até quando aconteceu aquela manifestação de *#BlackLivesMatter*, estávamos em confinamento, e foi um problema, porque até foi uma manifestação que se conseguiu até muito por pessoas, não era nada, sei lá, não era de entidades assim grandes, mas precisou-se de um tempo para se organizar, para se organizar um dia, para se dizer, tal, apareçam aqui, apareçam ali, tipo um convite de aniversário. E isso quer dizer muito, porque as pessoas não se encontram na

rua, as pessoas vão para a rua porque já foi combinado. **MG:** Mas nesse caso, aí, acredites ou não, se calhar houve muita gente que saiu a rua por opção própria e não sabia destas combinações, nas redes sociais, mas as redes sociais têm um impacto muito grande nesse tipo de organização, hoje em dia, claro. Porque, por exemplo, o que aconteceu no Chile, e nós falamos disto inclusive com os nossos vizinhos chilenos, ele próprios diziam que 'eu acho que se não fosse um haver um Instagram ou um haver um Twitter hoje em dia', do que até um Facebook, maior parte destas coisas acontece principalmente no Twitter, Twitter é tipo o espaço político de discussão. **NLD:** De revolução. **MG:** Exato. É o Twitter. Se não fosse haver um Twitter ou Instagram, a questão era que haviam tantas convocações, que a malta estava só na rua, e muitos deles estavam por razões diferentes, um para defender a não privatização da água, que não queria, outros eram por causa dos pesos do metro, outros eram porque puseram militares na rua, pronto, tudo, outros pela habitação, que eles têm condições, enfim, 17m2 para uma família de 5... **IA:** Será que o nosso espaço público, está a ser as redes sociais? **MM:** Era exactamente isso que eu ia dizer agora. É assim, será que essas tais comunidades a determinada altura não ganharam expressão exactamente por causa das redes sociais? Ou melhor, como é que nós podemos pensar num território em rede, não é, sabendo que as comunicação de mobilização para esse mesmo território funcionam de uma forma mais eficaz através das redes, ditas, sociais, ou sociabilizantes, do que propriamente através de cartazes ou de outros meios tradicionais e analógicos de colocação de propaganda na rua, por exemplo. Vocês, repararam, por exemplo, nesta campanha para as eleições presidenciais, que foi, no mínimo, sui generis, até agora tem sido... **MG:** ‘Presidemênciais’? (referência à expressão utilizada no programa “Isto é gozar com quem trabalhar”, de Ricardo Araújo Pereira) **MM:** ‘Presidemênciais’, exactamente. A presença de cartazes, a presença de propaganda no espaço público, é diminuta, até há um candidato que se deu ao luxo de nem sequer fazer campanha, até porque nem precisava, não é. Portanto, até que ponto é que essas redes passam a ser uma nova dimensão social do espaço? E mais, quem é que controla essas redes. Nós dizermos que são redes sociais, mas elas na realidade são controladas por empresas privadas, sediadas nos EUA. E por isso é que temos países como a China, e então aí vamos para outro tipo de culturas, que bloqueiam completamente as redes de internet ocidentais e que criam as suas próprias redes. Portanto, ou seja, há aqui uma questão até cultural e po-

lítica bastante forte de divisão desse mesmo espaço dito, público, que eu não sei se é público porque ele é controlado virtualmente por redes privadas. Se não vejamos, por exemplo, um caso caricato, e, é assim, ainda bem que lhe cortaram a palavra, mas o Twitter e o Facebook cortaram a palavra ao Donald Trump. Portanto, foi uma empresa privada, ainda por cima, é a mesma empresa, não é, que cortou nos dois sítios. Qual é então a dimensão do espaço público nas redes ditas sociais? Ou de que forma podemos transferir o espaço público para essas redes?

IA: Pois, eu acho que é isso, é muito importante, claro que é importante, mas será que é importante voltar a trazer as pessoas para a rua, ou evoluir... ou simplesmente deixar ir.

NLD: Neste momento é impossível, não é?

IA: Neste momento, é.

MG: Dadas as condições actuais. Mas isto do espaço tecnológico, tem que ver com toda a evolução que nós conhecemos hoje, porque hoje em dia, como é que é a nossa sociedade, é mais caracterizada por estar muito mais em casa, agora com a pandemia então, isso está à vista, aliás, é obrigatório o teletrabalho, mas que já há muito anos inclusivamente na crise de 2008 isso se viu, por exemplo, em 2008 era ao contrário, levavam a casa para o trabalho, porque tão mal porque tinham de levar o almoço porque não tinham como almoçar fora, levar a lancheira, agora é ao contrário, agora trazemos o trabalho todo para casa, e trazemos os computadores os arquivos, e fazemos as coisas em casa. Mas mesmo sem uma ou a outra, acho que as coisas já estavam minimamente misturadas talvez já na segunda metade do século passado, não sei. Ou seja, isto é tudo uma evolução que nos trouxe até aqui, ainda para mais com as redes sociais e o aparecimento delas, em que nós vivemos para as redes sociais, a nossa vida é estampada nas redes sociais, a nossa alma é vendida nas redes sociais, e portanto passamos a ter aí a praça pública, não é. E saímos a rua por convocatórias que aparecem nas redes sociais, e são organizadas nas redes sociais, e às vezes nem sequer são organizadas por um colectivo, aparecem só lá.

NLD: Eu gostava de dizer algumas coisas sobre isto, mas tu queres pegar nisto?

MG: Pá, sim, porque ao falar do Chile é inevitável não falar da importância das redes sociais, porque de facto aconteceu nas redes sociais. Pronto, e isto levava-me a outra coisa porque eu tenho estado a ler um livro que é o *Políticas Del Habitar, arquitectura, género y control social*, do José Cortés, eu estou na parte do género e de como habita o género, e em relação as comunidades, e principalmente as comunidades excluídas, e então ele dá um exemplo que é interessante, pronto, depois não sei

com que processos isto pode acontecer, mas pode muito bem acontecer através das redes sociais, em que por exemplo, as comunidades, nisto do viver em comum, as necessidades, das pessoas viverem em comum, seja isso da forma latino-americana em que se apropriam da rua como extensão da casa, e é um bocado mais a vista de todos, seja isso de uma forma mais portuguesa, mais discreta, no interior de um quarteirão, com as pessoas que lá vivem, por exemplo, estas comunidades que não são geográficas, no fundo, que são de género, por exemplo, muitas vezes têm necessidade, dada a falta de aceitação delas por parte da sociedade no dito espaço público, para todxs, elas sentem a necessidade de se apropriar de um espaço público c todas as características que têm os outros, e de os tornarem delas. E acaba quase por dar-lhes uma conotação de que agora isto é um espaço para homossexuais, por exemplo, ou isto agora é um espaço só para, por exemplo, prostitutas, estão a perceber, um bocado tipificado no sentido da comunidade excluída, e isto também é uma necessidade de estar em comum, com os seus pares, que partilham as mesmas formas de viver. Pronto, queria só deixar este apontamento de aparte. Não sei até que ponto é que vou desenvolver muito o espaço público virtual, a fundo, como estávamos a falar...

MM: Pode ser um final interessante, não é?

MG: Pode ser um final interessante. Há estas questões destas vivências em comunidade, pronto, esta questão de um se apropriar, ou seja, de comunidades não geográficas de se apropriarem de espaços públicos como delas, porque sentem a necessidade de um sítio no espaço público da cidade para serem elas próprias. **MM:** Deixa-me só dar um exemplo. Que é de um livro que é de um americano chamado Don DeLillo que se chama *O Silêncio*. E então é uma história muito simples, muito básica, muito curta, de um apagão tecnológico. Ou seja, um dia as pessoas dão por si sem internet, sem telemóveis, sem redes sem nada, e são confrontadas com não saberem viver. Portanto, a sociedade chegar a um limite de uma total dependência desse mesmo espaço virtual, que as pessoas já não se sabem mover nesse mesmo espaço público, e portanto isso é matéria que está a ser analisada, que está a ser analisada em vários fóruns, há gente a escrever sobre o assunto, há gente a ficcionar sobre o assunto, há utopias e distopias sobre o assunto, e eu espero que isso não seja uma distopia. Não sei. **MG:** Também há o *The Circle*, que é quando a nossa privacidade, tudo aquilo que nós expomos, ou melhor, nós já expomos bastante, mas imaginem estar à vista de todos, mais do que está agora. A falta de privacidade, como vivemos sem privacidade, algo que tanto prezamos, que é tão bom ter privacidade mas expomos tudo nas redes sociais,

mas vemos isso como uma escolha nossa, e portanto está tudo bem. Mas a partir do momento é que já não é voluntário, como é que a sociedade fica. Também tem em filme. **MM:** Sim, é verdade. E o que fica no meio disto tudo, e aí, a pandemia é um, como é que eu hei-de dizer, é um motor bastante interessante em termos de análise que é o que é que, retirando todos os filtros de ocupação de espaço público, como essas manifestações, como a circulação normal, e é assim, quem é que habita esse mesmo espaço? Ou seja, quem é que habita o espaço das ruas e o espaço das praças. E aí, cruzamo-nos com a matéria que a Marta está a trabalhar que é exatamente quando as pessoas dizem assim “confinem, fiquem em casa” e para algumas pessoas a casa é a rua, não é? Portanto, como é que a sociedade trabalha essas comunidades. Como é que se trabalha com essas pessoas que não têm tecto, com essas pessoas que fazem do espaço da rua o espaço da sua casa. Ou seja, o espaço interior, aí, é claramente uma mistificação, porque é o espaço da rua, é o espaço onde vivem, é o espaço em que elas têm tudo, que basicamente fazem a sua vida, aquilo que nós fazemos em nossas casas, não é, a rua é a sua casa. Chegamos aí a uma dimensão que é uma dimensão de estratificação social e política sobre a qual vale a pena reflectir e que a comunidade ligada a área disciplinar da arquitectura era bom que comesse a reflectir no que é que significa isso. Não dê em concursos como foram lançados há uns anos atrás como foi lançado pela Reitoria da Universidade do Porto, em que se estava a tentar projectar um abrigo para um sem-abrigo, ou seja, uma espécie de invólucro temporário para dar condições de conforto à pessoa que estava a viver na rua, ou então, que é ridículo, aquilo que se tem de arranjar é uma casa, quer dizer, não é mistificar a situação. Ou então, chegar a outro ponto que é, pensar que é normal que a paisagem urbana, neste sentido de dia e principalmente de noite, a noite também é um filtro bastante grande, porque à noite, nós conseguimos ver essa realidade de uma forma muito mais exposta, esses casos tornam-se muito mais violentos, muito mais agressivos, basta dar um passeio pela cidade do Porto a partir das 22h30 da noite até às 03h00 da manhã e perceber que estamos perante uma outra cidade em que o espaço público é ocupado por outros seres, por outras realidades, outras comunidades que durante o dia não têm expressão e nem sequer estão nos sítios, e nós normalmente passamos de dia por esses sítios e temos um conjunto de cartões, que à noite são ocupados, mas os sítios estão lá e a propriedade é privada. Porque há disputas, é como as gaivotas que estão a disputar o mesmo pedaço de pão, há disputas por esses sítios. Portanto, aí há uma relação entre o dia e a noite que é altamente filtrante relativamente a essa

realidade política no âmbito daquilo que é a gestão das sociedades, e da não contemplação dessas comunidades como elemento que existe, e que são milhares de pessoas que vivem assim, que já constituem um grupo com alguma relevância, em termos de expressão de ocupação de espaço público. Portanto, a sair um bocado daquela perspectiva neoliberal de pensar que o espaço público é um espaço onde correm actividades culturais, onde correm manifestações de âmbito de performance, seja o que seja, e pensar que esse espaço público em muitos casos é o último reduto, é o refúgio, é o abrigo e portanto, é um espaço arquitectónico nesse sentido da palavra, portanto, é um abrigo para quem não o tem. E aí de noite é claramente uma diferenciação, um factor de diferenciação bastante grande. A realidade do espaço público é uma de dia e é outra de noite. E os agentes são os mesmo. Só que a sua visibilidade é muito maior. Essa invisibilidade durante o dia, quotidiana durante o dia, que normalmente depois aparece as pessoas estão a arrumar carros, ou estão a recolher ferro-velhos, ou estão a recolher outros tipos de materiais, muitas vezes estão a fazer aquilo que é o papel dos antigos colectores, ou seja, daquilo que eram sociedades muito mais antigas, quase que medievais, em que as pessoas recolhiam esse material e depois faziam as suas próprias casas. Há um caso muito interessante a esse nível que é um espaço de um sem-abrigo que mora, mora porque podemos dizer que mora, na zona perto da faculdade, abaixo da residência de estudantes da faculdade de letras, ali no vale de mascaremos, do rio, que mora no espaço de uma antiga fonte. E em que essa estrutura dessa casa tem de tudo, desde portas até janelas, até pedaços de esferovite, tem inclusivamente garrafas de plástico a servir de isolamento térmico, quer dizer, tem toda uma construção que até podia ser estudada no âmbito das disciplinas de construção de cursos superiores, quer dizer como é que o próprio tem capacidade de construir o seu espaço de habitar. Portanto aqui o espaço da rua não é só um espaço de manifestação, manifestação daquilo que é o poder dessa ocupação do espaço público, esse empoderamento do espaço público, seja por homens ou por mulheres, mas também, é um espaço que deve ser considerado em termos de espaço social, de espaço de uma comunidade que não tem uma etnia, que não é uma etnia que é ostracizada no âmbito daquilo que é a dimensão pública, são pessoas correntes, normais, que por alguma infelicidade da vida, se virão reduzidas a esse âmbito que é viver a rua, muitas delas estão anos assim. E que tipo de resposta a sociedade dá a isso. Portanto quando falamos em viver em comum e em comunidade estamos a esquecer de parcelas importantes da sociedade, e quando estamos a projectar cidades muitas vezes estamos a

projectar cidades numa perspectiva acima dos 1000€ de rendimento, não estamos a pensar em quem não tem rendimentos, em quem vive dessa cultura mais re-co-lectora e mais casuística, ou o exemplo das pessoas que ocupam os espaços por baixo dos viadutos junto à faculdade, quer dizer, nós olhamos para aquilo e aquilo é uma paleta de materiais de construção, de bocados de outras casas, de pedaços de outras vidas, que estão ali naqueles, sei lá, naquelas casas, que é o que se lhes pode chamar. **MG:** Se calhar, continuamos a construir cidades a olhar para elas como quando elas apareceram, com aquela expectativa de um futuro brilhante à nossa frente, quando fundo, se calhar, têm mais miséria intrínseca, quem tem vindo a aumentar, mas continuamos a construí-las ignorando essa mesma miséria. **NLD:** A Marta gostava muito de responder a isto, mas eu gostava de fazer só aqui uma transição para a Marta, em que misturava um bocadinho tudo aqui do ciberespaço e do espaço público... estávamos a falar da questão do Trump ter sido bloqueado pelo Twitter, Facebook, e a Merkl achou que era um ultraja e nós achamos que quem regula isso tem de ser o Estado, e tal e tal, pronto, mas é inegável a questão de que o ciberespaço é uma questão cada vez mais pertinente. Foi muito engraçado falar com uma amiga antropóloga no outro dia, que disse que as cadeiras que mais gostou da faculdade, na FCSH, foi antropologia do ciberespaço, e é importante percebermos como realmente toda esta questão que estavas a falar, Margarida, por exemplo, do ciberespaço e das comunidades que agora são planetárias, ou do espaço público que agora é virtual, isto não está desligado disto que o professor Mesquita está a falar agora das comunidades marginalizadas no espaço público. Por exemplo, no outro dia eu tinha que dar um passei pelo Porto, para começar a tirar fotografias, começar a falar com pessoas para a minha dissertação, e por acaso andei pela Sé e falei com um senhor que vive lá, junto à Sé, e nessa conversa ele revelou-me que eles estão junto da Sé por causa dos turistas, e que conseguem topar quem é turista porque os turistas estão a tirar fotos, etc., ou seja, esta relação com a tecnologia e como o ciberespaço se relaciona com o espaço público e com estas comunidades marginalizadas, é uma questão super interessante, na realidade, que se coloca. Pronto, era só isto, desculpa, Marta, mas de certeza que tens muito a dizer, Marta. Isto é o teu campo, a bola passa para o teu campo. Marta Regadas (MR): Estava a pensar naquela coisa que a Margarida estava a dizer de projectar a cidade, e projectar a cidade não nos podemos esquecer que é sempre um assunto muito utópico que nós ensinados, ou ensinam-nos a pensar numa cidade utópica, nunca

é uma cidade para todxs, muito pensar que às vezes é uma cidade muito para pessoas de classe média, não é uma cidade para pessoas de classe baixa, esse é o grande problema, por exemplo, também, por um lado da escola, que é, por um lado ensinam-nos a projectar a cidade, ensinam-nos a fazer casa, mas não nos ensinam a fazer casas para todxs, ensinam-nos a fazer casas para um certo nível de pessoas. A nível de ciberespaço, não tinha pensado muito nisso que o Nuno estava a dizer, mas... **NLD:** Olha, eu nunca tinha pensado. Ouve, quando ele me disse “nós estamos aqui porque aqui é onde há mais turistas, aqui, nos Aliados e na rua dos bares”, que é as Galerias, eu fiquei, olha, eu nem sei, como é que nunca, realmente eles precisam de estar junto dos turistas das pessoas que vêm à cidade, para conseguir comunicar, porque eles precisam de dinheiro, precisam de ajuda, e portanto, têm de estar onde estão. E agora não há turistas. É uma questão super interessante, que nunca tinha reflectido assim com muita atenção, essa relação. **MR:** Estava a pensar agora nessa questão do agora não há turistas. Se isso prejudica estas pessoas em algum sentido... **NLD:** Sem dúvida. **MG + IA:** Claro. **MR:** É super estranho, porque o dinheiro que recebem não deve ser assim tanto, porque eles recebem apoios de associações e isso... Mas sim, é um ponto a pensar, não tinha pensado muito nisso dos turistas, até porque os turistas também não ajudam muito, como é que eu hei-de explicar, o aumento de turismo no Porto prejudicou bastante as pessoas, a nível de habitação, por isso também não tinha pensado no facto de se a falta de turistas tinha prejudicado as pessoas que viviam na rua. **NLD:** Lá está, desculpem ser chato mas só uma nota, aquilo que eu disse da organização planetária e que não podemos olhar para as comunidades urbanas como coisas isoladas, é exatamente isto. Esta questão da turistificação, e desta urbanização total, e destes movimentos pendulares, isto afecta tudo. Afecta mesmo as pessoas em condição de sem-abrigo que estão na cidade, afecta a cidade, por exemplo, exatamente como a beira da Sé, que é uma comunidade tão específica e está afectado pela pandemia, está afectado de pessoas que não vêm do outro lado do mundo para o Porto, ou seja, esta é uma rede global e mexe-se numa corda... **MG:** É aquele efeito borboleta, que até falamos, professor, no outro dia. Esta questão dos turistas é muito sensível, porque ao mesmo tempo que tem as suas, como tudo, as suas desvantagens também tem as suas vantagens, os turistas trazem também coisas boas as cidades, ou seja, este sentido de não só... quando nós vamos a ver esta re-

lação com o sem-abrigo, com estas comunidades marginalizadas, faz a maior lógica de sempre, mas de facto ninguém pensa nisso, que é quase tão óbvio que nem víamos essa relação. Mas, por exemplo, esta questão também, do sentimento de perigo e segurança nas cidades, eu não sei se vocês repararam, mas foi uma coisa que eu comecei a pensar no confinamento, porque quando eu estive no Porto, que é diferente de eu estar aqui em Abrigada, parecia mesmo aquela coisa que falamos em muitas reuniões do PTRI, inclusive com o Diogo e com o colectivo dele, de que parece aquele Porto de antes, de 2004, de 2014, de não sei. Há um sentimento de que como não vemos ninguém na rua, traz-nos aquela insegurança, e mesmo que não fossem os portugueses a estar na rua, que isso tem muito que se lhe diga, de lá está, questões de habitação, habitar os centros urbanos que agora neste momento estão desertos, e que sempre estiveram desertos a partir das 22h da noite, que até o Nuno Lopes diz que a baixa de Lisboa sempre teve COVID a partir das 22h, esta questão dos turistas também traz muita segurança, há uma vivência das pessoas, o facto de as pessoas existirem nos espaços da cidade, traz segurança. Nesse sentido. **NLD:** É uma questão muito complexa. Há um livro, o professor Mesquita publicou um livro que eu tenho de ler ainda sobre isso, do Zygmunt Bauman. **MG:** Ah, sim, o *Confiança e Medo nas Cidades*. **NLD:** Isso é um tema que eu quero muito aprofundar. Olha, depois temos de pensar nisso. Eu quero muito pensar sobre isso. **MM:** E olha que essa *Confiança e Medo nas Cidades*, esse livro do Zygmunt Bauman é muito importante para o teu trabalho. Aliás, é importante para o teu trabalho, é importante para o trabalho que a Inês um dia começará a desenvolver, e para o trabalho da Marta. Eu chamo à atenção para uma coisa da cidade do Porto, esta expressão que a Margarida usou do Nuno Lopes é muito interessante, a de que “Lisboa sempre esteve com COVID a partir das 22h” todos os dias, eu lembro-me que acerca de 15 anos, por exemplo, a zona de Santa Catarina era uma zona que a partir das 20h da noite era impossível de circular, porque o grau de insegurança era tal que ninguém circulava, portanto, era um deserto. **NLD:** A rotunda da Boavista. **MM:** A rotunda da Boavista, haviam assim uns espaços que eram uma espécie de buracos negros na cidade. Mas a rua de Santa Catarina, que é sempre uma rua emblemática em termos comerciais, e em termos de dinamização, dinâmicas, isso tudo, dinâmicas, fluxos e essas coisas urbanas, é, para mim, é um barómetro bastante interessante dessa mesma ocupação ou não ocupação. E, por exemplo, o grau de insegurança ou o grau de crimina-

lidade, ou o grau de habitação da rua, inclusivamente, e dava-se o facto, por exemplo, de em 2004 a Vereação da habitação da Câmara Municipal do Porto dizia que não havia sem-abrigos na cidade, quando bastava ver quem é que morava nas imediações da Câmara Municipal do Porto, portanto, o que significava que essas pessoas se deslocavam de carro desde casa até ao posto de trabalho e por e simplesmente não andavam na rua, portanto, não tinham essa noção. E essa ideia do espaço inseguro, da cidade insegura, independentemente de ser ocupada por turistas ou ser ocupada por ‘nacionais’, é uma realidade que nos últimos anos se modificou. E, de repente, com a história da pandemia, voltou a ser tudo um deserto, e as pessoas desapareceram e essa insegurança voltou, ou seja, mesmo por exemplo nas questões de género, há muitas mulheres que andam na rua a partir de determinada hora da noite e começam a olhar assim pelo canto do olho para trás sempre que ouvem uns passos. **IA:** Desde sempre. **MM:** Sim, mas agora mais. Uma coisa é tu estares numa rua como Santa Catarina, portanto, perfeitamente ocupada, cheia de gente, sei lá, 19h e 20h da noite, pessoas nas paragens de autocarro, o que for, por exemplo, que é donde tu partes relativamente à tua tese, que é a paragem do autocarro, que eu acho que é brilhante, ela [Inês] vai começar a trabalhar a partir da análise de uma paragem de autocarro. Eu acho brilhante essa capacidade de a partir de um objecto urbano tu poderes observar uma realidade, essa realidade em torno, e é muito fácil, basta que tu passes um dia sentada numa paragem de autocarro a observar aquilo que se passa. **IA:** Mas o que eu estava a pensar à bocado era seria diferente, principalmente agora com a pandemia, se há uns anos em vez de termos construído uma cidade para o turismo e fazer as pessoas depender, lá está, o turismo prejudicou tudo, e agora acabamos por ter de nos agarrar ao turismo, e os sem-abrigos terem de se agarrar ao turismo para conseguirem sobreviver, será que teria sido diferente à apropriação da rua, por parte dos portugueses, se não tivéssemos construído uma cidade para turistas? Acho que seria diferente. **MG:** Outra coisa que também tem grande impacto na questão da apropriação da rua é o automóvel. **MM:** Eu vou-vos dar dois exemplos de duas realizações mundiais que aconteceram, aliás, mundial e europeia, que aconteceram em Portugal nos últimos 20 anos. Um é a Expo98. A Expo98 que já pertence a arqueologia das cidades, foi uma coisa que na altura, no tempo das vacas gordas neste país, mobilizou montanhas de dinheiro. E que criou numa zona que era uma zona abandonada que era semi periférica de Lisboa, no contacto entre o con-

celho de Lisboa e o concelho de Loures, uma remodelação de toda aquela área com grandes escritórios e sedes empresas internacionais, com múltiplos equipamentos e não sei quê. Passado dois anos aquilo ficou um deserto. O parque Expo era uma coisa que era completamente insegura de se andar, era das zonas mais horrorosas da cidade. Outra, foram os investimentos que foram feitos a propósito do Euro2004, ou seja, todo o investimento que foi feito em estádios de futebol, que foi feito em arranjos de espaços públicos, e que de repente, por exemplo, no que diz respeito aos estádios de futebol, que são espaços colectivos, nós vemos que a maior parte deles ficaram sem uso, o estádio do Algarve, o estádio de Aveiro ficou sem uso, tudo, à excepção do estádio do Dragão, estádio da Luz e estádio de Alvalade, praticamente nenhum, por exemplo, em Coimbra também se fez um investimento enorme e nada, praticamente nenhum teve isso. Portanto, de x em x anos parece que há assim uma explosão de gasto de investimento de capital nesse tipo de dinâmicas e parece que não resulta, e, quando nós falamos da resposta, por exemplo, da crise imobiliária entre 2008, a grande bolha americana de 2008, que deu uma crise financeira de 2009 até 2015, depois o que é que aconteceu, aconteceu que de repente o Porto passou a estar nas rotas internacionais, o Porto passou a ser o destino 5 estrelas para todo o território mundial, e choveu gente na cidade do Porto. De repente, tanto choveu como desapareceu. De repente, desapareceram, todos. Ou seja, o que é que eu quero dizer, aonde é que eu quero chegar, até que ponto é que estes investimentos são estruturais relativamente à reorganização do espaço público, ou seja, eles acabam por ser respostas imediatas aquilo que são modas e que são movimentos transitórios, não é, porque depois, retirada toda a nata, toda a espuma que fica, não fica nada, porque voltamos a ter a cidade de 2004, como a Margarida estava a dizer. **MG:** Acho que essas intervenções são um bocado aquelas intervenções à escala global, não são feitas a escala global, mas são estas internacionalizações e globalidade, que é a tal coisa de ter situações globais para problemas locais. Que no fundo, não se ajustam à escala, ao tempo que aquilo vai ter impacto ou não. **IA:** Parece que é uma máscara, e depois tira-se, e a cidade está lá na mesma.

MG: Pois, e ficou a estrutura em que se investiu.

IA: Um investimento que será importante a longo prazo, acaba por não ser assim muito importante.

MG: E porque também é feito sem considerar as pessoas.

MM: E voltando aqui à questão das comunidades, se calhar o tipo de urbanismo a trabalhar deveria ser mais um

urbanismo bairro-a-bairro, ou seja, em vez de partir do global para o local, partir do local para o global. Haver urbanismo bairro-a-bairro, haver por exemplo uma percepção de como é que as cidades estão organizadas em bairros e que dentro desses bairros há micro-comunidades e começar a ter equipas de trabalho que tenham capacidade de intervir nestas mesmas, criar bolsas de trabalho nestas mesmas comunidades no sentido de fazer um planeamento um bocadinho mais integrado, aquilo que o Nuno estava a dizer ainda à bocado, essa ideia de trabalharem em comum. Trabalhar em comum significa que os técnicos têm de ter a excepção concreta daquilo que são as questões que as populações têm no sentido de se poder dar uma resposta, mas dar uma resposta que não é uma resposta nem elitista nem imediatista. É assim, tem que se dar uma resposta que deixe estrutura, independentemente das forças políticas que estão em determinada altura à frente de um organismo municipal, há gestões que tem de ser continuadas. Tem que haver uma perspectiva que não há, que é um dos grandes problemas estruturais em Portugal, e voltamos aí à questão inicial que é o ser português, que é ter muito pouca capacidade investir, investir é investimentos estratégicos que tenham a capacidade de serem pensados a médio-longo prazo. É tudo pensado a curto prazo, e isso, não deixa estrutura. E depois dá os desastres sociais que este país tem. Este país e a Europa em geral, porque não é uma particularidade deste país, aí o problema é global. **IA:** Isso, tal como o Nuno estava a dizer, e por causa do ensaio que temos de escrever para Teoria, lá está, isso também é bastante falado. E é isso, não nos podemos só fixar à escala global, mas também não podemos só pensar só, não é só pensar no bairrinho, acho que é termos esta capacidade de nos transcrevermos para as duas realidades. Mas uma das coisas que de alguns artigos que até temos lido, que eu acho que se dá pouca visibilidade às pessoas, é tipo uma democracia um bocado ilusória. É utópico, realmente, conseguirmos dar visibilidade e dar voz a toda a gente, daí o sistema que temos, mas às vezes parece um bocado ilusório, as pessoas não têm assim tanto a dizer, não sei. Sinto que não há o pensar urbanismo tendo em conta as pessoas que o habitam. **NLD:** Mas quem é que não tem muito a dizer?

IA: Quem habita a cidade, toda a gente, depende do tipo de comunidades. É utópico.

MM: Mas Inês, deixa-me fazer-te uma pergunta directamente. É assim, será que os técnicos estão preparados, têm sensibilidade para esse tipo de trabalho? É que torna-se um bocado difícil que esse tipo de políticas seja implementado a partir do momento em que não há sensibilidade por quem pensa e trabalha na cida-

de relativamente a essas questões e continuamos a ouvir dizer que isso não são questões da área disciplinar. **NLD:** Mas não há sensibilidade nem há vontade, pronto, e a partir daí, o que é que uma pessoa há de fazer?

MM: A questão é como é que se demonstra que é, Nuno.

NLD: Sim, se mostra que é não só pertinente mas vital.

MM: Como é que se demonstra que é vital, como se demonstra que é uma questão do campo disciplinar.

MG: As coisas não existem isoladamente.

NLD: Pois não. Isto nem sequer seria uma batalha a travar, para ser honesto, faz todo o sentido. Mas percebo que ainda haja reticência.

MM: Mas uma coisa, percebes que haja reticência porquê?

NLD: Percebo que haja reticência porque já o 5º ano que vive o projecto da instituição, e conseguiu delinear mais ou menos os sentidos para que apontava e percebo que estes temas, entendendo-os como mais a vanguarda do que é pensar o urbanismo, o urbano, a urbanização, nos dias de hoje. Eu sinto que estes temas são de vanguarda, porque estão a responder e estão a tentar intersectar questões que estão extremamente contemporâneas, e por vezes, inéditas. Então, claro, claro que nem toda a gente olha a vanguarda. Nem toda a gente consegue estar na vanguarda.

MM: Não, e sobretudo não há uma capacidade de dar resposta rápida a essas questões que são questões contemporâneas. Se calhar, mereciam uma resposta rápida.

NLD: Mas é muito complicado dar uma resposta rápida, não é? Para uma coisa que está a acontecer agora.

MM: Mas aí é que está a dificuldade do campo disciplinar. É que muitas vezes nós temos de ser confrontados com respostas rápidas, e aquela ideia que existe de “ah, vamos dar distância histórica suficiente para poder analisar os problemas”, está bem.

MG: Para quando voltar a acontecer, nós repetirmos o mesmo erro.

MM: Ora muito bem! É que parece que todas estas coisas já aconteceram, e não se foi aprendendo. Porque nunca houve a distância histórica suficiente e sempre foi muito complicado estar a falar de um problema estando a acontecer o problema. O que é certo é que há intelectuais, felizmente, que têm capacidade de falar dos problemas enquanto eles acontecem. Quer dizer, há vários casos, por exemplo, em Espanha do Daniel Innerarity, que pensa sobre isso, inclusivamente, tem um livro já sobre a questão da pandemia e o seu reflexo na sociedade, em termos de espaço. E há o caso daquele esloveno que é o Žižek, por exemplo, que também tem essa capacidade de pensar o espaço e de pensar a sociedade enquanto as coisas estão a acontecer. Portanto, pensar as coisas, por exemplo, um cronista de um jornal tem de ter essa

capacidade de observação e de crítica do espaço exatamente para nós termos esta... Há muitas reportagens, que normalmente aparecem no Público, assinadas por alguns repórteres do Porto, que são muito interessantes, e alguns deles até, a Marta é capaz de os conhecer, ela tendo contacto com o Chalana de certeza vai reconhecer um repórter fotográfico chamado Paulo Pimenta, que tem feito também todo um acompanhamento dessas circunstâncias. Três ou quatro jornalistas, também do Público, também têm acompanhado isso e pertencem à redacção do Porto, quer dizer, há pessoas a pensar no assunto, não me venham dizer que não são questões pertinentes. Claro que são questões pertinentes. E por exemplo, quando nós temos uma visão muito passadista disto tudo, que estamos sempre a falar da história, no peso e na carga histórica de tudo isto, nós temos de pensar que a história é um meio operativo, nós recorremos à história na medida daquilo que são as nossas inquietações sobre o presente, e vamos lá buscar coisas também para não repetir erros. Quer dizer, o mundo já foi sujeito a pandemias, epidemias, tudo isso, e será que aprendeu alguma coisa? Não sei. Será que aquilo que nós estamos a viver neste momento, como ainda agora apareceu aqui no canto do computador, que há já determinados cientistas que acham que o COVID vai passar a ser uma doença crónica, como é que se dá resposta a uma doença crónica a partir do momento em que se cria um confinamento geral perante uma doença que já se pensa que é crónica? O que é que se passava, por exemplo, nos anos 80 e 90, relativamente à SIDA? Há muitos filmes sobre o assunto, muitos documentários, de pessoas que eram completamente ostracizadas do espaço, do meio urbano, do meio social, e que depois se transformou numa doença crónica, quer dizer, perfeitamente integrada na sociedade, as pessoas estão perfeitamente integradas, as pessoas “ai, Jesus credo, que aproximar de um toxicodependente, ou de um homossexual”, fosse o que fosse era perigoso, só cheirar já era um problema, depois até surgiu aquela campanha dos abraços, e tudo isso, no sentido de desmistificar esses preconceitos sociais. E isso tem, claramente, uma manifestação no espaço público. Voltando à questão original da Margarida. E Margarida, passo-te a ti a bola. Marca aí um tema para finalizarmos a conversa. **MG:** Sendo que nós até já tocamos em vários assuntos, o que é que é o futuro, se isto é utópico ou distópico. Esta coisa de olharmos o passado como meio operativo para olhar um futuro, pronto, estarmos a falar das coisas enquanto estão a acontecer agora, sem saber muito bem o que é que se vai passar, mas a verdade é que de facto este não é um assunto novo e a pandemia só vem agravar cada vez mais este sentimento de desapego, que eu acho

que hoje as sociedades têm, que no fundo é este o meu ponto de partida da tese, o desapego do espaço público que, no fundo, é o cartão de visita de qualquer cidade. Quando visitamos uma cidade, nós vivemos o espaço público, não vamos viver o interior das casas de cada um. **MM:** Vamos finalizar com uma ronda geral.

MG: Por exemplo, o que é que vocês, tendo em conta o que todos já conseguimos perceber do que está a acontecer, e consideramos que não está muito bem resolvido em termos de espaço urbano, de construção de cidades que temos hoje em dia, qual seria o caminho? Um bocado como já fizemos em reuniões do PTRI, seja isso soluções para resolver problemas agora, ou o que é que vai ficar disto nas nossas sociedades. Todas as pandemia trazem as suas mudanças, seja isso no espaço público, ou até na forma como cada um vive. **MM:** Deixa-me só dizer uma coisa antes disso. Há duas indústrias poderosíssimas a nível mundial - uma é a indústria do armamento, e a outra é a indústria farmacêutica. E se vocês repararem há ciclos, e há ciclos de guerra e há ciclos de pandemias, e isso serve exatamente para fomentar todos esses gangues que quer a indústria do armamento, quer a indústria farmacêutica e dos laboratórios, porque os laboratórios têm ganho muito dinheiro nisto, é preciso não esquecer. Não é uma teoria da conspiração, é uma teoria, se quiserem, relacionada pelos grupos que pensam o mundo, de pessoas que antes de mais, que temos o próprio Bill Gates que nos diz que tudo só vai acabar em 2022 e que depois em 2024 teremos um novo ciclo. Podemos viver tranquilamente o ano de 2023. Portanto, se calhar, a pergunta da Margarida é um bocado, o que é que vocês acham assim de uma forma muito sucinta, que pode ser um futuro para um novo pensar do planeamento urbano, incluindo as comunidades. **NLD:** Pronto, então eu posso dizer uma coisa muito rápida sobre isso. Eu acho que o problema está no processo, na forma como se fazem as coisas, e talvez o nosso discurso valha a pena que o discurso intersecte também esse processo. Então eu vou deixar aqui, um projecto na Argentina *ocupa tu calle*, o reinicia tu barrio, vou-te mandar, porque pelo menos do que entendo do projecto, implica certas intervenções pontuais, eles têm uma lista de intervenções, que não me deixa abrir agora, mas o que me pareceu mais engraçado foi que o foco do projecto é muito à base desse processo de aproximação e colaboração no trabalho com o bairro em si, e com a comunidade em si. E as reuniões que convocam, as acções que conseguem organizar com toda a comunidade e, lá está, quando eu estava a dizer que muitas vezes encontramos a riqueza no processo, e não no objecto final, é que também, neste projecto, pelo que consegui perceber é que a mais valia

está também nos laços que se criam também durante o processo, nessas relações e nesse debate, e que muitas vezes acontece conseguir chegar a uma obra final ou uma intervenção concreta, sobre um espaço específico, mas a importância está nas comunicações que se traçaram. **IA:** Já estou a perceber aonde querias chegar à bocado com isso do processo, o urbanismo não é como educação, mas como sentido de cidadania. **NLD:** Exatamente. Eu também não sei se a tua dissertação vai envolver mais uma leitura e uma reflexão sobre o espaço público, ou se também queres entrar nesta questão da acção ou do projecto, sobre o espaço público, mas de qualquer forma, se calhar, consegues retirar uma coisa daqui, o que quer que seja. **MM:** Eu acho que retira daqui duas coisas, que é isto que eles fazem aqui dos nós comunitários, por exemplo, e dos protocolos de resiliência. Esta questão da resiliência, portanto a capacidade que as pessoas têm de se adaptar a situações novas é bastante importante na vivência comunitária, é isso que torna vivas essas colectividades, quando não há resiliência, morrem. E as zonas das cidades morrem, vão morrendo, quer dizer, são camadas e camadas arqueológicas que se vão sobrepondo ao longo dos anos. E há zonas que, se calhar, em determinada temporada estão completamente vazias, e depois, por alguma razão, passam a estar muito ocupadas e isso são movimentos normais. Se calhar temos casas a mais, se calhar temos demasiado espaço urbanizado, não sei. Se calhar temos pouco espaço, como defende a Inês no trabalho de projecto, pouco espaço re-naturalizado, se calhar a natureza precisa de entrar aqui. **IA:** Acho que vai passar por aí a minha intervenção final, que é basicamente o que o nosso grupo está a fazer em projecto para Oliveira de Azeméis, e para além de re-naturalizar, voltarmos aos espaços de outrora, não sei como hei-de explicar, é isso que nós dizemos, que os espaços já existem, que não é preciso criarem-se mais espaços, os espaços já estão lá, é preciso é identificá-los e, lá está, dar-lhes uma nova dinâmica. E como é que se dá uma nova dinâmica, vai passar pela intervenção do Nuno, por exemplo, que é gerar comunidade e haver iniciativas que juntem uma comunidade que possa dar uma nova dinâmica e a reabilitar os espaços, como o professor diz várias vezes, inserir a comunidade na reabilitação do espaço para que a apropriação seja natural, e acho que passa por isso. E tal como a Chloé faz, com os tanques, não é, também foi uma influência para a nossa identificação em Oliveira de Azeméis, do património e do gráfico, identificá-lo e reabilitá-lo, a Chloé foi uma influência e uma inspiração por causa dos tanques no Porto. O que poderá vir a ser a reabilitação desses tanques.

MM: Há um livro de um sujeito chamado Francisco da Garcia que se chama exatamente, *Construir no construído*, e se calhar precisávamos exatamente de fazer isso, que é construir no construído e não construir mais. E talvez olhar um bocadinho para isso. E talvez pensar numa coisa, que talvez seja fundamental nas cidades também, que é aprender a demolir. Se calhar há coisas a mais, não sei, se calhar há partes da paisagem urbana que mereciam ser apagadas porque não faz mais sentido existirem. Se nós pensarmos, por exemplo, e agora passo a palavra à Marta, que existem em Portugal duas casas para cada português, eu gostava de saber onde é que está a minha segunda casa, porque eu não a encontro. E nós pensamos naquela frase que é “tanta gente sem casa, e tanta casa sem gente”. Marta, queres pegar nisto? **MR:** Onde está a sua casa eu não sei, eu também gostava muito de saber onde está a minha para parar de viver num quarto com colegas de casa, mas não sei muito bem. “tanta gente sem casa, e tanta casa sem gente” isso é uma resposta muito simples que é chamada capitalismo, não é, porque há uma coisa que eu estava aqui a pensar, que isto de trabalhar em comunidade, é muito importante, mas ao mesmo tempo, tem um sinónimo muito estranho que é, trabalhar em comunidade significa trabalhar comunidades pobres, como hei-de dizer isso, se fores rico podes ser individual e podes estar a fazer a tua coisa sozinho e não sei quê, mas se fores pobre tens de trabalhar com muito mais gente para receber um bocadinho daquilo que mereces. Então está por-me assim um bocadinho de comichão esta coisa toda da comunidade, e de reabilitar aquilo que não tem condições, quando na verdade, estas pessoas precisam de tanta coisa para além de reabilitar o velho, precisam do novo, precisam daquilo que elas merecem. Lá está, existem duas casas em Portugal para cada cidadão português, e, no entanto, tens famílias de às vezes chegam a 14 pessoas a viver numa casa porque não têm aquilo que merecem, que é o direito à habitação, mas depois, caímos sempre nesta coisa que é estas pessoas mais pobres têm de trabalhar em comunidade para terem um bocadinho daquilo que merecem, mas o capitalismo trama sempre as pessoas. **IA:** Mas isso é distribuição de riqueza que tem que ver com as políticas que distribuem riqueza.

MM: Mas é pensar numa visão mais social. E pensar que, embora, na Constituição Portuguesa esteja, pelo menos anunciado o direito à habitação, é um direito, a habitação é um direito, não está regulamentado esse direito. Diz-se que é, mas não se diz como. E uma questão que nos diz respeito a nós, é que não existe o direito à arquitectura. E a arquitectura pode ser encarada como um serviço de utilidade pública, da mesma forma que...

MR: A arquitectura é caridade, para os pobres é caridade.

MM: Mas não devia ser. E da mesma forma que existe um sistema nacional de Saúde, portanto a saúde como um direito e com uma abrangência universal a arquitectura sendo aquilo que é base, portanto, a construção de um tecto, de um abrigo, talvez devesse ser consagrada como um direito constitucional também, e que as pessoas tivessem direito a um arquitecto, ao serviço de um arquitecto. Por que é que um arquitecto tem de servir, como diziam há bocado, determinadas classes sociais e não pode servir outras? Por que é que as escolas não pensam também isso, e não se motiva através dos exercícios académicos esse pensamento? Não sei. Se calhar não tem resposta. **MR:** Tem uma resposta, é capitalismo, professor. Dinheiro move, quem não tem dinheiro não se move. E é isso. Quem tem dinheiro, tem, quem não tem, trabalhe até não ter nada.

MM: Pois. Mas então é muito perigoso falar em direitos, na sociedade em que vivemos, porque não há direitos adquiridos.

MR: Não há direitos adquiridos nem há, de facto, toda a gente ter os mesmos direitos. Que é o pior de tudo é as pessoas não terem os mesmos direitos.

MM: Por isso, é que aqui entra umas bases do pensamento da Inês que é a questão do urbanismo feminista que é uma tendência de urbanismo que prevê que há essa tal visão igualitária da utilização do espaço. Portanto, é isso que quer dizer a expressão. E há vários exemplos de trabalhado em várias cidades da Europa são micro projectos mas que nos dão alguma noção de que é possível, afinal de contas é possível dentro do sistema trabalhar com o sistema e ser activo. O que é que eu quero dizer com isto, não precisamos de mudar radicalmente a sociedade para poder fazer determinadas coisas.

MR: Mas podíamos.

MM: Podíamos.

IA: Às vezes a única solução é ser-se radical, mas acho que voltamos a trabalhar nas medidas a curto prazo. Não sei.

3º APÊNDICE

Resumo:

conversas vadias #3

Psicologia e Espaços

com Arq. Mário Mesquita e Professora Cidália Duarte, Diogo Rodrigues, Inês Cavaco

duração: 01:28:05

2021-02-01



Mário Mesquita (MM): Está oficialmente aberta a *conversa vadia* #3. Já fizemos duas conversas vadias que estão no nosso espaço do facebook. O tal espaço que eu faço menção, e a esta pode ser que haja mais pessoas que se juntem para assistir, e eu lancei o call lá no nosso espaço, porque houve outras pessoas que se manifestaram interessadas em ouvir. E eu e a Margarida estivemos a preparar esta conversa no final da semana passada e eu vou dar a palavra à Margarida porque isto tem que ver com o trabalho dela. **Cidália Duarte (CD):** Muito bem! E eu agradeço o convite e só espero estar corresponder minimamente às vossas expectativas.

Margarida Gaspar (MG): Com certeza que sim. Então, olá todos, obrigada por ter aceitado o meu convite para vir aqui falar comigo, prof. Cidália. Bom, como o professor disse, nós a semana passada preparamos alguns tópicos nos quais eu gostava de abordar sobre a psicologia e espaço, mais concretamente o espaço público, que no fundo, é o meu objecto de estudo, sobre o espaço o espaço público, como o podemos medir enquanto espaço, com pessoas, sem pessoas, e este desapego que ultimamente se tem vindo a acentuar nas nossas cidades contemporâneas, que nós temos vindo a construir. E se calhar começávamos por falar um bocadinho sobre a percepção dos espaços, do espaço público, a partir do que, por exemplo, poderão ser os cruzamentos entre a psicologia e o urbanismo, que pontos é que eles se tocam, e por que é que é importante os dois andarem de mãos dadas, de certa forma.

CD: Epá, questão difícil, deixem-me respirar. Para já, eu não sou urbanista, não é? Eu sou uma psicóloga, ainda por cima completamente da clinica, com formação na clínica, pesada, digamos assim, e que portanto se apaixona há 6 aninhos, eu acho que são 5 ou 6, às vezes não sei, são 6 anos, com uma unidade curricular, nestas coisas que o Mário conhece bem de estarmos sempre a criar novas optativas com Bolonha e tal, e que me vêm de facto propor pensar numa unidade curricular diferente e um bocadinho fora da caixa para os psicólogos. Mas até para os psicólogos em licenciatura. Portanto, eu estou ligada, estou ligada não, sou responsável então por esta unidade curricular que eu chamo de Psicologia e Espaços, justamente pela ideia da diversidade dos espaços, e da nossa ligação com os espaços, pronto, como uma experiência interessante, sobretudo muito a pensar no psicólogo e no papel do psicólogo nesta área, neste domínio. Portanto, essa questão que a Margarida me coloca logo da ligação dos espaços ao urbanismo, é uma questão que nós temos trabalhado um bocadinho em aula, mas não é a questão principal. Em primeiro lugar, se calhar falar

um bocadinho de espaço público. Há várias, nós seres humanos movimentamo-nos em diversos tipos de espaços, desde o espaço íntimo ao espaço público. Mas há muito teóricos desta área, nomeadamente da psicologia que teorizam, por exemplo, os espaços semi-públicos, e os espaços públicos. Portanto, eu se calhar, até devolvia aqui a questão à Margarida, eu penso que quando me estão a falar, ou quando me estão a perguntar sobre o espaço público, é o espaço que é para todos nas cidades, as praças, os jardins, as ruas. Portanto não estamos a referir-nos por exemplo a instituições como escolas, hospitais, centros de saúde, por aí fora. Porque há terminologia diferente relativamente aos espaços que estamos a pensar, portanto é nesse sentido, dos espaços para todos. **MG:** É exactamente nesse sentidos, do espaço de cidade. **MM:** Nós temos 3 categorias, fundamentalmente. Uma que é o espaço privado. Outra que é o espaço público. E outra que é o espaço colectivo. E esses espaços que tu falavas, Cidália, são espaços colectivos. Por exemplo, um estádio de futebol...

CD: Para os arquitectos, e para os urbanistas. Para os psicólogos ambientais já não. Começa pelo espaço íntimo.

MM: Por exemplo, uma igreja, ou um estádio de futebol. Não são espaços públicos, porque pertencem a uma determinada entidade. Mas têm um uso colectivo.

CD: Exactamente, exactamente. Mas, por exemplo, para nós...

MM: Mas nós não estamos a falar desses. Estamos a falar dos espaços de rua, de praça, etc. Não é, Margarida?

MG: Exatamente.

CD: Só quis fazer essa clarificação porque depois a terminologia, apesar de se falar do mesmo, é diferente. E disso eu já me apercebi. A terminologia é diferente. E nós, quando eu começo a falar na psicologia e espaço a primeira noção que dou é exatamente esta do espaço íntimo, por exemplo, se ouvir um psicólogo clinico a falar sobre estas questões, direcciona toda a sua temática para isto. A área que me está concretamente a perguntar, eu acho de uma importância extraordinária. Primeiro, as cidades são para as pessoas. Acho que o conceito de cidade, a cidade é para a pessoa. E portanto, para o cidadão que a habita. E que a habita a tempo inteiro, mas também o que a visita, ou o turista, ou por aí fora. Mas, sobretudo pensando naqueles, ou nesta ideia de que a cidade é para as pessoas, os espaços públicos, seja ele a praça, seja a avenida dos Aliados, seja o jardim daqui, de acolá, do Campo alegre, têm uma importância absolutamente fundamental e que deveria ser pensada sempre em função do bem-estar das pessoas. De resto, há muita literatura e

muita investigação que remete para o bem-estar e a saúde física e psicológica, elas não estão separadas uma da outra, associada aos espaços públicos, seja como espaços culturais, seja como espaços de lazer, como espaços de prática desportiva, por aí fora. Não sei se como primeira resposta isto chega, como é que querem orientar a conversa. Porque a questão do urbanismo, eu não sou especialista em urbanismo, mas poderemos ir por aí também, como se pensam os espaços do ponto de vista da minha perspectiva. Não sei se como primeira resposta, e como mote para iniciar a conversa, chega, Margarida? **MG:** Eu acho que chega, até porque essa questão desse bem-estar físico e psicológico que não estão dissociados, por exemplo, temos várias perspectivas do espaço público, nomeadamente no que é o espaço público durante o dia e o que é o espaço público durante a noite, que levanta aqui dois factores psicológicos que depois têm uma resposta, um comportamento físico, de como o corpo se movimenta nesses mesmos espaços, diferentes. Podíamos falar um bocadinho sobre esse factor psicológico implícito a um espaço público durante o dia ou durante a noite. **CD:** Mas isso está a falar do quê? Da vivência das pessoas? Com certeza que é diferente. Até porque até poderíamos associar isto a outras questões, espaços públicos ditos seguros, espaços públicos considerados, não é ditos, é percebicionados, já que falou da percepção no início, é percebicionados pelas pessoas como seguros, outros como inseguros, outros assim-a-assim. Portanto, isso já seria, provavelmente, outra dimensão das coisas. E até das vivências desses espaços, provavelmente, também. Por que é que há alguns espaços, de ruas, por exemplo, que são fortemente estigmatizados, e não tem que ver muitas vezes só com a noite ou só com o dia, ou determinadas actividades, estou por exemplo a pensar na prostituição, ou por exemplo, na forma como a rua é mais arranjada, menos arranjada, é mais iluminada, menos iluminada e portanto toda a percepção que existe das pessoas daquela comunidade, daquele bairro, e depois a percepção dos outros também, das outras comunidades, dos outros bairros, da cidade de uma forma mais abrangente, portanto tudo isto dá para pano para mangas em termos de discussão e de aprofundar muitas dimensões ligadas a isto. **MG:** Então e como é que eu posso perceber as qualidades de um espaço, desse espaço que convida. Que nós até quando falamos, eu e o professor Mesquita, o professor fez aquele trocadilho de espaços que convidam mas ao mesmo tempo com-vida. Com vida e que convida. Como é que, por exemplo, podemos ter essa percepção do que são as qualidades de um espaço público, o conforto a protecção. **CD:** Depende de tantas variáveis. Desde logo variáveis individuais, variáveis de personalidade, se quiser. E que,

portanto, implicam uma diversidade muito grande em função das pessoas. Mas também em função dos seus valores estéticos, por exemplo, em função da sua educação... Eu posso considerar que o espaço de Serralves é muito bonito porque eu gosto de museus, eu gosto de jardins, eu, quando eu digo eu, é um eu mas estático, não estou a falar da Cidália. Estou a por uma hipótese. E, portanto, tenho uma ligação aquele espaço, ou alguém tem uma ligação aquele espaço que também é fruto da sua educação, da sua estética, dos seus valores, da forma como foi sensibilizado para isto. Para a arte, por exemplo, para tudo aquilo que este espaço envolve. Se eu pensar no centro histórico do Porto, e agora vou-lhe dar um exemplo meu, agora é da Cidália, mesmo, que foi onde comecei a trabalhar, há bastantes anos, não vou dizer, porque já sou um bocadinho velhota neste circo, enquanto que outros viam aquele espaço da Ribeira, da Sé, de toda a freguesia de S. Nicolau, a freguesia da Vitória, como um espaço meramente turístico, e na mina altura de juventude, como é agora a Margarida, para ir beber um copo, ir beber uma cerveja e tal, e que eu gostava também de fazer, eu como comecei a trabalhar lá assim que acabei o curso e de resto a faculdade de psicologia ainda lá fiz os meus primeiros três anos de formação, porque depois mudou as instalações, nomeadamente da área da clínica, à qual eu pertencia, era na rua das Taipas, e portanto era muito no centro histórico do Porto. Portanto, eu usava este espaço e tinha uma percepção dele diferente, provavelmente, da maior parte dos meus amigos de outras faculdades, por exemplo, tenho tido muitos amigos do S. João, em Medicina, das Engenharias, porque eu não só ia lá para beber o tal copo ou para jantar, mas depois não só estudei lá, mas comecei a trabalhar lá. E começando a trabalhar lá, comecei a ver as casas e os espaços nos interiores e a confrontar-me com algumas realidades que eram desconhecidas do outro público, se é que posso dizer assim. E comecei a ter, até, uma ligação com aquele espaço, às vezes, muito ambivalente, um certo nó no estômago por ver as condições de vida que não eram tão visíveis. Portanto, eu acho que, o que os estudos dizer, desculpe lá eu não gosto muito de estar a citar investigação, é que há variáveis individuais na percepção que nós, seres humanos, fazemos dos espaços, e são muitas, se quiser podemos nos perder um bocadinho nisto, e depois há as que têm que ver com a educação, e há as que têm que, mesmo estas, que vão mudando ao longo da vida. Os meus exemplos, muitas vezes, são da clínica, eu conheço pessoas que não iam a cemitérios, não gostavam, e depois por um acontecimento de luto e de morte que lhes aconteceu de alguma pessoa mais próxima, ou até nem tão próxima, não interessa, passaram a encontrar

nos cemitérios um espaço de conforto. Portanto, essa sua questão é muito abrangente, e tem sempre muitas respostas. Agora, o que a investigação, para eu poder sintetizar, porque eu perco-me muito em parêntesis, pode dizer é que esta percepção do espaço de conforto tem que ver muitas vezes com o arranjo do espaço, com a ligação afectiva, com o investimento emocional que se faz, com o apego, você falou de desapego, o apego, o attachment, a vinculação aos lugares, é uma área que é muito estudada, mas do ponto de vista de variáveis um bocadinho mais objectivas, é isto que eu lhe dizia há pouco... Objectivas, a arrumação, a luz, a iluminação, o ser um espaço onde há vida, como vocês diziam com a vossa brincadeira, portanto há concertos, há encontros, há, enfim, é uma imensidão de variáveis e pode ser muito diversa de pessoas para pessoa. Há pouco o prof. Mário falava no exemplo do estádio, o estádio é um local de pertença, o estádio de futebol é um local de pertença para as pessoas daquele ou do outro clube. Onde se sentem bem, e podem não gostar esteticamente do estádio, por exemplo, mas as variáveis emocionais e afectivas ultrapassam outras variáveis que o ser humano também, de uma forma mais ou menos consciente, e porque está mais ou menos sensibilizado para isso, sente e percebe. Não sei se respondi. **MM:** Deixem-me dar dois exemplos. A propósito dessa história do estádio de futebol. A Margarida esteve recentemente, aliás, foi um bocado isto que, de certa maneira, a incentivou a desenvolver esta dissertação, resulta muito da experiência de permanência que ela teve no Chile, e ela saiu do Chile em março na altura em que as manifestações estavam ao rubro. E então, ela percebeu exatamente o que é que era essa dimensão da ocupação do espaço público. Precisamente o Chile, tem a propósito dos estádios de futebol, isto pode parecer uma brincadeira mas não é, se nós recuarmos aos tempos da instauração da ditadura de Pinochet, 1973, o regime do Salvador Allende caiu precisamente nessa altura e o estádio de futebol serviu de espaço de fuzilamento para muitos presos políticos, muita gente. Ou seja, aí houve a apropriação por um poder político de um espaço, que era um espaço privado, que tinha um uso colectivo para uma função pública, que no caso, era o assassinato de muita gente. Não deixa de ser um função pública, podemos discutir, mas é uma função pública. Nós vemos os estádios de futebol com espectáculos de música, por exemplo, vimos, eu não tive essa oportunidade porque era pequeno nessa altura, mas sei por documentação que assim é, que muitos comícios de muitos partidos foram realizados em estádios de futebol. **CD:** Até corridas de carros.

MM: Corridas de carros, e inclusivamente, aquela grande manifestação do 1º de maio que houve em 1974, correu

em Lisboa logo a seguir ao 25 de abril no Estádio Nacional, portanto, estamos a falar de um espaço contido, que é público de uso colectivo. Estas diferentes cambiantes, a que a Margarida teve acesso, e estamos a falar de espaços que são espaços mensuráveis, depois na outra área, que é a questão da percepção, por exemplo, eu circulo pela cidade, e eu circulo pela cidade na Avenida dos Aliados. Posso ser, neste momento, por razões que têm que ver com a pandemia, com o Estado de Emergência em que vivemos, posso ser abordado pelas forças policiais que me podem perguntar onde eu vou, especialmente se for a partir de determinada hora do dia, ou então em determinadas circunstâncias, portanto, o uso do espaço público está limitado. Os bancos dos jardins, estão gelados pela Protecção Civil, os jardins do Porto e os parques estão fechados, que são espaços públicos, há ruas que estão limitadas, isso é a versão oficial, digamos, os espaços oficiais, mas por exemplo, se eu andar numa zona, exactamente o tal território da INOVPEd, que é Campanhã, e se começar a entrar nesse território, há uma altura em que torna-se normal que eu dia Bom dia e Boa tarde a quem encontro. Se eu disser Bom dia, Boa tarde na Avenida dos Aliados sou, no mínimo, chamado de maluco, porque falo sozinho na rua. Mas quando entro nesses espaços posso ser olhado ao contrário, é exactamente por falta de respeito. E há uma espécie de controlo, e uma pessoa, por exemplo, por isso é que a Margarida falava na questão do dia e da noite, quando entra num espaço como este que estou a falar que são mais recônditos na cidade, corre sérios riscos de segurança, em primeiro lugar, e incorre também no risco que é de estar a penetrar num território que é um território público, ninguém te pode proibir de andar naquelas ruas, mas as pessoas que lá vivem sentem-se no direito de perguntar o que é que tu andas ali a fazer àquela hora, portanto, há uma espécie de rede de vigilância.

CD: No bairro de Campanhã.

MM: Estou a falar das ruas de Campanhã, nas ruas. Aquilo a que se chama, normalmente, o bairro oriental da cidade. Portanto, aqui entra a questão da percepção, do controlo, da vigilância, porque estamos sempre a falar de espaços que são espaços públicos, mas que têm um controlo muito local, às vezes implícito, outras vezes explícito. Eu não sei se vocês já alguma vez sentiram essa sensação de estar a entrar em determinados territórios e sentir-se incomodado, porque parece que há ali uma vigilância permanente, é a pessoa que vai à porta, que vem a porta e abre a porta, e vê o que se passa cá fora, é a pessoa mais velha que vem à janela e que está ali a controlar, não sei, mas estamos a falar de espaços públicos na mesma. **CD:** Estamos, estamos. E, ó Mário, a qualidade das

tuas reflexões é extraordinária. És um grande psicólogo, o prof. Mário é um grande psicólogo, a sério. Há sempre sistemas de controlo. Eu quero por em parêntesis a pandemia, eu espero que isto passe, mas também já reflectimos até um bocadinho eu não se não há um aproveitamento para tornar isto tudo mais pidesco, não sei. **MM:** Acho que muita coisa daquilo que estamos a viver agora vão-se tornar em permanências.

CD: Vão-se tornar em permanência, também acho. E vão haver sistemas de vigilância mais fortes. E acho que nos cabe a nós estar atentos, quando isto passar, e reflectir um bocadinho mais sobre isto. Mas isso seria outra história, e eu não tenho competência, quer dizer, não sei, acho que estamos todos ainda dentro desta vivência que é muito turbulenta, com muitos medos, com muitos anseios, com muitas angustias, meio perdidos. E, portanto, fazendo um parêntesis sobre isso, eu acho que há sempre sistemas de controlo, de facto, há sempre sistemas de controlo, é nos bairros... Porque aquilo que o prof. Mário está a falar, há um psicólogo, desculpem eu falar das minhas referências, que se chama Rappaport, ou que se chamava, que é o primeiro a falar no domínio da Psicologia do sentido de pertença e do sentido de comunidade. E evidentemente que isto implica, por um lado uma positividade muito grande porque as pessoas precisam de se sentir ligadas, a questão do vínculo, portanto, a pertença ao bairro, à comunidade, ao meu bairro, a minha comunidade, sem exageros, o meu clube, até se quisermos, o meu país, por aí fora. E, portanto, já tem implícito o tal sistema de controlo. Eu estava a ouvir-te falar e a pensar que quando eu comecei a trabalhar, comecei a trabalhar num projecto de intervenção comunitária, com um professor muito conhecido da Faculdade de Psicologia, dois, a prof. Maria Emília Costa e o Bártolo Paiva Campos, e fui justamente tentar implementar gabinetes de desenvolvimento comunitário e de psicologia no centro histórico do Porto, e lembro-me que aquilo que me disseram foi, e estava a ouvir e a lembrar-me disso, “olhe, nos primeiros dois, três meses, se a Cidália andar a passear com as pessoas importantes daquela comunidade”, uma delas é um padre muito conhecido, o Jardim Moreira, que é da Rede Europeia Anti-Pobreza, as pessoas vão começar a perguntar, portanto sistema de controlo, quem é aquela miúda, eu era miúda, eu ainda não era senhora, apesar de recém licenciada, que anda ali com o Padre Jardim, e que anda com o Presidente da Junta, e que anda salvo-seja, e portanto, vai tomar com eles e tal. E, de facto, isso é verdade. Portanto, a forma como nos damos a conhecer a comunidade, e começaram, como tu dizes, a espreitar a janela, e a perguntar quem é, “ah e o que é isso da psicologia”, a psicologia há trinta ou quarenta anos, não

digo quarenta estou a exagerar, ainda hoje combatemos muitos estigmas, mas naquela altura, como podem imaginar, muito mais. E, portanto, isto já é um sistema de controlo. E depois, há as redes de vizinhança, e de facto, eu trabalhei dez anos numa realidade em que era impensável não dizer Bom dia e Boa tarde, às vezes até mais do que eu digo na minha faculdade onde somos bastantes e que os alunos que não são meus eu passo por eles, é engraçado. E depois há este anonimato agora das cidades, há o anonimato, portanto, dentro da mesma cidade, há diferentes espaços e nós vivenciamos esses diferentes espaços de formas também muito diversas, e às vezes até de forma inconsciente. Eu, na unidade de Psicologia e Espaço, a primeira questão que eu às vezes ponho aos estudantes, quais são os percursos que eles fazem para ir de casa, por exemplo, para a faculdade, se vão a pé, ou se vão de metro, ou como é que é o percurso que fazem a pé, ou não é de carro, ou que não é de metro, entendem? **MM:** Deveríamos ter estudantes de arquitectura a frequentar essa unidade curricular.

CD: E nós devíamos ter, provavelmente, na psicologia, estou de acordo contigo, deveriam haver unidades curriculares [**MM:** cruzadas] que fossem buscar as ligações multidisciplinares entre os diferentes saberes. A malta está muito fechada a isto, e nós sabemos disto, Mário. A malta está muito fechada a isso. A hierarquia, não é fácil. **MM:** As capelas.

CD: Isso depois repercute-se no trabalho das equipas multidisciplinares que não é nada fácil, quem está no terreno. Porque vocês arquitectos são das Ciências sociais e humanas, mas nós também somos, e ainda se vê muito o psicólogo que é só aquele do gabinete e da clínica, e não tem nada que ver. Desculpe, Margarida, eu tenho um risco muito grande de me perder na conversa, e, portanto, faça o favor de me interromper, e de fazer muitos parêntesis e muitas ligações que muitas vezes nem para mim são óbvias. Portanto, estes mecanismos de controlo existem, e também são securizantes para o ser humanos, em parte, por um lado, era isto que eu queria dizer, por outro, acho que há questões, na leitura do espaço público que têm outras raízes, outras... Uma das questões que me preocupa, por exemplo, é a perda de identidade dos espaços das cidades. E, portanto, também dos espaços públicos. É a massificação. É o haver aquela coisa do café americano, os Starbucks, é tudo igual, quer dizer, está se a perder a identidade, a especificidade, dos espaços e portanto dos locais e das cidades, e portanto, não podemos deixar que isso aconteça. **MM:** Diogo, deixa-me dizer uma coisa, já fazes a pergunta. Essa cultura do café é muito importante, porque curiosamente, e voltamos, esta questão da pandemia a

nós dá-nos pano para mangas, mas curiosamente os espaços que são cortados, ainda no outro dia discutíamos noutra conversa vadia que nós fomos despejados do espaço público, estávamos a falar do despejo das casas e tal, mas nós fomos despejados do espaço público, e, neste momento, já nem se pode tomar um café no Porto, é proibido vender café. O que é interessantíssimo porque o café foi, desde sempre, um espaço de reunião, de subversão, de discussão, de reflexão, de estudo, disso tudo, sabemos todos sobre isso, e uma das coisas que, quem tem um bocadinho de noção de antropologia do espaço e de antropologia social, pensa em primeiro lugar em fazer quando chega a uma comunidade é ir ao café, e pedir um café, e enquanto pede um café está a ouvir os outros a falar, e se tiver paciência e tiver disponibilidade, até se senta na esplanada e está ali uma tarde inteira. E vai uma vez, vai outra vez, e depois já começam a perguntar e a meter conversa, e a pessoa começa-se a entrosar e tal, e ao final de um mês está completamente ou expulso daquela comunidade, ou então, está completamente integrado. Ora, isso é uma coisa, e por isso é que eu falava em rupturas e permanências, acho que nós estamos a sofrer uma ruptura naquilo que é uma leitura e o uso do espaço público por medidas securitárias altamente discutíveis, altamente discutíveis, porque acho que a sociedade não está a saber encarar bem o problema da pandemia, e está a cortar precisamente naquilo que é público - capacidade de expressão, etc. - e aí, um dos grandes exemplos de contra-cultura relativamente a isso foram as manifestações no 1º de maio, por exemplo, em pleno maio as pessoas demonstraram que era possível de uma forma organizada estar a ocupar um espaço público. Isso dava-nos matéria para discutir a muitos níveis, mas de quem é o espaço público? O Estado tem a capacidade de regular o espaço público, então, que outra categoria poderíamos estar a falar para além de público? Porque nós temos público que é acessível, e passamos a ter público que é vedado. Não sei, o Diogo queria falar, fica aqui esta pergunta no ar. **Diogo Rodrigues (DR):** É um bocadinho, ainda, no seguimento do que estava a ser discutido anteriormente, que era a questão da identidade do lugar e aquilo que é a transformação dessa identidade, certo, quando existe identidade. Mas há espaços que nós temos consciência de que são, pela sua natureza, pela maneira como foram construídos e organizados, há essa carência daquilo que é um sentido de identidade, quer seja pela parte da comunidade em relação ao lugar como da própria desarticulação ou falta de vínculo desse lugar com o resto daquilo que é a cidade. E temos muitos casos desses. Tanto naquilo que é a construção periférica da cidade, como até a própria questão da habitação social, em que

muitos dos espaços que existem são completamente, não têm identidade, não há uma apropriação da comunidade por parte daquilo que é o seu espaço, ou que deveria ser o seu espaço. Isso aí é notório num conjunto de casos. Ainda agora estou a trabalhar num caso particular, no Pinheiro Torres, lá no bairro junto à Pasteleira e, de facto, uma das coisas que é notória é que existe lá um espaço que é central e está completamente vedado ao abandono por parte da Domus Social, que é a empresa que regula aquilo, tanto o edificado como aquilo que é o espaço público adjacente, e, de facto, uma das coisas que se viu logo desde início nesse contacto com a comunidade, de ir ao café e pedir uma cerveja e estar lá durante uma, duas, três horas a falar com as pessoas, quais são as relações que existem entre os vários ocupantes daquilo que é o espaço público, qual é que é o contexto sócio-económico, que o estar lá no local, ir ao local e estar lá no local numa lógica de tentar entrosar aquilo, sempre na lógica e consciente de que nós somos sempre o outro, independentemente do grau de envolvimento que tenhamos com aquilo que é a comunidade, seremos sempre o outro, não há qualquer dúvida em relação a isso, mas começar a perceber quais é que são estas relações, estas redes que existem, tanto daquilo que é, de certa forma, o poder institucional, neste caso a Câmara, a figura da Câmara para os moradores, tanto daquilo que é o ponto de vista do poder formal, mas por exemplo, da Associação de Moradores que tem a sua formalidade, mas que depois também existe um conjunto de outros actores, que desempenham um papel muito importante naquilo que é a articulação de perceber se estes gajos são bem-vindos ou não ao espaço, ao território, deixamo-los estar aqui? Ou não? E aí o contexto adensa, e a circunstância, e é claro perceber aquilo que é, por exemplo, a relação, quem ocupa o espaço neste tipo de territórios, muitas vezes é malta que está numa certa ambiguidade, em termos legais. Está naquilo que é o fio da navalha, há ali elementos de uma certa ilegalidade, negócios que ninguém percebe bem o que é que são, por que é que estão a ocupar o espaço daquela maneira, mas que de facto têm um certo poder simbólico e sem qualquer sombra de dúvidas daquilo que é um certo capital social dentro da comunidade que também é preciso perceber e saber explorar. **CD:** Mas saber explorar e perceber em ordem a quê, desculpe provocá-lo, Diogo. Porque disse coisas muito importantes, quer dizer, nas comunidades há diferentes perfis comunitários, e há diferentes poderes. E é importante que a comunidade se aproprie do espaço, mas para quê? Em ordem a quê? **DR:** Eu quando digo explorar é no sentido em que, uma intervenção, neste caso que estamos a fazer que é desen-

volver uma espécie de espaço lúdico inter-geracional, numa lógica de instalação artística que é participada junto com a comunidade, portanto, naquilo que é a sua concepção em termos mais conceptuais até à sua concretização física, é preciso haver este entrosamento, perceber ok, de que maneira é que nos conseguimos relacionar com a comunidade e fazer com que o que quer que esteja aqui a ser produzido no fim seja apropriado e quase numa lógica de que isto foi feito por nós, a comunidade, ou seja, não é para a comunidade, é com a comunidade, que às vezes falha, muito, naquilo que é a intervenção do arquitecto neste espaço. Porque ou vamos numa lógica de que estamos a prestar um serviço para, ou então é, e muitas vezes é este o cenário, é impositivo, “isto é a melhor solução para o lugar porque nós somos os técnicos especialistas”. **CD:** Ouça, você acabou de falar nos princípios fundamentais da Psicologia Comunitária, eu acho que o prof. Mário Mesquita está a levar para a arquitectura tudo o que são as unidades curriculares que eu mais gosto, só nos falta a clínica pura e dura, mas é sempre assim, de facto, é dar voz. **MM:** Cidália, nós falamos de uma coisa que é absolutamente um território psicológico, que são as invisibilidades, portanto, está tudo dito aí. Eu só tenho pena porque a Margarida está a ficar absolutamente atropelada por tudo aquilo que nós estamos a dizer. **CD:** Vou só fazer um comentário, já voltamos à Margarida. Anda tudo ligado. **MM:** Aqui o Diogo falou numa questão que me é muito cara, que é a questão da identificação com o espaço. E é muito interessante nós vermos, e voltamos outra vez a paralelismo dentro dos espaços da cidade, e o Porto é um laboratório excelente para se trabalhar, ao vivo. É que eu não vejo uma senhora com 75 anos a varrer o portal da sua casa na zona de S. Catarina, mas se eu for a uma ilha do Bonfim, ou se for a uma casa em Campanhã, eu vejo que aqueles 2m2 em frente à porta, sei que vão estar todos limpos, todos os dias e que a pessoa vai limpar aquilo. E aquilo multiplicado por 5, 6, 7, 8, 9, 10 habitantes, eu tenho um troço de rua sempre cuidado. E noto, porque vejo plantas, inclusivamente, vejo plantas no espaço público, vejo as pessoas a porem os vasos cá fora, roupa estendida, e vejo uma coisa que já não se usa, vejo outra coisa que é a chave da porta de casa do lado de fora, o que é algo brutal porque significa que aquilo é tudo uma comunidade. Agora, esta questão que o Diogo levantou é, e tu de certa maneira concordaste, é nós como técnicos somos sempre vistos como os outros, como os invasores, como aqueles que vêm de fora, e aqui é que muitas vezes há o grande problema da dissensão, que é “está bem, vocês estão aqui durante dois meses, e depois? Quem é que cuida de nós?” Por isso é que eu acho que, por exemplo, trabalhos

como o Chalana faz são muito importantes porque ele para além de dar o acompanhamento na altura, ele faz o seguimento daquelas populações, e isso é muito raro. **CD:** É a questão da continuidade. Há vários problemas aqui, é a questão da continuidade, é a questão do tempo que nós temos para estes projectos, e portanto, de dar voz às pessoas, de as fazer participativas, de nós não sermos os especialistas, termos uma atitude colaborativa, de ouvir, a escuta activa, de perceber as diferentes formas de vivências das ruas, das casas, mas os poderes dominantes não estão muito sensíveis a isto também. Há muitas zonas na cidade do Porto onde me parece que a Câmara, por exemplo, está a comprar terrenos um bocadinho para limpar, para esconder, situações ligadas a, por exemplo, aos comportamentos aditivos e por aí fora. O que eu estava a perguntar ao Diogo era justamente no sentido que tu dissesse, também um bocadinho uma angustia que eu as vezes tenho dos muitos projectos de intervenção mas em que nunca se deixa esta lógica de que nós somos os especialistas e onde é esquecido depois a continuidade, onde é que isto nos vai levar, é justamente isto que me parece importante, porque as pessoas precisam de se apropriar dos seus espaços, e portanto, tinham que ser ouvidas, apesar de, por exemplo, vocês arquitectos, nos últimos anos, agora um parêntesis, eu tenho muitos estudantes que já fizeram, três grupos, que já fizeram trabalhos sobre o bairro da Bouça, imaginam vocês porquê, para quem está na psicologia também há muita coisa, pronto, e o Siza é muito conhecido, e por aí fora, e até já conheceram lá senhores, que provavelmente vocês também conhecem e vivem lá desde sempre e que contam as várias fases, estou-me a lembrar do nome do sr. Fernando, que espero que ainda seja vivo com tudo isto, dá entrevistas magníficas e até quis aparecer num video para uma aula, muito engraçado, isto para chegar onde, quando se ouvem as pessoas, de facto, também é para elas serem escutadas, e depois serem implementadas muitas das suas ambições, expectativas, e portanto, não é mais um exercício académico. E eu contra mim falo, e contra nós falo na psicologia muitas vezes também é um exercício puramente académico, entendem, sem continuidade, e isto causa-me angustia. Sem continuidade, e portanto, apesar de parecer que temos um outro olhar e, repito, um olhar mais colaborativo não sei depois em termos de consequências objectivas e concretas, se, efectivamente, foram criadas as condições para que as pessoas se apropriem de uma comunidade que também é delas, porque me parece que isso muitas vezes também não acontece. Ficamos nos exercícios académicos e na dificuldade de trabalhar uns com os outros. E não só falo das comunidades, mas depois naquela questão também das equipas

multidisciplinares. Desculpa, Mário, se te interrompi. **MM:** Só ia recuperar uma pergunta que a Margarida fez, que é como é que se mede um espaço público? E se calhar aqui, a medição do espaço público implica pensar quantas pessoas é que cabem naquele espaço público. Por exemplo, há estudos que dizem que o, é curioso que o Porto é um espaço muito característico a esse nível também, que é, o Porto é uma cidade que não tem praças. Não tem praças. Não tem. Tem largos, tem pontos de encontro, tem esquinas, esquinas são muito utilizadas e muito proibidas neste momento pela pandemia, porque normalmente são onde as pessoas se põem a fumar e a tomar café, mas... **CD:** Desculpa interromper-te, mas com a alteração da Avenida dos Aliados também polémica. A Avenida dos Aliados de alguma forma também ficou um local muito polivalente que dá para várias coisas, desde a manifestação política, ao concerto,... **MM:** Mas continua a ser o grande espaço, apesar de tudo, de muita concorrência que tivesse tido de outras zonas da cidade, nomeadamente a Boavista, nunca conseguiram “roubar” o protagonismo que a praça, aquilo que nós chamamos a praça, os portuenses chamam a praça, vamos à praça, e nos Aliados não é praça nenhuma, aliás, aquilo nem sequer é uma avenida, nem é uma praça, é uma coisa tipologicamente muito indefinida. Mas o tempo médio de permanência das pessoas naquele espaço é de 2, 5min, o que significa que usam o espaço de permanência como um espaço de atravessamento, o que é uma contradição em si, porque exatamente por causa dessas alterações que a avenida teve e transformou todos aqueles belíssimos jardins que tinha com bancos numa superfície completamente inóspita e ainda por cima sem a coragem na altura do arquitecto, Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura, de não terem conseguido fazer aquilo que existe por exemplo nas praças em Espanha, que é fazerem a ligação dos passeios da plataforma central às fachadas, aos cafés, o que significa que há sempre uma interrupção no transito, portanto, há sempre carros a passar, e aquilo que poderia ser uma espécie de praça maior, no sentido espanhol do termo, nunca existiu. E essa ideia, de como é que se mede um espaço, porque se nós recuarmos aos tempos da Troika, e aos tempos das manifestações todas que houveram, movidas pelas redes sociais, de repente aqueles espaços transbordaram e aqueles espaços não se medem em m2, era aí que eu queria chegar, a medida em m2 daqueles espaços é perigosa. Se calhar valia a pena pensar em pessoas. Quanto é que mede um espaço na unidade de medida pessoas. Porque aquilo que tu dissesse há pouco, que eu partilho perfeitamente, só existem cidades porque existem pessoas, no dia em que deixarem de existir pessoas, já não faz sentido haver cidades.

DR: Posso? Duas achegas em relação ao que disseste, Mário. Primeiro, em relação aquilo que é, não sei, pelo menos aquilo que eu vejo como modelos interessantes para medir aquilo que é o espaço público, pá, existe um documentário belíssimo sobre o Seagram e aquilo que é a ocupação do espaço envolvente, que apesar de tudo aquilo está ladeado por vias de atravessamento de automóvel fortíssimas mas depois o espaço é ocupado de uma maneira muito interessante ao longo do dia, e é feito um documentário que analisa muito bem isso do que é que é a ocupação do espaço e a maneira como o espaço é utilizado. E parte sempre desta lógica, do observador que está em constante diálogo com o que é que está a acontecer às diversas horas em que está a acontecer a vida quotidiana. Outra questão aqui é, em relação à Avenida dos Aliados, porque apesar de tudo a morfologia do que lá estava nunca pode ser comparado com o que é feito em Espanha que é uma coisa que é feita de raiz. Plazas espanholas não são coisas que estão adaptadas depois, cortadas ao tráfego, elas no máximo, aquilo que foi uma transição foi a dada altura, tiveram um atravessamento rodoviário, pronto, com a predominância de um meio por excelência de deslocação na cidade, e no território, que foi o carro, e durante muito tempo, ainda é, e, de facto, só muito recentemente começamos a ver uma série de plazas agora só a serem pedonais. As plazas em Espanha, a grande maioria, as que não eram passaram a ser. No Porto, os Aliados que obedecem a uma morfologia da cidade é muito difícil isso acontecer, quer seja pela confluência de ruas e de atravessamentos vitais para aquilo que é o atravessar a cidade do ponto A ao B, neste caso, da zona ocidental para a zona ocidental, e até mesmo com Gaia. Torna-se um bocado difícil. Eu percebo, tem algumas críticas aquilo que é o projecto em si, por outros motivos, não se calhar por estes em concreto, mas parece muito difícil naquilo que era o programa que estava a ser pedido, e a circunstância em que estava a ser feito, pensar nos Aliados como algo completamente cortado ao trânsito, mesmo em termos de perfil de rua, aparentar ser tudo o mesmo perfil. Eu percebo que até pudesse haver esta interação e, talvez, diluição da noção de estrada e se calhar diminuir um pouco aquilo que é o transito, mas mesmo assim, não sei até que ponto. **MM:** Há duas obras que eu gostava de apontar aqui de bibliografia que é, uma é a *Modernidade Líquida*, do Bauman, do Zygmunt Bauman e outra, também do Zygmunt Bauman, que tem que ver com a violência nas cidades, ou a insegurança nas cidades. E se nós pensarmos na questão da cidade líquida o que é que é essa cidade líquida? Portanto, deixou de ser um espaço, uma cidade sujeita a zonamentos, e passou a ser uma cidade

sujeita a fluxos. A fluxos, a dinâmicas, a entradas, saídas, permanências, actividades culturais, manifestações, expressão pública, privada, ocupação do espaço público de uma forma intermitente, mais ordenada, menos ordenada, mais orgânica, menos orgânica, e estamos a falar dessa tal cidade, que é uma cidade líquida, que é uma cidade que contraria completamente e que é altamente um conceito, era um conceito altamente inovador, agora já não o é tanto, e que foi muito cunhado, passo o pleonasmo, à figura do vereador, que morreu, Paulo Cunha e Silva, portanto, e que vendia essa ideia de cidade líquida, embora ele não tivesse vivido tempo suficiente para mostrar o que é que politicamente estava por trás dessa cidade líquida que ele defendia. Mas pensando nas boas práticas da cidade líquida, é a cidade que a Margarida está a pensar. É a cidade que a Margarida está a estudar, é essa cidade onde as pessoas se movem, é a cidade, e agora, convoco aqui a Inês, que de certa forma se cruza com o projecto que estivemos a discutir na semana passada e que está a ser discutido e está a ser elaborado numa plataforma europeia, porque a Inês está na Escócia a trabalhar, mas temos gente em Berlim, temos gente noutros sítios, em que é a cidade que nunca existiu. Portanto, essa cidade que está muito na nossa percepção e que só existe na cabeça de cada um, porque cada um de nós tem uma ideia daquilo que é o espaço público. **CD:** Sem dúvida. Sem dúvida. **MM:** É muito subjectivo. **CD:** Muito subjectiva. A questão da subjectividade liga-se às percepções, começamos a nossa conversa por aqui, e que portanto tem aqui uma diversidade quase tão grande como da existência de cada ser humano. Mas, Mário, deixa-me voltar a isto e, desculpe lá, Margarida, mas já avançamos por onde quiserem. Eu não sou arquitecta, como vocês que estão aqui a discutir a questão da Avenida dos Aliados e as das suas mudanças, das suas modificações do que era antes e do que é actualmente. Já vi, inclusivamente, arquitectos com opiniões muito diversas, muitos a favor justamente daquilo que foi feito para potenciar e para possibilitar a manifestação, o concerto em larga escala, até a Casa da Música foi para lá fazer concertos, porque não havia algo. Já ouvi um arquitecto dizer isso, não vou dizer o nome, da vossa faculdade, que não havia algo, eu entendi assim o que ele disse em Serralves, semelhante aquilo que são as praças maiores em Espanha, e que portanto ali o que estava antes provocava algum ruído e não permitia este encontro em larga escala, mas eu acho que, independentemente do espaço visto pelo arquitecto, depois há as pequenas coisas, que permitem ao cidadão, ou seja, aquele que habita e que vive, porque é desta cidade, ou está de passagem, porque

é estudante universitário, ou é erasmus, ou o turista, e depois sobre isso há muitas mudanças também depois com esta pandemia que nos deviam fazer reflectir, mas é a forma como se vivência os espaços. E entendo o que o Mário quer dizer. Eu gosto da Avenida dos Aliados, mas, de facto, a forma como ela neste momento tem depois, neste momento vamos fazer o parêntesis da pandemia e vamos esquecer, aquilo que é possível lá fazer é o quê? É tomar um café ali pontualmente. Portanto, há a articulação também com a questão do sector económico e por aí fora, que eu não sei falar, mas tudo isto que é muito importante considerar também, porque há aqui depois esta questão do o que é que eu vou lá fazer, ok, posso ir ver um concerto, posso ir a uma manifestação do 1º de maio, posso ir a manifestação do 25 de abril, que tem decaído completamente comparativamente aos nossos anos, não é, Mário, que é uma coisa também que daria para pensar, no uso das cidades, mas vou ao café? Não, se calhar vou muito mais depressa para os Leões, que, apesar de tudo, tem o Piolho. E, portanto, são depois as condições de habitabilidade de vivência dos espaços e por que tempo. E isto liga-se àquilo que tu dizias, perguntavas, como é que se mede um espaço? Mais uma vez é variável. Eu sou capaz de ir a um concerto num determinado espaço público e mesmo assim sentir-me muito mal. Eu a última vez que fui ao Primavera Sound cheguei a sentir-me mal. Era gente a mais. Era gente a mais. Provavelmente, a primeira ou a segunda edição senti um conforto que não senti na última. Agora tenho saudades, até de gente a mais tenho saudades e de estar assim, tenho saudades do restaurante apertadinho, acho que temos todos saudades, e de todas essas questões. Mas isto era em torno de brincadeira. Há quem deteste o Piolho, por exemplo, o Piolho nós entramos e estamos ali num nível... a escada, a porta, é assim um bocadinho mais elevada face ao café, não sei explicar noutra forma não sou arquitecta, não é, quem tem ansiedade social porventura, desse género, nunca irá lá porque sente que foi exposta, foi atirada, e que as pessoas olham automaticamente para ele. Portanto, como é que se mede um espaço? Mais uma vez, com muitas variáveis e muitas delas absolutamente pessoais que levem a que as pessoas usufruam desse espaços ou não. E depois eu acho que há outra ideia no Porto, eu sou suspeita, eu não sou do Porto, eu sou do sul deste país, e vim para o Porto para a faculdade, por mero acaso, e apaixonei-me pela cidade do Porto. O que me fez ficar no Porto, não foi tanto o curso, porque eu podia ter pedido transferência para onde é a esmagadora maioria da minha família, Lisboa, Castelo Branco, portanto era mais tranquilo para mim, mas não foi o curso em si, mas foi a cidade, foram as pessoas, foi a vivência, que o Mário

há pouco falou, dos cafés, em Lisboa isso não existia daquela maneira. A dimensão da cidade. Estás a falar aí de diversos estudantes que têm experiências diferentes. Por que é que nós depois, também, queremos voltar ao nosso espaço, para mim, inevitavelmente, o Porto é a cidade onde eu vivo e onde eu quero morrer, e isto para mim é muito claro e, no entanto, eu não vivi aqui até aos 19 anos. Mas, ó Margarida, são muito mais estas dimensões que eu trabalho na minha unidade curricular, portanto, estamos aqui a encontrar ligações pontos com a arquitectura, mas elas não são assim, às vezes, tão óbvias. E no Porto, para além dos espaços, como a praça maior, onde a gente vai, ou por onde a gente passa uma, duas horas, meia hora, depois eu acho que é o sentido de bairro que não se pode perder. Falavas de Campanhã, não podemos deixar que isso se perca. Mas depois podemos ter Lordelo do Ouro, podemos a Foz, a Cruz Velha, por aí fora, quer dizer, entre outros muitíssimos exemplos. E com as suas diferenças, com as suas especificidades, isso é fundamental para se viverem as cidades com qualidade, mas calma um bocadinho, estou a falar demais. **MG:** Eu queria acrescentar, em relação a Avenida dos Aliados, estávamos a falar e eu lembrei-me das últimas tentativas, que têm se vindo a ver, quer na cidade de Lisboa, como no Porto, que também chegamos a falar no verão, que acho que isto foi quando esteve mais acontecer, estas pinturas novas que têm feito nas ruas do Porto, para que, de certa forma, chega o fim-de-semana e das 9h às 20h afinal é pedonal, e não passam carros, e temos umas pinturas no chão, quase a limitar o espaço, em que aqui é um espaço de vamos por a loja no exterior, aqui é um espaço de feira, aqui é um espaço de esplanada, e mesmo essa iniciativa não foi suficiente para convidar as pessoas a viver o seu próprio espaço de cidade, da cidade que dizem delas, e portanto, que gostam. Ou seja, mesmo toda essa iniciativa de tirar das ruas o meio de transporte predominante, o carro, que tem invadido as nossas ruas e que é o protagonista do nosso espaço público, digamos assim, mesmo na tentativa de dizer ao fim-de-semana ele não existe, as pessoas não se sentiram convidadas a ocupar o espaço da rua (ver <https://www.porto.pt/pt/noticia/como-vai-o-municipio-resgatar-o-espaco-publico-mais-areas-pedonais-e-ciclovias-aposta-nos-modos-suaves-e-o-regresso-das-feiras-e-mercados>). **MM:** Mas sabes que há aqui um problema, Margarida, deixa-me só introduzir. É assim, eu acho que isto parte de um erro de base que é as zonas que tu estás a falar são a Avenida Rodrigues de Freitas entre as Belas Artes e o cemitério, a Rua do Almada entre o Cinema Trindade e a Praça Filipa de Lencastre, a Rua Passos Manuel entre a Praça dos Poveiros e a Rua de Santa

Catarina. Em que foram colocadas árvores em vasos... **DR:** Miguel Bombarda.

MM: Miguel Bombarda. Sim, mas Miguel Bombarda já tinha uma certa vivência. Vamos imaginar aqui uma coisa. Eu acho que partiu de um erro de análise da senhora vereadora da mobilidade, porque eu acho que o processo foi feito ao contrário, porque devia ter sido feito um processo de análise de quase que de análise de perspectiva, nesse sentido, que era perceber onde é que eram as zonas da cidade onde as pessoas mais saiam à rua e mais se aglomeravam. E tê-las transformado em espaços sem carros. Por exemplo, houve, no primeiro período de confinamento, uma acção policial que identificou 500 pessoas na zona da Cordoaria, por exemplo. Então por que é que não se transforma a zona da Cordoaria num espaço friendly relativamente aquilo que é a ocupação urbana, pelas pessoas? Quer eu dizer com isto, o processo deveria ter sido ao contrário, deveria ter sido feito um despiste relativamente aquilo que são os pontos onde as pessoas se aglomeram mais e esses espaços deviam ter sido dados à cidade. Ora, ninguém se vai aglomerar na Avenida Rodrigues de Freitas, ninguém. Quer dizer aquilo está, ao fim de semana, está com o trânsito cortado e temos uma mesinha de um café colocada lá no meio e temos um grande espaço sem nada. Na rua de Passos Manuel ninguém ocupa aqueles espaços, aliás, ocupam, ocupam para estacionar, que eu acho engraçado, que depois estes espaços depois o carro acaba por utilizar, olha que porreiro que eu assim vou às compras e estaciono lá. E na rua do Almada, ninguém pára lá. A questão que se põe é então mas por que é que criaram estes espaços em sítios onde as pessoas não vão? **CD:** E criaram estes espaços para quê?

MM: Não sei. Não faço a mínima ideia.

CD: Eu acho que esta é a pergunta, para quê? O que é que se oferece?

MG: Por que é que é dado um espaço já dito público, mas com um horário para funcionar para pessoas? Das 9h às 20h posso andar a pé e sentar-me na singela cadeira que está no meio da estrada, no meu quadradinho desenhado no chão.

MM: O Porto é pioneiro na criação destes espaços em 1834 quando criou o jardim de S. Lázaro. O jardim de S. Lázaro é o único jardim da cidade do Porto que tem um horário de abertura e um horário de fecho, e foi o único que perdurou como espaço vedado. E as pessoas usam aquele espaço. É um espaço histórico, é um espaço onde as pessoas se sentam em torno do largo, que ocupam os bancos, que tem um coreto, que tem relação com a biblioteca, que tem isso tudo. Por que é que não se fez ao contrário, por que é que não se percepcionou quais são os

espaços de real ocupação das pessoas, e não se devolveu esses espaços às pessoas? Por que é que se quis, como alguém dizia há bocado, impor novos espaços. Até esses espaços terem uma cultura de ocupação vão ser precisos anos e anos e muito investimento no sentido de os caracterizar, porque eles são descaracterizados nesse sentido. **CD:** Mas os espaços são depois para quem utilizar, de facto? Para os habitantes da cidade? Para os turistas? Para os universitários?

MM: Eu quase que diria, o Diogo conhece isto que eu vou dizer muito bem, porque mora em cima, o café Asa de Mosca, é se calhar um espaço de maior convivência e até pela esplanada que cria do que propriamente 50m a seguir a Avenida Rodrigues de Freitas, por que é que não se chegou ali e não se criou naquele cruzamento um espaço de convivência entre os vários colectivos, por exemplo, que ocupam aquelas zonas, e que eram vários, o Diogo já não tem o atelier lá, mas teve, o pessoal das Belas Artes frequentava muito aquelas zonas ali, dos Duque de Palmela, Duque de não sei quê, aquilo era um grande bairro, por que é que ao invés de se criar então esse sistema de pedonalização do bairro se insistiu, mais uma vez, naquilo que é a criação de um espaço que é completamente artificial numa artéria que não tem uso?

DR: Só queria dizer uma coisa, que é, relativamente a esta pedonalização das ruas, há uma estratégia clara por detrás de isto, que é um pouco o que aconteceu no Bairro das Artes, que sempre uma entidade pública que promove um programa de gentrificação com os recursos que tem. Uma vez é a transformação do espaço público, quando há dinheiro para tal, e há um programa que assim o exija, quando não é, é através de actividades, e os artistas neste sentido têm um papel de culpados, inocentes ou não, inconscientes ou não, mas têm, de facto, promovem este tipo de gentrificação. E, vou ser muito honesto, se estivéssemos num tempo sem COVID, se calhar não estaríamos a discutir isto com estas premissas que está a falhar, se calhar até teria resultado muito bem, aliás, aqui na Avenida Rodrigues de Freitas, houveram imensas acções, actividades, promovidas por grupos relacionados com teatro, por malta também aqui dos colectivos que andam para aqui, algumas cenas fixas, mas que mesmo com as melhores das intenções, mesmo com a intenção, houve malta que fez uma cena que eu achei muito porreira na altura, que foi uma ciclo-oficina, em que o pessoal trazia as bicicletas, ajudava a arranjar as bicicletas, cenas pequenas e médias de restauro, ainda faziam umas corridas e mais uns jogos e tudo mais, que é altamente, é uma cena brutal. Só que isto também tem um ar perverso, é que cria interesse. Torna isto interessante. Interessante para quem? Para quem lá vive, não,

para quem pode vir lá a viver. E esse é que é o problema. Que foi o que aconteceu exactamente com a Miguel Bombarda, eu lembro-me perfeitamente deste processo todo, eu acompanhei isto no meu final de 3º ciclo até ao fim do Secundário, que foi um processo de um conjunto de actividades que eram promovidas, a grande maioria por malta de colectivos, de grupos, de artistas, e não só, que criavam esta dinâmica em torno do Bairro das Artes, em torno das inaugurações, não era só as galerias, era toda a programação que estava inerente a isso, e que se formos a ver, desapareceram, porque inflacionou-se aquilo que era o mercado que lá existia em termos de arrendamento, esses gajos, ficando sem a possibilidade de estar aí a desenvolver a sua prática, tiveram de emigrar para novos territórios. E aprenderam muitos deles a lição, de que de facto, isto é tudo muito bonito mas eu criei o meu próprio buraco, e vi-me obrigado a sair daqui porque isto tornou-se uma zona demasiado apetecível. E o problema deste tipo de núcleos, a malta criativa, a malta que tem um conjunto de ateliers e faz coisas e tudo mais, é que é muito ténue, nós continuamos a ser os outros. E é isso que é importante, nós somos os outros que trazem a transformação negativa, que ainda é pior, ainda é pior, e notava-se isso, e nota-se isso ainda aqui, o pessoal quando vai arrendar coisas tenta não arrendar a malta de fora, porque já sabem que aquilo vai criar ali outra coisa, outra dinâmica, que eles não conseguem controlar, e que pode ser perigosa, aquilo que é a vivência da rua, para a mercaria que lá existe, para os preços que são praticados, as rendas que de repente o pessoal também vem para aqui morar, que aumentam, há uma maior procura, tudo isso é observável, daquilo que é uma vivência do quotidiano aqui. E, em certa medida, foi isso que a Câmara tentou fazer, foi pegar ok, zonas que não são muito apetecíveis, do ponto de vista, indústrias criativas, que não há uma grande reabilitação, a rua do Almada é um caso, mas outras também, não é por aí, a própria rua do Coliseu, a rua do Coliseu, aquilo só muito recentemente começou a haver alguma transformação naquilo que é o edificado, de resto não há nada, não há grande vivência cultural no há nada, e isto são mecanismos, são mecanismos que se vão aplicando aquilo que é um conjunto de artérias que se querem, eventualmente, transformar até no seu sentido físico. Qualquer uma destas ruas, que foram ditas há bocado e que nós sabemos que tiveram este tipo de programação, e ainda têm esta programação, são ruas que num futuro muito próximo prevê-se que se alterem naquilo que é o seu traçado, que se transformem naquilo que é o seu espaço público, a questão é para quem? **CD:** Mas então quer dizer que há questões económicas muito perversas, também, onde há vários actores...

e portanto, é isso, mais uma vez, não estamos a fazer transformações nos bairros, nas comunidades, para as próximas pessoas independentemente de haver vasos comunicantes e portanto todos podermos participar, e bem, mas estão-se a encontrar nisto, e estamos cada vez mais, então, com o que está a dizer, a tirar, porque eu penso muitas vezes nisso, as pessoas da sua cidade e do seu bairro, até antes da pandemia, mesmo o edificado e todas estas alterações que estavam a ser feitas na cidade do Porto, eu não sou especialista, e portanto não é disto que falo nas minhas aulas, mas pronto, agora com tudo o que o Diogo disse, e vocês disserem, é a sensação que o Porto se estava alterar muito em função dos turistas, dos alojamentos locais... e agora estamos a ver, estamos a ver o outro lado da medalha, o reverso da medalha, isto é algo que é preciso pensar e questionar as pessoas. Eu questiono muito os meus estudantes sobre isto, porque é curioso, agora outra questão, Mário, eu acho que nas faculdades, exceptuando alguns cursos eventualmente mais do que outros, não se envolve o pensamento crítico também sobre os espaços públicos, e se nós formos à etimologia da coisa, se o espaço é público é de todos nós. Há aqui a dimensão política, cívica, de cidadania, e mais uma vez muito ligada as questões da apropriação...

MM: Eu não sei se o espaço público é de todos nós.

CD: Mas não deveria ser? Eu estou-te a perguntar.

MM: Não sei. Eu, aí, a minha posição sobre a questão é que depende da definição do que é público nos vários momentos da história.

CD: Com certeza. Mas o espaço que eu posso usufruir.

MM: É assim, o que é que é público? O que é que é o público neste momento? O espaço é público, está bem, mas, não está aqui ninguém, mas há várias pessoas que estão há o caso de uma outra aluna, uma outra estudante de arquitectura, que é a Marta, que está a estudar a rede dos sem-abrigo na cidade do Porto, e é o caso da Margarida Silvestre que está a fazer o mapeamento da prostituição na cidade do Porto e dos espaços da prostituição, e nós vemos que o espaço público também é o espaço em que são “alojadas” as pessoas que não cabem noutros sítios, nomeadamente em espaços privados. Depende muito daquilo que é o espaço público como espaço político. Ou seja, as praças e as ruas e as avenidas existiam de igual forma no Estado Novo, a forma como as pessoas podiam usar aquele espaço tinha que ver claramente com uma determinada formatação política, esses mesmos espaços no pós 25 de abril tiveram uma explosão em termos de ocupação, e depois voltaram a definhar durante muitos anos. Há poucos anos viemos a assistir, a propósito daquilo que o Diogo disse, que é uma certa reocupação da cidade por alguns colectivos, por alguns

movimentos artísticos, por algumas iniciativas individuais inclusivamente é muito engraçado ver que o próprio graffiti, que é uma expressão artística na cidade, no espaço público, e que confere uma carga psicológica muito grande aos espaços, e aí acho curioso a nomenclatura da unidade curricular que é psicologia e espaços, e não propriamente psicologia dos espaços, é muito interessante isso, porque o graffiti passou de uma actividade, o graffiti e as pinturas das paredes, por movimentos políticos inclusivamente, ou pessoas que foram presas, em 2013, miúdos, digamos assim, malta nova, foram presas por estar a pintar em determinadas paredes na cidade do Porto, foram identificadas, os grafiteiros também eram, na altura do consulado do Rui Rio, as brigadas da Câmara vinha e depois pintavam por cima dos graffitis e temos grandes superfícies de paredes cinzentas, pronto. A partir do momento que houve uma mudança na Câmara passou a ser permitido e passou a ser considerado uma obra artística e até se fez uma coisa que é altamente, quanto a mim, surrealista, que se fez uma exposição e uma performance e uma instalação no antigo edifício Garantia, em frente a Câmara do Porto com muitos graffitis da cidade. E a determinada altura a Câmara começou a lançar concursos para ruas e para que grafiteiros, digamos assim, artistas, pudessem concorrerem, e aqui passamos a ter uma normalização e uma normalização disso, e estamos a cair num extremo oposto, que é de repente temos tantas normas, tantos concursos, temos tanta coisa, que aquilo que era uma actividade espontânea, tipo bansky, por exemplo, em chega e espichava uma parede, ponto final, e era uma expressão artística, passou a ser regulamentado. Portanto, o uso do espaço público é regulamentado e depende do poder político vigente.

CD: Estamos claramente de acordo. Mas em última análise, apesar de tudo, é, ou deveria ser pensado, em função das pessoas, certo? Em função dos habitantes.

MM: Pois. Mas que habitantes?

CD: Mas então parece que não é.

MM: Aquilo que o Diogo dizia, que habitantes? Então vamos pensar numa visão de cidade, e esses espaços como espaços psicológicos, sejam normalizados, e a intervenção em vez de ser feita de cima para baixo seja feita ao nível das comunidades e ao nível dos bairros. Então vamos pensar e ter brigadas no terreno exactamente para pensar a cidade junto das próprias comunidades, com elas, para elas, e, utilizando aquilo que é um método, e aqui chamo, e faço propaganda à Ino-vPed que já pus no nosso grupo, que tem que ver com as comunidades, acho que faz muito bem a toda a gente poder frequentar, a comunidade como prática, em que exactamente esses assuntos podem ser discutidos.

CD: Mas não há exemplos de boas práticas? Ó Margarida, estamos a estragar isto tudo, não há exemplos de boas práticas? Estamos assim tão pessimistas, não há exemplos de boas práticas, em que se começou, de facto, de baixo para cima, e houve uma atitude colaborava e portanto há a comunidade trabalhada conosco, ou melhor dizendo, nós trabalhando com as comunidades. Não há exemplos desses no Porto?

MM: Ou no Porto ou, a Margarida está-nos a falar de Abrigada, Abrigada é muito perto de Lisboa e eu acho que ela também tem alguma noção, ela também é uma pessoa do sul como a Cidália, e a realidade em Lisboa é um bocadinho diferente da nossa. Bastante, não?

DR: Bastante, diga-se de passagem.

MG: Completamente diferente.

MM: E aí, por exemplo, na terra onde tu vives, também, tu outro dia utilizas várias vezes essa expressão, oh, eu antes de estar confinada já vivia em confinamento aqui.

MG: Ah, sim, as coisas simplesmente que agora as lojas de roupa estão fechadas, as duas lojas de roupa estão fechadas, e temos um supermercado e as mercearias, as poucas que são também, e a farmácia, que no fundo, não é mais do que existe em Abrigada num dia normal. Mas sim, por exemplo, em Abrigada é muito aquela relação que temos na cidade do lado oriental, não é, eu saio a rua e tenho de dizer Bom dia, Boa tarde, Boa noite, se não passo por mal-educada, quer dizer, não me cumprimento, ao passo que em chegamos a Lisboa ou no centro do Porto, e dizer Boa tarde é que maluca, e as pessoas, é como se não existíssemos, é muito mais impessoal a relação com o espaço e com as pessoas, ou com as pessoas e por consequência com o espaço, porque, lá está, porque sem as relações entre as pessoas também não existe ou o que é que é a nossa relação com o espaço. Porque voltamos aquela questão da identidade, porque eu acho que para construir a identidade do espaço não é simplesmente ter uns candeeiros agradáveis e uns bancos, não basta isso, não basta colocar os objectos urbanos. Acho que a identidade passa muito pelas relações que nós fazemos com os outros e que nós é que lhes vamos dar um significado. Por isso é que é a tal coisa que nós falávamos, por isso é que é diferente a relação de uma criança a um mesmo espaço que seja partilhado também com um senhor de idade nesse mesmo espaço, as actividades são distintas, as relações são distintas, e o apego ao lugar também é distinto, e mesmo esse apego ao lugar vai variando à medida que vamos crescendo, que tem que ver com essa tal cultura, com a educação...

CD: E com o nosso próprio desenvolvimento pessoal. Os diferentes momentos das nossas vidas. Quantas vezes podemos ter contacto com uma igreja, com um monumen-

to, com qualquer coisa que não nos diz nada, e depois 10, 20 anos depois tem um outro significado. Falou de significado, e é muito isso. Nós seres humanos somos construtores de significados. Mas é por haver essas relações com os locais e, nomeadamente, com os espaços públicos, que houve aqui uma discussão muito rica antes, que eu estava a questionar então porquê também estas intervenções todas indiferentes, e que tem que ver com a questão inicial da Margarida de há pouco, por que é que não bastou os carros nestas ruas, e depois o Mário falou, e o Diogo, para chamar as pessoas? Por que é preciso perguntar, mas então nós queremos chamar as pessoas para quê? É só para o convívio entre elas, elas provavelmente já podem conviver nas suas casas ou no café do seu bairro, mesmo ali entre as duas casas, ou há também uma manifestação artística ou há uma exposição, ou há isto, ou há aquilo, ou há só beber um copo, quer dizer, depois como é que se faz esta ligação com a arte e como é que, de facto, isto é chamativo, por exemplo, para as vossas gerações. Eu devo dizer-vos uma cosia, eu sei que esta conversa está a ser gravada e portanto não sei se corro riscos sérios com o que vou dizer, eu ficou muito muito impressionada pela negativa, e acho que podíamos pensar nisto também, não podíamos pensar nisto, desculpem, não vale a pena, isto é, isto vem antes da pandemia, eu comecei esta unidade curricular de psicologia e espaços, porque é a ligação com as pessoas, não são os espaços que têm conotação psicológica, somos nós que fazemos essa conotação, somos nós seres humanos, há seis anos, estive aqui a confirmar há pouco, estive aqui a dizer que eram seis, sete anos, estive aqui a confirmar quando é que foi o primeiro ano em que fiz isto, e tenho tido em média 40/50 estudante por semestre, ou melhor, por ano, melhor dizendo, que é uma unidade curricular do primeiro semestre do terceiro ano da licenciatura em Psicologia, e em que participam também alguns estudantes das Ciências da Educação, e eu já perguntei também, Mário, nos meus serviços, porque aqui há dois anos tive um aluno de Medicina, e que queria muito, e no ano passado tinha de Arquitectura, e não deixaram, não consigo perceber também porquê.

MM: Também não percebo porquê.

CD: E de facto temos de nos abrir, Mário. Mas pronto. Dito isto e feito este parêntesis, quando eu começo a questionar os estudantes, como vocês sabem a Universidade do Porto tem gente, imagino que Arquitectura igual, em Psicologia, de toda a zona norte do país, e se estende até, tenho alunos da Guarda, do interior, e que vêm para aqui, e eu apanho-os já no terceiro ano, quero dizer isto, já no terceiro ano, e que não conhecem a cidade. Não conhecem a cidade. Eu não sei se no meu tempo irmos para a faculdade, fosse para Lisboa, fosse

para Coimbra, fosse para o Porto, estou a pensar na minha malta, da minha geração, esta coisa de conhecer os santinhos todos e as esquinas e os equipamentos culturais e por aí fora, parecia haver uma ânsia, eu não tenho nenhum fundamento científico com o que estou a dizer, eu estou a falar única e exclusivamente de seis anos a leccionar uma unidade curricular que é completamente fora do mainstream do curso de psicologia, que os estudantes avaliam muito positivamente de tal forma que eu pensei não a continuar e é isso que me dá forma para a continuar porque dizem que pensam fora da caixa, e fazem trabalhos como por exemplo, um, estou agora a ver os trabalhos que recebi, o último grupo, da evolução dos espaços terapêuticos, só para dar um exemplo, entre outras muitas situações, mas foi a propósito desta unidade curricular que eles foram para a cidade conhecer as ruas e os espaços. E não estou a falar exclusivamente dos estudantes ou que são de Viseu, ou que são de Arouca, ou que são daqui ou que são de acolá, estou a falar de estudantes da nossa cidade, também, e que não conheciam determinadas realidades. Que nunca tinham ouvido. E portanto eu acho que nós estamos a ficar, há aqui algo que é muito ambivalente, que é muito angustiante, eu não tenho muito bem, é um época muito paradoxal, as pessoas pensam que têm tudo na ponta do dedo com um clique, no portátil no telemóvel, o confinamento veio agudizar isto ainda, acho que todos nós, eu própria nunca vi tanta série na Netflix, quer dizer, às vezes também, o que é que a gente há-de fazer, não pode sair, não pode fazer nada, pronto, passo a publicidade, mas fiquei absolutamente angustiado e espantado pela negativa com a falta de vivência dos espaços. Isto para chegar aonde, porquê? Porquê também? Ou então quando falo, só conhecem o Piolho, porque o Piolho foi o sítio em que se conseguiram encontrar, combinaram encontrar, muito bem, para ir a discoteca, e para ir para os copos e não sei quê, mas não conhecem depois as outras realidades que vocês estão aqui a falar. Não sei se têm esta noção. E, por exemplo, a vivência da faculdade da universidade do Porto na zona de Belas Artes, onde está ali a Inês, é muito diferente da vivência dos estudantes de Psicologia, de Dentária... **MM:** Na Asprela, sim.

CD: No Polo da Asprela, que é completamente...

DR: Outra realidade.

CD: Despido de tudo, independentemente de haver aqui depois as variáveis, Margarida, vale sempre isto, as variáveis individuais, portanto, os gostos, os valores, aquilo que cada um quer investir.

Inês Cavaco (IC): Tenho algumas opiniões, nomeadamente relativamente à vivência em torno da faculdade de Belas Artes. Somo sortudos, muito, pela localiza-

ção espacial na cidade do Porto, contudo, estávamos a falar de lugares públicos que são fechados. Nas Belas Artes, um estudante de outra universidade não pode entrar a partir das 18h, 19h. É assim, se não for apanhado pelo guarda, pode entrar, mas aqueles muros que estão à volta da faculdade de Belas Artes também se reflectem nas unidades curriculares leccionadas. Eu acho posso contar dois professores em quatro anos que propuseram que nós saíssemos da faculdade para conhecer, para fazer trabalhos fora da faculdade, tipo a relação, como por exemplo, as Fontainhas, e entre as Fontainhas e a faculdade de Belas Artes é quase inexistente, e nós temos uma porta que sai para a praça. **MM:** Para a praça da Alegria, sim.

IC: Pronto, não sei, claro que na Asprela, acho que há um factor maior que é o caso de estar tão afastado de tudo e depois dos estudantes optarem por viver lá, por terem tudo, centros comerciais, bares, ou cafés, e acabam por não sair de lá. **CD:** Mas não têm cultura. Eu não estou a falar da cultura do ir à ópera, ao cinema, ao teatro, não é isso, ou concerto musical. A cultura do também conhecer a cidade como nossa. Não sei. Esta é uma dimensão que eu trabalho com os meus estudantes. E conhecer as igrejas, e as capelas, e tudo. Quer dizer, independentemente de sermos crentes ou não sermos crentes. É mais uma vez aquilo que o Diogo dizia, a apropriação do espaço, agora o espaço cidade, de conhecer a minha cidade. E onde eu tenho diversidade. E esta falta de sensibilidade para esta educação pela arte, pela estética se quiserem, não sei se lhe posso chamar assim, posso estar a dizer grandes disparates, pela diversidade, pela comunidade, para conhecer a grande comunidade também, e perceber que há diferentes formas de vivência e que os espaços são vividos à noite e de dia, de forma diferenciada, evidentemente. Ou seja, acho que, não sei, há pouca sensibilidade a estas temáticas também. E se calhar depois as coisas andam ligadas, quer dizer, depois também quando trabalhas em equipas multidisciplinares e se vão trabalhar questões como estas, era preciso um maior conhecimento da história das cidades, da antropologia, do urbanismo, da arquitectura, da psicologia, daquilo que falamos no início desta conversa. Eu não gosto muito de diapositivos e de aulas fechadas e estava mortinha para que acabasse esta pandemia para, por exemplo, os alunos deste ano e do ano passado, não conseguiram ir ver os espaços sobre os quais fazem trabalhos, porque alguns são fechados, não interessa, não vou agora falar da minha unidade curricular, não interessa. Outros também porque houve muito medo, há medo, há um medo instalado, as pessoas mesmo com uma máscara ou duas máscaras parece

que têm medo de sair, e há os outros que não têm medo nenhum e não confinam, não vamos discutir isso. Mas eu no futuro se calhar gostaria de dar aulas e de ter algumas conversas com os estudantes e de irmos para alguns locais in loco. Mas isso é uma aberração para eles. **MM:** Também somos sortidos então porque nos últimos dois anos conseguimos dar 40 aulas em espaço aberto. Este ano foram 20 aulas e o ano passado outras 20 aulas, todas, não houve uma única aula na faculdade. E isso já é condição, e ainda bem que apanhamos este período de maior abertura, mas é condição, no caso, para a unidade curricular, poder funcionar desta forma, por exemplo, a Inês, alguém falava, não sei se era a Inês ou se eras tu, das Fontainhas, por exemplo. Não, era a Inês, que falava das Fontainhas. As Fontainhas é objecto logo da segunda aula que nós damos em PTRI. Nós na segunda aula de PRTI, sentamo-nos todos no lavadouro das Fontainhas e temos ali uma conversa, ainda da última vez fomos surpreendidos pelos 70 utilizadores das hortas dali daquela vertente dos Guindais e das Fontainhas que também um dia irão ser desalojados, quando houver uma apetência muito grande relativamente, é assim, não nos esqueçamos, por que é que as torres do Aleixo foram abaixo? Não é? Porque estávamos a falar de um terreno que tem umas vistas espectaculares, fabulosas, e teria certamente, e isso vai aparecer nos próximos anos, uma operação imobiliária que vai transformar aquilo tudo. E que só por algum decoro é que ainda não aconteceu. Portanto, há espaços ao nível da cidade. **DR:** Dinheiro.

CD: Mas isso é a questão económica e financeira que estávamos a dizer há pouco.

MM: Exacto, mas deixa-me só dizer isto. Assim, há espaços que ao nível da cidade começa a ser um bocado complexo de se utilizar porquê, porque estamos a assistir, para além de mais, a uma certa privatização das vistas, ou seja, há espaços onde nós não podemos ir, porque são espaços que estão privatizados. Há um caso, ao contrário, o Porto tem estas coisas também, que é na Vitória, na freguesia da Vitória, por trás da Cadeia da Relação existe um miradouro, que é o único espaço que é privado que é de uso público. Aquilo é um terreno privado, e não há mais nenhum na cidade do Porto. Portanto, mas ali, e aquilo, os turistas vão lá, e as pessoas vão lá, e toda a gente lá vai, não sei quê, agora realmente aquilo que vocês estão a dizer é verdade, a partir do momento em que por efeitos de contingência sanitária passamos a ter um decréscimo brutal de turismo na cidade do Porto, caiu a máscara, ou seja, aquilo que, portanto, que nos dava a fotografia do Porto, cidade em movimento, na realidade caiu por si própria. Estruturalmente, nos últimos qua-

tro ou cinco anos, como não foi feito nada, nada ficou. E estamos perante uma cidade que está vazia. Portanto, aquilo que foram as políticas em termos municipais de apoio, inclusivamente a criação de alojamentos locais de uma forma ilegal, porque tiveram vantagens relativamente a outras indústrias hoteleiras, e à disseminação de esplanadas pelo espaço público, de repente, como já não há utilizadores caiu tudo. E o que é que ficou destes últimos quatro anos em termos de investimento na cidade, em termos estruturais? Nada. O que é que se investiu no espaço público em termos estruturais? Nada. **CD:** Eu bato sempre nessa tecla. Também não pode haver espaço público sem pessoas. Se o centro da cidade era para os turistas, e não para os jovens que nós temos aqui, porque os preços são exorbitantes, e não podem viver ali, e não digo só para os estudantes, digo para os casais jovens, digo para a família, para o que quer que seja, há um vazio, caiu a máscara efectivamente e, portanto...

MM: Mas a rua tem preço? A praça tem preço?

CD: Pois, mas não devia ter, exactamente. E se tu não tens as pessoas que vivem lá perto, ó lá vais de passagem, portanto és transeunte, é completamente diferente. É uma ideia que já tínhamos falado há pouco, não pode ser, tem de haver esta diversidade. Mas, de facto, não pode ser habitação só de luxo e a preços exorbitantes que é o que estão a fazer, parece-me a mim, isto da reabilitação urbana, não tenho dados, mas é o que parece. É como tu dizes, caiu a máscara. Não caiu só sobre isto, caiu sobre muita coisa, com a pandemia, olha sobre os idosos, sobre os lares, sobre muita coisa, e portanto outros tipos de espaços.

4º APÊNDICE

Resumo:

conversas vadias #4

Sobre políticas públicas. Exemplos de intervenção no espaço público: Europa e América Latina

com Arq. Mário Mesquita e Arq. Ana Silva Fernandes, Diogo Rodrigues, Inês Cavaco e Nuno Lopes Delgado

duração: 01:16:17

2021-02-11



Ana Silva Fernandes (ASF): Viva, boa tarde! Muito obrigada pelo vosso contacto e pelo vosso desafio e convite. Gostava de vos ouvir um pouco, de saber qual é o enquadramento, o que é que esperam, em que é que eu posso ter alguma utilidade, ou qual é o intuito desta conversa conjunta. **Margarida Gaspar (MG):** Obrigada à professora, desde já, por ter aceitado o convite de vir às nossas *conversas vadias*. Bom, então, isto parte do âmbito da minha tese, para a qual eu estou a fazer algumas destas conversas com alguns professores, e com outros professores, inclusive do Chile, que foi onde eu fiz Erasmus. A minha tese tem como nome *Do Comum, sobre políticas públicas e práticas privadas do habitar: do global ao local*, e portanto esta investigação nasce, também, daquilo que foram as minhas motivações e experiências no ano lectivo de 2019/2020, em que tive a oportunidade de viver duas situações um bocado antagónicas, uma que foi uma contingência político-social que se passou no Chile, e a segunda foi aquando de ter chegado a Portugal do Chile, uma contingência sanitária, a pandemia. Portanto, isto serviu-me de pretexto para questionar a nossa cidade líquida de hoje em dia, esta psicologia do espaço inerente ao espaço público das cidades, que no fundo são as cidades, as pessoas e a sua vivência nestes espaços, a psicologia destes espaços, e portanto, a cidade enquanto contentor de vida e produto social, quais os seus limites, identidade, inserindo-se neste debate do carácter hegemónico que têm as nossas cidades hoje em dia, muito iguais, muito globais, e muito pouco locais, que se esquecem muito do local, e que se esquecem muito das pessoas. Esta conversa foi motivada, também, pelo seu interesse, da professora, em políticas públicas, que eu sei que também lecciona a UC Urbanização da Pobreza, e muitos dos seus interesses cruzam com os meus, portanto esta conversa serviria para falarmos um bocadinho de políticas públicas, não só das que são propriamente más, ou seja, não só do ponto de vista de uma crítica pessimista daquilo que é a nossa cidade hoje em dia, mas mais como uma espécie de mensagem de esperança, daquilo que hoje se passa, que boas práticas temos hoje em dia, no âmbito de políticas públicas de intervenção no espaço público das nossas cidades. Era por aqui que gostava que a conversa se desenvolvesse. O prof. Mário agora se calhar quererá acrescentar alguma coisa. **Mário Mesquita (MM):** Sim, gostava. Para já gostava de agradecer à Ana o facto de ter, mais uma vez, de estar a cooperar connosco. Depois, isto significa mais um desafio de PTRI à Urbanização da Pobreza, mais uma vez foi levada em conta. Já são vários, são várias provocações que nós vos fazemos. Depois dizer que

isto se trata de, também, de um trabalho mais de fundo de consolidação de uma comunidade de inovação pedagógica que nós estamos a construir, com base neste grupo informal de investigação ligado à unidade curricular de PTRI, e que tem vindo a acompanhar, como tu já tiveste oportunidade de ver, alguns alunos desde o 5º ano, a frequência normal da unidade curricular até ao acompanhamento de dissertações e posteriormente à elaboração de estágios também profissionais, dentro desta linha que é o trabalhar com as comunidades. Portanto, trabalhar com as comunidades directamente com aquilo que são algumas associações, temos tido algumas reuniões com algumas associações e alguns projectos, inclusivamente, um dos projectos é um dos projectos que o Heitor está a trabalhar, o outro é o que está a trabalhar o Bernardo Amaral, dos Bairros Saudáveis, temos tido a ligação à Junta de Freguesia de Campanha, neste momento há uma das pessoas do grupo que está a trabalhar directamente com o Chalana, pronto, e nesse sentido, e depois há alguns elementos deste grupo que de certa maneira também, ah, estamos a colaborar, está aqui a Inês, com um projecto internacional, portanto, lançado por colegas das Belas Artes que estão dispersas pela Europa desde Berlim à Escócia, e por aí fora, e neste momento temos mais uma ponta de lança na Suíça, que tem que ver com a cidade que nunca existiu. E passa um bocado por aí, por essa ideia daquilo que a Margarida chamou, e muito bem, da cidade líquida, ou seja, daquilo que nos últimos anos se tem defendido que é passarmos de uma política de zonamentos, muito típica daquilo que eram os instrumentos tradicionais de planeamento e de gestão urbana, nomeadamente dos Planos Directores Municipais, para a equação das pessoas nessa mesma realidade. Aqui a questão mais particular que é o facto de a Margarida, também como disse, ter vivido também uma situação de excepção, nomeadamente ter acompanhado os desenvolvimentos de ocupação do espaço público do Chile na altura em que estavam no auge, no final de 2019 princípios de 2020, todos os protestos na rua, e depois ficou tudo muito abafado com a pandemia, e que, por isso é que a Margarida diz, que teve o contacto com as duas situações. Portanto, aquilo que é a maximização em termos de ocupação do espaço público e de certa maneira as reacções que as próprias pessoas podem ter aquilo que são políticas gerais em termos de Estado, mas principalmente políticas urbanas que são traçadas muitas delas sem auscultação, e o que é que significa trabalhar em cidades em que, de certa maneira, há uma espécie de urbanismo inclusivo, que está muito representado nas teorias do urbanismo feminista e nas teorias de intervenção de urbanismo bairro a bairro, e é um bocado nesse

sentido o enquadramento. E não me queria alongar mais. **ASF:** Eu não sei também como é que vocês querem desenvolver esta conversa, se têm algumas perguntas, se querem que eu reaja um pouco inicialmente a alguns destes temas que vocês lançaram e a seguir, não sei, vocês poderão me apontar ou realçar alguns aspectos em que podíamos debruçar-nos mais ou aprofundar, não sei. **MM:** Eu proporia a Margarida que fizesse uma espécie de pergunta gatilho. **MG:** O que eu tinha pensado, e que gostava muito de abordar, e que vem também daquilo que falamos que foi a nossa conversa com a professora Cidália, falamos um bocadinho de psicologia e espaços e às tantas nós estávamos a constatar algumas das políticas públicas desenvolvidas, principalmente na cidade do Porto, mas que não têm ocorrido só no Porto, também têm se visto noutras cidades, e também, certamente, por toda a Europa, que passam um bocadinho por chamar pessoas a viver a cidade, de convidar as pessoas a voltar a viver a sua cidade, mas que ficam um bocadinho aquém daquilo que se calhar são as coisas mais importantes que nos deveríamos estar a debruçar hoje em dia naquilo que é o nosso espaço urbano. E falámos um pouco, e por exemplo, de um exemplo perto da avenida dos aliados em que a intervenção passava muito por pintar as ruas e torná-las pedonais a certas alturas do dia nos fins-de-semana. E que isso não foi suficiente para convidar as pessoas a viver o seu espaço público a que têm direito, e que, portanto, isto é um bocado exemplificativo daquilo que têm sido as políticas públicas de intervenção no espaço público, para o desenvolvimento das nossas cidades, têm caído um bocado neste erro e são superficiais naquilo que são os problemas inerentes às nossas sociedades e da forma como vivemos hoje. E portanto, se calhar, a minha pergunta era, e também vem um pouco do discurso que estou a desenvolver na dissertação, em que questiono se teremos perdido a nossa capacidade de habitar, mas a questão é que não, porque, de facto, vemos e lemos sobre exemplos que contradizem estas más práticas, digamos assim. E portanto, gostaria de saber, não sei se é bem uma pergunta, mas, no fundo, gostava que falássemos de boas práticas de políticas públicas, e como pô-las em prática, o que é que é necessário para as pôr em prática e como é que podemos concretizá-las. **ASF:** Eu, se calhar, posso começar por reagir um pouco a todos estes elementos e estas contribuições que vocês já lançaram, e, de facto, acho que temos, é visível e é um aspecto extremamente perceptível de que a cidade é simultaneamente um reflexo da sociedade, e portanto, também das suas disparidades, e é também um instrumentos, e portanto, poderá ser usada enquanto meca-

nismo para ou perpetuar essas mesmas disparidades e essas dificuldades no acesso às diferentes qualidades do urbano e às diferentes características e recursos que estão ao dispor, ou então, pelo contrário, para tentar atenuar, para tentar enfatizar, democratizar o acesso a esses mesmos recursos, e poderá ser justamente através das políticas que são dotadas. Eu, aqui, acho interessante que a conversa nasça um pouco desta dimensão das políticas públicas, porque é uma dimensão com uma grande escala e com um papel importante, mas que não depende apenas da responsabilidade pública, no sentido em que há políticas públicas de muitos aspectos, ou de muitos espectros, e elas podem ser, não só, mobilizadoras dos recursos públicos, como podem criar espaço para outros actores e para outras redes e para parcerias locais e para a mobilização cidadã, que, no fundo, se possa constituir enquanto espaço de diálogo e construção colectiva de soluções. E, de facto, nós em décadas anteriores, a partir dos anos 60 e depois com o crescimento de um direccionamento mais neoliberal construímos e fomos perpetuando lógicas de planeamento muito baseadas na intervenção pública, no investimento público, e na construção e no desenho de espaço público, mas a verdade é que, e mais recentemente tenho percebido que há necessidade de, não só questionar essas políticas, como face à fragilidade e limitação de recursos públicos, também introduzir outros meios e outras capacidades neste diálogo conjunto, portanto, não haver uma centralização de decisões nem de desenho da cidade, mas antes ela ser uma co-responsabilidade, de envolver cidadãos, envolver o terceiro sector, as organizações não governamentais, o poder local, e todo um conjunto de intervenientes que possam conjuntamente decidir sobre a cidade, e decidir conjuntamente esse espaço, digamos. E portanto, quando tu perguntavas se perdemos a capacidade de habitar a cidade, ou se perdemos a capacidade de a discutir, eu penso que é o contrário, que nós estamos a retomar ou a ficar mais, a tentar criar um espaço de visibilidade e de discussão e de sensibilização, mais até, para estas questões de como gerir a cidade, de como aumentar, ou como ampliar, esta dimensão, esta capacidade de intervir e de discutir o espaço público, não apenas como espaço mas enquanto esfera pública, portanto, enquanto campo de visibilidade, enquanto campo para conferir e dar voz e, portanto, de decidir conjuntamente. E eu penso que mesmo em Portugal, tu tens a experiência do Chile em que há muitas, digamos, há um legado, histórico até, de um grande incentivo à mobilização cidadã, quer através das ocupações, quer mesmo através de políticas públicas que incentivam essa mobilização, que criam fundos para colectivos e para organizações e juntas de vizinhos se mobi-

lizarem a determinados projectos para as comunidades. Mas aqui em Portugal eu penso que também estamos a começar a assistir a um crescimento dessa dimensão, ou dessa preocupação, e acho quando tu perguntavas sobre as boas práticas ou sobre alguns exemplos do que podem ser políticas públicas que, no fundo, incentivam esta mobilização cidadã, que retomam os laços de identificação e pertença entre as comunidades residentes e utilizadores, e o espaço que é utilizado, acho que vale a pena realçar como uma excelente iniciativa e já com alguns anos o programa BipZip, os bairros de intervenção prioritária e zonas de intervenção prioritária, que foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa, e que agora através até da mobilização e da iniciativa da Helena Roseta ou da Paula Marques e que agora também ganhou uma escala, ganhou não, agora foi também criado um programa à escala nacional dos Bairros Saudáveis que, no fundo, vem também retomar, ou continua a consolidar essa mesma iniciativa de reforçar as parcerias locais, criar, através de políticas públicas ou de programas públicos, criar esses espaços e esses recursos para que essas mobilizações e essas parcerias locais possam tomar lugar, se possam construir, e acima de tudo, que se possam consolidar ao longo dos anos, porque essa é uma experiência, que também já começamos a ver com o BipZip, que a cada edição essas parcerias locais vão se reforçando, vão-se construindo, vai-se aprendendo de uns anos para os outros e, portanto, estas ligações, a capacidade de intervir, a capacidade até de planear em conjunto e até de dar alguma continuidade a projectos anteriores vai sendo acumulada e vai-se aprofundando. Claro que estamos a falar de programas que têm recursos e orçamentos que são bastante limitados, ou seja, os projectos são de pequena dimensão, mas ainda assim acho que vale a pena realçar o impacto que têm, não só na sua concretização física, muitos deles sendo intervenções em espaços públicos, na qualificação do ambiente construído, mas sobretudo no reforço das parcerias locais e desta energia da mobilização conjunta que pode criar espaço para discutir o território, discutir as nossas cidades, e para, acima de tudo, decidir sobre intervenções de qualificação que possam ser implementadas. **MM:** Eu lançava aqui uma questão, na decorrência do que está a ser dito, que passava, se calhar, para uma outra esfera, que era daquilo que a Margarida disse, do habitar a rua. Ou seja, o habitar na rua no sentido da... entendendo a expressão habitar como a apropriação de um espaço. Portanto, ou seja, de um espaço que acaba por ser, de certa maneira, um espaço de expressão e entender a rua, a rua como sinónimo de espaço público ou eventualmente, se quisermos ver numa escala mais alargada, do espaço colectivo. Aquilo que mesmo inclusivamente

tem uma dimensão privada mas tem um uso colectivo, e nesse sentido, gostava de saber a tua opinião o que é que, porque tu falaste de iniciativas que estão neste momento a decorrer em Lisboa, nomeadamente esses programas, o BipZip que é um dos programas mais emblemáticos que foi desenvolvido pela Vereadora da Habitação Paula Marques nos últimos anos, mas eu gostava de redireccionar a conversa mais no sentido do, está bem, e o que é que acontece no espaço entre, o que é que acontece no espaço que é público, de que forma é que, por exemplo, uma intervenção no espaço público pode tornar esse espaço mais convidativo, ou seja, de que maneira é que tanto podemos estar a falar de um espaço que tem vida, portanto, de um espaço com vida, e ao mesmo tempo um espaço que convida a estar naquele mesmo espaço. E até que ponto aí não entramos numa questão que tem que ver com a identificação com esse mesmo espaço e com essa rede de espaços. Dou o exemplo, se nós estivermos a falar de uma cidade de média dimensão onde praticamente as pessoas se conhecem todas, porque, na realidade, é isto que acontece, acaba por acontecer, vai havendo uma leitura de fluxos, de redes, de pontos, de nós, e de, sobretudo, dinâmicas que são urbanas, ou peri-urbanas, ou como quisermos colocar a lente, em que situações quisermos colocar a lente. E vai havendo também a apropriação psicológica, como dizia a Margarida, das pessoas sobre esse espaço, uma identificação e uma identidade com esses espaços. Desde aquilo que são espaços mais familiares em termos urbanos, como são por exemplo as ilhas, as vilas, as ruas estreitas, os bairros da cidade, ou então as praças ou as avenidas, e de que forma é que podemos pensar que esse espaço da cidade é um espaço que pertence ao cidadão, ou seja, eu sintetizaria isto na imagem daquela senhora de idade que chega a sua porta e começa a varrer o espaço da rua que está em frente à sua casa, se isso for desmultiplicado por um conjunto de 100 pessoas que vivam no mesmo bairro, temos uma rua completamente limpa, sempre asseada e cuidada e percebemos que há gente naquele espaço. Como é que nós podemos medir isso relativamente a essa tal apropriação do espaço público, quer em termos de cultura urbana, portanto, de ocupação do espaço de vivência do espaço, de usufruto do espaço, e aí a questão da pandemia trouxe-nos algumas lições, relativamente a este assunto. E até que ponto esse espaço pode ser também uma expressão de um posicionamento político do cidadão face ao espaço urbano, portanto, que não é só um espaço onde vai trabalhar, onde vive, mas é um espaço do que desfruta diariamente para variadíssimas actividades, inclusivamente actividades culturais, actividades de lazer, de ócio, mas também, única e exclusivamente, de permanência, uma

pessoa só poder estar num banco do jardim, ou poder atravessar uma praça, ou poder fazer uma performance num espaço público ,artística, por exemplo, ou por e simplesmente manifestar-se nesse mesmo espaço. Portanto, isso acaba por ser um ganho das cidades europeias mas não só, tem uma expressão bastante grande na América Latina, até nalguns tipos de urbanização, mas acaba por ser um ganho civilizacional, essa conquista do espaço público pelo cidadão. Gostava de saber onde é que tu te posicionas, relativamente a essa questão que eu levanto. **ASF:** Eu não sei se aqui a questão é como é que me posiciono, mas mais até o que é que está em causa ou o que é aprendemos... **MM:** Ana, desculpa, e o que é que isso significa para a própria sobrevivência do espaço urbano, o facto de ser ocupado pelas pessoas. **ASF:** Eu diria, ou eu subscrevo totalmente o que mencionaste e todas os aspectos que realçaste sobre a apropriação do espaço público, e a sua importância quer em termos de expansão do espaço privado e de usufruto, quer em termos políticos de posicionamento e de ter visibilidade, quer, também, em termos de sociabilidade e de oportunidade de relação com outros. E eu penso que aqui há dois aspectos que com frequência são desvalorizados e que são aprendizagens muito ricas das quais poderíamos retirar muito mais conteúdo e sobre as quais poderíamos todos crescer em conjunto. Um dos aspectos é mesmo a concepção sobre o espaço público, ou seja, com frequência se dá mais valor, e estou a falar até na perspectiva técnica, nós enquanto arquitectos e enquanto intervenientes no espaço, que muitas vezes se dá mais valor ao desenho do espaço público, do espaço público que é planeado, desenhado que é concebido enquanto este lugar partilhado. E muitas vezes é menosprezado, ou é sobrevalorizado o espaço que é auto-produzido, que é espontâneo e que tem as suas dinâmicas próprias, e que se calhar em termos de atenção e em termos de aprendizagem poderíamos retirar muito mais lições dessas mesmas vivências não só de apropriação de espaço público enquanto, digamos, as vivências que vão sendo acrescentadas a um espaço já desenhado, quando vemos as pessoas a usarem um espaço exterior da sua habitação, a colocarem elementos da sua habitação no exterior, a viverem o espaço exterior, mas até, ou principalmente, os gestos com que o reclamam e com que o transformam, no sentido em que há muitos espaços que não foram desenhados, não foram planeados, e que resultam e funcionam enquanto lugares com qualidades muito interessantes para sociabilização, para resposta a necessidades existentes, ou até futuras. E falamos não só no contexto ocidental, ou no contexto europeu, mas no

contexto também em áreas e cidades onde os bairros e as áreas auto-produzidas tem uma grande preponderância e um papel muito visível e muito relevante na produção do ambiente construído. E aqui com frequência se continuam a discutir os espaços públicos como sendo apenas aqueles que foram planeados, quando na verdade são a soma ou são a vivência, todo este sistema, quer dos planeados quer dos espontâneos e da forma como todos eles são vividos, são sentidos, são transformados ao longo do tempo. Portanto essa acaba por ser uma dimensão extremamente importante e com frequência muito desvalorizada. E eu diria que outra dimensão, também, ou outro campo em que poderia haver uma maior aprendizagem, é nesta lógica que penso que mencionei no início, e que acabamos por herdar um pouco, que é a lógica das grandes intervenções, dos grandes investimentos públicos, e de como, e quase uma aspiração ou uma sedução por este redesenho ou por estes grandes investimentos enquanto criadores e transformadores da cidade, e uma desvalorização daquilo que são pequenos gestos. E nós poderíamos trabalhar muito mais com essa, ou com um equilíbrio entre estas dimensões, ou com um maior investimento naquilo que são estes pequenos gestos, as pequenas acções de qualificação local, muito mais enraizadas num contexto específico, muito mais sensíveis aos factores e às qualidades existentes e não tanto baseadas no redesenho tão estrutural ou tão, ou em investimentos ou recursos avultados. Portanto, poderia-se trabalhar muito mais à pequena escala e essa é muito mais uma dimensão e um campo com frequência muito menosprezado, no sentido de não se perceber bem o impacto que essas pequenas acções poderiam ter a uma escala local. **MG:** Eu estava aqui a pensar, que sim, de facto esta ideia de partir do local para o global e não continuar a cair neste erro de continuar a dar respostas globais as nossas questões locais, que continuam a existir e que continuam a ser ignoradas, agora já não, no sentido em que temos vindo a assistir a esta mudança de paradigma naquilo que é o nosso pensamento sobre a cidade, e começamos, hoje, a ter mais atenção e mais disponibilidade para a pensar, reflectir e discutir. E eu estava a pensar naquilo que o professor disse, daquilo que significa a vivência do espaço público, do nosso espaço urbano, e gostava de pegar na expressão, e está aqui a Inês, e apropriar-me daquilo que elas disseram e perguntar se não teremos sido nós despejados do espaço público, ou seja, se este espaço público que hoje em dia existe não nos terá despejado a nós desse mesmo espaço, eu falo muito desta ideia que nós enquanto sociedade, tendo em conta todas estas influencias neoliberais, entre outras políticas e visões, que têm influenciado muito o nosso pensamento,

a forma como estamos a viver e os nossos comportamentos, que temos vindo a ficar muito mais sociedades mais individualistas, mais individuais, mais apegadas a nossa comunidade, a minha igreja, o meu café, e quase não saímos daquele que é o núcleo confortável, não temos curiosidade de conhecer a nossa cidade mais para além daquilo que é o sítio onde vivemos e onde vamos a mercearia e ao supermercado. E este desapego das pessoas para com o espaço público, o espaço da cidade, a cidade que era feita, na sua origem, para as pessoas, e pensar nisto ao contrário, nesta ideia de que não terá o espaço público a despejar-nos, como há os despejos hoje em dia assistimos por causa da turistificação, e partindo então um bocado desta ideia da gentrificação, turistificação, e destes processos a que assistimos na habitação, mas se não passará o mesmo no nosso espaço público. **ASF:** Eu tenho sempre dificuldade em defender, ou em perpetuar ou repetir afirmações que sejam absolutas, ou que demonstrem ou tentem demonstrar tendências recentes ou perspectivas futuras, portanto eu tenho dificuldade em dizer, em afirmar que estamos a perder espaço ou que estamos a perder voz na esfera pública. Eu penso que isto é sempre, eu acho sempre que isto é um equilíbrio, ou melhor, que é um jogo, um jogo muitas vezes desequilibrado mas é um jogo que está sempre em curso, em que nós temos, não só a responsabilidade, mas quase a obrigação, de lutar por aquilo em que acreditamos, e portanto, de lutar para que estando este jogo desequilibrado que possa ser recompensado de outra forma, e eu diria que esta ideia de reclamar o espaço público tem muitas formas, e tem formas que são mais individuais e tem formas que são mais colectivas, tem formas que são mais visíveis, e outras que são mais invisíveis. Mas todas elas têm este denominador comum de reclamar de tomar esses espaços, o espaço físico e o espaço ideológico, e o espaço de visibilidade. Portanto, quer na dimensão da manifestação e da tomada do espaço público colectiva, como o discutia, por exemplo, o Manuel Delgado, que o espaço público é uma arena, para travar estas lutas, para se fazer representar enquanto coletivo. E essa é uma forma de reclamar o espaço público, de facto. Mas também outras formas de reclamar o espaço público são fazer uma horta num espaço, num terreno, público, abandonado ou que está desqualificado, portanto, também isso é uma forma de reclamar espaço público, de mostrar que a terra, todos os espaços, têm uma função social e que nós podemos lutar por ela, seja individualmente para usufruto e para vivermos, para termos acesso a estes recursos urbanos de uma forma mais equilibrada, portanto, jogando, tentando entrar neste jogo mais de forças, digamos, seja do ponto de vista colectivo, de construir acções que possam tam-

bém contribuir para este mesmo jogo, e portanto, através de projecto, através de dinâmicas de movimentos, cidadãos, portanto, as formas são muitas, até, eu diria, não tem que ser, podem ser formas de confronto, e portanto de demonstrar descontentamento e de ter gestos que de facto vão contra algumas forças instituídas, mas também podem ser processos de negociação, no sentido de tentar demonstrar que as políticas públicas, por exemplo, ou acção pública, se pode traduzir sequer nos grandes gestos, nos grandes programas, e nos grandes projectos, mas também em pequenas acções em que estas instituições podem ser parceiras e que, portanto, conjuntamente se possa construir conhecimento, se possa actuar de uma forma mais ágil, e mais rápida do que habitualmente são as grandes políticas, ou os grandes programas que demoram mais tempo a serem desenhados, a ser implementados, e que têm parâmetros e procedimentos formais muito pesados, portanto, há aqui também um espectro muito largo desde as acções espontâneas até aos processos de negociação e de construção conjunta destes gestos, que são um amplo território a explorar e são tudo formas de reclamar novas dinâmicas e novos desenhos neste jogo de poderes e neste jogo de desenho conjunto da cidade. **MM:** Antes de abrir a conversa, só te queria fazer mais uma pergunta, e de certa maneira com isto também lanço a conversa vadia que vai acontecer amanhã e que vai ser conduzida pelo Nuno Delgado que tem que ver com a noite, que é o seguinte: nós quando estamos a pensar o espaço público, normalmente estamos a pensar o espaço público de dia. E a maior parte das acções de planeamento da cidade são feitas para um período que vai desde as 6h da manhã e, eventualmente, as 22h da noite. Não estaremos a incorrer no risco de desprezar aquilo que são todas essas horas nocturnas e que temos um espaço que cada vez mais vai ficando vazio, e cada vez mais vai ficando entregue aquilo que são franjas muito minoritárias da população e normalmente pessoas que vivem ou no extremo limiar da pobreza, por exemplo, quer dizer, temos cidades, o Porto é um caso, mas temos cidades em todo o mundo em que isso acontece, em que temos todos uns ocupantes da noite que fazem da rua a sua casa, portanto, e que não conhecem outro espaço, e aí temos uma confusão entre aquilo que é um espaço, quase que temos um espaço interior naquilo que, canonicamente, nós chamamos em arquitectura que existe num espaço exterior, que é o espaço da rua. Quer dizer, o interior da minha casa, não tendo eu um abrigo, passa a ser o portal de uma casa, passa a ser um portal de uma instituição, passa a ser uma esquina, passa a ser algo que normalmente é durante o dia, um espaço que é percorrido pelo cidadão corrente e normal, e que à noite é ocupado por outros habitantes. E

normalmente nas acções de planeamento, há um bocado, quanto a mim, essa peça que é que o espaço da noite é um espaço que é muito pouco planeado. Planeia-se em termos culturais, eventualmente, e numa situação normal, e portanto não numa situação de contingência sanitária, como nós vemos, porque aí, claramente, aquilo que tu disseste, e que a Margarida disse, quer dizer, é claro, embora concorde contigo nessa incapacidade também de análise daquilo que está sobre marcha mas o que é certo é que o primeiro espaço, ou os primeiros espaços dos quais nós fomos privados, com este combate à pandemia, foi exatamente o espaço público. E a contingência fez-se com uma contingência horária, e essa contingência horária tem que ver com o espaço à noite. E a minha pergunta é esta: até que ponto, nós, como pensadores críticos do espaço urbano, não estaremos a depreciar todo um, digamos assim, um conjunto de dinâmicas e fluxos espaciais que decorrem para além das 22h da noite, e que também fazem parte do espaço urbano da cidade? **ASF:** Sim, eu concordo totalmente, e penso que esse é um, digamos, é uma dimensão e é um aspecto que radicaliza, ou melhor, que ilustra mas também radicaliza a concepção habitualmente muito homogeneizada de cidade, e de usos, e de públicos que são tidos em conta no planeamento. Ou seja, habitualmente pensa-se para um determinado período de utilização, para um público com um perfil muito específico, muito homogéneo, e para funções também, as funções também muito primárias de cada um dos contentores construídos que são produzidos. Quando, na verdade, se devia trabalhar na diversidade, na diversidade horária, na diversidade sazonal, também tirando partido daquilo que são as variações do espaço ao longo do ano, na diversidade de funções, e portanto, pensar que cada contentor espacial, seja ele exterior ou interior, não sei se se pode dizer um contentor exterior, mas que cada espaço, cada lugar, pode ter várias funções, e que elas podem ser complementares, elas podem-se ir alternando, podem-se ir inter-alimentando, e justamente também os diferentes públicos. O Mário falava dos ocupantes da noite, e da população que vive no limiar de pobreza e que, com frequência, apesar de estarem tão visíveis no espaço público, na verdade, são invisíveis do ponto de vista social, do ponto de vista das políticas e de acções estruturadas. E outros públicos também, portanto, pensa-se muitas vezes planeia-se para famílias-tipo, para determinados intervalos geracionais, quando se poderiam acrescentar, ou se poderiam pensar os espaços nos vários desafios e nos vários públicos e utilizadores que possam ter, desde os idosos, às crianças, mulheres, homens, nacionais e estrangeiros, que cada um destes grupos, e cada

pessoa individualmente, tem visões diferentes sobre o espaço, e portanto, essas perspectivas poderão ser tidas em consideração, e poderiam enriquecer enormemente o desenho e a utilização destes lugares e com isso, também, reforçar os laços de pertença ele identificação de cada um com o ambiente construído que é criado e vivido. **MM:** Aí põe-se duas questões que me parecem que merecem ser tratadas aqui também, que é, por um lado, se nós olharmos para o espaço da cidade, e eu acho que aí o Porto é um ótimo laboratório para nós pensarmos o assunto, nós termos uma espécie de densificação da ocupação do espaço público que começa sensivelmente por volta das 7h30 da manhã, portanto, temos uma indexação espaço-tempo, que vai tendo picos, as chamadas horas de ponta, o nível de ocupação do espaço público vai tendo picos, até que chega uma hora, por volta das 20h da noite, em que todos os filtros urbanos começam a desaparecer, e então aí à noite, estamos perante uma visão de uma cidade, melhor, do osso da cidade, ou seja, daquilo que é a cidade sem esses filtros que, de certa maneira, vão mascarando, vão dando vida por um lado, mas vão também impedindo de ver o que está mais além, portanto, essas mesmas invisibilidades, que em muitos dos casos existem também durante o dia, mas que à noite ganham uma força muito mais relevante, muito mais sublinhada, portanto aqui, acho que fica a nota para que um dia se possa pensar inclusivamente nas esferas de decisão, especialmente na esfera de decisão autárquica, que o espaço da cidade não é só um espaço que funciona entre as 8h da manhã e as 20h da noite, e portanto, há todo um conjunto de outras 12h que se calhar deveriam ser pensadas, e que deviam ser pensadas até porque, por exemplo, que existem grupos profissionais que ocupam o espaço da noite, não estamos só a falar dos invisíveis, digamos assim, por questões de desajuste justamente à sociedade em geral, mas se nós pensarmos há pessoas que se levantam às 3h da manhã para irem trabalhar, por exemplo. Portanto, há pessoas que ou por questões de deslocação, ou porque os seus empregos funcionam assim, e que vivem de noite, e fazem turnos contínuos, de que forma é que a cidade está preparada, eu imagino, por exemplo, no campo da mobilidade, e no Porto podemos ver isso, porque temos as chamadas carreiras nocturnas, a rede da madrugada, que funciona de hora em hora, portanto, significa que se a pessoa perde aquela mobilidade, fica 1h presa no seu espaço, naquele espaço, ou então passa a regular a sua vida exatamente por isto. Não há o mesmo tipo de oferta, que de dia. Mas eu abria agora a conversa, se a Margarida estiver de acordo, porque acho que ela também só tem a ganhar com isto. Abria a conversa às outras pessoas que estão aqui, e que podem

ser úteis neste desbravar de territórios. Sem timidez. **Nuno Lopes Delgado (NLD):** Eu posso deixar aqui também uma nota, não sei, Diogo, se queres também falar. Pronto, primeiro de tudo, acho que é fascinante sempre participar neste tipo de iniciativa, e neste tipo de discussões, é daquelas coisas que me encanta, e dos temas que me encanta, não só durante o curso, mas também agora que o estou a terminar. E este tipo de debates, é engraçado, fazem-me sempre lembrar questões como, por exemplo, do projecto modernista, e depois do confronto, por exemplo, do trabalho da Team X, porque parece que o que o projecto modernista se esqueceu foi a questão da identidade. E sinto que hoje em dia, de alguma forma, vemos aqui um ciclo a repetir-se e uma dinâmica que espera muito também essa realidade, ou seja, não só da vaga dos starchitects e desta forma de planejar, de fazer e de viver a cidade, que está enquadradas nas questões, como a Margarida fala, neoliberal, do capital, e surge esta onda que insiste em reverter a lógica, não só do produto final, de arquitectura ou do espaço público, mas do próprio processo de desenho, processo que, hoje em dia, entendemos melhor a mais valia de ser participativo e colaborativo. É uma questão muito complicada, principalmente agora que a estou a abordar em projecto 5, o desenho, eu diria, o desenho que permite o espaço para a possibilidade. Onde queremos incentivar apropriações, e vivências, mas não queremos viver o controlo ou uma certa expectativa, uma certa dinâmica, entendemos que este tipo de desenho tem de ter em conta as comunidades, tem de ter em conta as suas dinâmicas, e que vive na comunidade, e o arquitecto é um técnico, é um técnico que entende o espaço, e que auxilia este processo, portanto, não sei. Deixava só esta nota, esta nota da dificuldade, porque eu acho que estamos continuamente nesta temática de, e para sempre estaremos, não é, porque eu acho que não há uma forma perfeita, não há só um caminho único para se pensar e para se intervir nesta situação. Há muitos caminhos diferentes, há muitos projectos por aí muito interessantes, e cada um com a sua própria perspectiva sobre este tema e com o seu próprio programa ou plano de intervenção, e de colaboração, mas é realmente isso que me fascina, conseguirmos que este confronto seja a partir da afirmação do espaço para a possibilidade. Em relação à noite, eu gostei muito da expressão da professora que é um período ou um espaço onde estes temas de radicalizam, ou seja, estão mais do que evidentes, é realmente um paradigma muito interessante, porque é mesmo o levantar de um véu, há quem chame a segunda cidade, uma outra dimensão, ou uma heterotopia, ou o que for, mas é realmente um tema muito interessante. E fico-me por aqui.

MM: Sim, até porque isso vai ser objecto da nossa conversa de amanhã de manhã às 11h da manhã. Diogo, força.

Diogo Rodrigues (DR): Assim, no geral, concordo grandemente com o que foi dito pelos vários intervenientes, há sempre algumas questões que têm de ser postas em cima da mesa. Especialmente, quando se falam de temas como a participação e a colaboração e o que é que é o papel do arquitecto nestes processo, e é sempre importante perceber onde é que para o papel do arquitecto e entra a comunidade e fica presente o que é o papel e a intervenção da mesma. Ainda há uns tempos atrás, relativamente aquilo que o Nuno estava agora a dizer, há largas décadas o Siza escreveu um artigo para a Casabella relativamente à ilha enquanto estrutura proletária do desenvolvimento urbano, em que ele tem uma frasesinha que, de facto, se adequa muito bem a esta questão do que é o papel do arquitecto nestes processo, ou o que é que não deve ser o papel do arquitecto, aliás, acho que às vezes as coisas vem mais com o que é que não deve do que propriamente o que deve ser. E, de facto, a questão de que o arquitecto nem é a mão de Deus, mas também não é a mão da comunidade, não é pura e simplesmente, ou exclusivamente o técnico que dá resposta aquilo que são os seus anseios. Há sempre aqui um conjunto de questões que se colocam e sobrepõem a este lado de assistência, ou de colaboração, porque aí é que se parte da questão do para ou com a comunidade. E é preciso, às vezes, ter muito ciente que o para a comunidade, por vezes, ou em larga medida não corresponde aquilo que são os anseios, as necessidades. E depois há as expectativas. A maneira como se gere as expectativas neste tipo de intervenções é muito importante. Ainda há bocado estávamos a falar do programa dos Bairros Saudáveis, tem aspectos extremamente positivos naquilo que é o paradigma nacional e mesmo em termos deste tipo de projecto, mas também há todo um conjunto de questões que se colocam, principalmente com a expectativa, que tem que ver com as limitações que esses programas têm, tanto em termos de financiamento, tanto em termos do próprio âmbito da intervenção, porque muitas vezes estamos a falar de intervir em contextos que, de facto, em termos socio-económicos, em termos do próprio construído são extremamente fragilizados, têm um conjunto de condicionantes e limitações que este tipo de intervenções nunca irão resolver. Portanto, também há expectativas que se criam deste tipo de intervenções, que depois, de facto, não conseguem resolver aquilo que são problemas estruturais que em grande maioria só se resolvem, e isto, trazendo para aqui a questão dos programas, de facto, com dimensão nacional, impacto só esses é que de fac-

to conseguem resolver estas questões estruturais. Sinto, pelo menos, mesmo tendo havido algum progresso em termos deste tipo de programas, continua a ver um grande afastamento da academia, das instituições de ensino em relação a estas problemáticas, é patente e é visível naquilo que são os programas leccionados ao longo dos cursos de arquitectura, também é notório na falta de envolvimento das faculdades de arquitectura naquilo que é a construção da cidade, que cidade queremos, que cidade temos, quais são os problemas reais da cidade e da sociedade, que são o espelho da inacção, propriamente, daquilo que é uma classe, e é preciso ter isso muito em conta, que é todo um processo que é preciso fazer ainda, da desconstrução de uma certa ideia de qual é que é o papel e a intervenção do arquitecto das instituições e entidades onde os arquitectos estão inseridos e não só, onde estão de facto os actores que transformam a cidade e a sociedade, isso é que, para mim, é de facto fundamental. Estamos aqui a falar e não estarmos em cima da mesa quem de facto são esses actores e como é que esses actores promovem a transformação da cidade, ainda há bocado a Margarida falou, de facto, as políticas neoliberais têm tido um papel preponderante naquilo que é a transformação da cidade nas últimas décadas, e muito motivado por interesses financeiros, altamente especulativos, de um certo poder instalado, e de um certo poder económico internacional à procura de novos mercados e de novas formas de aumentar aquilo que é o seu capital, mas também perceber ok, que outros actores é que existem, e a forma como nós nos relacionamos com esses actores de forma a promover outras políticas, outra transformação das cidade, um contraponto, que acho que neste momento é isso que falta mais. De facto, falamos daquilo que é a resposta neoliberal aos problemas da cidade, que é uma resposta, sem qualquer sombra de dúvidas, ideológica, programada, pensada, planeada, mas por outro lado não temos, de facto, um contraponto que seja bom o suficiente, ou sólido, que acho que é mais uma questão de solidez, tanto em termos de programas, ideológico, e dos actores que são necessários para que esses programas se possam desenvolver, não tem estado em cima da mesa. Nós falávamos, há uns tempos atrás, do caso espanhol, e daquilo que foi a transformação, que ocorreu, e ocorre na Catalunha, com um programa público, de facto, de habitação, promovido não, idealizado pelo Montaner, e com um conjunto de actores, que neste caso foram as cooperativas de habitação, que em conjunto com os ateliers de arquitectura, muitos deles também cooperativas, e é preciso perceber que estas coisas se relacionam. Ou seja, o campo técnico e o campo social, propriamente dito, têm um impacto brutal naquilo que é o processo de trans-

formação do real. E outra coisa que eu também gostaria de por em cima da mesa é que, de facto, nós temos um conjunto de experiências, de tudo aquilo que é a própria génese da escola, de actores que tentaram perceber ok, como é que a questão da apropriação se dá, tanto naquilo que é o edificado, como até o espaço público, desde o Arnaldo Araújo, o próprio Vítor Figueiredo, há uma série de cadeiras, e houve uma série de indivíduos que de facto pensaram e tentaram problematizar e inclusive tentaram inserir isto naquilo que foi os programas de ensino, e é preciso perceber como é que estas questões se ligam e se coseram, porque muito deste esforço depois se reverte naquilo que não é imediato mas reverte depois naquilo que foi o próprio SAAL, e um conjunto de metodologias aplicadas durante o SAAL, estar ali o papel social do arquitecto e perceber que muito do que está lá plasmado depois é transposto para aquilo que são os programas que o Jacinto faz para as brigadas do SAAL, aquilo que é idealizado pelo próprio Nuno Portas em termos de como é que pode ser esta desmultiplicação dos diversos actores, e a intervenção local destas equipas, isso aí o que de facto merece algum estudo e alguma densidade de reflexão porque ainda hoje têm bastante validade e são coisas contemporâneas. Assim só para resumir, acho que era isto que gostaria de lançar aqui de provocações para todos e também perceber o que é que achais. **MM:** Eu ia lançar um repto à Inês, mas só ia frisar aqui uma coisa que é realmente há uma grande diferença entre trabalhar com as comunidades e trabalhar para as comunidades. Eu acho que no caso da Margarida, estamos a falar de trabalhar com as comunidades, como no caso do Nuno, no trabalho que ele está a desenvolver em projecto do quinto ano, portanto, estamos a falar de trabalhar com as comunidades. A questão é, que comunidades, querem essas comunidades trabalhar connosco? Existe suficiente cultura em termos de cultura urbana para perceber qual é o papel dos vários agentes nesse processo de transformação? Um dos grandes problemas, por exemplo, de intervenção em Campanhã, é que e até por algum Feedback de actores locais, é que há muita gente que é residente, e que pensa assim “bem, vocês vêm, estão aqui uma temporada depois vão se embora, e ninguém cuida de nos”, portanto, ou seja, depois não há uma manutenção, não há um cuidado, não há um acompanhamento de todo um processo de instalação, portanto, não chega lançar a semente, é preciso acompanhar e regar aquela planta que está a crescer, que está a ser criada. Isto aqui é um território difícil, é um território muito difícil trabalhar com as comunidades e trabalhar ao nível do espaço público, até porque existe uma cultura muito bairrista, que é uma cultura de pedaço de terra, muito

minifundiária que cada pessoa tem uma certa tendência para ser individualista e cuidar daquilo que é seu, muitas vezes não tendo essa cultura de que cuidar daquilo que é nosso estamos a cuidar daquilo que é seu. E isso tem reflexos claros naquilo que é a cultura da cidade, naquilo que é essa transposição para o espaço público de todo um conjunto de mentalidades que fazem com que uma cidade ou um espaço seja mais evoluído ou menos evoluído. Eu lançava aqui o repto à Inês, mais no sentido de ela nos poder falar um pouco, através daquilo que eu posso chamar as esculturas urbanas, ou seja, aquilo que pode ser uma apropriação, por exemplo, artística do espaço público, e como é que a propósito dessas interpretações e intervenções artísticas nós podemos chamar a atenção, por exemplo ao nível das instalações, ao nível das performances, ao nível dos grafitis, por exemplo, poder chamar a atenção para determinadas debilidades desse mesmo espaço público e com isso contribuir para a gestão e para a consciencialização sobretudo das pessoas. Portanto, até que ponto esse tipo de intervenções artísticas podem ser uma espécie de gatilho para que outro tipo de acções políticas, até, de intervenção na cidade possam ter lugar.

Inês Cavaco (IC): Bem, se eu tivesse a resposta estava a trabalhar, neste momento! Mas eu vim aqui mais para assistir e para alimentar-me do que para participar, mas eu não acredito numa arte que é colocada num espaço alienada daquilo que é o contexto e as pessoas que o habitam, por isso fazer uma intervenção, uma performance, em qualquer que seja o espaço, para mim, tem de ser feita com a comunidade e tem de ser pensada com a comunidade, e se quiserem participar tudo bem, se quiserem só assistir tudo bem, mas para mim, na arte, esse contacto com a comunidade é crucial e não tenho uma resposta como fazer arte para influenciar políticas e etc., ms pronto, não sei bem o que posso acrescentar.

MM: Mas o que é que resulta, por exemplo, da tua observação. Tu estás numa cidade que não é a tua, sais à rua, o que é que tu observas que possa de certa maneira indiciar de alguma maneira essa tal ocupação e reivindicação do espaço público.

IC: Eu questiono-me sobre isso, e eu acho que vou sempre dar a espaços públicos que tenham uma espécie de construção em assembleia, um sítio para pessoas se reunirem, praças, e que não esteja muito tocado, por exemplo, eu estava a questionar, estamos aqui a falar sobre planeamento, sobre políticas públicas, pronto eu não percebo nada, e a minha questão é mais se quanto mais vazio o espaço é, mais incentiva a ocupação, mais convidativa é a ocupação desse espaço. Por exemplo, só aconteceram hortas nas Fontainhas porque o espaço estava vazio. Aqui, há toda uma área de docas, docas secas, do século

nem sei, XIX?, e o espaço é privado, mas as pessoas habitam-no. Porque está aberto. E aquilo que eu me apercebi, é que as pessoas valorizam esse espaço vazio. Esse espaço que não tem planeamento para ser o que é, de momento é um espaço vazio, pronto, que as pessoas podem ocupar e que tem a importância de memórias, de relações... O meu pensamento nunca tem estado perto da arte em si. Eu estudei arte e acabei por me afastar dela, um bocadinho. Isso é o contributo que eu consigo dar de momento.

MG: Eu agora estava a pensar muito nisso que a Inês disse, de quanto mais espaço vazio mais apto para apropriação, e que também vem um bocadinho daquilo que o Nuno disse, e esta questão da flexibilidade, ou seja de se desenhar a ponto das pessoas se apropriarem mas não controlar. Mas isto é uma questão muito sensível, isto de desenhar a flexibilidade, porque como é que podemos desenhar ao ponto de ser flexível sem controlar o mínimo, ou que linha é que separa esse controlo excessivo que faz com que as pessoas não se apropriem de um controlo mínimo, que tem de haver, tem de haver um controlo de desenho, um limite, tem de haver esse controlo e mesmo de elementos urbanos que possam existir nesse espaço, como se poderá desenhar essa flexibilidade e se será essa a resposta destes problemas todos que têm os nossos espaços públicos. E sendo necessária, tendo em conta que a globalização continuará a existir, e continuará a haver esta influencia de questões mais globais e que vão influenciar as nossas cidades, e os próprios desenhos de cidade, e das nossas vivências, se a resposta global se existe sequer um urbanismo global, um discurso global, mas minimamente estipulado que possamos partir do local para o global sem se perder nem um nem outro. Se calhar é uma questão complicada, se calhar dava para mais uma conversa, mas estas últimas reflexões tento em conta tudo aquilo que já foi dito aqui até agora, e destas últimas intervenções, e agora dava a palavra a professora Ana.

ASF: Eu se calhar, também, eu só posso acrescentar aqui alguns comentários ao que já foi aqui colocado em cima da mesa. E retomando um pouco, como a Margarida fez, e retomando há pouco as palavras e as inquietações do Nuno, eu penso que de facto nós lidamos com cidades e com áreas urbanas altamente especializadas. E que esta elevada especialização acaba por limitar enormemente a sua versatilidade, a sua flexibilidade, e até a imaginação para conseguir vivenciá-la de outra forma senão na sua função primária, digamos. E como o Nuno dizia, desenhar a flexibilidade, ou o desenho que permite espaço para a possibilidade, é um desafio mas também é o mais enriquecedor de todos, o desenhar a obra aberta, desenhar soluções que respondem ao presente mas que deixam possibilidades de futuro, seja para outros públicos,

seja para outras funções, seja para outras gerações, acaba por ser a nossa responsabilidade e o nosso grande desafio esse de construir no tempo longo. E penso que talvez possa ser um pouco a chave da nossa atitude, da nossa perspectiva, do nosso ponto de vista ao intervir no território, que é o de pensar a várias velocidades, pensar que mesmo que os nossos gestos não têm de ser para sempre, são sempre respostas às circunstâncias e são tanto mais generosos tanto quanto possam ser adaptados, moldados, vividos, apropriados ao longo do tempo. E que, de facto, os processos participativos são difíceis, são um desafio, mas também mais uma vez eles demonstram que este carácter de controlo, de procura, de uma pertença, resposta imediata, e totalizante, é absolutamente ineficaz e é absolutamente incompatível com aquilo que são as nossas aspirações e as nossas necessidades enquanto sociedade, que estão em constante transformação, e portanto, tanto os desafios estão em constante transformação como os processos participativos e a construção conjunta de um desígnio para o futuro é algo que não existe por si só, não é imediato, não é instantâneo, mas antes que se constrói no tempo, no tempo longo, e que necessita de cuidado e necessita de continuidade. Também aqui, e agora saltando um pouco para os desafios e provocações que o Diogo lançou, está em causa de facto qual é que é o papel dos técnicos e como é que se projecta, ou se se está a projectar para alguém ou com alguém, seja um grupo, seja uma comunidade, seja um indivíduo. E aqui talvez a chave esteja na conjugação de saberes, ou seja, não se tem de ser a mão de outrem, mas antes reconhecer que os técnicos têm um tipo de conhecimento que é específico, como os residentes terão a sua própria vivência e o seu conhecimento sobre o local, sobre recursos, sobre funções e sobre aspirações de futuro, que são deles, que estão enraizados em si, e portanto, será no diálogo e na conjugação destas ferramentas, na complementaridade destes saberes que se poderá construir, portanto, talvez a chave esteja, nem incorrer num extremo numa autonomia disciplinar que é cega a qualquer outro contributo que não o seu campo, mas também não se apagar ou não se invisibilizar, ou não se submeter a outras concepções porque, no fundo, não a substituem, não substituem o conhecimento técnico que cada um, ou melhor, o conhecimento que cada um poderá trazer e, que no caso dos técnicos será o conhecimento técnico. Também aqui, mais uma vez, realçando esta ideia de complementaridade, quando o Diogo, também falavas nos limites de programas que são muito residuais, ou que têm orçamentos muito reduzidos e que têm impactos necessariamente contidos, acho que vale a pena, mais uma vez, discutirmos a complementaridade de acções, ou seja, e não imputar a programas residuais

as expectativas de resolução de problemas estruturais, nem esperar que programas que são mais pesados e que são de facto estruturais sejam sensíveis a todas as questões que, no fundo, são a missão de outros gestos mais locais, mais sensíveis. E, portanto aqui, talvez se possam, pela complementaridade destas actuações e de diferentes actores e de diferentes escalas de acção, talvez se possam aqui encontrar chaves de leitura e chaves de actuação talvez mais diversificada e mais eficaz. Depois a Inês levantava aqui a questão da apropriação cultura, ou melhor, da acção cultural enquanto espaço que pode potenciar a apropriação. E aqui eu acrescentaria a questão destas acções enquanto ferramenta quer de visibilidade, quer de diálogo, e às vezes o diálogo é interno, ou seja, numa comunidade ou num grupo de residentes que, no fundo, conjugam esforços para promoverem, ou que essa acção potencia que um grupo comece a conversar, ou outra coisa é um diálogo entre instâncias, e é uma forma de dar visibilidade aquela comunidade, de desestigmatizar, de chamar a atenção ou colocar na esfera da sociedade civil um diálogo sobre aquele local, sobre determinada problemática, sobre determinada questão, portanto, pode ter todas essas funções, ou uma delas, mas, no fundo, pode ser sempre uma ferramenta. Era um pouco essa, no fundo, o denominador comum. E para terminar, acho que aquilo que acaba por ser um pouco transversal a esta conversa é esta questão de desenhar, não só o produto, mas desenhar o processo, e desenhar a possibilidade, como falava o Nuno, que é importante também deixar este espaço em aberto, o espaço para a transformação.

p.24
Vista do teleférico sobre a 'cidade rebelde' de El Alto (HARVEY, David, 2012), La Paz, Bolívia, Janeiro de 2020 ©MG

p.27
Frame de Playtime (1967), Jacques Tati ©Atlas of Places in <https://www.atlasofplaces.com/cinema/playtime/>

p.29
Labirinto de auto-estradas em Los Angeles, Junho de 2020 ©LA Times in <https://www.latimes.com/opinion/story/2020-06-24/bulldoze-la-freeway-racism-monument>

p.30-31
Paraisópolis, 2004, São Paulo, Brasil ©Tuca Vieira in <https://www.tucavieira.com.br/paraisopolis>

p.32
MASP (Lina BoBardi), Avenida Paulista, São Paulo, Brasil, 2018 ©MG

p.33
Cidade do México. Junho de 2020 ©Johnny Miller Photography/"Social Inequality- quality, As Seen From the Sky" in https://www.archdaily.com/900023/social-inequality-as-seen-from-the-sky?fbclid=IwARoTtUpWR4RoFtOR-lhO7F8C99ot-DRrL_vaV9Sl-MHYgRGhh1MINZlITfzU

p.34
Lisboa, Maio de 2021 ©Rui Gaudencio in https://www.publico.pt/2021/05/02/p3/cronica/mito-renda-acessivel-1960391?fbclid=IwARo2AVn2-SYGduLi_HvyW_MCupMoOFx2Vb4jPOgncMfgEPMP_WsEeQ-fKops

p.35
Seattle, Abril de 2020 ©FORBES in <https://www.forbes.com/sites/dimawilliams/2020/05/01/may-1-rent-strike-through-the-lens-of-organizers-landlords-and-industry-leaders/?sh=1e097f847b85>

p.42
Parque de los Reyes, Santiago de Chile, 2019 ©MG

p.43
Copacabana, Bolívia, 2020 ©MG

p.45
Janela Indiscreta (Rear Window, 1954) de Alfred Hitchcock ©Paramount Pictures

p.46
Saint Anthony’s Centennial Feast, North End, Boston, EUA, 2020 ©Matt Conti in NorthEndWaterfront.com

p.48
Via Santa Catarina, Porto, 2017 in [European Best Destinations](#)

p.50-51
Centro Cultural Valparaíso, Chile, Setembro de 2019 ©MG

p.53
Piazza del Popolo, Roma, Itália, Março de 2019 ©MG
La Boca, Buenos Aires, Argentina, Dezembro de 2019 ©MG
Barrio Yungay, Santiago de Chile, Setembro de 2019 ©MG

p.54
Sesc Pompeia (Lina BoBardi) São Paulo, Brasil, Janeiro de 2018 ©MG

p.56-57
Parque España, Rosário, Argentina, Janeiro de 2020 ©MG

lista de imagens

p.62-63
Plaza de la Dignidad, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.65
Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©The Clinic nº820

p.66-67
Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.66
Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©The Clinic nº820

p.67
Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.68
Barricadas, Alameda, Santiago de Chile, Outubro de 2019. ©Ana Catarina Martins

p.69
Barricadas, Alameda, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.70-71
Barricada, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.72-73
Plaza Dignidad, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.74-75
Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.76-77
Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.78-79
Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.78
Abuelas de Plaza de Mayo, junho de 1987 ©Abuelas

p.80
Manifestação Occupy Wall Street, 2011, NY, EUA ©Occupy.com in <https://www.occupy.com/article/occupy-wall-street-black-lives-matter-where-does-radical-protest-go-here#sthash.3IURByLo.OiWxYlW1.dpbs> (acima) ©Paulo Pimenta in <https://www.publico.pt/2013/02/25/politica/noticia/manifestacao-servira-para-fazer-avaliacao-negativa-a-troika-1585715> (abaixo) ©Nuno Ferreira Santos in <https://www.publico.pt/2013/06/01/politica/noticia/18-cidades-portuguesas-aderiram-ao-protesto-europeu-antitroika-1596131>

p.81
(as três) Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©MG

p.84-85
1º de Maio de 2020, Alameda, Lisboa ©Nuno Ferreira Santos in <https://www.publico.pt/2020/05/01/fotogaleria/fotogaleria-1-maio-401176>

p.86-87
1º de Maio de 2020, Aliados, Porto ©Paulo Pimenta in <https://www.publico.pt/2020/05/01/fotogaleria/fotogaleria-1-maio-401176>

p.87
Plaza Dignidad, Santiago de Chile, Outubro de 2019 ©Ana Catarina Martins

p.91
Frame do episódio "O Supermercado" da série "O Colapso", do coletivo “Les Parasites”, 2019 in [Cinema Planet](#)

p.92
Rua 31 de Janeiro, Porto, 2020 ©Mário Mesquita in <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.112473263722187&type=3>

p.94
Avenida da Liberdade, Lisboa, 2020. ©João Porfírio in <https://observador.pt/2020/11/14/as-cidades-voltaram-a-ficar-vazias-como-em-marco-veja-as-fotografias-de-lisboa-e-porto-desertas-apos-as-13h00/>

p.95
Porto, 2020 ©Mário Mesquita in <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.112473263722187&type=3>

p.96
Rua Áurea, Lisboa, 2020. ©João Porfírio in <https://observador.pt/2020/11/14/as-cidades-voltaram-a-ficar-vazias-como-em-marco-veja-as-fotografias-de-lisboa-e-porto-desertas-apos-as-13h00/>

p.97
Porto, 2020 ©Miguel Nogueira in <https://www.dn.pt/pais/hospital-de-campanha-do-porto-vai-ser-desmontado-12316508.html>

p.98
Gaia, 2020 ©Mário Mesquita in <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.112473263722187&type=3>

p.100
Pneumónica, 1918 ©Getty Images
Baby cages ©Getty Images in <https://www.thesun.co.uk/living/1955842/baby-cages-were-considered-a-good-thing-10-shocking-photos-that-show-how-parenting-has-changed-in-100-years/>

p.101
Lisboa, Ponte 25 de Abril, 2020. ©Nuno Ferreira Santos in <https://www.publico.pt/2020/03/25/fotogaleria/vazio-deixado-surto-covid19-400829>

p.102
Japão, 2020.
©Jiji Press/EPA in <https://www.publico.pt/2020/04/16/p3/fotogaleria/covid19-japao-cidades-vazias-401043>
Emirados Árabes Unidos, 2020. ©REUTERS/Satish Kumar in <https://www.publico.pt/2020/03/25/fotogaleria/vazio-deixado-surto-covid19-400829>
Centro Comercial Woodbridge, Nova Jérсия, 2020
©REUTERS/Lucas Jackson in <https://www.publico.pt/2020/03/25/fotogaleria/vazio-deixado-surto-covid19-400829>

p.103
Paris, 2020 ©REUTERS/Pasca in <https://www.publico.pt/2020/03/25/fotogaleria/vazio-deixado-surto-covid19-400829>
Nova Iorque, 2020 ©REUTERS/Jeenah Moon in <https://www.publico.pt/2020/03/25/fotogaleria/vazio-deixado-surto-covid19-400829>
"The Lockdown Series": "Os símbolos da globalização passaram a símbolos do confinamento" ©Tom Hegen in <https://www.publico.pt/2020/09/16/p3/fotogaleria/de-simbolos-globalizacao-avioes-passaram-simbolos-confinamento-402569>

p.104
Nova Iorque, 2020 ©Jeenah Moon/REU- TERS in <https://www.publico.pt/2020/09/26/fugas/noticia/covid19-vamos-beber-cafe-bolha-1932975>
Kalaw, Myanmar, 2020 ©Chan Myae Aung in <https://www.pps.org/article/the-recovery-will-happen-in-public-space>
Santuário de Fátima, Fátima, 2020 ©Fátima in <https://www.fatima.pt/pt/news/fatima-afirmou-se-como-lugar-e-esperanca-na-janela-que-manteve-aberta-para-o-mundo-2020-12-29>

p.105
Amesterdão, Holanda, 2020 ©Lmnts Outdoor Studio in <https://www.arch-daily.com.br/br/953832/como-o-espaco-publico-mudou-em-2020>
São Francisco, 2020 ©REUTERS/Drone Base in <https://www.reuters.com/news/picture/aerial-views-of-our-pandemic-hit-world-idUSRTX7GKR2>
Arábia Saudita, 2020 ©Chan Myae Aung in <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-09-23-Arabia-Saudita-permite-peregrinacao-a-Meca-com-aumento-gradual-da-afluencia>

p.106
Abrigada, 2020 ©MG
Lisboa, 2020 ©Miguel Valle de Figueiredo, VIEIRA AMARAL, Bruno, VAL-LE DE FIGUEIREDO, Miguel, Cidade suspensa. Lisboa em estado de emergência, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, Junho 2020

p.108-109
Índia, Abril de 2021 ©Danish Siddiqui/[REUTERS](#)

p.115
Vusimuzi, Tembisa, África do Sul, Junho de 2020 ©Johnny Miller Photography in https://www.archdaily.com/900023/social-inequality-as-seen-from-the-sky?fbclid=IwARoTtUpWR4RoFtORlhO-7F8C99ot-DRrL_vaV9Sl-MHYgRGhh1MINZIITfzU
Mumbai, Índia. Junho de 2020 ©Johnny Miller Photography in https://www.archdaily.com/900023/social=-inequality-as-seen-from-the-sky?fbclid=IwARoTtUpWR4RoFtORlhO7F8C99ot-DRrL_vaV9Sl-MHYgRGhh1MINZIITfzU

Kya Sands, Joanesburgo, África do Sul. Junho de 2020 ©Johnny Miller Photogra- phy in https://www.archdaily.com/900023/social-inequality-as-seen-from-the-sky?fbclid=IwARoTtUpWR4RoFtORlhO-7F8C99ot-DRrL_vaV9Sl-MHYgRGhh1MINZIITfzU

p.118-119
European detail map of Flickr and Twitter locations ©Eric Fischer in <https://www.flickr.com/photos/walkingsf/5912946760/in/album-72157627140310742/>

p.120
Push (2019) de Fredrik Gertten

p.121
±, Porto, 2015 ©MG

p.122
Porto, 2021 ©MG
Pequena horta urbana, Bairro da Sé, Por- to, 2021 ©MG

p.128-129
Ievguêni Zamiátin, Nós, Tradução Gabriela Soares, 1a Edição: ALEPH, fevereiro 2017

Santiago de Chile, com Arq. Mário Mesquita, Arq. Luis Goldsack, Arq. Constantino Pazderka, Francisca Pizarro, Fernando Patrão, CIP-UP/PTRI, duração: 01:39:36, 2020-07-29

Conversas vadias #1: em comum, com Arq. Mário Mesquita, Nuno Delgado, Inês Álvaro e Marta Regadas, CIP-UP/PTRI, duração: 01:25:48, 2021-01-21

Conversas vadias #3: psicologia e espaços, com Arq. Mário Mesquita e Professora Cidália Duarte, CIP-UP/PTRI, duração: 01:28:05, 2021-02-01

Conversas vadias #4: sobre políticas públicas. Exemplos de intervenção no espaço público: Europa e América Latina, com Arq. Mário Mesquita e Arq. Ana Silva Fernandes, CIP-UP/PTRI, duração: 01:16:17, 2021-02-11

Porto: a cidade em tempos de pandemia, Ciclo de debates no âmbito da exposição com o mesmo nome, autoria e organização Arq. Mário Mesquita, Centro Português de Fotografia, novembro de 2020

MESQUITA, Mário, *A cultura e os territórios de pobreza no Porto*, dezembro 2020

AGUILAR, Miguel Ángel, CARRIÓN, Fernando, HIERNAUX, Daniel, LINDÓN, Alicia, RUIZ, Manuel Delgado, ESCUDERO, Lucre-cia, GIRALDO, Luz Mary Giraldo (et al.), *Imaginarios urbanos en América Latina*, Barcelona: Fundació Antoni Tàpies, 2007

ANDÉS, Ana Méndez de, HAMOU, David, APARICIO, Marco (eds), *Códigos Comunes Urbanos*, Barcelona: Icaria Editorial, 2020

ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Tradução Roberto Raposo, 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

AURELI, Pier Vittorio, *Familiar Horror: Toward a Critique of Domestic Space*, LOG38, 2016, pp.105-129

AURELI, Pier Vittorio, *The City as a Project*, Berlin: Ruby Press, 2013

AURELI, Pier Vittorio, *The possibility of an absolute architecture*, Cambridge: The MIT Press, 2011

AURELI, Pier Vittorio, *The project of Autonomy - Politics and Architecture within and against Capitalism*, New York: Princeton Architectural Press, 2008

BARRETO, António, *As cidades mortas*, Jornal Público, 12 de Abril de 2020

BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*, Tradução Miguel Serras Pereira, Relógio d'Água Editores, 2006

BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e Medo na Cidade*, Tradução Eliana Aguiar - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

BAUMAN, Zygmunt, *Modernidad Líquida*, Tradução: Mirta Rosenberg, Jai-

fontes de
informação
primárias
entrevistas e conferências

secundárias

me Arrambide Squirru, Argentina: Fondo de Cultura Económica Argentina, S. A., 2003

BERGER, JOHN, *Entretanto*, Tradução Júlio Henriques, 1ª ed. Antígona 2018

BISMARCK, Pedro Levi, *ex-curso, textos à margem: desvios, derivas, experimentos, série b <1>*, stones against diamonds, 2020

BRADBURY, Ray, *AYERMAÑANA, Respuestas evidentes a futuros imposibles*, Tradução: Ramón Ibero, Minotauro, 2006

BRADBURY, Ray, *Fahrenheit 451*, London: HarperCollins Publishers, 2013

BUTLER, Judith, *A força da não-violência*, Tradução: Hugo Barro, Lisboa: Edições 70, LDA, 2021

CALVINO, Italo, *As Cidades Invisíveis*, Lisboa: Dom Quixote, 2015

CASTELLS, Manuel, *The rise of a Network Society*, 2ª Ed. Oxford: WILEY-BLACKWELL, 2010

COLOMINA, Beatriz, *Are We Human*, Zurique: Lars Müller Publishers, 2016

CORREIA, José Alberto, CAMELO, João, *Da mediação local ao local da mediação: figuras e políticas*, Educação, Sociedade & Cultura, nº20, 2003, 167-191

CORTÉS, José Miguel G., *Políticas del espacio, Arquitectura, género y control social*, Barcelona: Iaac y Actar, 2006

DAVIS, Mike, *Control Urbano*, Barcelona: Virus Editora, 2020

DAVIS, Mike, *Death Cities*, New York: The New Press, 2002

DAVIS, Mike, *Planet of Slums*, UK: Verso, 2006

DE FERRARI, Filipe, *Communal villa: production and reproduction in artists' housing*. ARQ98 - Santiago de Chile. Dogma + Real-ism Working Group. Leipzig: Spector Books, 2015

DEBORD, Guy, *A sociedade do Espetáculo*, Tradução Francisco Alves e Afonso Monteiro, 1ª Ed. Lisboa: Antígona Editores, 2012

DELGADO, Manuel, MALET, Daniel, *El Espacio Público como Ideología*, Universitat de Barcelona, Institut Català d' Antropologia, Jornadas Marx siglo XXI, Universidad de la Rioja, Logroño, 2007

DELLILO, Don, *O Silêncio*, Relógio D'Água, 2020

DOMINGUES, Álvaro. *A Praça da Esquina*. Jornal Público, 16 de Fevereiro de 2020

FERRAZ, Marcelo, *Cidadela da Liberdade: Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia*, São Paulo: Edições Sesc, 2013

GEHL, Jan, *Life Between Buildings*, Tradução Jo Koch, Washington: Island PRESS, 2011

HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa: Relógio D'Água Editores,

1986

HAN, Byung-Chul, *Psicopolítica*, Tradução Manuel Serras Pereira, Lisboa: Relógio d'Água Editions, 2015

HAN, Byung-Chul, *Sobre o Poder*, Tradução Manuel Serras Pereira, Lisboa: Relógio d'Água Editions, 2017

HAN, Byung-Chul, *Sociedade do Cansaço*, Tradução Gilda Lopes Encarnação, Lisboa: Relógio d'Água Editions, 2014

HARVEY, David, *Rebel Cities*, London: Verso Books, 2020

HARVEY, David, *The Urban Experience*, Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1989

HUXLEY, Aldous, *A ilha*, Tradução Virgínia Motta, Lisboa, 1ª Edição Antígona, 2014

HUXLEY, Aldous, *Admirável Mundo Novo*, Tradução Mário-Henrique Leiria, Lisboa, 1ª Edição, Antígona, 2013

HUXLEY, Aldous, *Regresso ao Admirável Mundo Novo*, Tradução Luís Leitão, Lisboa, 1ª Edição Antígona, 2014

JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House Inc., 1961

LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Edição portuguesa traduzida a partir da edição original francesa Le Droit à la Ville, 3ª ed. Paris: Editions Economica, 2000

LEFEBVRE, Henri, *Production of Space*, JOHN WILEY AND SONS LTD, 1991

LEFEBVRE, Henri, *The Urban Revolution* (1970), Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003

LERUP, Lars, *Building the Unfinished*, Londres, SAGE Publications, 1977

LIMA, Deyseane Maria Araújo, BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz, *Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental*, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, PSICO out/dez. 2009, pp. 491-497

LOBO, Ramón, *Las Ciudades Evanescentes, Miedo, soledades y pandemias en un mundo globalizado*, Península, 2020

LYNCH, Enrique, *Ensayo sobre lo que no se ve*, Madrid: Abada Editores, 2020

LYNCH, Kevin, *The Image of the City*, The Tecnology Press & Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1960

MÃE, Valter Hugo, *A Desumanização*, 1ª Ed. Lisboa: Porto Editora, 2013

MAFFEI, Lamberto, *Elogio da Rebeldia*, Tradução: José Serra, Lisboa: Edições 70, LDA, 2020

MUXI, Zaida, MONTANER, Josep Maria, *Arquitectura e Política*, Editorial

Gustavo Gili, 2011

MUXI, Zaida, MONTANER, Josep Maria, *Política y arquitectura, Por un urbanismo de lo común y ecofeminista*, Editorial Gustavo Gili, 2020

ONU, *World Urbanization Prospects 2018*, Department of Economic and Social Affairs Population Division, New York, 2019

ORWELL, George, *1984*, Tradução Ana Luísa Faria, Lisboa: Antígona, 2007

PEREIRA, Paula Cristina, *Espaço Público: Variações críticas sobre a urbanidade*, Porto: Edições Afrontamento

PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2011

ROUSENAU, Helen, *The Ideal City*, 3ª Ed. Cambridge: Methuen & Co. Ltd London and New York, 1983

SANTOS, João, *Espaço é escola, escola é mãe, Ensinaaram-me a Ler o Mundo à Minha Volta*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p.312

SARAMAGO, José, *Ensaio sobre a Cegueira*, Lisboa, 1ª Edição Porto Editora, 2014

SARAMAGO, José, *Ensaio sobre a Lucidez*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004

SASSEN, Saskia, *The Global City*, Princeton University Press, 1991

SCOTT BROWN, Denise, *Learning from Las Vegas*, MIT PRESS LTD, 1972

SENNET, Richard, *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*, WW NORTON & CO, 1992

SMITHSONS, Alison & Peter, *The Space Between*, Max Risselada, 2017

SOLÁ-MORALES, Ignasi, LLORENTE, Marta, MONTANER, Josep M., RAMON, Antoni, OLIVERAS, Jordi, *Introducción a la arqui-tectura, conceptos fundamentales*, Catalunya: Ediciones UPC, 2000

SOLÀ-MORALES, Ignasi, *Los Artículos de Any*, Barcelona: Fundación caja de arquitectos, 2009

SONTAG, Susan, *Ante el dolor de los demás*, Penguin Random House Grupo Editorial, 2018

STAID, Andrea, *Los condenados de la metrópolis*, Bellaterra, 2021

STIEGLER, Bernard, *Da Miséria Simbólica*, 1ª ed. Lisboa: Orfeu Negro, 2018

TAVARES, Gonçalo M., *Atlas do Corpo e da Imaginação*, Relógio D'Água, 2019

TEYSSOT, Georges, *Tipology of Everyday Constellations*, Cambridge: The MITT Press, 2013

THE CLINIC nº 820-827, outubro-dezembro 2019

THOREAU, Henry David, *A Vida sem Princípios*, Tradução Luís Leitão, 1ª ed. Antígona 2016

TONUCCI, Francesco, *A Cidade das Crianças*, Tradução Elisabete Ramos,

Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal Lda., 2019

VAN EYCK, Aldo, *The Child, the City and the Artist*, SUN, 1962

VARGAS LLOSA, Mario, *A Civilização do Espetáculo*, Tradução: Cristina Rodrigues e Artur Guerra, 1ª edição: outubro de 2012, Lisboa: Quetzal Editores

VÁRIOS AUTORES, *Espacios Públicos: Desafíos para la Gestión Cultural*, Facultad de Artes, Universidad de Chile: Revista de Gestión Cultural #8, 2016

VÁSQUEZ, Carlos García, *Teorías e Historia de la Ciudad*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2016

VIEIRA AMARAL, Bruno, VALLE DE FIGUEIREDO, Miguel, *Cidade suspenso. Lisboa em estado de emergência*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, Junho 2020

ZAMIÁTIN, Ievguêni, *Nós*, Tradução Gabriela Soares, 1ª Edição: Aleph, fevereiro 2017

AMADO, José, *Disciplina e Dissenso: relações entre Política e Arquitetura*, FAUP, Porto, 2019

CASTRO, Afonso, *Chambord Inachevé: o Château, a Cidade e a Ilha*, FAUP, Porto, 2019

FÁVERO, Natália, *A Condição das Mulheres no Espaço Público: Territórios de conforto e desconforto na urbanidade contemporânea*, FAUP, 2020

NEVES, Tomás, *O Amor em Copilco: uma leitura arquitectónica da vida contemporânea na Cidade do México*, FAUP, Porto, 2019

SOUSA, Marta, *A Arquitectura do Direito à Cidade, Entre a densidade urbana e a condição de habitar*, FAUP, Porto, 2019

BRANDÃO, Lucas, *A solidez de Zygmunt Bauman numa sociedade cada vez mais líquida*, Comunidade, Cultura e Arte, 27 de fevereiro 2021

Fronteiras de Pensamento, *Diálogos com Zygmunt Bauman*

Era o que faltava (temporada 2) Valter Hugo Mãe (exclusivo online)

INVENTARIO ICONOCLASTA DE LA INSURRECCION CHILENA

ONDA MEDIA

PROJECT FOR PUBLIC SPACES

OCUPA TU CALLE

URBAN EXPLOSION | TIME

UN-Habitat - the United Nations Human Settlements Programme - City resilient Profiling Tool

dissertações
MIARQ/FAUP

artigos
consultados
online

webgrafia

Paris: cidade a 15 minutos

Streetspace for London

National Cycling and Walking Commissioner

Nova Zelândia: Innovating Streets COVID-19 guidance

'Ruas Calmas de Oakland (Oakland Slow Streets)'

Shumscapes - India, Mexico, Kenya, South Africa

filmografia

AMER, Karim, NOUJAIM, Jehane, *Nada é Privado, O Escândalo da Cambridge Analytica*, Netflix, 114min, 2019

BAY, Michael, *A Ilha*, Warner Bros Pictures, 136min, 2005

CAMPBELL, Al, MATHIAS, Alice, *Death to 2020*, Netflix, 70min, 2020

DALSGAARD, Andreas M., *The Human Scale*, Final Cut for Real, 83min, 2012

GATZELU-URRUTIA, Galder, *A Plataforma*, Netflix, 94min, 2019

GERTTEN, Fredrik, *Push*, WG Films, 92min, 2019

GUZMÁN, Patricio, *Nostalgia de la Luz*, trigon-film, 90min, 2010

HITCHCOCK, Alfred, *Janela Indiscreta*, Paramount Pictures, 112min, 1954

JOON-HO, Bong, *Parasitas*, 132min, 2019

LARRAIN, Pablo, *No*, Sony Pictures Classics, 113min, 2012

MORETTI, Nanni, *Santiago, Itália*, Academy Two, 80min, 2018

ORLOWSKI, Jeff, *The Social Dilemma*, Netflix, 94min, 2020

PILGER, John, *The War on Democracy*, Youngheart Entertainment, Granada Productions, 96min, 2007

SPIELBERG, Steven, *Minority Report*, DreamWorks, Amblin Entertainment, 20th Century Fox, 145min, 2002

TATI, Jacques, *Playtime*, Bernard Maurice, René Silvera, 124min, 1967

UGHETTO, Bastien, *DESJARDINS, Guillaume, BERNARD, Jérémy, Colapso (L'effondrement)*, Les Parasites, 22min/ep, 2019

VALLOATTO, Stéphanie, *Cartoonistas - Soldados de Infantaria de Democracia*, Orange Studio, 102min, 2014

VILLENEUVE, Denis, *Blade Runner 2049*, Warner Bros Pictures, 163min, 2017

WEIR, Peter, *The Truman Show*, Paramount, 103min, 1998